

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

## DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	13
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	15
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	17
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	18
--------------------------------	----

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	20
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010	21
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	22
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	23
--------------------------	----

Notas Explicativas	24
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	156
--	-----

Motivos de Reapresentação	158
---------------------------	-----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2011</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	385.823
Preferenciais	578.116
<b>Total</b>	<b>963.939</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	49
Preferenciais	6.099
<b>Total</b>	<b>6.148</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
1	Ativo Total	2.068.405	1.448.190
1.01	Ativo Circulante	358.237	20.018
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	356.306	9
1.01.03	Contas a Receber	0	168
1.01.03.01	Clientes	0	168
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.688	0
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.688	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	243	19.841
1.01.08.03	Outros	243	19.841
1.01.08.03.03	Dividendos e juros sobre capital próprio	1	18.739
1.01.08.03.06	Outros Tributos	183	599
1.01.08.03.07	Demais ativos	59	503
1.02	Ativo Não Circulante	1.710.168	1.428.172
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	116.734	487.379
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	110.325	473.147
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	10.908	376.842
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	99.417	95.515
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	0	790
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	6.409	14.232
1.02.01.09.03	Depósitos e bloqueios judiciais	3.317	2.861
1.02.01.09.14	Demais ativos	3.092	11.371
1.02.02	Investimentos	1.593.431	940.792
1.02.02.01	Participações Societárias	1.593.431	940.792
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.593.203	940.564
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	228	228
1.02.03	Imobilizado	1	1
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1	1
1.02.04	Intangível	2	0
1.02.04.01	Intangíveis	2	0
1.02.04.01.07	Outros	2	0

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
2	Passivo Total	2.068.405	1.448.190
2.01	Passivo Circulante	6.247	24.739
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	821	798
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	821	798
2.01.02	Fornecedores	202	418
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	202	418
2.01.03	Obrigações Fiscais	604	893
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	604	893
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	392	0
2.01.03.01.02	Outras obrigações fiscais federais	212	893
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	0	7.655
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	0	7.655
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	0	7.655
2.01.05	Outras Obrigações	4.620	14.975
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	1.468
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	0	1.468
2.01.05.02	Outros	4.620	13.507
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	3.285	13.404
2.01.05.02.09	Demais obrigações	1.335	103
2.02	Passivo Não Circulante	331.874	341.196
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	317.153	328.050
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	317.153	328.050
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	317.153	328.050
2.02.02	Outras Obrigações	4.330	3.903
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	3.903	3.903
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	3.903	3.903
2.02.02.02	Outros	427	0
2.02.02.02.04	Outros tributos	427	0
2.02.04	Provisões	6.828	5.587
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	6.828	5.587
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	278	278
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	6.550	5.309
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	3.563	3.656
2.02.06.01	Lucros a Apropriar	3.563	3.656
2.03	Patrimônio Líquido	1.730.284	1.082.255
2.03.01	Capital Social Realizado	784.004	784.004
2.03.02	Reservas de Capital	2.986	4.735
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-3.615	-3.615
2.03.02.08	Outras reservas de capital	878	878
2.03.02.11	Reserva Reflexa Baseada em Ações	10.672	9.851
2.03.02.12	Reserva reflexa de ações em tesouraria	-4.949	-2.379
2.03.04	Reservas de Lucros	156.522	296.522
2.03.04.01	Reserva Legal	24.953	24.953
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	75.323	75.323
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	64.594	64.594
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	42.749	42.749

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
2.03.04.10	Reserva de Investimentos	88.903	88.903
2.03.04.11	Distrb. Antecipada de Dividendos	-140.000	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	816.136	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-14.528	-2.981
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	619	-25
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-15.455	0

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	441	1.324	439	1.318
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-172	-1.095	-418	-1.143
3.03	Resultado Bruto	269	229	21	175
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	15.206	804.367	23.343	34.417
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-4.371	-11.538	-2.454	-9.052
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	160	390	0	0
3.04.04.02	Outras receitas	160	390	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-53	-1.881	-127	-1.039
3.04.05.03	Outras despesas operacionais	-53	-1.881	-127	-1.039
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	19.470	817.396	25.924	44.508
3.04.06.01	Equivalência Patrimonial	19.470	817.396	25.924	44.508
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	15.475	804.596	23.364	34.592
3.06	Resultado Financeiro	4.255	12.107	1.998	5.293
3.06.01	Receitas Financeiras	14.086	41.672	11.351	28.662
3.06.02	Despesas Financeiras	-9.831	-29.565	-9.353	-23.369
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	19.730	816.703	25.362	39.885
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-309	-393	0	0
3.08.01	Corrente	-309	-393	0	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	19.421	816.310	25.362	39.885
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	19.421	816.310	25.362	39.885
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,02030	0,85230	0,26500	0,04160
3.99.01.02	PN	0,02030	0,85230	0,02650	0,04160
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,02000	0,85140	0,02020	0,03510
3.99.02.02	PN	0,02000	0,85140	0,02020	0,03510

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	19.421	816.310	25.362	39.885
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-4.877	-15.455	0	0
4.02.02	Varição reflexa de reserva de ativos financeiros disponíveis para venda, liquida de tributos	-4.226	-14.584	0	0
4.02.03	Realização reflexa de reserva de operações de derivativos, liquida de tributos	-515	-685	0	0
4.02.04	Reserva Reflexa de hedge accounting	-136	-186	0	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	14.544	800.855	25.362	39.885

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	171.022	8.107
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	8.609	-9.751
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	816.703	39.885
6.01.01.02	Encargos, rendimentos financeiros e atualizações monetárias	8.664	-5.490
6.01.01.04	Equivalência patrimonial	-817.396	-44.508
6.01.01.05	Participação de empregados e administradores	641	362
6.01.01.06	Outras receitas, líquidas das despesas	-3	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	297	-5.278
6.01.02.01	Contas a receber	168	-7
6.01.02.02	Tributos	-1.495	128
6.01.02.03	Demais ativos	-12	-20
6.01.02.04	Fornecedores	-216	66
6.01.02.05	Salários, encargos sociais e benefícios	-618	-134
6.01.02.06	Provisões	1.241	676
6.01.02.07	Adiantamento para futuro aumento de capital	0	-6.144
6.01.02.08	Outras contas ativas e passivas	1.229	157
6.01.03	Outros	162.116	23.136
6.01.03.01	Encargos financeiros pagos	-798	-947
6.01.03.02	Dividendos/JCP recebidos de controladas	162.914	24.083
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-7.791	0
6.02.01	Aumento dos investimentos permanentes	-7.791	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	193.066	-8.107
6.03.01	Captações	0	7.000
6.03.02	Pagamentos de principal de empréstimos, financiamentos, debêntures, derivativos e leasing	-7.000	-6.226
6.03.03	Transações com partes relacionadas	350.185	6.156
6.03.05	Pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio	-150.119	-15.037
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	356.297	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	9	9
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	356.306	9

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	784.004	4.735	296.522	0	-3.006	1.082.255
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	784.004	4.735	296.522	0	-3.006	1.082.255
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	816.310	-15.455	800.855
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	816.310	0	816.310
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-15.455	-15.455
5.05.02.06	Reserva Reflexa de hedge accounting	0	0	0	0	-186	-186
5.05.02.07	Variação de reserva de ativos financeiros disponíveis para venda, líquida de tributos	0	0	0	0	-14.584	-14.584
5.05.02.08	Realização de reserva de operações de derivativos, líquida de tributos	0	0	0	0	-685	-685
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-1.749	-140.000	-174	-10.903	-152.826
5.06.04	Reserva reflexa de ações em tesouraria	0	-2.570	0	0	0	-2.570
5.06.05	Reserva Reflexa de remuneração baseada em ações	0	821	0	0	0	821
5.06.06	Variação de participação em investimentos e minoritários	0	0	0	0	-10.903	-10.903
5.06.07	Outros efeitos/variações PI controladas	0	0	0	-174	0	-174
5.06.08	Dividendos	0	0	-140.000	0	0	-140.000
5.07	Saldos Finais	784.004	2.986	156.522	816.136	-29.364	1.730.284

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	564.541	561	429.250	0	-31.955	962.397
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	564.541	561	429.250	0	-31.955	962.397
5.04	Transações de Capital com os Sócios	219.463	-87	-219.463	0	0	-87
5.04.01	Aumentos de Capital	219.463	0	-219.463	0	0	0
5.04.08	Constituição/Realização da Reserva de Capital	0	-87	0	0	0	-87
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	39.885	-121.017	-81.132
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	39.885	0	39.885
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-121.017	-121.017
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-1	-1
5.05.02.06	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	-121.016	-121.016
5.07	Saldos Finais	784.004	474	209.787	39.885	-152.972	881.178

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010</b>
7.01	Receitas	1.790	1.394
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.400	1.394
7.01.02	Outras Receitas	390	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-7.988	-7.149
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-695	-680
7.02.04	Outros	-7.293	-6.469
7.03	Valor Adicionado Bruto	-6.198	-5.755
7.04	Retenções	-1.241	-677
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	0	-1
7.04.02	Outras	-1.241	-676
7.04.02.01	Provisões	-1.241	-676
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-7.439	-6.432
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	859.068	73.170
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	817.396	44.508
7.06.02	Receitas Financeiras	41.672	28.662
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	851.629	66.738
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	851.629	66.738
7.08.01	Pessoal	3.921	2.514
7.08.01.01	Remuneração Direta	3.132	2.034
7.08.01.02	Benefícios	659	395
7.08.01.03	F.G.T.S.	130	85
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.215	607
7.08.02.01	Federais	1.138	530
7.08.02.03	Municipais	77	77
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	30.183	23.732
7.08.03.01	Juros	29.543	23.369
7.08.03.03	Outras	640	363
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	816.310	39.885
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	816.310	39.885

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
1	Ativo Total	16.741.687	20.073.689
1.01	Ativo Circulante	5.429.767	5.955.295
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.089.673	2.939.084
1.01.02	Aplicações Financeiras	270.087	469.375
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	270.087	469.375
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	270.087	469.375
1.01.03	Contas a Receber	1.089.041	1.397.420
1.01.03.01	Clientes	1.076.156	1.393.931
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	12.885	3.489
1.01.04	Estoques	25.635	21.464
1.01.06	Tributos a Recuperar	171.118	261.558
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	171.118	261.558
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	784.213	866.394
1.01.08.03	Outros	784.213	866.394
1.01.08.03.01	Instrumentos financeiros derivativos	35.090	9.573
1.01.08.03.03	Dividendos e juros sobre capital próprio	214	0
1.01.08.03.04	Depósitos e bloqueios judiciais	307.012	396.329
1.01.08.03.06	Outros Tributos	204.405	234.988
1.01.08.03.07	Demais ativos	237.492	225.504
1.02	Ativo Não Circulante	11.311.920	14.118.394
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.810.416	3.087.189
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	38.891	18.394
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação	21.291	0
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	0	15.948
1.02.01.01.03	Caixa restrito	17.600	2.446
1.02.01.03	Contas a Receber	30.773	20.781
1.02.01.03.01	Clientes	30.773	20.781
1.02.01.06	Tributos Diferidos	935.020	1.266.379
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	935.020	1.266.379
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	149.194	113.565
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	99.417	100.843
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	49.777	12.722
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.656.538	1.668.070
1.02.01.09.03	Depósitos e bloqueios judiciais	1.280.951	1.449.110
1.02.01.09.06	Instrumentos Financeiros derivativos	40.146	5.048
1.02.01.09.07	Ativo financeiro disponível para venda	138.691	0
1.02.01.09.09	Ativo relacionado aos fundos de pensão	15.770	20.243
1.02.01.09.13	Outros Tributos	95.084	99.170
1.02.01.09.14	Demais ativos	85.896	94.499
1.02.02	Investimentos	1.670.296	1.413.263
1.02.02.01	Participações Societárias	11.408	13.290
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	11.408	13.290
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	1.658.888	1.399.973
1.02.03	Imobilizado	3.732.745	5.209.496
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	3.257.091	4.615.555
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	1.113	3.443

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	474.541	590.498
1.02.04	Intangível	3.098.463	4.408.446
1.02.04.01	Intangíveis	2.916.497	4.276.716
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	395.677	638.445
1.02.04.01.02	Licenças Regulatórias	2.223.635	3.284.115
1.02.04.01.03	Sistema de processamento de dados	221.227	261.415
1.02.04.01.04	Marcas e patentes	20.005	25.578
1.02.04.01.07	Outros	55.953	67.163
1.02.04.02	Goodwill	181.966	131.730

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
2	Passivo Total	16.741.687	20.073.689
2.01	Passivo Circulante	3.128.787	4.659.847
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	169.405	191.348
2.01.01.01	Obrigações Sociais	0	16.445
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	169.405	174.903
2.01.02	Fornecedores	644.572	910.086
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	644.411	909.885
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	161	201
2.01.03	Obrigações Fiscais	149.760	183.374
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	144.360	179.278
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	134.304	172.734
2.01.03.01.02	Outras obrigações fiscais federais	10.056	6.544
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	3.860	3.274
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.540	822
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.099.173	1.808.437
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.099.173	1.807.461
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.003.272	1.546.903
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	95.901	260.558
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	0	976
2.01.05	Outras Obrigações	770.956	1.179.634
2.01.05.02	Outros	770.956	1.179.634
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	38.505	231.217
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	0	3.913
2.01.05.02.05	Instrumentos Financeiros derivativos	34.650	123.867
2.01.05.02.06	Outros tributos	278.224	381.934
2.01.05.02.07	Programa de refinanciamento fiscal	19.756	15.952
2.01.05.02.08	Autorizações e concessões a pagar	59.902	116.340
2.01.05.02.09	Demais obrigações	339.919	306.411
2.01.06	Provisões	294.921	386.968
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	294.921	386.968
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	26.652	32.465
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	52.867	65.195
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	9.815	17.034
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	205.587	272.274
2.02	Passivo Não Circulante	8.096.445	10.069.707
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	5.661.550	6.835.847
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	5.661.550	6.835.847
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	4.338.733	5.388.148
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.322.817	1.447.699
2.02.02	Outras Obrigações	971.790	1.152.068
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	75.106	3.903
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	75.106	3.903
2.02.02.02	Outros	896.684	1.148.165
2.02.02.02.04	Outros tributos	266.969	330.966
2.02.02.02.06	Instrumentos Financeiros derivativos	32.629	62.110
2.02.02.02.08	Autorizações e concessões a pagar	218.030	348.346

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
2.02.02.02.09	Programa de refinanciamento fiscal	171.795	194.971
2.02.02.02.13	Demais obrigações	207.261	211.772
2.02.03	Tributos Diferidos	488.102	728.712
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	488.102	728.712
2.02.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	483.443	728.712
2.02.03.01.02	Outros impostos s/ receitas diferidas	4.659	0
2.02.04	Provisões	971.440	1.349.424
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	971.440	1.349.424
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	145.799	208.759
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	272.132	352.511
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	85.535	125.749
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	467.974	662.405
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	3.563	3.656
2.02.06.01	Lucros a Apropriar	3.563	3.656
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	5.516.455	5.344.135
2.03.01	Capital Social Realizado	784.004	784.004
2.03.02	Reservas de Capital	2.986	4.735
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-3.615	-3.615
2.03.02.09	Outras Reservas de Capital	878	878
2.03.02.11	Reserva Reflexa Baseada em Ações	10.672	9.851
2.03.02.12	Reserva reflexa de ações em tesouraria	-4.949	-2.379
2.03.04	Reservas de Lucros	156.522	296.522
2.03.04.01	Reserva Legal	24.953	24.953
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	75.323	75.323
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	64.594	64.594
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	42.749	42.749
2.03.04.10	Reserva de Investimentos	88.903	88.903
2.03.04.11	Distrb. Antecipada de Dividendos	-140.000	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	816.136	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-14.528	-2.981
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	619	-25
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-15.455	0
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	3.786.171	4.261.880

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.304.999	3.834.318	1.775.597	5.279.875
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-839.053	-2.416.443	-1.068.297	-3.176.720
3.03	Resultado Bruto	465.946	1.417.875	707.300	2.103.155
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-239.816	171.863	-385.634	-1.251.606
3.04.01	Despesas com Vendas	-135.949	-443.479	-223.481	-668.816
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-145.795	-387.496	-147.004	-429.697
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	145.238	1.334.407	92.401	229.220
3.04.04.02	Outras receitas	145.238	1.334.407	92.401	229.220
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-103.311	-323.644	-107.550	-382.313
3.04.05.03	Outras despesas operacionais	-103.311	-323.644	0	-382.313
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	1	-7.925	0	0
3.04.06.01	Equivalência Patrimonial	1	-7.925	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	226.130	1.589.738	321.666	851.549
3.06	Resultado Financeiro	-117.590	-389.511	-130.606	-440.113
3.06.01	Receitas Financeiras	177.395	412.175	134.683	381.509
3.06.02	Despesas Financeiras	-294.985	-801.686	-265.289	-821.622
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	108.540	1.200.227	191.060	411.436
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-29.826	-96.865	-57.354	-96.362
3.08.01	Corrente	-48.036	-151.471	-34.306	-144.207
3.08.02	Diferido	18.210	54.606	-23.048	47.845
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	78.714	1.103.362	133.706	315.074
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	-1.206	-2.430	0	0
3.10.02	Ganhos/Perdas Líquidas sobre Ativos de Operações Descontinuadas	-1.206	-2.430	0	0
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	77.508	1.100.932	133.706	315.074
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	19.421	816.310	25.362	39.885
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	58.087	284.622	108.344	275.189
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010</b>
3.99.01.01	ON	0,02030	0,85230	0,02650	0,04160
3.99.01.02	PN	0,02030	0,85230	0,02650	0,04160
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,02000	0,85140	0,02020	0,03510
3.99.02.02	PN	0,02000	0,85140	0,02020	0,03510

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010</b>
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	77.508	1.100.932	133.706	315.074
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-15.764	-51.346	0	0
4.02.02	Varição reflexa de reserva de ativos financeiros disponíveis para venda, liquida de tributos	-14.421	-49.844	0	0
4.02.03	Realização reflexa de reserva de operações de derivativos, liquida de tributos	-590	-783	0	0
4.02.04	Reserva Reflexa de hedge accounting	-1.634	-2.238	0	0
4.02.05	Outros	881	1.519	0	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	61.744	1.049.586	133.706	315.074
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	14.544	800.855	25.362	39.885
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	47.200	248.731	108.344	275.189

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.174.026	1.528.155
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.838.419	2.652.805
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.200.227	411.436
6.01.01.02	Encargos, rendimentos financeiros e atualizações monetárias	584.925	550.928
6.01.01.03	Depreciação e amortização	728.751	1.073.394
6.01.01.04	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	103.827	175.212
6.01.01.05	Provisões	138.220	110.036
6.01.01.06	Reversão Variação Monetária Depósito Judicial	31.163	0
6.01.01.07	Equivalência patrimonial	7.926	0
6.01.01.08	Baixa de ativo permanente	10.865	15.592
6.01.01.09	Taxa de prorrogação do Contrato de Concessão - ANATEL	14.390	25.088
6.01.01.10	Participação de empregados e administradores	17.084	60.780
6.01.01.11	Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros	-47.903	44.974
6.01.01.12	Atualização monetária de provisões	44.935	68.660
6.01.01.13	Atualização monetária do programa de Refinanciamento Fiscal	22.865	14.375
6.01.01.14	Ganho/(perda) de participação	-1.074.676	0
6.01.01.15	Provisão (reversão) de programa de Refinanciamento Fiscal	32.674	0
6.01.01.16	Apropriação de despesas antecipadas	102.767	146.944
6.01.01.17	Remuneração baseada em ações	1.707	2.948
6.01.01.18	Dividendos fixos e atualização monetária sobre ações preferenciais resgatáveis	15.264	19.429
6.01.01.19	Prescrição de dividendos	-28.677	-7.492
6.01.01.20	Outras receitas, líquidas das despesas	-67.915	-59.499
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-331.627	-435.773
6.01.02.01	Contas a receber	-150.487	-230.172
6.01.02.02	Estoques	-10.095	17.051
6.01.02.03	Tributos	-31.083	140.991
6.01.02.04	Aplicações financeiras mantidas para negociação	-990.044	-1.209.221
6.01.02.05	Resgate de aplicações financeiras mantidas para negociação	1.063.189	1.108.452
6.01.02.06	Despesas antecipadas	-142.207	-159.272
6.01.02.07	Empréstimos a receber	878	6.110
6.01.02.08	Demais ativos	-12	-20
6.01.02.09	Fornecedores	127.218	78.794
6.01.02.10	Salários, encargos sociais e benefícios	-19.262	-5.720
6.01.02.11	Provisões	-86.225	-149.617
6.01.02.12	Provisão para fundos de pensão	-15.067	-22.843
6.01.02.13	Adiantamento para futuro aumento de capital	13	0
6.01.02.14	Outras contas ativas e passivas	-78.443	-10.306
6.01.03	Outros	-332.766	-688.877
6.01.03.01	Encargos financeiros pagos	-390.945	-628.337
6.01.03.02	Imposto de renda e contribuição social pagos - Empresa	-105.074	-84.394
6.01.03.03	Imposto de renda e contribuição social pagos - Terceiros	-37.871	-43.821
6.01.03.04	Dividendos/JCP recebidos de controladas	201.124	62.141

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010</b>
6.01.03.05	Outros	0	5.534
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2.902.839	-970.091
6.02.01	Ativo disponível para venda	-214.211	0
6.02.02	Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	-914.447	-789.732
6.02.03	Aumento dos investimentos permanentes, menos caixa líquido incluído na aquisição	-1.744.861	-4.570
6.02.04	Depósitos e bloqueios judiciais	-327.625	-311.396
6.02.05	Resgates de depósitos e bloqueios judiciais	83.008	144.120
6.02.06	Recebimento de venda de ativo imobilizado	213.892	695
6.02.07	Caixa líquido recebido na venda de participações societárias	7.363	0
6.02.08	Caixa restrito	-5.556	-458
6.02.09	Créditos com Empresas Ligadas - Recebimentos	3.688	0
6.02.10	Aplicações financeiras mantidas até o vencimento	-4.090	-8.750
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.861.021	125.169
6.03.01	Captações	1.779.160	2.267.031
6.03.02	Pagamentos de principal de empréstimos, financiamentos, debêntures, derivativos e leasing	-2.047.996	-1.859.945
6.03.03	Transações com partes relacionadas	423.534	6.125
6.03.04	Aquisição de ações de controladas e recompra de ações	-16.444	-11.931
6.03.05	Autorizações e concessões	-54.755	-12.523
6.03.06	Programa de Refinanciamento Fiscal	-17.254	-18.125
6.03.07	Pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio	-477.135	-288.926
6.03.08	Aumento de capital	2.282.305	43.463
6.03.09	Pagamento de ações preferenciais	-10.394	0
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	18.381	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	150.589	683.233
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.939.084	2.338.315
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.089.673	3.021.548

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	784.004	4.735	296.522	0	-3.006	1.082.255	4.261.880	5.344.135
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	784.004	4.735	296.522	0	-3.006	1.082.255	4.261.880	5.344.135
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	488.104	488.104
5.04.01	Aumentos de Capital	0	0	0	0	0	0	611.299	611.299
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	0	0	0	0	0	-21	-21
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	0	0	0	0	0	-3.797	-3.797
5.04.08	Ações bonificadas a resgatar	0	0	0	0	0	0	-119.377	-119.377
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	816.310	-15.455	800.855	248.731	1.049.586
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	816.310	0	816.310	284.622	1.100.932
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-15.455	-15.455	-35.891	-51.346
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	0	0	1.519	1.519
5.05.02.06	Reserva Reflexa de hedge accounting	0	0	0	0	-186	-186	-2.052	-2.238
5.05.02.07	Varição de reserva de ativos financeiros disponíveis para venda, líquida de tributos	0	0	0	0	-14.584	-14.584	-35.260	-49.844
5.05.02.08	Realização de reserva de operações de derivativos, líquida de tributos	0	0	0	0	-685	-685	-98	-783
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-1.749	-140.000	-174	-10.903	-152.826	-1.212.544	-1.365.370
5.06.04	Reserva reflexa de ações em tesouraria	0	-2.570	0	0	0	-2.570	267	-2.303
5.06.05	Reserva de remuneração baseada em ações	0	0	0	0	0	0	3.065	3.065
5.06.06	Reserva Reflexa de remuneração baseada em ações	0	821	0	0	0	821	720	1.541
5.06.07	Varição de participação em investimentos e minoritários	0	0	0	0	-10.903	-10.903	30.176	19.273
5.06.08	Outros efeitos/variações PI controladas	0	0	0	-174	0	-174	-1.185.667	-1.185.841
5.06.09	Dividendos	0	0	-140.000	0	0	-140.000	-61.105	-201.105
5.07	Saldos Finais	784.004	2.986	156.522	816.136	-29.364	1.730.284	3.786.171	5.516.455

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	564.541	561	429.250	0	-31.955	962.397	-20.547	941.850
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	564.541	561	429.250	0	-31.955	962.397	-20.547	941.850
5.04	Transações de Capital com os Sócios	219.463	-87	-219.463	0	0	-87	0	-87
5.04.01	Aumentos de Capital	219.463	0	-219.463	0	0	0	0	0
5.04.08	Constituição/Realização da Reserva de Capital	0	-87	0	0	0	-87	0	-87
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	39.885	-121.017	-81.132	-29	-81.161
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	39.885	0	39.885	-29	39.856
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-121.017	-121.017	0	-121.017
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-1	-1	0	-1
5.05.02.06	Ajuste de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	-121.016	-121.016	0	-121.016
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	2	2
5.06.04	Outros	0	0	0	0	0	0	2	2
5.07	Saldos Finais	784.004	474	209.787	39.885	-152.972	881.178	-20.574	860.604

**DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010</b>
7.01	Receitas	6.275.248	7.136.904
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	5.084.863	7.103.331
7.01.02	Outras Receitas	1.294.212	208.785
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-103.827	-175.212
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.716.404	-2.358.706
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-600.801	-880.417
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.041.398	-1.307.231
7.02.04	Outros	-74.205	-171.058
7.03	Valor Adicionado Bruto	4.558.844	4.778.198
7.04	Retenções	-940.838	-1.304.379
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-728.751	-1.073.394
7.04.02	Outras	-212.087	-230.985
7.04.02.01	Provisões	-143.703	-179.452
7.04.02.02	Outras	-68.384	-51.533
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	3.618.006	3.473.819
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	404.250	381.510
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-7.925	0
7.06.02	Receitas Financeiras	412.175	381.510
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	4.022.256	3.855.329
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	4.022.256	3.855.329
7.08.01	Pessoal	584.536	586.001
7.08.01.01	Remuneração Direta	482.897	419.746
7.08.01.02	Benefícios	48.838	104.881
7.08.01.03	F.G.T.S.	14.280	15.874
7.08.01.04	Outros	38.521	45.500
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.410.208	1.935.844
7.08.02.01	Federais	344.531	395.377
7.08.02.02	Estaduais	995.596	1.516.106
7.08.02.03	Municipais	70.081	24.361
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	926.580	1.018.410
7.08.03.01	Juros	703.179	745.261
7.08.03.02	Aluguéis	214.375	265.629
7.08.03.03	Outras	9.026	7.520
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.100.932	315.074
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	816.310	39.885
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	284.622	275.189

## **Comentário do Desempenho**

A Companhia é uma holding e seu resultado provém basicamente do resultado da equivalência patrimonial nas investidas Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. e Jereissati Telecom S.A.

As controladas são companhias abertas e remetem regularmente à CVM seus relatórios trimestrais e o desempenho de suas operações.

## 1 INFORMAÇÕES GERAIS

A Jereissati Participações S.A. (“Jereissati” ou “Companhia”) é uma companhia aberta nacional, com ações negociadas em bolsa de valores, e tem por objetivo a participação societária em outras empresas e a prestação de serviços de assessoria e consultoria econômica, financeira e tributária. A Companhia é sediada no Brasil, na cidade de São Paulo, no bairro Jardim Paulistano, na Rua Angelina Maffei Vita, 200 – 9º andar parte. A Companhia é uma holding controlada pela Sociedade Fiduciária Brasileira Serv. Neg. e Part. S.A., que em 30 de setembro de 2011 detêm 30,64% do capital votante e 29,33% do capital total da Companhia.

A controlada direta Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. (“Iguatemi”) com sede em São Paulo – SP, negocia suas ações na BM&F Bovespa – IGTA3, e tem por objetivo a exploração comercial e o planejamento de shopping centers, a prestação de serviços de administração de shopping centers regionais e de complexos imobiliários de uso misto, a compra e venda de imóveis, a exploração de estacionamentos rotativos, a intermediação na locação de espaços promocionais, a elaboração de estudos, projetos e planejamento em promoção e merchandising, o exercício de outras atividades afins ou correlatas ao seu objeto social e a participação em outras companhias como sócia, cotista, acionista ou associada por qualquer outra forma permitida por lei.

Os empreendimentos (“shopping centers”) são constituídos em sua maioria sob a forma de condomínio de edificação, não possuindo personalidade jurídica. Suas operações são registradas pela controlada Iguatemi, em seus livros contábeis, na proporção da participação que as empresas possuem em cada empreendimento. A controlada direta Iguatemi e suas controladas são detentoras de uma fração ideal (“participação”) de determinados empreendimentos imobiliários, em sua grande maioria shopping centers, localizados nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do País.

A controlada direta Jereissati Telecom S.A., anteriormente denominada La Fonte Telecom S.A. (“Jereissati Telecom”) é uma companhia aberta nacional, com sede em São Paulo, e com ações negociadas em bolsa de valores, e tem por objeto social a participação no capital de outras sociedades, como sócia ou acionista, a critério do Conselho de Administração, a exploração comercial e o planejamento de shopping centers e empreendimentos de uso misto, a compra e venda de imóveis, a fabricação e a comercialização de ferragens e o exercício de outras atividades industriais e comerciais de produtos conexos, bem como a importação e a exportação. A Jereissati Telecom possui participação direta no capital social da EDSP75 Participações S.A. (“EDSP75”) e da Infinity Trading Limited. (“Infinity”) e participação direta e indireta da Tele Norte Leste Participações S.A. (“TNL”).

A controlada indireta EDSP75 é uma sociedade anônima, com sede em São Paulo, e tem por objeto social específico a participação no capital social da LF Tel S.A. (“LF Tel”), da Telemar Participações S.A. (“Telemar”); da Tele Norte Leste Participações S.A. (“TNL”), da Telemar Norte Leste S.A. (“TMAR”), da CTX Participação S.A. (“CTX”), da Contax Participações S.A. (“Contax Participações”) e das sociedades por elas controladas.

Atualmente a EDSP75 possui participação integral no capital social da LF Tel, companhia aberta nacional, com sede em São Paulo. A LF Tel tem por objeto social específico a participação no capital social da Telemar Participações S.A., da Tele Norte Leste Participações S.A., da Telemar Norte Leste S.A., da CTX Participações S.A., da Contax Participações S.A. e das sociedades por elas controladas.

## Notas Explicativas

A Infinity, subsidiária integral da Jereissati Telecom, com sede em Tortola – Ilhas Virgens Britânicas, foi constituída em 1996, com o objetivo de prestar serviços de gerenciamento e assessoria em operações financeiras à sua controladora.

Os valores originários das demonstrações financeiras da controlada em conjunto indireta EDSP75 e consequentemente da sua controlada direta LF Tel e as suas controladas em conjunto direta e indireta, que são a Telemar, Privatinvest Participações S.A., CTX, TNL e TMAR, para fins de demonstrações financeiras consolidadas e notas explicativas, foram proporcionalizados à participação detida pela Companhia nestas controladas em conjunto, exceto se indicados de outra forma. A consolidação do resultado foi elaborada na proporção da respectiva porcentagem de participação de cada período.

A controlada indireta em conjunto Telemar é uma sociedade por ações, de capital aberto, e tem como objeto social a participação direta ou indireta no capital da TNL, podendo, inclusive, prestar serviços gerenciais e administrativos às empresas sob seu controle, bem como participar em outras sociedades no país e no exterior. Além da participação na TNL, a Telemar possui participação no capital social da TMAR, da Valverde Participações S.A. (“Valverde”) e da Bakarne Investments Ltd. (“Bakarne”).

A TNL, controlada indireta em conjunto, é uma sociedade por ações, de capital aberto, e foi constituída em 22 de maio de 1998, pela cisão da Telecomunicações Brasileiras S.A. (“Telebrás”), tendo como principais atividades a participação em outras sociedades e promoção de gestão operacional e financeira de suas empresas controladas, diretas ou indiretas.

A TNL ainda possui (i) através da subsidiária TMAR, prestação de serviços de telefonia fixa na Região I e serviço de Longa Distância Internacional - LDI em todo o território brasileiro; (ii) através da subsidiária TNL PCS S.A. (“Oi”) prestação de serviço de telefonia móvel nas Regiões I e III; (iii) através da subsidiária Brasil Telecom S.A. (“BrT”) prestação de serviços de telefonia fixa e concessão para o serviço de LDI na Região II; e (iv) através da subsidiária 14 Brasil Telecom Celular S.A. (“BrT Celular”) prestação de serviços de telefonia móvel na Região II.

As vigências dos contratos de concessão e das autorizações acima mencionadas se encontram divulgadas nas Notas 3 (h) e 17.

A Valverde é uma sociedade por ações, subsidiária integral da controlada indireta Telemar, que foi adquirida em 03 de março de 2011, cujo objeto social principal é a participação em outras sociedades, que em 30 de setembro de 2011 detém, das ações em circulação da TNL, 3,78% do seu capital total e 9,59% do seu capital votante.

A Bakarne é uma empresa em fase pré-operacional, subsidiária integral da controlada indireta Telemar, com sede em Tortola – Ilhas Virgens Britânicas, constituída em 2003, com o objetivo de prestar serviços de gerenciamento e assessoria em operações financeiras à controladora.

A Privatinvest Participações S.A. (“Privatinvest”), controlada indireta em conjunto, foi constituída em 1999 e tem por objeto social a participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista, a participação em empreendimentos imobiliários e a participação, como quotista, em fundos de investimento regularmente constituídos.

A controlada indireta CTX é uma sociedade por ações, de capital aberto, e tem por objeto social a participação, direta ou indireta, no capital da Contax Participações S.A. e de outras sociedades, no país ou no exterior, podendo, inclusive, prestar serviços gerenciais e administrativos às empresas

## Notas Explicativas

sob seu controle. A controlada indireta CTX possui como controlada direta a Contax Participações e como controladas indiretas a Contax S.A. (“Contax”), a TODO Soluções em Tecnologia S.A. (“TODO”), a BRC Empreendimentos Imobiliários Ltda. (“BRC”), a Ability Comunicação Integral Ltda. (“Ability”), a Contax Sucursal Empresa Extranjeira Argentina (“Contax Argentina”), Contax Colômbia S.A.S. (“Contax Colômbia”), Stratton Spain S.L (“Stratton Espanha”), Allus Spain S.L. (“Allus”), Stratton Argentina S.A. (“Stratton Argentina”), Stratton Peru S.A. (“Stratton Peru”), Multienlace S/A (“Multienlace”), a Mobitel S.A. (“Mobitel”) e a GPTI Tecnologia da Informação S.A. (“GPTI”). As controladas da Contax Participações atuam em teleatendimento em geral, prestação de tecnologia da informação em geral e de informática, dentre outros.

## 2 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

### 2.1 – Base de preparação

As Informações Trimestrais da Companhia foram preparadas para o período findo em 30 de setembro de 2011 e estão de acordo com o IAS – “*International Accounting Standards*” nº 34 e com o pronunciamento técnico emitido pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis nº 21 que tratam das demonstrações intermediárias.

O CPC 21 (IAS 34) requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia e suas controladas. As Informações Trimestrais foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos e passivos financeiros que são mensurados a valor justo.

Os valores correspondentes ao período findo em 30 de setembro de 2010, apresentados para fins de comparação, foram ajustados para refletirem as mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil em decorrência da aplicação dos CPCs com vigência para 2010.

Estas Informações Financeiras Trimestrais não incluem todas as informações e divulgações requeridas nas Demonstrações Financeiras anuais, portanto, devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, arquivadas em 31 de maio de 2011, as quais foram preparadas de acordo com o IFRS – “*International Financial Reporting Standards*” e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Não houve mudanças nas práticas contábeis adotadas em 31 de dezembro de 2010, as quais estão descritas na nota explicativa 2 das Demonstrações Financeiras anuais de 31 de dezembro de 2010, exceto pelas descritas abaixo:

#### a) Reconhecimento de receita – programa de fidelização de clientes (“Oi Pontos”)

As controladas indiretas da Companhia, BrT Celular e Oi, implementaram um programa de fidelização de clientes (“Oi Pontos”), no qual os clientes acumulam pontos através dos valores pagos por serviços de telefonia móvel, telefonia fixa, internet e TV, e podem trocá-los por pacotes de serviços de telefonia móvel, por eventos disponíveis no “experiências Oi” e/ou transferi-los ao Programa Multiplus Fidelidade (parceiro das referidas controladas) para trocá-los por diversos outros benefícios do referido programa, tais como passagens aéreas, abastecimento nos postos de combustíveis da rede Ipiranga, entre outros.

As controladas indiretas da Companhia contabilizam os pontos concedidos no programa, como um componente separadamente identificável da transação de venda em que os pontos são concedidos. O valor justo da contraprestação recebida ou a receber, com relação à venda inicial, é alocado entre os prêmios concedidos pelo programa. O valor alocado aos pontos é estimado com base no seu valor justo, ou seja, o valor pelo qual os créditos de prêmios podem ser vendidos separadamente. Tal

## Notas Explicativas

valor é diferido e a receita relacionada é reconhecida somente quando os pontos são resgatados, expiram (prazo de 24 meses) e/ou são cancelados. O reconhecimento da receita é baseado no número de pontos que foram resgatados em troca de prêmios, bem como quando são cancelados ou expiram, em relação ao número total que se espera que seja resgatado. Tal programa começou a operar efetivamente no primeiro trimestre de 2011, sendo o saldo do passivo registrado na conta de receitas a apropriar.

### b) “*Hedge Accounting*” (contabilidade de “*hedge*”)

A partir de 1 de janeiro de 2011, a controlada indireta da Companhia, TMAR, passou a adotar o uso da contabilidade de “*hedge*” para os instrumentos financeiros derivativos. A adoção desta prática objetiva a redução da volatilidade do resultado reconhecido devido à variação do valor justo destes instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros derivativos designados para a contabilidade de “*hedge*” são submetidos a testes periódicos de efetividade prospectiva e retrospectiva utilizando metodologia de compensação monetária (“*dollar offset*”).

Os derivativos contratados e designados para contabilidade de “*hedge*” são formalmente identificados por meio de documentação na designação inicial, elaboradas de acordo com os requisitos do CPC 38 (IAS 39). Foram designados para contabilidade de “*hedge*” os instrumentos financeiros derivativos classificados como “*hedge*” de fluxo de caixa.

A parcela eficaz, conforme definido no CPC 38 (IAS 39), é registrada em conta do patrimônio líquido, denominada “Outros resultados abrangentes”, líquida de impostos, e é reclassificada para resultado financeiro com base na taxa efetiva. A parcela ineficaz, mensurada após testes de efetividade realizados trimestralmente, é registrada no resultado financeiro no mesmo período em que ocorre.

As variações no valor justo de instrumentos financeiros derivativos não designados para fins de contabilidade de “*hedge*” são contabilizadas como receitas e/ou despesas financeiras no resultado do período em que ocorrem.

Será terminada a relação de “*hedge*” e a designação removida quando:

- (i) O contrato do instrumento financeiro derivativo for exercido, terminado ou liquidado, ou se a controlada indireta TMAR remover voluntariamente a designação, obedecendo os critérios estabelecidos pelo CPC 38 (IAS 39). Caso o objeto de “*hedge*” continue existindo, os saldos acumulados em outros resultados abrangentes referentes às variações do valor justo do instrumento financeiro derivativo são apropriados ao resultado do período no qual as despesas de juros e variações cambiais do objeto de “*hedge*” são apropriadas.
- (ii) A dívida for pré-paga ou extinta. Neste caso, o saldo acumulado em outros resultados abrangentes é imediatamente apropriado às receitas e/ou despesas financeiras no resultado do período no qual a designação for desfeita.

As informações requeridas sobre os instrumentos financeiros derivativos, assim como os efeitos reconhecidos pela controlada indireta TMAR no período findo em 30 de setembro de 2011, estão descritas na Nota 3.

## 2.2 - Estimativas e julgamentos contábeis críticos

## Notas Explicativas

Ao preparar as Informações Trimestrais, a Administração da Companhia e suas controladas baseia-se em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos foram divulgadas na nota explicativa 2 das Demonstrações Financeiras anuais da Companhia, acima mencionadas. No período, não houve mudança relevante nas estimativas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas, além daquela mencionada na Nota 23, com relação às contingências trabalhistas.

### 2.3 - Outras alterações ocorridas no período

#### Jereissati Telecom

##### Aquisição da companhia EDSP75 e operação com a Portugal Telecom, SGPS (“PT”)

Em dezembro de 2010, a controlada Jereissati Telecom passou a deter participação integral do capital social de sua controlada LF Tel. Nesta mesma data, adquiriu a companhia EDSP75.

Em janeiro de 2011, a EDSP75 emitiu 133.938.273 (cento e trinta e três milhões, novecentos e trinta e oito mil e duzentas e setenta e três) novas ações ordinárias, sendo totalmente subscritas pela Jereissati Telecom, através de conferência de bens, aumentando o capital social da EDSP75 em R\$58,9 milhões. Os bens utilizados na integralização do capital social da EDSP75 foram os investimentos anteriormente detidos pela Jereissati Telecom em sua subsidiária integral LF Tel, descontados sua dívida com a Companhia.

Em março de 2011, a EDSP75 emitiu 291.226.681 novas ações ordinárias, tendo sido totalmente integralizadas pela Bratel Brasil S.A. (“Bratel”), subsidiária integral da PT, pelo preço de emissão de R\$ 4,70423923 (quatro reais e fração), totalizando R\$1.370 milhões, sendo R\$26 milhões destinado a conta de capital e R\$1.344 milhões destinado à conta de reserva de capital, em ágio na subscrição de ações. Nesta data o capital social da EDSP75 passou a ser R\$ 85 milhões. Com a integralização pela Bratel, das 291.226.681 novas ações ordinárias do capital da EDSP75 correspondendo a 30,31% do seu capital social, a Jereissati Telecom que antes detinha participação integral no capital social da EDSP75 passou a deter 69,69% de participação.

Nesta mesma data, através do Instrumento Particular de Compra e Venda, a Jereissati Telecom alienou para a Bratel, 45.096.035 ações ordinárias de emissão da EDSP75, correspondendo a 4,69% do seu capital social, no montante de R\$ 212 milhões. Com a aquisição pela Bratel, das 45.096.035 ações ordinárias do capital da EDSP75 representando 4,69% do seu capital social, a Jereissati Telecom que antes detinha 69,69% de participação passou a deter 65,0%, representado por 624.599.330 ações ordinárias do capital social da EDSP75. A Bratel passou a deter 35,0%, representado por 336.322.716 ações ordinárias do capital social da EDSP75.

Como consequência das transações mencionadas anteriormente, a Jereissati Telecom registrou um ganho no montante de R\$1.042.095, apresentado como outras receitas operacionais, conforme Nota 6. Esse ganho correspondente à parcela dos ativos não monetários vendida para a Bratel e conforme previsto pela Interpretação correspondente ao SIC 13, foi reconhecido no resultado do período pela Jereissati Telecom, por esta passar a ter controle compartilhado da EDSP75. Conforme Acordo de

## Notas Explicativas

acionistas firmado entre a Jereissati Telecom e a Bratel, as decisões financeiras e operacionais serão tomadas em conjunto entre os acionistas da EDSP75.

Adicionalmente, dos recursos obtidos pela EDSP75 com a integralização de capital pela Bratel, no montante de R\$1.370 milhões, a EDSP75 reinvestiu R\$820 milhões na controlada indireta LF Tel, através da subscrição de 255.235.728 (duzentos e cinquenta e cinco milhões, duzentos e trinta e cinco mil, setecentos e vinte e oito) novas ações ordinárias, emitidas pela LF Tel.

Nesta mesma data, a controlada indireta LF Tel reinvestiu o montante de R\$820 milhões conforme descrito abaixo:

- a LF Tel subscreveu 11.240.386 ações preferenciais de emissão da controlada em conjunto TMAR correspondente a 3,2670% do seu capital social, pelo preço de R\$570 milhões, passando a deter participação direta no capital social daquela controlada;
- a LF Tel subscreveu 36.784.491 ações de emissão da controlada direta em conjunto Telemar correspondente a 0,02% do seu capital social, pelo preço de R\$150 milhões;
- a LF Tel, através do contrato de compra e venda celebrado com a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI, Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS e Fundação dos Economistas Federais – FUNCEF, adquiriu 431.999.634 ações ordinárias de emissão de sua controlada direta em conjunto CTX, por R\$100 milhões passando a deter 36,80% de participação direta no capital social daquela controlada;

Adicionalmente, em julho de 2011, foi realizada Assembleia Geral de acionistas da controlada indireta CTX, em que foi aprovado o aumento de capital da CTX, no valor de R\$37.711, mediante a emissão de 162.913.541 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscrito pela Portugal Telecom e pela Fundação Atlântico de Seguridade Social. Após esta subscrição, a participação da controlada indireta LF Tel foi diluída, passando de 36,80% para 34,96% do capital da controlada indireta CTX.

As transações descritas anteriormente foram efetuadas unicamente com objetivo de implementar a estratégia da controlada direta Jereissati Telecom de alienar participação acionária na operação da Telemar e suas controladas (“Grupo de Telecomunicações”) e da CTX à Portugal Telecom, permitindo que este tivesse uma participação direta e indireta nas operações do Grupo de Telecomunicações e da CTX de aproximadamente 22% e 20%, respectivamente. Como parte desta estratégia, a LF Tel foi utilizada unicamente como um veículo no acordo global firmado entre os seus acionistas. Em decorrência do acordo mencionado anteriormente, de forma global, incluindo alienação e aquisição de participações por meio das diversas entidades sob seu controle, a controlada direta Jereissati Telecom alienou participação indireta de 6,75%, 0,65% e 0,10% da Telemar, da TMAR e da CTX, respectivamente.

Como parte do acordo mencionado anteriormente, a Portugal Telecom aportou recursos nas operações do Grupo de Telecomunicações e CTX, para redução do endividamento e ampliação de seus investimentos. Desta forma, a controlada indireta LF Tel recebeu recursos da Portugal Telecom como aumento de capital, que foi utilizado para: (i) efetuar o aporte de capital na Telemar e TMAR, o que ocasionou a diluição de participação acionária dos demais acionistas que optaram em não efetuar a subscrição de capital; e (ii) acréscimo da participação acionária no capital social da CTX, através dos eventos mencionados anteriormente.

No entendimento de sua Administração o acréscimo de participação ocasionado pela aquisição ou diluição na participação dos demais acionistas, não é considerado em essência como aquisição adicional de participação acionária na Telemar, TMAR e na CTX. Desta forma, a diferença entre os

## Notas Explicativas

valores pagos ou aportados no capital social da Telemar, TMAR e CTX e o seu patrimônio líquido foram registrados pela controlada direta Jereissati Telecom no resultado do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011 no montante de R\$ R\$32.581. O efeito no resultado da Companhia é de R\$25.861 na Controladora e R\$32.581 no Consolidado.

### Grupo de Telecomunicações

a) Parceria comercial Oi, Banco do Brasil S.A. (“Banco do Brasil”) e Cielo S.A. (“Cielo”)

Em 29 de setembro de 2010, a controlada indireta Oi assinou Acordo de Parceria Comercial com o Banco do Brasil e Acordo de Investimentos com a Cielo.

O contrato celebrado entre TMAR, BrT, Oi, BrT Celular, Paggo Administradora, Way TV e o Banco do Brasil tem como objetivo estabelecer parceria comercial para emissão de cartões de crédito “*co-branded*” e pré-pagos, além de outros meios de pagamento no formato tradicional ou que utilizem a tecnologia “*Mobile Payment*” para a base de clientes atual e futura da Oi.

O contrato celebrado entre Oi, Paggo Acquirer, Cielo e CieloPar Participações Ltda. (“CieloPar”) estabeleceu a participação da Paggo Acquirer e da CieloPar em uma nova sociedade denominada Paggo Soluções de Meios de Pagamento S.A. (“Paggo Soluções”).

A Paggo Soluções foi constituída com o objetivo de dedicar-se à condução de atividades de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira de transações comerciais com a tecnologia de “*Mobile Payment*” originadas ou concluídas em dispositivos de telefonia celular; e promover o credenciamento de lojistas à sua rede de transações originadas em dispositivos de telefonia celular, por meio dos relacionamentos já mantidos pela Cielo e pela Paggo Acquirer em todo território nacional.

Em 28 de fevereiro de 2011, após a autorização do CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica, a Paggo Acquirer e a CieloPar passaram a deter, cada uma, 50% do capital social da Paggo Soluções.

Em razão da alteração de participação supramencionada, a controlada indireta TNL deixou de consolidar os ativos e passivos da referida controlada indireta por 100% dos valores e passou a efetuar a consolidação proporcional à sua participação no referido empreendimento controlado em conjunto.

Os saldos integrais do balanço da Paggo Soluções, sobre os quais foi aplicada a participação da TMAR quando da elaboração da consolidação proporcional em 30 de setembro de 2011 são como segue<sup>1</sup>:

<b>Ativo</b>		<b>Passivo</b>	
Circulante		Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	2.657	Fornecedores	2.712
Contas a receber	2.210	Outras obrigações	124
Outros ativos	693		
	<u>5.560</u>		<u>2.836</u>
Não circulante		Patrimônio líquido	
Intangível	47.595	Capital social	60.178
		Prejuízos acumulados	(9.859)

**Notas Explicativas**

47.595	50.319
<u>53.155</u>	<u>53.155</u>

(1) valores não proporcionalizados à participação da controlada indireta LF Tel.

b) Aquisição do controle da Blackpool Participações Ltda. (“Blackpool”) pela Telemar Internet Ltda. (Oi Internet)

Em 7 de julho de 2011, a Oi Internet adquiriu 100% das ações da Blackpool pelo montante de R\$5.202 (valor não proporcionalizado).

A Blackpool é uma companhia holding sediada em São Paulo, que detém 100% das ações da Pointer Networks Ltda. (“Vex”), também sediada em São Paulo, que tem como principal negócio o provimento de acesso à internet em locais públicos, tais como aeroportos, shopping centers, entre outros no Brasil, e através de subsidiárias integrais nos seguintes países: Argentina, Bolívia, Canadá, Chile, Colômbia, Espanha, Estados Unidos, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, Ucrânia, Uruguai e Venezuela.

A referida combinação de negócios ainda se encontra no período de mensuração. Consequentemente, os valores justos dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos, até então apurados, estão sujeitos a ajustes que eventualmente sejam identificados dentro do período de um ano, contado a partir da data da aquisição.

**Grupo de Contact Center e Cobrança (valores não proporcionalizados)****Descontinuidade da operação de teleatendimento na Contax Argentina**

Em agosto de 2011 a controlada indireta Contax Participações decidiu descontinuar as atividades operacionais da Contax Argentina, cuja constituição ocorreu em setembro de 2010, na cidade de Buenos Aires, Argentina. Essa operação foi descontinuada em virtude de não apresentar o crescimento previsto e necessário para a continuidade do negócio, cuja previsão de resultados positivos seria a partir de julho de 2011, o que não se concretizou, não apresentando oportunidades de crescimento do negócio através do crescimento dos serviços prestados junto ao seu cliente principal e de novos clientes naquela cidade.

Análise do resultado do período da operação descontinuada:

O resultado da operação descontinuada incluído na demonstração do resultado estão apresentados a seguir:

<b>Resultado do período das operações descontinuadas</b>	<b>Período de nove meses findo em</b>
	<b><u>30/09/2011</u></b>
Receita operacional líquida	6.772
Custo dos serviços prestados	(16.933)
Prejuízo operacional bruto	<u>(10.161)</u>
Receitas (despesas) operacionais	
Receitas financeiras	143
Despesas financeiras	(229)

**Notas Explicativas**

Outras despesas operacionais, líquidas	(174)
	(260)
Prejuízo da operação descontinuada antes dos impostos	(10.421)
Imposto de renda e contribuição social Corrente	(3)
Prejuízo do período da operação descontinuada <sup>1</sup>	(10.424)

<sup>1</sup> R\$2.430 valor proporcional à participação indireta da Companhia em 30/09/2011.

**Integração das atividades da Contax Participações com a Portugal Telecom, SGPS**

Em 25 de janeiro de 2011, as administrações da Contax Participações e da Mobitel S.A., entidade controlada pela Portugal Telecom, SGPS, (“Dedic”) e sua controlada GPTI Tecnologia da Informação S.A. (“GPTI” ou, em conjunto com a Dedic, “Dedic GPTI”), tendo em vista atuarem no mesmo segmento de negócio, existindo complementaridade entre suas atividades, bases de clientes e serviços ofertados, celebraram Acordo de Incorporação de Ações da Dedic pela Contax Participações.

Em julho de 2011, A Contax Participações adquiriu o controle integral da Dedic por meio da incorporação das ações de sua emissão. Nesta mesma data, a Contax Participações adquiriu o controle integral da GPTI, por meio da sua controlada Dedic.

A aquisição objetivou principalmente o fortalecimento da posição de mercado das companhias, tendo em vista atuarem no mesmo segmento de negócio, a existência de complementaridade entre suas atividades, bases de clientes e serviços ofertados. Os detalhes desta operação estão descritos na Nota 30.

O valor justo reconhecido dos ativos adquiridos e passivos assumidos na aquisição do controle integral da Dedic GPTI é como segue:

	<b><u>Dedic GPTI</u></b>
<b>Ativos</b>	
Caixa e equivalentes de caixa	6.719
Contas a receber	92.590
Tributos a recuperar	13.098
Imobilizado	120.646
Intangível (*)	178.551
Tributos diferidos	49.885
Depósitos judiciais	14.696
Demais ativos	5.683
	<b>481.868</b>
<b>Passivos</b>	
Empréstimos e financiamentos	34.694
Debêntures	171.973
Mútuos	12.409
Fornecedores	24.282
Salários e encargos sociais	69.512
Tributos a recolher	9.616
Provisões	17.613
Obrigações a pagar a ex acionistas	23.000
Outras obrigações tributárias	9.803
Demais contas a pagar	854

## Notas Explicativas

Impostos diferidos	21.411
	<u>395.167</u>
<b>Total dos ativos identificáveis, líquidos</b>	<b><u>86.701</u></b>
Ágio registrado na aquisição (**)	31.396
<b>Total</b>	<b><u>118.097</u></b>
Preço inicial - (substituição de ações)	118.097

(\*) Incluí o valor de R\$95.619 referente ao ágio de rentabilidade futura para o segmento de TI em geral e informática (GPTI).

(\*\*) O valor de mercado da operação foi de R\$118.097, sendo o valor de R\$31.396 referente ao ágio fundamentado no valor econômico em função de rentabilidade futura (parcela do ágio não alocada).

### Grupo Allus

Em maio de 2011, a controlada indireta Contax adquiriu o controle integral da Stratton Spain S.L. (“Stratton Espanha”), e de suas controladas Allus Spain S.L., Stratton Argentina S.A., Stratton Peru S.A. e Multienlace S/A, esta última por meio da sua controlada Contax Colômbia, as quais, em conjunto, compõem o “Grupo Allus”. O Grupo Allus é um dos maiores prestadores de serviços de *contact center* na América Latina, com 22 unidades distribuídas na Argentina, Colômbia e Peru e atividade comercial nos Estados Unidos da América e na Espanha.

A aquisição objetivou a ampliação da oferta de serviços da Contax, que aumenta ainda mais sua atuação no mercado internacional, buscando consolidar seu plano estratégico.

O valor justo reconhecido dos ativos adquiridos e passivos assumidos na aquisição do controle integral do Grupo Allus é como segue:

	<u>Multienlace</u>	<u>Stratton Espanha</u>
<b>Ativos</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	10.711	6.795
Contas a receber	26.931	41.933
Tributos a recuperar	7.565	4.772
Imobilizado	27.632	10.088
Intangível	66.917	8.115
Outros ativos	<u>10.326</u>	<u>2.552</u>
	150.082	74.255
<b>Passivos</b>		
Fornecedores	6.292	17.701
Empréstimos e financiamentos	32.551	14.913
Salários e encargos sociais	9.015	18.018
Tributos a recolher	12.128	1.108
Tributos diferidos	22.083	2.742
Contingências	-	1.598
Outros	<u>178</u>	<u>1.726</u>
	82.247	57.806
<b>Total dos ativos identificáveis, líquidos</b>	<b><u>67.835</u></b>	<b><u>16.449</u></b>

**Notas Explicativas**

Ágio registrado na aquisição (*)	124.202	37.776
<b>Total</b>	<b>192.037</b>	<b>54.225</b>
Preço inicial - (pagamento à vista)	192.037	19.393
Valor retido (caixa restrito)	-	28.305
Preço adicional (contraprestação contingente) (**)	-	6.527

(\*) Nos termos do contrato de compra e venda celebrado entre as partes, a transferência da totalidade das ações de emissão das sociedades que compõem o Grupo Allus para as controladas indiretas Contax e Contax Colômbia, foi pelo montante de R\$246.262, dos quais R\$161.978 como ágio fundamentado no seu valor econômico, em função da estimativa de rentabilidade futura (parcela do ágio não alocada).

(\*\*) Foi acordada uma contraprestação contingente entre as partes. O valor justo da contraprestação contingente na data de aquisição corresponde ao valor do saldo remanescente para pagamento, no montante de R\$6.527 (“preço adicional”). Esse valor representa a melhor estimativa do valor justo, com base na expectativa de lucratividade do Grupo Allus e nas informações atualmente disponíveis. O pagamento do preço adicional está vinculado ao atendimento de determinadas condições associadas ao crescimento e a rentabilidade do Grupo Allus pelos próximos 2 anos. Conforme acordado no Contrato, o preço de aquisição, que é composto pelo somatório do preço inicial com o preço adicional, poderá ser de até R\$264.105.

Aquisição pela controlada indireta CTX de parte das ações de emissão da Contax Participações detidas pela Portugal Telecom / Aumento de Capital da controlada indireta CTX

Em decorrência da aprovação da Incorporação de ações, a controlada indireta CTX adquiriu, em 1º de julho de 2011, 1.012.466 ações ordinárias e 256.309 ações preferenciais de emissão da Contax Participações recebidas pela Portugal Telecom Brasil S.A. (Portugal Telecom) na Incorporação de Ações, pelo valor total de R\$49.700. As ações adquiridas representam 4,06% das ações ordinárias, 0,65% das ações preferenciais, e 1,96% do capital social da Contax Participações.

Adicionalmente, também em 1º de julho de 2011 foi realizada Assembleia Geral de acionistas da CTX, em que foi aprovado o aumento de capital da CTX, no valor de R\$37.711, mediante a emissão de 162.913.541 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, a ser subscrito pela Portugal Telecom e pela Fundação Atlântico de Seguridade Social.

Em razão da Aquisição das Ações da Contax Participações e do Aumento de Capital CTX, e considerando a relação de troca de Contax Participações e Dedic aprovada pelo Comitê Especial Independente, a Portugal Telecom passou a deter uma participação direta de 19,90% do capital social da CTX e direta e indiretamente de 19,52% no capital social da Contax Participações, sendo que a FASS manteve sua participação direta de 10,18% do capital social da CTX e indireta de 3,48% no capital social da Contax Participações.

Composição Acionária após Operações descritas acima

Após a conclusão das operações societárias descritas anteriormente, a estrutura acionária da controladas indiretas CTX e Contax Participações passou a ser conforme segue:

## Notas Explicativas

(i) Posição Acionária da CTX após conclusão das operações acima descritas:

<b>Acionistas</b>	<b>ON's</b>	<b>% ON's</b>
LF Tel S.A.	1.137.460.810	34,96
AG Telecom	784.730.222	24,12
Luxemburgo Participações S.A.	352.730.588	10,84
FASS	331.151.534	10,18
Portugal Telecom	647.451.385	19,90
Conselheiros	10	-
<b>Total</b>	<b>3.253.524.549</b>	<b>100,00</b>

(ii) Posição Acionária da Contax Participações (em milhares de ações) após conclusão das operações acima descritas:

<b>Acionistas</b>	<b>ON's</b>	<b>% ON's</b>	<b>PN's</b>	<b>% PN's</b>	<b>Total</b>
CTX Participações S.A.	17.871	72,75	4.136	10,41	22.007
Portugal Telecom	-	-	2.782	7,00	2.782
Ações em circulação	6.695	27,25	32.800	82,58	39.495
<b>Total</b>	<b>24.566</b>	<b>100,00</b>	<b>39.718</b>	<b>100,00</b>	<b>64.284</b>

### Contax Colômbia S.A.S

A Contax Colômbia S.A.S foi constituída em 25 de março de 2011, com capital inicial de aproximadamente R\$1, na cidade de Bogotá – Colômbia, tem como objeto social a prestação de serviços de teleatendimento em geral, oferecendo serviços integrados de relacionamento entre os clientes e seus consumidores, naquele país.

### 2.4 - Sazonalidade

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas não possuem operações sazonais relevantes.

### 2.5 - Base de consolidação

Os critérios de consolidação adotados são os mesmos daqueles divulgados na nota 2 (b) das Demonstrações Financeiras anuais de 31 de dezembro de 2010. A Companhia elaborou suas Informações Trimestrais Consolidadas incluindo suas controladas diretas Iguatemi e Jereissati Telecom (consolidação integral), a qual inclui também as controladas indiretas em conjunto (consolidação proporcional):

	Participação - %		
	Direta	Indireta	Total
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. ("Iguatemi") (*)	53,3834	0,7238	54,1072
Jereissati Telecom S.A. ("Jereissati Telecom")	79,3700	-	79,3700

(\*) Considerando ações em tesouraria

A identificação das controladas indiretas em conjunto, bem como as principais rubricas contábeis das Informações Trimestrais consolidadas estão apresentadas na Nota 15.

## Notas Explicativas

### 2.6 – Novos pronunciamentos de IFRS

No dia 12 de maio de 2011 o IASB publicou um pacote de 5 (denominado "*package of five*") normas novas ou revisadas, endereçando o tratamento contábil para consolidação, envolvimento em acordos conjuntos ("*joint arrangements*") e divulgação de envolvimento com outras entidades.

Cada uma das novas normas é aplicável para períodos anuais que iniciam em ou após 1 de janeiro de 2013, sendo sua aplicação antecipada permitida considerando que cada uma das normas no "*package of five*" seja também aplicada antecipadamente (a sua aplicação antecipada por entidades no Brasil em geral não é permitida até que essas normas sejam editadas na forma de CPCs e aprovadas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários e/ou CFC – Conselho Federal de contabilidade). Entretanto, é permitida a incorporação nas Demonstrações Financeiras das divulgações exigidas pela IFRS 12, sem significar que a entidade aplicou antecipadamente essa norma e, conseqüentemente, cada uma das outras quatro normas editadas. Uma das modificações mais significativas é a edição da IFRS 11 "*Joint Arrangements*", que substitui a IAS 31, eliminando a opção existente nessa norma de contabilizar os investimentos em entidades controladas em conjunto pelo método da consolidação proporcional (mantendo somente o método da equivalência patrimonial, diferentemente do que é hoje exigido no Brasil pelo CPC 19). O "*package of five*" inclui as seguintes normas: IFRS 10 – "*Consolidated Financial Statements*", IFRS 11 – "*Joint Arrangements*", IFRS 12 – "*Disclosure of Interests in Other Entities*", IAS 27 – "*Separate Financial Statements*", IAS 28 – "*Investments in Associates and Joint Ventures*". A Administração aplicará as determinações dos pronunciamentos aplicáveis a Companhia e suas controladas, após a edição destas normas pelo CPC e aprovação pela CVM.

No dia 12 de maio de 2011 o IASB publicou também a IFRS 13 "*Fair Value Measurement*", que substitui as orientações sobre mensurações pelo valor justo constantes na literatura das IFRS em uma única norma. Essa norma é resultante do esforço conjunto entre o IASB e o FASB para desenvolver uma única estrutura conceitual sobre "*fair value*" e desta forma o FASB também emitiu modificações nas suas orientações sobre valor justo constantes no ASC 820. Assim, as diferenças entre as IFRS e os US GAAP foram significativamente reduzidas (entre elas está o requerimento de divulgação da análise de sensibilidade para instrumentos financeiros, requerida pela IFRS 13, mas não requerida pelo ASC 820). A IFRS 13 "*define fair value*", orienta sobre como determinar o "*fair value*" e requer certas divulgações sobre as mensurações a "*fair value*". Entretanto, ela não introduz nenhum requerimento novo ou revisado sobre quais itens devem ser mensurados pelo valor justo ou quais devem ter o seu valor justo divulgado. A IFRS 13 é aplicável para períodos anuais que iniciam em ou após 1 de janeiro de 2013, sendo sua aplicação antecipada permitida (a sua aplicação antecipada por entidades no Brasil em geral não é permitida até que a norma seja editada na forma de CPC e aprovada pela CVM e/ou CFC). A Administração aplicará as determinações dos pronunciamentos aplicáveis a Companhia e suas controladas, após a edição destas normas pelo CPC e aprovação pela CVM.

## 3 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DE RISCOS

### Administração do risco financeiro

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas estão expostas a uma variedade de riscos financeiros, tais como: risco de mercado (incluindo risco de alterações na moeda, risco de taxa de juros sobre valor justo, risco de taxa de juros sobre fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. Determinadas controladas usam instrumentos financeiros derivativos para protegerem-se de certas exposições a estes riscos.

## Notas Explicativas

O gerenciamento de risco é realizado pela diretoria de tesouraria, de acordo com as políticas aprovadas pela Administração.

A Política de Gestão de Riscos Financeiros da Oi ("Política") aprovada pelo seu Conselho de Administração formaliza a gestão de exposição a fatores de risco de mercado gerados pelas operações financeiras das empresas do Grupo Oi. De acordo com a Política, os riscos de mercado são identificados com base nas características das operações financeiras contratadas e a contratar no ano fiscal em questão. Diversos cenários de cada um dos fatores de risco são então simulados através de modelos estatísticos, servindo de base para mensuração de impactos sobre o resultado financeiro do Grupo Oi. Com base em tal análise, a Diretoria acorda anualmente com o Conselho de Administração, a Diretriz de Risco a ser seguida em cada ano fiscal. A Diretriz de Risco é equivalente ao pior impacto esperado do resultado financeiro sobre o lucro líquido do Grupo, com 95% de confiança. Para o devido gerenciamento de riscos de acordo com a Diretriz de Risco, a área de tesouraria poderá contratar instrumentos de proteção, incluindo operações de derivativos como "swaps", termo de moedas e opções. A Companhia e suas controladas não utilizam derivativos para outros fins.

Com a aprovação da Política, foi criado o Comitê de Gestão de Riscos Financeiros, atualmente composto pelo Diretor Presidente, Diretor de Finanças, Diretor de Assuntos Regulatórios, Diretor de Auditoria Interna, Diretor de Planejamento e Desempenho, Diretor Tributário, Diretor de Controladoria e Diretor de Tesouraria.

De acordo com as suas naturezas, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento, avaliar o potencial desses riscos. Assim, podem existir instrumentos financeiros com garantias ou sem garantias, dependendo de aspectos circunstanciais ou legais.

### (a) Valor justo dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas procederam a uma avaliação de seus ativos e passivos contábeis em relação aos valores de mercado ou de efetiva realização (valor justo), utilizando informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Conseqüentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. A utilização de diferentes hipóteses para apuração do valor justo pode ter efeito material nos valores obtidos.

O método utilizado para o cálculo do valor justo dos instrumentos derivativos "Swap e NDF" foi o dos fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, descontados às taxas de mercado vigentes na data de encerramento do período findo em 30 de setembro de 2011.

Para títulos negociáveis em mercados ativos, o valor justo equivale ao valor da última cotação de fechamento disponível na data do encerramento do período findo em de 30 de setembro de 2011, multiplicado pelo número de títulos em circulação.

Para contratos em que as condições de contratação atuais são semelhantes àquelas em que os mesmos se originaram ou que não apresentam parâmetros para cotação ou contratação, os valores justos são semelhantes aos valores contábeis.

## Notas Explicativas

Apresentamos a seguir os principais instrumentos financeiros ativos e passivos:

	Mensuração Contábil	30/09/2011			
		Controladora		Consolidado	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativo</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo	356.306	356.306	3.089.673	3.089.673
Aplicações financeiras	Valor justo	-	-	308.978	308.978
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	-	-	75.236	75.236
Contas a receber	Custo amortizado	-	-	1.119.814	1.119.814
Ativo financeiro disponível para venda (i)	Valor justo	-	-	138.691	138.691
Debêntures a receber	Custo amortizado	3.092	3.092	3.092	3.092
<b>Passivo</b>					
Fornecedores	Custo amortizado	202	202	644.572	644.572
Empréstimos, financiamentos e debêntures					
Empréstimos, financiamentos e debêntures (*)	Custo amortizado	317.153	317.153	6.430.704	6.089.373
Ações preferenciais resgatáveis (*)	Custo amortizado	-	-	181.810	181.810
Notas Promissórias	Custo amortizado	-	-	93.395	93.395
Usufruto de ações (*)	Custo amortizado	-	-	54.814	54.814
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	-	-	67.279	67.279
Dividendos/JCP	Custo amortizado	3.285	3.285	38.505	38.505
Autorizações e concessões a pagar (**)	Custo amortizado	-	-	277.932	277.932
Ações bonificadas a resgatar (***)	Custo amortizado	-	-	119.377	119.377

(\*) As debêntures nos montantes apresentados na Nota 19, as ações preferenciais resgatáveis e o usufruto das ações não possuem mercado secundário para estimativa do valor justo.

(\*\*) As autorizações e concessões a pagar não possuem mercado e por isso não percebidos ajustes de valor justo.

(\*\*\*) Conforme Nota 30 (a).

	Mensuração Contábil	31/12/2010			
		Controladora		Consolidado	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativo</b>					
Caixa e equivalente de caixa	Valor justo	9	9	2.939.084	2.939.084
Aplicações financeiras	Valor justo	-	-	487.769	487.769
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	-	-	14.621	14.621
Contas a receber	Custo amortizado	168	168	1.418.201	1.418.201
Debêntures a receber	Custo amortizado	11.371	11.371	11.371	11.371
<b>Passivo</b>					
Fornecedores	Custo amortizado	418	418	910.086	910.086
Empréstimos, financiamentos e debêntures					
Empréstimos, financiamentos e debêntures (*)	Custo amortizado	335.705	335.705	8.355.721	8.331.326
Ações preferenciais resgatáveis (*)	Custo amortizado	-	-	288.563	288.563
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	-	-	185.977	185.977
Dividendos/JCP	Custo amortizado	13.404	13.404	231.217	231.217
Autorizações e concessões a pagar (**)	Custo amortizado	-	-	464.686	464.686

(\*) As debêntures nos montantes apresentados na Nota 19, as ações preferenciais resgatáveis e o usufruto das ações não possuem mercado secundário para estimativa do valor justo.

(\*\*) As autorizações e concessões a pagar não possuem mercado e por isso não percebidos ajustes de valor justo.

## Notas Explicativas

- (i) Em 04 de março de 2011, a controlada indireta TMAR deu início ao processo de aquisição de participação acionária na PT - Portugal Telecom através de assinatura de contrato de compra e venda de ações a termo com o Barclays. Em 28 de março de 2011, o Barclays transferiu à controlada indireta TMAR 26.895.360 ações que representam 3% do capital social da PT.

Em 19 de abril de 2011 a controlada indireta TMAR adquiriu mais 35.860.500 ações junto ao Citibank correspondentes a 4% do capital social da PT.

Em 6 de junho de 2011, o Barclays transferiu à controlada indireta TMAR mais 1.801.706 ações da PT, representativas de 0,4% do capital social desta.

Até 30 de setembro de 2011, a controlada indireta TMAR detém 7,4% do capital social da PT, tendo pago montante total de R\$1.366.910 (R\$214.211 valor proporcional à participação da Companhia no Consolidado), já incluindo os custos de transação e impostos no valor total de R\$157.735 (R\$24.719 valor proporcional à participação da Companhia no Consolidado).

A Administração da controlada indireta TMAR considera que (i) a sua participação de 7,4% do capital social da PT e (ii) os seus dois representantes no Conselho de Administração da PT, nomeados em 6 de abril de 2011, não lhe conferem influência significativa nas políticas financeiras, operacionais e estratégicas da PT. Desta forma, a controlada indireta TMAR registrou o investimento, conforme requerido pelo CPC 38 / IAS 32 e 39, como ativo financeiro disponível para venda.

Até 30 de setembro de 2011, a controlada indireta TMAR registrou em outros resultados abrangentes perdas no valor justo das ações da PT no montante de R\$481.907 (R\$75.520 valor proporcional à participação da Companhia no Consolidado), sendo o montante líquido de tributos R\$318.059 (R\$49.844 valor proporcional à participação da Companhia no Consolidado). A Companhia registrou de forma reflexa perda de equivalência patrimonial em outros resultados abrangentes para fazer face à sua participação indireta no montante de R\$14.584.

### **Hierarquia do valor justo**

O CPC 40 / IFRS 7 define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço à um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas à dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho “*nonperformance risk*”, incluindo o próprio crédito da companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de “*input*” significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

## Notas Explicativas

Nível 1 — Os “inputs” são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. Adicionalmente, a companhia deve ter possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado não pode ser ajustado pela companhia.

Nível 2 — Os “inputs” são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os “inputs” do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou “inputs” que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo.

Nível 3 — Os “inputs” inobserváveis são aqueles provenientes de pouca ou nenhuma atividade de mercado. Esses “inputs” representam as melhores estimativas da administração da companhia de como os participantes de mercado poderiam atribuir valor/preço a esses ativos ou passivos. Geralmente, os ativos e passivos de Nível 3 são mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontado, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

De acordo com o CPC 40 / IFRS 7, a Companhia e suas controladas mensuram seus equivalentes de caixa, aplicações financeiras, instrumentos financeiros derivativos e ativo financeiro disponível para venda pelo seu valor justo. Os equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são classificados como Nível 2, pois são mensurados utilizando preços de mercado para instrumentos similares. O ativo financeiro disponível para venda é classificado como Nível 1.

A tabela abaixo demonstra, de forma resumida, nossos ativos e passivos financeiros registrados a valor justo em 30 de setembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010:

<b>Controladora</b>				
Descrição	30/09/2011	Valor de mercado para ativos idênticos (Nível 1)	Outros impactos significativos observáveis (Nível 2)	Outros impactos significativos não observáveis (Nível 3)
Equivalentes de caixa	356.306	-	356.306	-
<b>Total do ativo</b>	<b>356.306</b>	<b>-</b>	<b>356.306</b>	<b>-</b>
<b>Consolidado</b>				
Descrição	30/09/2011	Valor de mercado para ativos idênticos (Nível 1)	Outros impactos significativos observáveis (Nível 2)	Outros impactos significativos não observáveis (Nível 3)
<b>Ativo</b>				
Equivalentes de caixa	3.089.673	-	3.089.673	-
Aplicações financeiras	308.978	-	308.978	-
Instrumentos financeiros derivativos	75.236	-	75.236	-
Ativo financeiro disponível para venda	138.691	138.691	-	-
<b>Total dos ativos</b>	<b>3.612.578</b>	<b>138.691</b>	<b>3.473.887</b>	<b>-</b>
<b>Passivo</b>				

## Notas Explicativas

Instrumentos financeiros derivativos	67.279	-	67.279	-
<b>Total do passivo</b>	<b>67.279</b>	<b>-</b>	<b>67.279</b>	<b>-</b>

Descrição	31/12/2010	Valor de mercado para ativos idênticos (Nível 1)	Consolidado	
			Outros impactos significativos observáveis (Nível 2)	Outros impactos significativos não observáveis (Nível 3)
<b>Ativo</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	2.939.084	-	2.939.084	-
Aplicações financeiras	487.769	-	487.769	-
Instrumentos financeiros derivativos	14.621	-	14.621	-
<b>Total dos ativos</b>	<b>3.441.474</b>	<b>-</b>	<b>3.441.474</b>	<b>-</b>
<b>Passivo</b>				
Instrumentos financeiros derivativos	185.977	-	185.977	-
<b>Total do passivo</b>	<b>185.977</b>	<b>-</b>	<b>185.977</b>	<b>-</b>

### Determinação do valor justo

Na avaliação efetuada para fins de determinação do valor justo dos ativos e passivos mensurados pelo método de custo amortizado, não foi constatada a aplicabilidade deste ajuste, destacando-se as seguintes razões:

- Contas a receber: curtíssimo prazo de vencimento das faturas.
- Fornecedores: curto prazo para liquidação de todas as obrigações.
- Empréstimos e financiamentos: todas as transações são atualizadas monetariamente pelos índices contratuais.
- Autorizações e concessões a pagar: todas as obrigações advindas das aquisições de autorizações são atualizadas monetariamente pelos índices contratuais.

#### (b) Risco de taxa de câmbio

##### Ativos

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda estrangeira são mantidos em fundos de investimento, geridos exclusivamente para controladas indiretas, em “*time deposits*” e aplicações em carteira própria.

## Notas Explicativas

O risco vinculado a esses ativos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam diminuir os saldos dos mesmos. Os ativos sujeitos a esse risco representam cerca de 8,78% (31/12/2010 – 14,23%) do total das disponibilidades consolidadas que compreendem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Adicionalmente, a controlada indireta TMAR possui ativo financeiro disponível para venda referente a investimento em ações da Portugal Telecom.

Esses ativos estão assim representados no balanço:

	<b>Consolidado</b>			
	<b>30/09/2011</b>		<b>31/12/2010</b>	
	<b>Valor Contábil</b>	<b>Valor Justo</b>	<b>Valor Contábil</b>	<b>Valor Justo</b>
<b>Ativo</b>				
Equivalentes de caixa	297.896	297.896	396.017	396.017
Aplicações financeiras	342	342	91.472	91.472
Ativo financeiro disponível para venda	138.691	138.691	-	-

## Passivos

Determinadas controladas possuem empréstimos e financiamentos contratados em moeda estrangeira. O risco vinculado a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os saldos dos mesmos. Os empréstimos sujeitos a esse risco representam cerca de 21,9% (31/12/2010 – 22,3%) do total dos passivos de empréstimos e financiamentos, desconsideradas as operações de proteção cambial contratadas. Para minimizar esse tipo de risco, a controlada indireta TNL e suas controladas têm contratado operações de proteção cambial junto a instituições financeiras. Da parcela da dívida em moeda estrangeira e cesta de Moedas do BNDES, aproximadamente 92,9% (31/12/2010 – 91,0%) está coberta por operações de proteção nas modalidades “*swap*” cambial, termo em moeda, e aplicações em moeda estrangeira. Os efeitos positivos ou negativos não realizados nas operações de proteção são mensurados a valor justo conforme descrito no item (a) acima.

Em 30 de setembro de 2011 e de 2010, foram registrados no consolidado, em resultado de operações de instrumentos financeiros derivativos os montantes apresentados abaixo: (vide Nota 7).

	<b>Período de três meses findos em</b>	
	<b>Consolidado</b>	
	<b>30/09/2011</b>	<b>30/09/2010</b>
Ganho/(perda) com “ <i>swap</i> ” cambial	69.809	(41.396)
Operações de termo e opção de moeda	64.525	(7.232)
	<u>134.334</u>	<u>(48.628)</u>

### Período de nove meses findos em

## Notas Explicativas

	<b>Consolidado</b>	
	<b>30/09/2011</b>	<b>30/09/2010</b>
Ganho/(perda) com “swap” cambial	19.959	(34.796)
Operações de termo e opção de moeda	31.584	(7.232)
	<u>51.542</u>	<u>(42.028)</u>

No período findo em 30 de setembro de 2011, no consolidado foram repesadas perdas não realizadas no montante de R\$4.351 (R\$3.032 no período de três meses findos em 30 de setembro de 2011) em “Outros resultados abrangentes” referentes à parcela efetiva dos contratos de “*hedge*” de proteção de fluxo de caixa de risco cambial designados para fins de contabilidade de “*hedge*”, e foi apropriado de “Outros resultados abrangentes” para o resultado financeiro consolidado ganhos no montante de R\$22.890 (perdas de R\$71.424 no período de três meses findos em 30 de setembro de 2011), referentes à apropriação de saldos de variações nos valores justos referente à parcela efetiva dos derivativos.

Adicionalmente, no mesmo período, foram reconhecidos no consolidado R\$178 (R\$209 no período de três meses findos em 30 de setembro de 2011) a receita financeira relacionada à parcela inefetiva dos contratos de “*hedge*”, trazendo o impacto total no resultado financeiro consolidado de R\$23.068 (R\$71.633 no período de três meses findos em 30 de setembro de 2011) para o fator de risco de câmbio.

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos estão resumidos a seguir:

<b>Derivativos Não Designados para Contabilidade de “Hedge”</b>					<b>Consolidado</b>	
	<b>Indexador</b>	<b>Vencimento</b>	<b>Valor de referência (nocial)</b>		<b>Valores a (pagar)/ a receber</b>	
			<b>30/09/2011</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>30/09/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
<b>Contratos de “swap crosscurrency” US\$/R\$ (i)</b>						
Posição ativa	US\$ 5,50%	out/2020	29.620	-	31.268	-
Posição passiva	Pré 12,43% a 12,82%	out/2020	(29.620)	-	(30.936)	-
<b>Valor líquido</b>					<b>332</b>	<b>-</b>
<b>Contratos de “swap crosscurrency” US\$/R\$ (ii)</b>						
Posição ativa	US\$ Libor 6M 3,52% a 6,05%	set/2011 a fev/2016	65.713	729.302	63.748	633.701
Posição passiva	% CDI 85,30% a 110%	set/2011 a fev/2016	(65.713)	(729.302)	(77.160)	(761.745)
<b>Valor líquido</b>					<b>(13.412)</b>	<b>(128.043)</b>
<b>Contratos de “swap crosscurrency” Iene/US\$(iii)</b>						
Posição ativa	% CDI US\$ 4,13% a 4,68%	fev/16		58.399		65.039
Posição passiva		fev/16		(58.399)		(60.543)
<b>Valor líquido</b>						<b>4.496</b>
<b>Contratos de “swap crosscurrency” Iene/R\$ (iv)</b>						
Posição ativa	Iene Libor 6M 0,48% + Iene + 1,9% Iene + Libor 6M + 1,25%	jan/2011 a set/2017	-	77.581	-	71.534
Posição passiva	% CDI 96,25% % CDI 85% a 97%	jan/2011 a set/2017	-	(77.581)	-	(92.127)
<b>Valor líquido</b>					<b>-</b>	<b>(20.593)</b>
<b>Contratos de “swap crosscurrency” Iene/US\$ (v)</b>						
Posição ativa	Iene Libor 6M + 1,25%	jan/11	-	2.281	-	1.094

## Notas Explicativas

Posição passiva	US Libor 6M + 3,59%	jan/11	-	(2.281)	-	(51)
<b>Valor líquido</b>					-	<b>1.043</b>

### Contraparte:

- (i) - Morgan Stanley
- (ii) - Votorantim, Itaú BBA, Citibank, Deutsche, Santander.
- (iii) - Citibank, Deutsche, Itaú BBA, Merrill Lynch, Morgan Stanley, Santander, Votorantim.
- (iv) - Santander.
- (v) - Goldman Sachs.

### Derivativos Designados para Contabilidade de “Hedge”

					Consolidado	
					Valor justo	
	Indexador	vencimento	Valor de referência (nocial)		Valores a (pagar)/ a receber	
			30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
<b>Contratos de “swap crosscurrency” US\$/R\$ (i)</b>						
Posição ativa	US\$ US\$ Libor 6M 1,07% a 5,50%	fev/2016 a out/2020	517.782	-	513.814	-
Posição passiva	% CDI CDI 70,40% a 109,54%	fev/2016 a out/2020	(517.782)	-	(534.579)	-
<b>Valor líquido</b>					<b>(20.765)</b>	

### Contraparte:

- (i) - BNP Paribas, Citibank, Deutsche, Goldman Sachs, HSBC, Itaú BBA, JP Morgan, Merrill Lynch, Morgan Stanley, Santander, Standard Bank.

A fim de garantir o cumprimento de obrigações financeiras de certas operações de “swap”, a controlada indireta TMAR pode vir a ter que ceder títulos fiduciariamente às suas contrapartes. No encerramento do período findo em 30 de setembro de 2011, a controlada indireta TMAR não possuía garantias depositadas a favor de suas contrapartes.

### Contratos de “cross currency swap” US\$/R\$

A controlada indireta TNL e suas controladas contrataram operações de “swap” cambial (“plain vanilla”) para proteger os pagamentos das dívidas contratadas em dólar. Nestes contratos, a controlada indireta TNL possui posição ativa em dólar acrescida de taxa pré-fixada ou em dólar acrescida de LIBOR americana mais taxa pré-fixada e posição passiva em percentual do CDI. O principal risco de perdas na ponta ativa destes instrumentos está, portanto, na variação cambial do dólar, porém estas possíveis perdas seriam integralmente compensadas pelos fluxos dos vencimentos das dívidas em dólar.

### Contratos de “cross currency swap” R\$/US\$

A controlada indireta TMAR contratou operações de “swap” cambial (“plain vanilla”) para reverter contratos de swap. Nestes contratos, a controlada indireta TMAR possui posição passiva em dólar acrescida de taxa pré-fixada e posição ativa em percentual do CDI. O principal risco de perdas na ponta passiva destes instrumentos está, portanto, na variação cambial do dólar, porém estas possíveis perdas seriam integralmente compensadas pelos fluxos dos vencimentos dos swaps em dólar revertidos.

### Contratos de “cross currency swap” Iene/R\$

As controladas indiretas TNL e TMAR contrataram operações de “swap” cambial (“plain vanilla”) para proteção do pagamento de dívidas contratadas em Iene. Nestes contratos, as controladas indiretas TNL e TMAR possuíam posição ativa em Iene acrescida de LIBOR japonesa mais taxa pré-fixada, enquanto a posição passiva é indexada a um percentual do CDI. No dia 22 de agosto de

## Notas Explicativas

2011, a dívida contratada pela controlada indireta TMAR em Iene com o JBIC foi antecipadamente liquidada. Em razão disso, a controlada indireta TMAR não possui mais “*swap*” em Iene.

Valores dos instrumentos financeiros derivativos NDF resumidos a seguir:

	Indexador	Forward	Vencimento	Consolidado			
				Valor de referência (nocial)		Valor justo	
				30/09/2011	31/12/2010	Valores a (pagar)/ a receber	
			30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010	
Contratos de "Non Delivery Forward" US\$/R\$ (NDF) (i)							
Posição ativa	US\$	1,6419 a 1,8568	out/2011 a jan/2012	455.909	515.814	22.632	(20.426)
Contratos de "Non Delivery Forward" US\$/R\$ (NDF) (iii)							
Posição passiva	US\$	1,7087 a 1,844	out/2011 a dez/2011	209.711	-	(6.015)	-
Contratos de "Non Delivery Forward" EUR/R\$ (NDF) (ii)							
Posição ativa	US\$	2,2765 a 2,4748	Nov/2011 a Jul/2012	293.106	-	23.700	-

(i) - Barclays, BNP Paribas, Bradesco, Citibank, Deutsche, Goldman Sachs, HSBC, ITAU BBA, Merrill Lynch, Morgan Stanley, Santander.

(ii) - BNP Paribas, Deutsche, Goldman Sachs, HSBC, Merrill Lynch.

(iii) - Barclays, Citibank, Deutsche, HSBC, Morgan Stanley, Santander.

### Contratos de NDF “*Non Deliverable Forward*” US\$/R\$

A controlada indireta TMAR contratou operações de compra de dólar futuro via instrumentos de NDF “*Non Deliverable Forward*” no intuito de se proteger de uma depreciação do Real frente àquela moeda, em face a sua exposição atual ao Dólar desconsiderando tais contratos. A estratégia principal com estas contratações é fixar a variação cambial para o período contratado, mitigando assim, suas variações desfavoráveis. No intuito de alongar o período de proteção, a controlada indireta TMAR poderá rolar tais instrumentos, através da venda de USD para o período equivalente ao NDF de curto prazo já existente em carteira, com a simultânea compra de USD para posições mais longas.

A controlada indireta BrT contratou operações de venda de dólar futuro via instrumentos de NDF “*Non Deliverable Forward*” no intuito de se proteger de uma valorização do Real frente àquela moeda. A estratégia principal com estas contratações é fixar a variação cambial para o período contratado, mitigando assim variações desfavoráveis contra o seu caixa mantido no mercado externo em dólar antes da internalização dos recursos do Bond lançado em 15 de setembro de 2011.

### Contratos de NDF “*Non Deliverable Forward*” EURO/R\$

A controlada indireta TMAR contratou operações de compra de euro futuro via instrumentos de NDF “*Non Deliverable Forward*” no intuito de se proteger de uma depreciação do Real frente àquela moeda, em face à sua exposição atual ao euro desconsiderando tais contratos. A estratégia principal com estas contratações é fixar a variação cambial para o período contratado, mitigando assim suas variações desfavoráveis.

### Análise de sensibilidade de risco cambial

#### Grupo de Telecomunicações

## Notas Explicativas

Na data de encerramento do período findo em 30 de setembro de 2011, a Administração estimou cenários de desvalorização do Real frente a outras moedas com base no Dólar (PTAX de venda) deste período. Para o cenário provável, foi utilizada a taxa de Dólar de fechamento de setembro de 2011. A taxa provável foi então desvalorizada em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Descrição	Taxa		Desvalorização
	30/09/2011	31/12/2010	
<i>Cenário Provável</i>			
Dólar	1,8544	1,6662	0%
Iene	0,024070	0,020500	0%
Cesta de Moedas	0,036011	0,032718	0%
Euro	2,4938	2,2280	0%
<i>Cenário Possível</i>			
Dólar	2,3180	2,0828	25%
Iene	0,030088	0,025625	25%
Cesta de Moedas	0,045014	0,040898	25%
Euro	3,1173	2,7850	25%
<i>Cenário Remoto</i>			
Dólar	2,7816	2,4993	50%
Iene	0,036105	0,03075	50%
Cesta de Moedas	0,054017	0,049077	50%
Euro	3,7407	3,3420	50%

Em 30 de setembro de 2011, a Administração estimou o fluxo futuro de pagamentos de juros e principal de suas dívidas vinculadas a taxas de câmbio com base nas taxas de juros vigentes na data de encerramento deste período e nas taxas de câmbio apresentadas acima, assumindo ainda, que todos os pagamentos de juros e principal seriam realizados nas datas de liquidação previstas contratualmente. O impacto das desvalorizações hipotéticas do Real frente a outras moedas pode ser mensurado pela diferença dos fluxos futuros dos cenários possível e remoto em relação ao cenário provável, onde não há estimativa de desvalorização. Cabe ressaltar que tal análise de sensibilidade considera fluxos de pagamentos em datas futuras. Assim, o somatório global dos valores em cada cenário não equivale ao valor justo, ou ainda, ao valor presente dos passivos.

### Fluxo Futuro de pagamentos:

Descrição	Risco individual					Consolidado
		Até 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Maiores que 5 anos	30/09/2011
						Total
<i>Cenário Provável</i>						
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	120.229	280.802	320.205	810.857	1.532.092
Derivativos (Posição líquida - USD)	Queda do Dólar	(312.838)	(148.378)	(129.690)	(310.889)	(901.794)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(298.189)	-	-	-	(298.189)
Dívidas em Euro	Alta do Euro	7.511	15.022	15.022	308.128	345.682
Derivativos (Posição líquida -Euro)	Queda do Euro	(293.106)	-	-	-	(293.106)
Caixa em Euro	Queda do Euro	(48)	-	-	-	(48)
<b>Total vinculado a taxas de câmbio</b>		<b>(776.442)</b>	<b>147.445</b>	<b>205.537</b>	<b>808.095</b>	<b>384.636</b>
<i>Cenário Possível</i>						

## Notas Explicativas

Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	150.286	351.003	400.256	1.013.571	1.915.115
Derivativos (Posição Líquida - USD)	Queda do Dólar	(391.047)	(185.473)	(162.112)	(388.611)	(1.127.243)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(372.736)	-	-	-	(372.736)
Dívidas em Euro	Alta do Euro	9.389	18.777	18.777	385.159	432.102
Derivativos (Posição Líquida -Euro)	Queda do Euro	(366.383)	-	-	-	(366.383)
Caixa em Euro	Queda do Euro	(60)	-	-	-	(60)
<b>Total vinculado a taxas de câmbio</b>		<b>(970.553)</b>	<b>184.307</b>	<b>256.921</b>	<b>1.010.119</b>	<b>480.794</b>
<b>Cenário Remoto</b>						
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	180.343	421.203	480.307	1.216.285	2.298.138
Derivativos (Posição Líquida - USD)	Queda do Dólar	(469.257)	(222.567)	(194.534)	(466.333)	(1.352.692)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(447.284)	-	-	-	(447.284)
Dívidas em Euro	Alta do Euro	11.266	22.532	22.532	462.192	518.523
Derivativos (Posição Líquida -Euro)	Queda do Euro	(439.659)	-	-	-	(439.659)
Caixa em Euro	Queda do Euro	(73)	-	-	-	(73)
<b>Total vinculado a taxas de câmbio</b>		<b>(1.164.663)</b>	<b>221.168</b>	<b>308.305</b>	<b>1.212.143</b>	<b>576.954</b>
<b>Impactos</b>						
<b>Cenário Possível - Cenário Provável</b>		<b>(194.111)</b>	<b>36.861</b>	<b>51.384</b>	<b>202.024</b>	<b>96.159</b>
Dólar		(122.700)	33.106	47.629	124.992	83.027
Euro		(71.411)	3.755	3.755	77.032	13.132
<b>Cenário Remoto - Cenário Provável</b>		<b>(388.221)</b>	<b>73.723</b>	<b>102.768</b>	<b>404.048</b>	<b>192.318</b>
Dólar		(245.399)	66.212	95.257	249.984	166.054
Euro		(142.822)	7.511	7.511	154.064	26.264

O valor justo dos instrumentos financeiros sujeitos a risco de taxa de câmbio sofreria os seguintes impactos nos cenários estimados:

Impacto no valor justo dos instrumentos passivos		Consolidado
Descrição	Risco	Saldo em 30/09/2011
<b>Cenário Provável</b>		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	1.186.796
Derivativos (Posição Líquida - USD)	Queda do Dólar	(799.470)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(298.189)
Dívidas em Euro	Alta do Euro	306.485
Derivativos (Posição Líquida -Euro)	Queda do Euro	(289.558)
Caixa em Euro	Queda do Euro	(48)
Investimentos em Ações (*)	Queda do Euro	(138.691)
<b>Total vinculado a taxas de câmbio</b>		<b>(32.675)</b>
<b>Cenário Possível</b>		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	1.483.495

**Notas Explicativas**

Derivativos (Posição líquida - USD)	Queda do Dólar	(999.338)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(372.736)
Dívidas em Euro	Alta do Euro	383.106
Derivativos (Posição líquida -Euro)	Queda do Euro	(361.948)
Caixa em Euro	Queda do Euro	(60)
Investimentos em Ações (*)	Queda do Euro	(173.363)
<b>Total vinculado a taxas de câmbio</b>		<b>(40.844)</b>
<b>Cenário Remoto</b>		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	1.780.193
Derivativos (Posição líquida - USD)	Queda do Dólar	(1.199.205)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(447.284)
Dívidas em Euro	Alta do Euro	459.727
Derivativos (Posição líquida -Euro)	Queda do Euro	(434.337)
Caixa em Euro	Queda do Euro	(73)
Investimentos em Ações (*)	Queda do Euro	(208.036)
<b>Total vinculado a taxas de câmbio</b>		<b>(49.015)</b>
<b>Impactos</b>		
<b>Cenário Possível - Cenário Provável</b>		<b>(8.169)</b>
Dólar		22.284
Euro		(30.453)
<b>Cenário Remoto - Cenário Provável</b>		<b>(16.338)</b>
Dólar		44.568
Euro		(60.906)

<b>Impacto no valor justo dos instrumentos passivos</b>		<b>Consolidado</b>
<b>Descrição</b>	<b>Risco</b>	<b>Saldo em 2010</b>
<b>Cenário Provável</b>		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	1.273.314
Derivativos (Posição líquida - USD)	Queda do Dólar	(1.096.804)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(148.364)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	172.682
Derivativos (Posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(72.627)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta de Moedas	2.179
Dívidas em Euro	Alta do Euro	365.989
Caixa em Euro	Queda do Euro	(359.684)
<b>Total vinculado a taxas de câmbio</b>		<b>136.685</b>
<b>Cenário Possível</b>		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	1.591.642
Derivativos (Posição líquida - USD)	Queda do Dólar	(1.371.004)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(185.455)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	215.852
Derivativos (Posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(90.784)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta de Moedas	2.723
Dívidas em Euro	Alta do Euro	457.486

## Notas Explicativas

Caixa em Euro	Queda do Euro	(449.605)
<b>Total vinculado a taxas de câmbio</b>		<b>170.855</b>
<b>Cenário Remoto</b>		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	1.909.970
Derivativos (Posição Líquida - USD)	Queda do Dólar	(1.645.205)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(222.546)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	259.023
Derivativos (Posição Líquida - Iene)	Queda do Iene	(108.941)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta de Moedas	3.268
Dívidas em Euro	Alta do Euro	548.983
Caixa em Euro	Queda do Euro	(539.526)
<b>Total vinculado a taxas de câmbio</b>		<b>205.026</b>
<b>Impactos</b>		
<b>Cenário Possível - Cenário Provável</b>		<b>34.170</b>
Dólar		7.036
Iene		25.013
Cesta		545
Euro		1.576
<b>Cenário Remoto - Cenário Provável</b>		<b>68.341</b>
Dólar		14.073
Iene		50.027
Cesta		1.089
Euro		3.152

### Grupo de Contact Center e Cobrança

Em 30 de setembro de 2011, a Administração estimou cenários para as transações que envolvem exposições à variação cambial (basicamente empréstimos e financiamentos em moedas estrangeiras), com base nas expectativas do mercado divulgadas em 21 de outubro de 2011, pelo BACEN, por meio do Relatório de Mercado Focus, os cenários prováveis para o dólar norte-americano nos anos de 2011 e 2012 respectivamente. Os cenários I e II foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente.

Operação	Consolidado		
	Cenário provável	Cenário I - deterioração de 25%	Cenário II - deterioração de 50%
Empréstimos em moedas estrangeiras	13.445	13.445	13.445
Taxa de câmbio em 30 de setembro de 2011	1,8544	1,8544	1,8544
Taxa de câmbio estimado para 2011	1,7700	2,2125	2,655
Efeito acumulado no resultado e patrimônio líquido:			
Redução	-	2.596	5.805
Aumento	612	-	-
Taxa de câmbio estimado para 2012	1,8300	2,2875	2,745
Efeito acumulado no resultado e patrimônio líquido:			
Redução	-	3.140	6.457
Aumento	177	-	-

### (c) Risco de taxa de juros

## Notas Explicativas

### Ativos

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda local são mantidos em fundos de investimento, geridos exclusivamente para a Companhia e suas controladas, aplicações em carteira própria em títulos privados (CDB's pós-fixados) emitidos por instituições financeiras de primeira linha, LFT's – Letras Financeiras do Tesouro, operações compromissadas, entre outras.

O risco de taxa de juros vinculados aos ativos decorre da possibilidade de ocorrerem queda nessas taxas e, conseqüentemente, na remuneração desses ativos.

Esses ativos estão assim representados no balanço:

	30/09/2011		Consolidado 31/12/2010	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
<b>Ativo</b>				
Equivalentes de caixa	2.721.802	2.721.802	2.472.051	2.472.051
Aplicações financeiras	308.636	308.636	396.297	396.297
	<b>3.030.438</b>	<b>3.030.438</b>	<b>2.868.348</b>	<b>2.868.348</b>

### Passivos

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos sujeitos a taxa de juros flutuantes com base na TJLP, IPCA ou no CDI, no caso das dívidas expressas em Reais. Determinadas controladas possuem empréstimos e financiamentos sujeitos a taxa de juros, da LIBOR no caso da dívida expressa em Dólares dos Estados Unidos da América e das taxas de juros variáveis do BNDES no caso da dívida expressa em Cesta de Moedas do BNDES. De forma a reduzir a exposição à taxa LIBOR, determinadas controladas possuem operações de “*swap*” que alteram as taxas de LIBOR para taxas fixas e CDI mais “*spread*” para percentual do CDI.

Em 30 de setembro de 2011, aproximadamente 71,2% (31/12/2010 – 78,4%) da dívida contratada consolidada, excluindo o saldo de ajuste proveniente das operações de derivativos, estava sujeita a taxas de juros flutuantes. Após as operações de derivativos, cerca de 95,8% (31/12/2010 – 83,1%) estava sujeita a taxas de juros flutuantes. A exposição mais relevante a taxa de juros para o endividamento consolidado após operações de “*hedge*” é o CDI. Portanto uma elevação sustentada desta taxa impactaria negativamente os pagamentos futuros de juros e ajustes de “*hedge*”. Porém, como o caixa consolidado está aplicado principalmente em títulos atrelados a variação do CDI, a exposição líquida ao CDI no circulante não constitui um risco material para a Companhia e suas controladas.

Em 30 de setembro de 2011 e de 2010, foram registrados em resultado de operações de instrumentos financeiros derivativos os montantes apresentados abaixo: (vide Nota 7).

	Período de três meses findo em	
	30/09/2011	30/09/2010
Ganho/(perda) com “ <i>swap</i> ” taxa de juros	2.841	(960)
	<b>2.841</b>	<b>(960)</b>

## Notas Explicativas

	<b>Período de nove meses findo em</b>	
	<b>Consolidado</b>	
	<b>30/09/2011</b>	<b>30/09/2010</b>
Ganho/(perda) com “swap” taxa de juros	(3.649)	(2.975)
	<u>(3.649)</u>	<u>(2.975)</u>

No período findo em 30 de setembro de 2011, no consolidado foram represadas perdas não realizadas no montante de R\$267 (R\$341 no período de três meses findos em 30 de setembro de 2011) em “Outros resultados abrangentes” referentes à parcela efetiva dos contratos de “hedge” de proteção de fluxo de caixa de taxas de juros designados para fins de contabilidade de “hedge”, e foi apropriado de “Outros resultados abrangentes” para o resultado financeiro consolidado perdas no montante de R\$441 (R\$147 no período de três meses findos em 30 de setembro de 2011), referentes à apropriação de saldos de variações nos valores justos referente à parcela efetiva dos derivativos. Adicionalmente, no mesmo período, foram reconhecidos no consolidado R\$21 (R\$20 no período de três meses findos em 30 de setembro de 2011) a despesa financeira relacionada à parcela inefetiva dos contratos de “hedge”, trazendo o impacto total na despesa financeira consolidada R\$462 (R\$167 no período de três meses findos em 30 de setembro de 2011) para o fator de risco de juros.

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção das taxas de juros flutuantes da dívida estão resumidos a seguir:

<b>Derivativos Não Designados para Contabilidade de “Hedge”</b>			<b>Consolidado</b>			
			<b>Valor de referência (nocial)</b>		<b>Valores a (pagar)/ a receber</b>	
	<b>Indexador</b>	<b>Vencimento</b>	<b>30/09/2011</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>30/09/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
<b>Contratos de “swap” taxaUS\$ LIBOR/Pré (i)</b>						
Posição ativa	US\$ Libor 6M 2,50%	out/2012 a jun/2016	238.826	94.619	222.886	94.049
Posição passiva	US\$ 5,04%	out/2012 a jun/2016	(238.826)	(94.619)	(224.980)	(97.544)
<b>Valor líquido</b>					<b>(2.094)</b>	<b>(3.495)</b>
<b>Contratos de “swap” taxa CDI+ “spread”/CDI/Pré (ii)</b>						
Posição ativa	CDI 0,55% Pré 12,43%	mar/2013 a out/2020	71.932	59.010	73.960	61.758
Posição passiva	% CDI 99,70% a 103,80%	mar/2013 a out/2020	(71.932)	(59.010)	(71.972)	(61.597)
<b>Valor líquido</b>					<b>1.988</b>	<b>161</b>

Contraparte:

(i) - Citibank, Merrill Lynch, Société Generale.

(ii) - Citibank, Merrill Lynch.

<b>Derivativos Designados para Contabilidade de “Hedge”</b>			<b>Consolidado</b>			
			<b>Valor de referência (nocial)</b>		<b>Valor justo</b>	
	<b>Indexador</b>	<b>Vencimento</b>	<b>30/09/2011</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>30/09/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
<b>Contratos de “swap” taxaUS\$ LIBOR/Pré (i)</b>						
Posição ativa	US\$ Libor 6M 0,80%	fev/12 a jul/15	37.521	94.619	36.288	-
Posição passiva	US\$ 3,62% a 4,04%	fev/12 a jul/15	(37.521)	(94.619)	(37.922)	-
<b>Valor líquido</b>			<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.634)</b>	<b>-</b>

## Notas Explicativas

Contraparte:

(i) - Citibank S.A., NY (Goldman Sachs) e Itaú.

### Contratos de “swap” taxa US\$ LIBOR/Pré

A controlada indireta TNL e suas controladas contrataram operações de “swap” de taxa de juros para proteger os pagamentos das dívidas contratadas em Dólar com taxas flutuantes. Nestes contratos, a controlada indireta TNL e suas controladas possuem posição ativa em LIBOR de Dólar e posição passiva em taxa pré-fixada. O risco de perdas na ponta ativa destes instrumentos está, portanto, na flutuação da LIBOR de Dólar, porém estas possíveis perdas seriam integralmente compensadas pelos fluxos dos vencimentos das dívidas em Dólar, indexadas a LIBOR.

### Contratos de “swap” taxa CDI+”Spread”/CDI

A controlada indireta TMAR, contratou operação de “swap” de taxas de juros para proteger os pagamentos das debêntures contratadas em Reais com taxa do CDI mais “spread”. Neste contrato, a controlada indireta TMAR possui posição ativa em CDI mais “spread” e posição passiva em percentual do CDI.

### Análise de sensibilidade de risco de taxa de juros

Na data de encerramento do período findo em 30 de setembro de 2011, a Administração estimou cenários de variação nas taxas CDI, TJLP, IPCA e LIBOR USD. Para o cenário provável, foram utilizadas as taxas vigentes neste período. Tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Cenários de Taxas de juros														
										30/09/2011				
Cenário provável					Cenário possível					Cenário remoto				
CDI	TJLP	IPCA	IENE LIBOR 6M	USD LIBOR 6M	CDI	TJLP	IPCA	IENE LIBOR 6M	USD LIBOR 6M	CDI	TJLP	IPCA	IENE LIBOR 6M	USD LIBOR 6M
11,88%	6,00%	6,62%		0,56%	14,85%	7,50%	8,27%		0,70%	17,82%	9,00%	9,93%		0,84%

Em 30 de setembro de 2011, a Administração estimou o fluxo futuro de pagamentos de juros de suas dívidas vinculadas ao CDI, à TJLP, IPCA e à LIBOR USD com base nas taxas de juros apresentadas acima, assumindo ainda, que todos os pagamentos de juros seriam realizados nas datas de liquidação previstas contratualmente. Não foram considerados fluxos de dívidas contratadas entre empresas do Grupo Oi.

O impacto das elevações hipotéticas nas taxas de juros pode ser mensurado pela diferença dos fluxos futuros dos cenários possível e remoto em relação ao cenário provável, onde não há estimativa de elevação.

Cabe ressaltar que tal análise de sensibilidade considera fluxos de pagamentos em datas futuras. Assim, o somatório global dos valores em cada cenário não equivale ao valor justo, ou ainda, ao valor presente desses passivos. O valor justo desses passivos, mantendo-se o risco de crédito das

## Notas Explicativas

controladas inalterado, não seria impactado em caso de variações nas taxas de juros, tendo em vista que as taxas utilizadas para levar os fluxos a valor futuro seriam as mesmas que trariam os fluxos a valor presente.

Adicionalmente, são mantidos equivalentes de caixa e aplicações financeiras em títulos pós-fixados que teriam um aumento de remuneração nos cenários possível e remoto, neutralizando parte do impacto das elevações das taxas de juros no fluxo de pagamentos das dívidas. Entretanto, por não ter uma previsibilidade de vencimentos equivalente a dos passivos financeiros, o impacto dos cenários sobre tais ativos não foi considerado. Os saldos de equivalentes de caixa e de aplicações financeiras estão apresentados na Nota 9.

### Companhia

A Companhia possui empréstimo junto ao Banco Bradesco com custo financeiro de 109,8% a.a. CDI, A Companhia estimou seus custos financeiros com base nos cenários de variações da taxa CDI.

O quadro a seguir mostra o fluxo futuro de pagamento de juros por período:

Descrição	Risco individual				Controladora
		Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	30/09/2011
					Total
<i>Cenário Provável</i>					
Dívidas em CDI	Alta do CDI	35.387	50.271	3.686	89.344
<b>Total vinculado a taxas de juros</b>		<b>35.387</b>	<b>50.271</b>	<b>3.686</b>	<b>89.344</b>
<i>Cenário Possível</i>					
Dívidas em CDI	Alta do CDI	36.083	50.555	3.694	90.332
<b>Total vinculado a taxas de juros</b>		<b>36.083</b>	<b>50.555</b>	<b>3.694</b>	<b>90.332</b>
<i>Cenário Remoto</i>					
Dívidas em CDI	Alta do CDI	36.766	50.833	3.701	91.300
<b>Total vinculado a taxas de juros</b>		<b>36.766</b>	<b>50.833</b>	<b>3.701</b>	<b>91.300</b>
<i>Impactos</i>					
<b>Cenário Possível - Cenário Provável</b>		<b>696</b>	<b>284</b>	<b>8</b>	<b>988</b>
CDI		696	284	8	988
<b>Cenário Remoto - Cenário Provável</b>		<b>1.379</b>	<b>562</b>	<b>15</b>	<b>1.956</b>
CDI		1.379	562	15	1.956

### LF Tel

A controlada indireta LF Tel possui debêntures com custo financeiro de IPCA + 5% a.a. A controlada indireta LF Tel estimou cenários de variações da taxa IPCA.

### Grupo de Telecomunicação

A controlada indireta Telemar e suas controladas consideram que o risco de variações nas taxas de juros advém do seu passivo vinculado à TJLP, à LIBOR USD e principalmente ao CDI. Sendo assim, o risco está associado à elevação dessas taxas.

## Notas Explicativas

O quadro a seguir mostra o fluxo futuro de pagamento de juros por período:

Descrição	Risco Individual					Consolidado
		Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Maiores que 5 anos	Total
<b>Cenário Provável</b>						
Dívida em IPCA	Alta do IPCA	56.157	109.078	133.340	129.197	427.773
Dívida em CDI	Alta do CDI	256.794	333.746	173.863	91.562	855.966
Derivativos (Posição líquida - CDI)	Alta do CDI	66.591	109.792	86.725	81.452	344.559
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	79.088	92.684	42.436	16.264	230.473
	Alta da U\$					
Dívidas em U\$ LIBOR	LIBOR	11.033	18.952	12.057	3.017	45.059
Derivativos (Posição líquida - LIBOR)	Queda da U\$ LIBOR	(6.756)	(10.144)	(5.710)	(2.030)	(24.640)
<b>Total vinculado a taxa de juros</b>		<b>462.908</b>	<b>654.108</b>	<b>442.711</b>	<b>319.462</b>	<b>1.879.190</b>
<b>Cenário Possível</b>						
Dívida em IPCA	Alta do IPCA	73.520	124.051	151.592	154.843	504.006
Dívida em CDI	Alta do CDI	271.469	396.726	210.502	111.476	990.174
Derivativos (Posição líquida - CDI)	Alta do CDI	68.492	134.943	107.419	101.167	412.022
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	81.267	105.989	53.179	31.089	271.524
	Alta da U\$					
Dívidas em U\$ LIBOR	LIBOR	11.196	19.667	12.509	3.154	46.525
Derivativos (Posição líquida - LIBOR)	Queda da U\$ LIBOR	(6.804)	(10.713)	(6.070)	(2.122)	(25.709)
<b>Total vinculado a taxa de juros</b>		<b>499.141</b>	<b>770.664</b>	<b>529.131</b>	<b>399.608</b>	<b>2.198.542</b>
<b>Cenário Remoto</b>						
Dívida em IPCA	Alta do IPCA	87.283	139.297	170.529	210.208	607.318
Dívida em CDI	Alta do CDI	300.947	459.044	246.817	131.255	1.138.063
Derivativos (Posição líquida - CDI)	Alta do CDI	77.024	159.781	128.074	120.617	485.496
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	83.436	119.497	64.397	47.038	314.368
	Alta da U\$					
Dívidas em U\$ LIBOR	LIBOR	11.410	20.381	12.961	3.291	48.043
Derivativos (Posição líquida - LIBOR)	Queda da U\$ LIBOR	(6.972)	(11.281)	(6.431)	(2.215)	(26.899)
<b>Total vinculado a taxa de juros</b>		<b>553.128</b>	<b>886.720</b>	<b>616.347</b>	<b>510.194</b>	<b>2.566.389</b>
<b>Impactos</b>						
<b>Cenário Possível - Cenário Provável</b>						
		<b>36.232</b>	<b>116.556</b>	<b>86.421</b>	<b>80.146</b>	<b>319.354</b>
IPCA		17.363	14.973	18.252	25.645	76.233
CDI		16.576	88.132	57.335	39.630	201.673
TJLP		2.179	13.305	10.743	14.826	41.052
U\$ LIBOR		115	146	91	44	396
<b>Cenário Remoto - Cenário Provável</b>						
		<b>90.221</b>	<b>232.614</b>	<b>173.637</b>	<b>190.732</b>	<b>687.204</b>
IPCA		31.126	30.220	37.190	81.011	179.546
CDI		54.586	175.289	114.304	78.858	423.037
TJLP		4.347	26.813	21.962	30.774	83.896
U\$ LIBOR		162	292	182	90	725

### Grupo de Contact Center e Cobrança

A CTX e suas controladas mantêm parte substancial da sua dívida e de seu caixa e equivalentes de caixa indexadas à variação do CDI. Em 30 de setembro de 2011, no consolidado, o caixa líquido negativo era de R\$252.011, representado pelo valor do caixa e equivalentes de caixa, líquido de empréstimos e financiamentos em moeda nacional e estrangeira e arrendamentos mercantis. A expectativa de mercado, conforme dados retirados no Banco Central do Brasil (Relatório Focus),

## Notas Explicativas

com data base em 21 de outubro de 2011, indicavam uma taxa mediana (Top 5) efetiva da Selic estimada em 11,0%, cenário provável para o ano de 2011, ante a taxa efetiva de 11,90% verificada em 30 de setembro de 2011. Adicionalmente, a controlada indireta CTX e suas controladas efetuaram testes de sensibilidade para cenários adversos, considerando deterioração da taxa em 25% ou 50% superiores ao cenário provável, conforme quadro abaixo:

Operação	Consolidado		
	Cenário provável	Cenário I - deterioração de 25%	Cenário II - deterioração de 50%
Taxa efetiva em 30 de setembro de 2011	11,90%	11,90%	11,90%
Dívida líquida (i)	(150.362)	(150.362)	(150.362)
Taxa anual estimada do CDI	11,00%	13,75%	16,50%
Efeito acumulado no resultado e patrimônio líquido:			
Redução	-	2.782	6.917
Aumento	1.353	-	-

- (i) O caixa líquido consolidado considera o montante de R\$64.927 relativo à caixa e equivalentes de caixa e R\$215.289 relativos a empréstimos e financiamentos (exceto financiamentos em moeda estrangeira) e arrendamentos mercantis.

### (d) Risco de crédito

A concentração do risco de crédito associado às contas a receber de clientes do Grupo de Telecomunicações e da controlada Iguatemi e suas controladas não é relevante em função da pulverização da carteira. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas nas suas realizações.

O risco de crédito em relação às contas a receber do Grupo de Contact Center e Cobrança é minimizado, substancialmente, em função do porte financeiro das empresas para as quais é prestado os serviços. Adicionalmente, monitora-se continuamente a posição de seus recebíveis, reavaliando, sempre que necessário, suas políticas de crédito, objetivando mitigar eventuais perdas. Sempre que necessário, constitui-se provisão para créditos de liquidação duvidosa para os clientes inadimplentes e aplica procedimentos de cobrança e negociação de créditos vencidos.

A controlada Iguatemi e suas controladas consideram para avaliar a qualidade de créditos de potenciais clientes as seguintes premissas: o valor da garantia oferecida deve cobrir no mínimo 12 meses de custo ocupação (aluguel, somando encargos comuns e fundos de promoção multiplicado por 12), as garantias aceitas (imóvel, carta fiança, seguro, etc.), a idoneidade de pessoas físicas e jurídicas envolvidas na locação (sócios; fiadores; caucionantes) a utilização da empresa SERASA como referência para consultas.

As operações com instituições financeiras (aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos) são distribuídas em instituições de primeira linha, evitando risco de concentração. O risco de crédito das aplicações financeiras é avaliado através do estabelecimento de limites máximos de aplicação nas contrapartes, considerando os “ratings” publicados pelas principais agências de risco internacionais para cada uma destas contrapartes.

## Notas Explicativas

### (e) Risco de liquidez

Os fluxos de caixa gerados a partir das operações e financiamentos com terceiros são utilizados para custear gastos de capital para expansão e modernização de rede, pagar dividendos, dívidas e investir em novos negócios.

### (f) Risco de vencimentos antecipados de empréstimos e financiamentos

A ocorrência de eventos de inadimplemento em alguns dos instrumentos de dívida da Telemar e suas controladas poderão configurar o vencimento antecipado de outros instrumentos de dívida. A impossibilidade de incorrer em dívidas adicionais pode impedir a capacidade de investir em seu negócio e de fazer dispêndios de capital necessários ou aconselháveis, o que pode reduzir as suas vendas futuras e afetar negativamente sua lucratividade. Além disso, os recursos necessários para cumprir com as obrigações de pagamento dos empréstimos tomados podem reduzir a quantia disponível para dispêndios de capital.

Os riscos de vencimento antecipado decorrentes do não cumprimento dos “*covenants*” financeiros atrelados as dívidas da controlada indireta Telemar e suas controladas estão detalhados na Nota 19, na seção “*Covenants*”.

### (g) Riscos contingenciais

Os riscos contingenciais são avaliados segundo hipóteses de exigibilidade e estão segregados entre provisões e passivos contingentes, conforme definições contidas no CPC 25 / IAS 37. Provisões são as contingências consideradas como de risco provável, reconhecidas no passivo, pois existe uma obrigação presente como resultado de evento passado, sendo provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação. Os detalhes desses riscos estão apresentados na Nota 23.

### (h) Risco de aspecto regulatório

Os riscos de aspecto regulatório dizem respeito à atividade do STFC – Serviço Telefônico Fixo Comutado, que representa o segmento mais expressivo exercido pelas controladas indiretas TMAR e BrT.

Embora a regulamentação dos serviços de telecomunicações em geral seja bastante abrangente, ela é ainda mais restritiva quando se trata dos serviços prestados no regime público, definido na LGT - Lei Geral das Telecomunicações, como é o caso do STFC. Em decorrência, grande parte dos riscos e obrigações regulatórias diz respeito a esse serviço, que tem grande relevância nas atividades das controladas indiretas TMAR e BrT.

### Contratos de concessão

Estão em vigor contratos de concessão do STFC nas modalidades local e longa distância nacional, firmados pelas controladas indiretas TMAR e BrT junto à ANATEL, com abrangência no período compreendido entre 1 de janeiro de 2006 e 31 de dezembro de 2025. Estes contratos de concessão, que prevêem revisões quinquenais, no geral possuem um maior grau de intervenção na gestão dos negócios do que os instrumentos de outorga relativos aos serviços prestados no regime privado, contendo ainda vários dispositivos de defesa dos interesses do consumidor, conforme percebido pelo órgão regulador. Entre outros pontos destacam-se:

## Notas Explicativas

- (i) O ônus da concessão definido como 2% da receita anual líquida de tributos, paga a cada biênio, a partir do exercício social de 2006, cujo primeiro pagamento ocorreu no dia 30 de abril de 2007. Tal método de cálculo, no que diz respeito à competência, corresponde a 1% da receita líquida de tributos de cada exercício social;
- (ii) A imposição de metas de universalização que poderão ser revistas a cada cinco anos, na forma prevista nos referidos contratos de concessão. A imposição de novas metas que impliquem em ônus adicionais para as controladas deverá ser sempre acompanhada da indicação de fontes de financiamento correspondentes. Em 30 de junho de 2011 as controladas indiretas TMAR e BrT firmaram junto à ANATEL e ao Ministério das Comunicações, a revisão dos contratos de concessão de STFC que serão imputadas para o período 2011 a 2015, para maiores detalhes vide Nota 30;
- (iii) A possibilidade do Órgão Regulador impor planos alternativos de oferta obrigatória;
- (iv) A introdução do direito do Órgão Regulador de intervir e modificar contratos da concessionária com terceiros;
- (v) A inclusão dos bens da controladora, controlada, coligada e de terceiros, indispensáveis à concessão, como bens reversíveis;
- (vi) A criação de conselho de usuários em cada concessão; e
- (vii) As tarifas de uso de redes são definidas como um percentual da tarifa de público local e longa distância nacional, até a efetiva implantação de modelo de custos por serviço/modalidade, conforme previsto no PGR – Plano Geral de Atualização da Regulamentação.

### (i) Gestão de capital

A Companhia e suas controladas administram sua estrutura de capital de acordo com melhores práticas de mercado.

O objetivo da gestão de capital é de assegurar níveis de liquidez e alavancagem financeira que possibilitem o crescimento sustentado da empresa, plano de investimentos estratégicos e retorno aos acionistas.

A Companhia e suas controladas poderão alterar sua estrutura de capital, de acordo com as condições econômico-financeiras de forma a otimizar sua alavancagem financeira e gestão da dívida.

Os indicadores utilizados para mensurar a gestão da estrutura de capital da Companhia e suas controladas são: Dívida Bruta sobre o *EBITDA* acumulado nos últimos 12 meses (sigla em inglês que representa o lucro líquido antes dos juros (resultado financeiro), impostos e contribuições, depreciações e amortizações), Dívida líquida (dívida total menos o caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras) sobre o *EBITDA* acumulado nos últimos 12 meses e índice de cobertura de juros, conforme abaixo:

Dívida Bruta/ <i>EBITDA</i> .....	entre 2x e 3x
Dívida Líquida/ <i>EBITDA</i> .....	entre 1,4 x e 2x
Índice de cobertura de juros (*) .....	maior que 4

(\*) Mede a capacidade da Companhia e suas controladas em cobrir suas obrigações futuras de juros.

## Notas Explicativas

### 4 RECEITAS DE VENDAS E/OU SERVIÇOS

	Períodos de três meses findos em			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
<b>Receita bruta de vendas e/ ou serviços</b>	514	512	1.955.051	2.688.727
<b>Deduções da receita bruta</b>				
Tributos	(73)	(73)	(413.885)	(604.807)
Outras deduções	-	-	(236.167)	(308.323)
	<u>(73)</u>	<u>(73)</u>	<u>(650.052)</u>	<u>(913.130)</u>
<b>Receita de vendas e/ ou serviços</b>	<u>441</u>	<u>439</u>	<u>1.304.999</u>	<u>1.775.597</u>

	Períodos de nove meses findos em			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
<b>Receita bruta de vendas e/ ou serviços</b>	1.543	1.536	5.778.392	8.030.901
<b>Deduções da receita bruta</b>				
Tributos	(219)	(218)	(1.250.544)	(1.823.455)
Outras deduções	-	-	(693.530)	(927.570)
	<u>(219)</u>	<u>(218)</u>	<u>(1.944.074)</u>	<u>(2.751.026)</u>
<b>Receita de vendas e/ ou serviços</b>	<u>1.324</u>	<u>1.318</u>	<u>3.834.318</u>	<u>5.279.875</u>

### 5 DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. O detalhamento das despesas por natureza está apresentado a seguir:

Despesas por natureza	Períodos de três meses findos em			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
Depreciação e amortização	-	-	(238.237)	(358.430)
Interconexão	-	-	(182.219)	(265.796)
Serviços de terceiros	(338)	(269)	(177.404)	(247.457)
Serviço de manutenção da rede	-	-	(99.752)	(116.075)
Pessoal	(1.379)	(1.025)	(229.047)	(194.022)
Aluguéis e seguros	-	-	(75.796)	(89.919)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(25.618)	(54.541)
Fistel	-	-	(28.252)	(30.510)
Publicidade e propaganda	-	-	(16.309)	(35.228)

**Notas Explicativas**

Materiais	-	-	(9.052)	(12.887)
Taxa de Prorrogação do Contrato de Concessão – ANATEL	-	-	(4.290)	(8.312)
Custos de aparelhos e outros	-	-	(7.446)	(2.549)
Outros custos e despesas	(2.826)	(1.578)	(27.375)	(23.056)
	<u>(4.543)</u>	<u>(2.872)</u>	<u>(1.120.797)</u>	<u>(1.438.782)</u>

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
<b>Classificadas como:</b>	<b>30/09/2011</b>	<b>30/09/2010</b>	<b>30/09/2011</b>	<b>30/09/2010</b>
Custos dos serviços prestados e das mercadorias vendidas	(172)	(418)	(839.053)	(1.068.297)
Comercialização de serviços	-	-	(135.949)	(223.481)
Gerais e administrativas	(4.371)	(2.454)	(145.795)	(147.004)
	<u>(4.543)</u>	<u>(2.872)</u>	<u>(1.120.797)</u>	<u>(1.438.782)</u>

	<b>Períodos de nove meses findos em</b>			
	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
<b>Despesas por natureza</b>	<b>30/09/2011</b>	<b>30/09/2010</b>	<b>30/09/2011</b>	<b>30/09/2010</b>
Depreciação e amortização	-	-	(728.751)	(1.073.394)
Interconexão	-	-	(547.562)	(825.731)
Serviços de terceiros	(695)	(680)	(485.285)	(664.971)
Serviço de manutenção da rede	-	-	(250.605)	(344.311)
Pessoal	(4.559)	(2.939)	(628.932)	(567.790)
Aluguéis e seguros	-	-	(213.119)	(264.876)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(103.826)	(175.212)
Fistel	-	-	(83.008)	(100.064)
Publicidade e propaganda	-	-	(64.738)	(89.199)
Materiais	-	-	(19.868)	(42.560)
Taxa de Prorrogação do Contrato de Concessão – ANATEL	-	-	(14.389)	(25.088)
Custos de aparelhos e outros	-	-	(23.244)	(23.033)
Outros custos e despesas	(7.379)	(6.576)	(84.091)	(79.004)
	<u>(12.633)</u>	<u>(10.195)</u>	<u>(3.247.418)</u>	<u>(4.275.233)</u>

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
<b>Classificadas como:</b>	<b>30/09/2011</b>	<b>30/09/2010</b>	<b>30/09/2011</b>	<b>30/09/2010</b>
Custos dos serviços prestados e das mercadorias vendidas	(1.095)	(1.143)	(2.416.443)	(3.176.720)
Comercialização de serviços	-	-	(443.479)	(668.816)
Gerais e administrativas	(11.538)	(9.052)	(387.496)	(429.697)
	<u>(12.633)</u>	<u>(10.195)</u>	<u>(3.247.418)</u>	<u>(4.275.233)</u>

**6 OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS**

## Notas Explicativas

Outras receitas operacionais	Períodos de três meses findos em			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
Aluguéis de infra-estrutura	-	-	16.514	18.528
Despesas recuperadas (i)	160	-	63.907	24.338
Multas aplicadas sobre contas vencidas	-	-	9.154	14.256
Serviços técnicos administrativos	-	-	4.833	6.426
Receita na alienação de ativos tangíveis e intangíveis	-	-	8.847	2.080
Dividendos Prescritos	-	-	15.353	5.977
Reversão de provisão para perdas sobre ativos descontinuados	-	-	125	-
Provisões/reversões para perdas em processos judiciais	-	-	1.084	1.523
Outras receitas	-	-	25.421	19.273
	160	-	145.238	92.401

- (i) Inclui o reconhecimento da recuperação de gastos com benefícios pós-emprego (planos de aposentadoria) relacionados ao fundo de pensão superavitário PBS-A administrado pela Sistel, da controlada indireta TMAR e da controlada indireta BrT, no valor de R\$354 milhões (valor não proporcionalizado) no consolidado, cuja contrapartida está na rubrica “Demais ativos – Valores a receber”.

Outras despesas operacionais	Períodos de três meses findos em			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
Tributos	-	-	(36.981)	(48.495)
Despesas com cobrança	-	-	(1.177)	(3.294)
Provisões/reversões	38	(1)	381.888	(8.621)
Participação dos empregados no resultado	(91)	(126)	(3.275)	(30.591)
Perda na alienação de ativo permanente	-	-	(1.609)	(8.599)
Remunerações baseadas em ações	-	-	(289)	(449)
Descontos concedidos	-	-	(2.874)	(2.798)
Despesas com multas	-	-	(861)	(2.118)
Outras despesas	-	-	(438.133)	(2.585)
	(53)	(127)	(103.311)	(107.550)

Outras receitas operacionais	Períodos de nove meses findos em			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
Aluguéis de infra-estrutura	-	-	47.328	52.513
Despesas recuperadas (i)	-	-	90.153	55.587
Multas aplicadas sobre contas vencidas	-	-	27.918	42.235
Serviços técnicos administrativos	-	-	14.201	19.258
Receita na alienação de ativos tangíveis e intangíveis (ii)	-	-	1.076.424	9.356
Dividendos Prescritos	-	-	28.675	7.492
Reversão de provisão para perdas sobre ativos descontinuados	-	-	125	2.047

**Notas Explicativas**

Provisões/reversões para perdas em processos judiciais	-	-	3.132	2.861
Outras receitas	390	-	46.451	37.871
	<u>390</u>	<u>-</u>	<u>1.334.407</u>	<u>229.220</u>

- (i) Inclui o reconhecimento da recuperação de gastos com benefícios pós-emprego (planos de aposentadoria) relacionados ao fundo de pensão superavitário PBS-A administrado pela Sistel, da controlada indireta TMAR e da controlada indireta BrT, no valor de R\$354 milhões (valor não proporcionalizado) no consolidado, cuja contrapartida está na rubrica “Demais ativos – Valores a receber”.
- (ii) Representado substancialmente pela transação mencionada na Nota 2.3.

	<b>Períodos de nove meses findos em</b>			
	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30/09/2011</b>	<b>30/09/2010</b>	<b>30/09/2011</b>	<b>30/09/2010</b>
<b>Outras despesas operacionais</b>				
Tributos	-	-	(119.219)	(148.310)
Baixa de valor contábil - ágio Paggo	-	-	(5.675)	-
Despesas com cobrança	-	-	(5.996)	(10.099)
Provisões/reversões	(1.242)	(677)	293.357	(116.933)
Participação dos empregados no resultado	(639)	(362)	(17.083)	(60.780)
Perda na alienação de ativo permanente	-	-	(6.584)	(18.009)
Remunerações baseadas em ações	-	-	(1.707)	(2.948)
Descontos concedidos	-	-	(7.897)	(8.601)
Despesas com multas	-	-	(9.362)	(3.799)
Outras despesas	-	-	(443.478)	(12.834)
	<u>(1.881)</u>	<u>(1.039)</u>	<u>(323.644)</u>	<u>(382.313)</u>

**7 RESULTADO FINANCEIRO**

	<b>Períodos de três meses findos em</b>			
	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30/09/2011</b>	<b>30/09/2010</b>	<b>30/09/2011</b>	<b>30/09/2010</b>
<b>Receitas financeiras</b>				
Rendimentos de aplicações financeiras	11.026	-	94.843	82.881
Juros e variações monetárias sobre outros ativos	17	2.788	39.373	28.924
Descontos financeiros obtidos	-	-	2.938	3.833
Juros e variações monetárias sobre empréstimos a receber de empresas ligadas	3.042	1.934	2.613	5.533
Juros sobre debêntures	-	7.530	-	-
Juros sobre dividendos e capital próprio	-	108	-	108
Variações cambiais sobre aplicações no exterior	-	-	34.605	(8.828)
Outros	1	(1.009)	3.023	22.232
	<u>14.086</u>	<u>11.351</u>	<u>177.395</u>	<u>134.683</u>

## Notas Explicativas

Despesas financeiras	Períodos de três meses findos em			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
Juros sobre empréstimos a pagar a terceiros	(9.716)	(7.878)	(84.197)	(118.870)
Operações com instrumentos financeiros derivativos	-	-	137.175	(49.531)
Juros e variações monetárias sobre outros passivos	(48)	1.422	(46.471)	(34.105)
Atualização monetária de provisões	-	-	(2.940)	(21.013)
Juros sobre debêntures	-	-	(52.225)	(73.041)
IRRF, IOF e PIS/COFINS sobre operações financeiras e encargos bancários	(39)	213	(9.380)	(14.984)
Juros sobre dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	(25)	-
Juros e comissões sobre empréstimos a pagar a empresas ligadas	-	-	(2.464)	(909)
Juros sobre impostos e contribuições parcelados - Refinanciamento fiscal	-	-	(4.813)	(4.615)
Variação monetária e cambial sobre empréstimos a pagar a terceiros	-	(2.755)	(214.567)	62.466
Arrendamento	-	(23)	(254)	(23)
Atualização monetária e dividendos fixos sobre ações preferenciais resgatáveis	-	-	(4.086)	(4.732)
Juros sobre usufruto de ações	-	-	(1.780)	-
Outros	(28)	(332)	(8.959)	(5.932)
	<u>(9.831)</u>	<u>(9.353)</u>	<u>(294.986)</u>	<u>(265.289)</u>
	<u>4.255</u>	<u>1.998</u>	<u>(117.591)</u>	<u>(130.606)</u>

Receitas financeiras	Períodos de nove meses findos em			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
Rendimentos de aplicações financeiras	20.841	-	244.573	205.040
Juros e variações monetárias sobre outros ativos (i)	1.098	2.817	78.057	130.179
Descontos financeiros obtidos	-	-	11.327	6.959
Juros e variações monetárias sobre empréstimos a receber de empresas ligadas	9.647	6.406	11.155	13.747
Juros sobre debêntures	9.796	19.331	-	-
Juros sobre dividendos e capital próprio	-	108	-	108
Recuperação de despesas	-	-	-	23.332
Dividendos recebidos (ii)	-	-	29.436	-
Variações cambiais sobre aplicações no exterior	-	-	34.518	(2.190)
Outros	290	-	3.109	4.334
	<u>41.672</u>	<u>28.662</u>	<u>412.175</u>	<u>381.509</u>

Despesas financeiras	Períodos de nove meses findos em			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010

**Notas Explicativas**

	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>
Juros sobre empréstimos a pagar a terceiros	(26.668)	(20.231)	(248.837)	(346.171)
Operações com instrumentos financeiros derivativos	-	-	47.903	(44.974)
Juros e variações monetárias sobre outros passivos (i)	(1.871)	(13)	(146.962)	(76.104)
Atualização monetária de provisões	-	-	(44.935)	(68.660)
Juros sobre debêntures	-	-	(151.444)	(199.775)
IRRF, IOF e PIS/COFINS sobre operações financeiras e encargos bancários	(192)	-	(37.130)	(43.226)
Juros sobre dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	(333)	-
Juros e comissões sobre empréstimos a pagar a empresas ligadas	-	-	(3.559)	(2.789)
Juros sobre impostos e contribuições parcelados - Refinanciamento fiscal	-	-	(22.865)	(14.375)
Variação monetária e cambial sobre empréstimos a pagar a terceiros	-	(2.755)	(151.712)	7.576
Arrendamento	-	(23)	(254)	(23)
Atualização monetária e dividendos fixos sobre ações preferenciais resgatáveis	-	-	(15.264)	(19.429)
Juros sobre usufruto de ações	-	-	(3.429)	-
Outros	(834)	(347)	(22.865)	(13.673)
	<u>(29.565)</u>	<u>(23.369)</u>	<u>(801.686)</u>	<u>(821.622)</u>
	<u>12.107</u>	<u>5.293</u>	<u>(389.511)</u>	<u>(440.113)</u>

- (i) No primeiro trimestre de 2011 a controlada indireta BrT revisou a estimativa de atualização monetária sobre depósitos judiciais, resultando em uma reversão de receita na conta Juros e variações monetárias sobre outros ativos referentes à atualização monetária cujo montante no consolidado representa de R\$31 milhões (incluído no item (i) na tabela).

Adicionalmente de acordo com a Nota 23, em razão da revisão da avaliação da probabilidade de perdas em disputas judiciais relacionadas a tributos incluídos em programas de refinanciamento, foi reconhecido em Juros e variações monetárias sobre outros ativos, uma receita cujo montante no consolidado é de R\$15 milhões e em Juros e variações monetárias sobre outros passivos, a despesa consolidada representa o montante de R\$50 milhões.

- (ii) Em 2 de junho de 2011 a controlada indireta TMAR recebeu dividendos da Portugal Telecom de €1,30, por ação, perfazendo o montante de €81.583 equivalentes a R\$187.836 (R\$29.436, proporcional à participação indireta detida pela Companhia) (incluído no item (ii) na tabela).

## 8 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

Os tributos sobre a renda abrangem o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro. A alíquota para imposto de renda é de 25% e a alíquota para contribuição social é de 9%, produzindo uma taxa tributária nominal combinada de 34%.

Os registros relativos à provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro reconhecidos no resultado são os seguintes:

## Notas Explicativas

	Períodos de três meses findos em		
	Controladora		Consolidado
	30/09/2011	30/09/2011	30/09/2010
Tributos correntes	(309)	(48.036)	(34.306)
Tributos diferidos	-	18.210	(23.048)
<b>Total</b>	<b>(309)</b>	<b>(29.826)</b>	<b>(57.354)</b>

	Períodos de três meses findos em			
	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Resultado antes dos impostos e das participações	19.730	25.362	108.540	191.060
Resultado das empresas não sujeitas ao cálculo de IR/CSLL	-	-	1.613	164
Total do resultado tributável	19.730	25.362	110.153	191.224
<b>IRPJ e CSLL sobre o resultado tributável (15%+10%+9%)</b>	<b>(6.708)</b>	<b>(8.623)</b>	<b>(37.452)</b>	<b>(65.016)</b>
<b>Ajustes para apuração da alíquota efetiva:</b>				
Incentivos fiscais (basicamente, lucro da exploração) (i)	-	-	4.486	9.672
Efeito tributário sobre exclusões (adições) permanentes (ii)	(340)	17	7.746	(7.970)
Exclusão (adição) permanente do resultado de equivalência patrimonial	6.620	8.814	-	-
Ativo fiscal diferido não constituído (iii)	-	(175)	(6.613)	(3.260)
Ativo fiscal diferido constituído de exercícios anteriores (iv)	-	-	630	206
Baixa de ativo fiscal diferido relacionado a reestruturação societária	-	-	(915)	-
Compensação de prejuízos e base negativa de CS	136	-	709	2.559
Outros	(17)	(33)	1.583	6.455
<b>Imposto de renda e contribuição social, de acordo com a demonstração do resultado</b>	<b>(309)</b>	<b>-</b>	<b>(29.826)</b>	<b>(57.354)</b>
Alíquota efetiva	2,26%	0,00%	27,08%	29,99%

	Períodos de nove meses findos em		
	Controladora		Consolidado
	30/09/2011	30/09/2011	30/09/2010
Tributos correntes	(393)	(151.471)	(144.207)
Tributos diferidos	-	54.606	47.845
<b>Total</b>	<b>(393)</b>	<b>(96.865)</b>	<b>(96.362)</b>

	Períodos de nove meses findos em			
	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Resultado antes dos impostos e das participações	816.703	39.885	1.200.227	411.436
Resultado das empresas não sujeitas ao cálculo de IR/CSLL	-	-	1.319	(445)
Total do resultado tributável	816.703	39.885	1.201.546	410.991
<b>IRPJ e CSLL sobre o resultado tributável (15%+10%+9%)</b>	<b>(277.679)</b>	<b>(13.561)</b>	<b>(408.526)</b>	<b>(139.737)</b>
<b>Ajustes para apuração da alíquota efetiva:</b>				
Incentivos fiscais (basicamente, lucro da exploração) (i)	-	-	18.264	25.464
Efeito tributário sobre exclusões (adições) permanentes (ii)	(442)	(33)	317.119	9.911
Exclusão (adição) permanente do resultado de equivalência patrimonial	277.915	15.133	(2.695)	-

## Notas Explicativas

Ativo fiscal diferido não constituído (iii)	(1.290)	(23.466)	(39.981)
Ativo fiscal diferido constituído de exercícios anteriores (iv)	-	630	27.853
Baixa de ativo fiscal diferido relacionado a reestruturação societária	-	(25.874)	-
Compensação de prejuízos e base negativa de CS	178	14.627	5.535
Outros	(365)	13.057	14.593
<b>Imposto de renda e contribuição social, de acordo com a demonstração do resultado</b>	<b>(393)</b>	<b>-</b>	<b>(96.865)</b>
Alíquota efetiva	0,05%	0,00%	23,45%

- (i) Refere-se ao lucro da exploração reconhecido no resultado pela aplicação da Lei nº 11.638/2007. O referido benefício fiscal é obtido após a obtenção de Laudo Constitutivo emitido pela SUDENE, depois de atendidas as exigências do referido órgão competente; entretanto, o laudo não prevê exigências adicionais cujo não cumprimento possa acarretar a perda do benefício fiscal antes do prazo final que se encerra em dezembro de 2013.
- (ii) Os principais itens de efeitos tributários de exclusão (adição) permanentes são: multas indedutíveis, incentivos fiscais, patrocínios, anistia de juros e multa sobre programas de refinanciamento fiscal, prescrição de dividendos, amortização do excesso pago na concessão, receita de usufruto de ações, despesas de atualização monetária e dividendos fixos sobre as ações resgatáveis.
- (iii) Resultado da Companhia e suas controladas que não constituem IRPJ e CSLL sobre prejuízo fiscal e base de cálculo negativa, por não apresentarem expectativa de realização.
- (iv) Refere-se substancialmente ao registro de tributos diferidos da controlada indireta TMAR após a revisão das projeções de resultados indicarem a recuperabilidade dos valores.

As Informações Trimestrais findas em 30 de setembro de 2011 foram elaboradas considerando as melhores estimativas da Administração e os procedimentos instituídos pelo RTT – Regime Tributário Transitório.

## 9 CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras realizadas pela Companhia e suas controladas, nos períodos findos em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, são classificadas como mantidas para negociação e são mensuradas pelos respectivos valores justos.

### (a) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Caixa e contas bancárias	25	9	69.975	126.809
Equivalentes de caixa	356.281	-	3.019.698	2.812.275
	<u>356.306</u>	<u>9</u>	<u>3.089.673</u>	<u>2.939.084</u>
	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	

**Notas Explicativas**

	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Fundos de investimentos exclusivos	356.281	2.619.131	1.940.106
CDB – Certificado de depósito bancário	-	190.307	419.163
Operações compromissadas	-	2.529	41.866
Nota de Cupom Cambial	-	27.662	34.490
Time deposits	-	176.179	359.684
Outros	-	3.890	16.966
	<u>356.281</u>	<u>3.019.698</u>	<u>2.812.275</u>
Equivalentes de caixa	<u>356.281</u>	<u>3.019.698</u>	<u>2.812.275</u>

**(b) Aplicações financeiras**

	<b>Consolidado</b>	
	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Fundos de investimentos exclusivos	242.786	400.203
Títulos privados	37.938	71.159
Outras aplicações	28.254	16.407
Aplicações financeiras	<u>308.978</u>	<u>487.769</u>
Circulante	270.087	469.375
Não circulante	38.891	18.394

**c) Composição das carteiras dos fundos de investimentos exclusivos**

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas, Jereissati Telecom, LF Tel e outras empresas do grupo, aplicam seus recursos em fundos exclusivos para a Companhia e suas controladas diretas e indiretas, Jereissati Telecom, LF Tel e outras empresas do grupo, dos quais, em 30 de setembro de 2011, a Companhia possui aproximadamente 48,1%, a sua controlada Jereissati Telecom 34,6% (31/12/2010 – 24%), a LF Tel 0,7% (31/12/2010 – 0,7%), e as demais controladas e empresas do grupo 16,6% (31/12/2010 – 75,3%) de participação nas quotas destes fundos.

**Grupo de Telecomunicação**

Todos os fundos de investimento nos quais a controlada indireta TNL e suas controladas aplicam recursos são fundos exclusivos do grupo, dos quais, em 30 de setembro de 2011, a controlada indireta TNL possui aproximadamente 4% (31/12/2010 – 7%), a controlada indireta TMAR 44% (31/12/2010 – 5%), a controlada indireta Oi 12% (31/12/2010 – 42%), a controlada indireta BrT 38% (31/12/2010 – 29%) e as demais controladas indiretas 2% (31/12/2010 – 17%) de participação nas quotas destes fundos.

As carteiras dos fundos exclusivos são compostas pelos títulos demonstrados no quadro abaixo que apresenta os saldos consolidados dos fundos:

	<b>Consolidado</b>	
	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Operações compromissadas	906.872	1.256.199
CDB – Certificado de depósito bancário	199.790	58.078
Time deposits	88.231	-
Títulos privados	1.423.651	621.054

**Notas Explicativas**

Títulos públicos	-	711
Outros	587	4.064
Títulos classificados em equivalentes de caixa	<u>2.619.131</u>	<u>1.940.106</u>
Títulos públicos	233.153	296.709
Bonds	341	47.929
Time Deposits	-	43.545
CDB – Certificado de depósito bancário	9.292	12.020
Títulos classificados em aplicações financeiras	<u>242.786</u>	<u>400.203</u>
Fundos de investimentos exclusivos	<u>2.861.917</u>	<u>2.340.309</u>

A controlada indireta TNL, direta e indiretamente, possui aplicações financeiras em fundos de investimentos exclusivos no Brasil e no exterior, que possuem como objetivo remunerar o caixa, tendo como “*benchmark*”, o CDI no Brasil e a LIBOR no Exterior.

**10 CONTAS A RECEBER**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2010</b>	<b>30/09/2011</b>	<b>31/12/2010</b>	
Serviços faturados	168	776.357	1.029.190	
Serviços a faturar	-	331.425	435.748	
Aluguéis a receber	-	85.648	66.408	
Co-participação a receber	-	27.417	3.339	
Aparelhos, acessórios vendidos e outros	-	42.626	63.534	
Venda de imóveis	-	12.885	30.403	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(156.544)	(210.421)	
	<u>168</u>	<u>1.119.814</u>	<u>1.418.201</u>	
Circulante	168	1.089.041	1.397.420	
Não circulante	-	30.773	20.781	

A composição por idade dos valores a receber consolidado é apresentada a seguir:

	<b>Consolidado</b>			
	<b>30/09/2011</b>	<b>%</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>%</b>
A faturar	331.425	26,0%	435.748	26,8%
A vencer	503.852	39,5%	649.051	39,9%
A receber de outros provedores	141.418	11,1%	149.736	9,2%
Vencidas até 60 dias	171.047	13,4%	233.473	14,3%
Vencidas de 61 a 90 dias	24.442	1,9%	36.350	2,2%
Vencidas de 91 a 120 dias	25.670	2,0%	29.403	1,8%
Vencidas de 121 a 150 dias	22.744	1,8%	26.073	1,6%
Vencidas de 151 a 180 dias	55.759	4,3%	68.788	4,2%
	<u>1.276.357</u>	<u>100%</u>	<u>1.628.622</u>	<u>100%</u>

As movimentações na provisão para créditos de liquidação duvidosa de clientes consolidada são as seguintes:

**Notas Explicativas**

	<u>Consolidado</u>
<b>Saldo em 31/12/2010</b>	(210.421)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(49.809)
Contas a receber de clientes baixadas como incobráveis	103.686
<b>Saldo em 30/09/2011</b>	<u>(156.544)</u>

**11 TRIBUTOS CORRENTES E DIFERIDOS SOBRE A RENDA**

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	
	<u>Ativo</u>	<u>Ativo</u>	
	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
<b>Tributos correntes sobre a renda</b>			
CS a recuperar (i)	99	16.846	52.840
IR a recuperar (i)	242	54.613	122.037
Impostos retidos na fonte- IR/CS	1.341	68.429	84.539
Outros tributos correntes	6	31.230	2.142
	<u>1.688</u>	<u>171.118</u>	<u>261.558</u>
<b>Tributos diferidos sobre a renda</b>			
IR - sobre diferenças temporárias e créditos fiscais (ii)	-	442.246	616.754
CS sobre diferenças temporárias (ii)	-	136.855	191.380
IR sobre prejuízos fiscais (ii)	-	203.847	247.604
CS sobre base negativa (ii)	-	89.517	109.771
Provisão para perda no valor recuperável (ii)	-	(834)	(1.160)
Outros tributos diferidos e a recuperar (i)	-	63.389	102.030
	<u>-</u>	<u>935.020</u>	<u>1.266.379</u>
Circulante	1.688	171.118	261.558
Não circulante	-	935.020	1.266.379
<b>Adições temporárias por natureza:</b>			
Provisões diversas	-	(8.661)	5.580
Participação nos lucros	-	3.521	21.792
Provisão para cobertura insuficiência atuarial	-	32.402	48.519
Provisões	-	350.207	467.811
Provisões para crédito de liquidação duvidosa	-	96.789	129.944
Provisões de impostos e contribuições com exigibilidade suspensa	-	25.053	39.894
Variação cambial	-	7.340	21.853
Convergência ao IFRS - RTT:			
Subsídios e Fistel	-	7.555	12.013
Desmobilização de ativo	-	6.709	16.342
Gastos pré-operacionais	-	2.734	13.304
Reconhecimento de Receita	-	8.613	14.523
Contabilidade de "hedge"	-	1.570	-
Valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	-	25.675	-
Outros	-	19.594	16.559
	<u>-</u>	<u>579.101</u>	<u>808.134</u>

## Notas Explicativas

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>Passivo</b>		<b>Passivo</b>	
	<b>30/09/2011</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>30/09/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
<b>Tributos correntes a recolher</b>				
IR a pagar	282	-	93.488	118.775
CS a pagar	110	808	40.645	54.353
Outros	212	85	15.627	10.246
Circulante	604	893	149.760	183.374
<b>Tributos diferidos sobre a renda</b>				
IR diferido	-	-	365.380	536.094
CS diferido	-	-	122.722	192.618
Não circulante	-	-	488.102	728.712
<b>Adições temporárias por natureza:</b>				
Convergência ao IFRS - RTT	-	-	1.414	10.324
Tributos diferidos sobre os efeitos da combinação de negócios BrT (*)	-	-	449.982	714.568
Depreciação/Baixas CME Lei nº 8200/1991	-	-	-	3.156
Outras diferenças temporárias	-	-	36.706	664

(\*) Compõe-se substancialmente dos efeitos tributários sobre os ajustes a valor justo dos ativos imobilizado e intangível reconhecidos na aquisição da controlada indireta BrT.

- (i) Referem-se a pagamentos realizados, calculados com estimativas legais, que serão compensados com obrigações fiscais futuras.
- (ii) A controlada indireta TNL e suas controladas e a controlada indireta Contax Participações e suas controladas registram seus créditos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias, dos prejuízos fiscais e da base negativa da contribuição social. Conforme estudo técnico aprovado pelos órgãos de suas administrações, submetido à aprovação do Conselho Fiscal, a geração de lucros tributáveis nos próximos dez anos, ajustados a valor presente será suficiente para absorver esses créditos tributários, como segue no quadro abaixo. A controlada indireta TNL e suas controladas e a controlada indireta Contax Participações e suas compensam seus prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, até o limite de 30% do lucro fiscal apurado, conforme legislação fiscal vigente. A controlada Iguatemi registra seus créditos fiscais decorrentes exclusivamente de diferenças temporárias.

A Companhia possui créditos oriundos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social a serem compensados com lucros tributários futuros, ambos no montante de R\$51.526 (R\$52.054 em dezembro 2010). A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição.

A Companhia não registrou contabilmente o imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre esses montantes, devido à falta de expectativas de realização dos mesmos, considerando o estágio atual de suas operações.

## Notas Explicativas

Adicionalmente, para as controladas diretas e indiretas que não apresentaram, em 30 de setembro de 2011, históricos de rentabilidade e/ou expectativa de geração de lucros tributáveis suficientes nos próximos dez anos, os créditos tributários sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social não foram reconhecidos na sua totalidade, bem como, os créditos tributários sobre diferenças temporárias. Os créditos não reconhecidos contabilmente pelas controladas diretas e indiretas da Companhia totalizam R\$1.152.607 (31/12/2010 - R\$853.307) (valores não proporcionalizados).

A seguir estão apresentados os prazos de expectativa de realização dos ativos de tributos diferidos em 30 de setembro de 2011:

	<u>Consolidado</u>
Até 31 de dezembro de:	
2011	34.882
2012	148.540
2013	132.163
2014	136.295
2015	86.157
2016 a 2018	203.885
2019 a 2021	129.709
	<u>871.631</u>

- (iii) Refere-se principalmente antecipações realizados em anos anteriores, os quais serão compensados com tributos federais futuros.

### Movimentação do Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos:

	Saldo em 31/12/2010	Reconhecido no resultado IR/CS diferido	Reconhecido em outros resultados abrangentes	Resultado diferido sem trânsito no ativo / passivo	Transf. SD inici. Do passivo diferido p/ Ativo diferido	Adições / Compensações	Reconhecido no resultado financeiro	Saldo em 30/09/2011
<b>Impostos diferidos (passivos)</b>								
<b>ativos com relação a:</b>								
Provisão de impostos e contribuições com exigibilidade suspensa	39.894	(14.841)	-	-	-	-	-	25.053
Provisão para participação nos lucros	21.792	(18.271)	-	-	-	-	-	3.521
Provisão para cobertura insuficiência atuarial	48.519	(16.117)	-	-	-	-	-	32.402
Provisões	467.811	(117.604)	-	-	-	-	-	350.207
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	129.944	(33.155)	-	-	-	-	-	96.789
Variações Cambiais	21.853	(14.513)	-	-	-	-	-	7.340
Provisões Diversas	5.580	(5.954)	-	322	(8.609)	-	-	(8.661)
Outras adições / exclusões temporárias	16.559	4.052	39	-	(1.056)	-	-	19.594
Ajuste no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	25.675	-	-	-	-	25.675
Subsídios e Fistel	12.013	(4.458)	-	-	-	-	-	7.555
Gastos pré operacionais	13.304	(10.570)	-	-	-	-	-	2.734
Reconhecimento de receita	14.523	(5.910)	-	-	-	-	-	8.613
Provisão para desmobilização de ativo	16.342	(9.633)	-	-	-	-	-	6.709
Contabilidade de "hedge"	-	-	1.570	-	-	-	-	1.570
Resultado diferido sem trânsito no ativo	-	497	-	(497)	-	-	-	-
Provisão para perda de recuperabilidade	(1.160)	326	-	-	-	-	-	(834)
	<u>806.974</u>	<u>(246.151)</u>	<u>27.284</u>	<u>(175)</u>	<u>(9.665)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>578.266</u>
Prejuízos fiscais	247.604	(43.757)	-	-	-	-	-	203.847
Base Negativa de CSSL	109.771	(19.601)	-	(653)	-	-	-	89.517
	<u>357.375</u>	<u>(63.358)</u>	<u>-</u>	<u>(653)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>293.364</u>

## Notas Explicativas

Outros tributos diferidos - SD credor de exerc. Anteriores	102.030	(43.438)	-	-	-	2.320	2.478	63.390
	<b>102.030</b>	<b>(43.438)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.320</b>	<b>2.478</b>	<b>63.390</b>
<b>Total imposto diferido ativo</b>	<b>1.266.379</b>	<b>(352.947)</b>	<b>27.284</b>	<b>(828)</b>	<b>(9.665)</b>	<b>2.320</b>	<b>2.478</b>	<b>935.020</b>
<b>Impostos diferidos passivos com relação a:</b>								
Tributos Diferidos sob combinação de negócios BRT	714.570	(264.588)	-	-	-	-	-	449.982
Outras adições / exclusões temporárias	14.142	15.727	(154)	(1.259)	9.665	(1)	-	38.120
<b>Total imposto diferido passivo</b>	<b>728.712</b>	<b>(248.861)</b>	<b>(154)</b>	<b>(1.259)</b>	<b>9.665</b>	<b>(1)</b>	<b>-</b>	<b>488.102</b>
	<b>1.995.091</b>	<b>(601.808)</b>	<b>27.130</b>	<b>(2.087)</b>	<b>-</b>	<b>2.319</b>	<b>2.478</b>	<b>1.423.122</b>

## 12 OUTROS TRIBUTOS

	Controladora		Consolidado	
	Ativo		Ativo	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
ICMS a recuperar (i)	-	-	245.187	276.197
PIS/COFINS	-	-	20.099	29.928
Imposto retido na fonte	-	48	13.566	14.926
PAES a recuperar	-	-	1.413	2.214
Outros (ii)	183	551	19.224	10.893
	<b>183</b>	<b>599</b>	<b>299.489</b>	<b>334.158</b>
Circulante	183	599	204.405	234.988
Não circulante	-	-	95.084	99.170

	Controladora		Consolidado	
	Passivo		Passivo	
	30/09/2011	30/09/2011	30/09/2011	31/12/2010
PIS/COFINS	-	225.979	264.706	
ICMS	-	167.381	228.330	
FUST/FUNTTTEL/Radio difusão	-	80.127	108.469	
ICMS Convênio nº 69/1998	-	57.749	56.204	
Imposto retido na fonte	-	510	31.260	
Outros	427	13.447	23.931	
	<b>427</b>	<b>545.193</b>	<b>712.900</b>	
Circulante	-	278.224	381.934	
Não circulante	427	266.969	330.966	

- (i) O ICMS a recuperar é decorrente, em sua maior parte, das antecipações e dos créditos constituídos na aquisição de bens do imobilizado, cuja compensação com as obrigações fiscais desse imposto ocorre em até 48 meses, de acordo com a lei Complementar nº 102/2000.

## Notas Explicativas

- (ii) Na Companhia refere-se substancialmente ao valor de imposto de renda e contribuição social, pagos e ou retidos em exercícios anteriores, a serem compensados com tributos futuros.

### 13 DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Cíveis	-	-	934.332	1.099.372
Tributários	2	1	340.958	382.369
Trabalhistas	3.315	2.860	280.624	316.390
Bloqueios judiciais	-	-	32.049	47.308
	<u>3.317</u>	<u>2.861</u>	<u>1.587.963</u>	<u>1.845.439</u>
Circulante	-	-	307.012	396.329
Não circulante	3.317	2.861	1.280.951	1.449.110

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, os depósitos judiciais são atualizados monetariamente.

### 14 DEMAIS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Adiantamento a fornecedores	-	-	103.372	136.076
Fistel de manutenção (i)	-	-	26.849	-
Adiantamento à FATL	-	-	25.466	39.832
Valores a receber	-	-	75.047	37.058
Publicidade, propaganda e patrocínio	-	-	20.130	31.189
Adiantamentos a empregados	-	-	6.256	16.017
Debêntures	3.092	11.371	3.092	11.371
Incentivos fiscais	-	-	8.068	11.474
Aluguel de postes	-	-	7.047	5.117
Tributos, taxas e contribuições	-	-	3.710	3.908
Seguros	-	-	2.082	2.452
Outros	59	503	42.269	25.509
	<u>3.151</u>	<u>11.874</u>	<u>323.388</u>	<u>320.003</u>
Circulante	59	503	237.492	225.504
Não circulante	3.092	11.371	85.896	94.499

Abreviatura:

FATL - Fundação Atlântico de Seguridade Social

## Notas Explicativas

- (i) Taxa do FISTEL – Fundo de Fiscalização das Telecomunicações, paga anualmente a ANATEL com a finalidade de cobrir dos gastos necessários ao exercício da atividade de fiscalização do setor de telecomunicações, em conformidade com a legislação aplicável, é registrada como despesa antecipada e tem sua apropriação mensal ao resultado ao longo do ano.

### 15 INVESTIMENTOS

#### (a) Investimentos em controladas

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Participações avaliadas a:				
Equivalência patrimonial	1.592.449	939.813	-	-
Custo de aquisição (i)	-	-	6.390	8.864
Incentivos fiscais, líquidos das provisões para perdas	-	-	3.652	3.009
Propriedade para investimento	-	-	1.658.888	1.399.973
Outros investimentos	982	979	1.366	1.417
	<u>1.593.431</u>	<u>940.792</u>	<u>1.670.296</u>	<u>1.413.263</u>

- (i) Inclui no saldo consolidado, o investimento da controlada indireta TMAR na Hispamar Satélites S.A. (“Hispamar”) que tem como atividade principal a contratação de fabricação por terceiros, o lançamento e operação de satélites, bem como o uso e a comercialização da capacidade útil de satélites que ocupem as posições orbitais devidamente licenciadas nas diferentes bandas de frequência, a prestação de serviços de comunicação, especialmente via satélites, e demais serviços necessários ao desempenho de suas atividades sociais. O percentual de participação da controlada indireta TMAR é de 19,04%, não possuindo influência significativa na sua administração.

#### Resumo das movimentações dos saldos de investimentos

	Controladora		
	Iguatemi	Jereissati Telecom	Total
<b>Saldo em 31/12/2010</b>	<b>788.539</b>	<b>151.274</b>	<b>939.813</b>
Subscrição / Aquisições de ações	7.490	-	7.490
Resultado de equivalência patrimonial	55.895	761.501	817.396
Ágio em transação de capital e variações de % de participações	(1.769)	-	(1.769)
Variações de remuneração baseada em ações reflexa	340	482	822
Variações de ações em tesouraria reflexa	(2.664)	83	(2.581)
Variações reflexas sobre outros resultados abrangentes das controladas	-	(15.456)	(15.456)
Variações reflexas sobre o patrimônio líquido das investidas	-	(9.238)	(9.238)
Dividendos recebidos de controladas	(9.242)	(134.929)	(144.171)
Outros	319	(176)	143
<b>Saldo em 30/09/2011</b>	<b>838.908</b>	<b>753.541</b>	<b>1.592.449</b>

## Notas Explicativas

### Participações avaliadas a equivalência patrimonial:

Controladas	Patrimônio líquido	Capital Social Integralizado	Lucro (prejuízo) líquido	Qtde. milhares de ações		Participação * % no Capital		30/09/2011	Período de nove meses findos e 30/09/2011	Período de três meses findos e 30/09/2011
				Ordinárias	Preferenciais	Total	Votante	Investimento	Equivalência patrimonial	
Iguatemi	1.571.478	836.363	105.184	42.185	-	53.3834	53.3834	838.908	55.895	16.364
Jereissati Telecom	949.403	226.047	959.429	269.674	161.942	79.3700	80,0990	753.541	761.501	(2.938)
								<u>1.592.449</u>	<u>817.396</u>	<u>13.426</u>

\* Participação na Iguatemi considerando ações em tesouraria

Controladas	Patrimônio líquido	Capital Social Integralizado	Lucro (prejuízo) líquido	Qtde. milhares de ações		Participação % no Capital		31/12/2010	Período de nove meses findos e 30/09/2010	Período de três meses findos e 30/09/2010
				Ordinárias	Preferenciais	Total	Votante	Investimento	Equivalência patrimonial	
Iguatemi	1.488.101	823.859	151.547	41.954	-	52.9896	52,9896	788.539	57.160	22.731
Jereissati Telecom	190.592	226.047	(79.722)	269.674	161.942	79.3700	80,0990	151.274	(12.652)	3.191
LF Tel <sup>1</sup>								-	-	2
								<u>939.813</u>	<u>44.508</u>	<u>25.924</u>

<sup>1</sup> Participação vendida em dezembro de 2010

A partir de 2011, as principais rubricas contábeis das informações trimestrais consolidadas das controladas indiretas Telemar, TNL, TMAR, CTX e Privatinvest, estão proporcionalizadas e incluídas nas informações contábeis das controladas indiretas EDSP75 e TNL (participação direta através da Jereissati Telecom):

	EDSP75	TNL
	30/09/2011	30/09/2011
<b>Ativo</b>		
Ativo circulante	3.821.316	23.605
Não circulante		
Realizável a longo prazo	2.706.596	16.154
Demais não circulantes	6.731.741	39.337
	<u>13.259.653</u>	<u>79.096</u>
<b>Passivo</b>		
Circulante	2.849.810	15.964
Não circulante	6.730.503	37.497
Participações dos acionistas não controladores	2.863.563	11.652
Patrimônio líquido	815.777	13.983
	<u>13.259.653</u>	<u>79.096</u>
	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2011</u>
<b>Demonstrações dos resultados dos períodos</b>		
Receitas líquidas de serviços e produtos	3.578.403	21.326
Custo dos serviços e produtos	(2.346.900)	(12.296)
Despesas com vendas	(439.694)	(3.785)
Despesas administrativas	(304.565)	(2.248)
Despesas financeiras líquidas	(406.626)	(2.118)

**Notas Explicativas**

Outras despesas/receitas operacionais líquidas	(83.963)	(280)
Provisão para imposto de renda e contribuição social	<u>(31.172)</u>	<u>(208)</u>
Lucro (prejuízo) líquido do período	<u>(34.517)</u>	<u>391</u>

Em 2010, as principais rubricas contábeis das informações trimestrais consolidadas das controladas indiretas Telemar, TNL, CTX e Privatinvest, estão proporcionalizadas e incluídas nas informações trimestrais da controlada indireta LF Tel são:

	<u>TELEMAR</u>	<u>TNL</u>	<u>CTX</u>	<u>PRIVATINVEST</u>
	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2010</u>
<b>Ativo</b>				
Ativo circulante	4.328.090	561.117	141.945	238
Não circulante				
Realizável a longo prazo	2.518.742	328.007	57.784	-
Demais não circulantes	<u>7.877.395</u>	<u>1.012.377</u>	<u>119.614</u>	<u>-</u>
	<u>14.724.227</u>	<u>1.901.501</u>	<u>319.343</u>	<u>238</u>
<b>Passivo</b>				
Circulante	3.815.928	488.820	123.835	-
Não circulante	7.345.064	907.209	113.618	-
Participações dos acionistas não controladores	3.317.514	222.560	64.077	-
Patrimônio líquido	<u>245.721</u>	<u>282.912</u>	<u>17.813</u>	<u>238</u>
	<u>14.724.227</u>	<u>1.901.501</u>	<u>319.343</u>	<u>238</u>
	<u>30/09/2010</u>	<u>30/09/2010</u>	<u>30/09/2010</u>	<u>30/09/2010</u>
<b>Demonstrações dos resultados dos períodos</b>				
Receitas líquidas de serviços e produtos	4.286.590	561.371	401.635	-
Custo dos serviços e produtos	(2.452.061)	(320.161)	(342.098)	-
Despesas com vendas	(698.581)	(91.487)	(4.349)	-
Despesas administrativas	(363.804)	(47.456)	(22.630)	(51)
Despesas financeiras líquidas	(354.814)	(41.958)	(1.195)	19
Outras despesas/receitas operacionais líquidas	(126.729)	(16.594)	(4.460)	(60)
Provisão para imposto de renda e contribuição social	<u>(50.594)</u>	<u>(6.626)</u>	<u>(11.296)</u>	<u>-</u>
Lucro (prejuízo) líquido do período	<u>240.007</u>	<u>37.089</u>	<u>15.607</u>	<u>(92)</u>

**(b) Propriedade para investimentos**

		<u>Consolidado</u>	
	<u>Vida útil remanescente em anos</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Custo	45 (*)	1.813.857	1.551.947
Depreciação acumulada		<u>(221.872)</u>	<u>(207.312)</u>
		<u>1.591.985</u>	<u>1.344.635</u>
Ágio por mais valia de ativos (**)			
Aquisição de 100% da SISP	45 (*)	28.811	28.811

## Notas Explicativas

Depreciação acumulada		(1.243)	(1.096)
		<u>27.568</u>	<u>27.715</u>
Aquisição de 100% da Solway	45 (*)	30.058	30.058
Depreciação acumulada		(2.747)	(2.435)
		<u>27.311</u>	<u>27.623</u>
Subscrições ações da Wtorre Iguatemi		<u>5.433</u>	<u>-</u>
Aquisição de 65,14% da RASL	45 (*)	6.702	-
Depreciação acumulada		(111)	-
		<u>6.591</u>	<u>-</u>
		<u>1.658.888</u>	<u>1.399.973</u>

(\*) A vida útil remanescente dos shoppings, estimada por peritos especializados e independentes, é de 45 anos em média e foi aplicada prospectivamente a 1º de janeiro de 2010. A vida útil dos demais itens classificados como propriedades para investimentos foi determinada a partir do histórico e refletem a natureza dos bens e sua utilização pela controlada Iguatemi.

(\*\*) Referem-se aos ágios pagos pela controlada Iguatemi nas aquisições das participações de 100% da SISP e da Solway (empresa incorporada pela Amuco em 2009), referentes à mais-valia do ativo de R\$ 27.568e R\$ 27.311, respectivamente, líquido de amortização. São apresentados como no consolidado como propriedade para investimentos, devido a sua origem, conforme ICPC09.

A vida útil dos demais itens foi determinada a partir do histórico e refletem a natureza dos bens e sua utilização pela controlada Iguatemi.

A controlada Iguatemi obteve financiamento para a construção do SCIBRA e do SCIALPHA. Os encargos destes financiamentos foram capitalizados até o início da operação dos empreendimentos. No período findo em 30 de junho de 2011 a controlada Iguatemi capitalizou o montante de R\$ 4.284 (R\$12.383 em 31 de dezembro de 2010).

A movimentação das propriedades para investimentos é como segue:

	<b>Consolidado</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	1.399.973
Adições	270.122
Baixas	(17)
Transferências	3.943
Depreciações	(15.133)
Saldo em 30 de setembro de 2011	<u>1.658.888</u>

## 16 IMOBILIZADO

	<b>Consolidado</b>						
	Obras em Andamento	Equipamentos de Comutação Automática	Equipamentos de transmissão e outros	Infra-estrutura	Prédios	Outros Ativos	Total
<b>Custo do imobilizado (valor bruto)</b>							
Saldo em 31/12/2010	590.498	2.037.809	4.533.017	3.523.687	707.660	529.174	11.921.845
Adições	372.940	243.515	549.331	417.564	78.374	111.994	1.773.718
Transferências	(276.309)	14.394	101.330	37.967	(21.096)	87.532	(56.183)

## Notas Explicativas

Baixas	(214.812)	(192.186)	(827.409)	(461.100)	(143.460)	(96.428)	(1.935.395)
<b>Saldo em 30/09/2011</b>	<b>472.317</b>	<b>2.103.532</b>	<b>4.356.269</b>	<b>3.518.118</b>	<b>621.478</b>	<b>632.272</b>	<b>11.703.985</b>
<b>Depreciação acumulada</b>							
<b>Saldo em 31/12/2010</b>	-	(1.512.554)	(2.256.813)	(2.331.108)	(319.369)	(292.505)	(6.712.349)
Despesas de depreciação	-	(54.246)	(262.300)	(107.701)	(28.445)	(34.758)	(487.450)
Transferências	-	3.917	14.608	(21.542)	19.920	(16.952)	(49)
Baixas	-	(183.725)	(261.636)	(260.446)	(38.129)	(27.455)	(771.391)
<b>Saldo em 30/09/2011</b>	<b>-</b>	<b>(1.746.607)</b>	<b>(2.766.141)</b>	<b>(2.720.797)</b>	<b>(366.023)</b>	<b>(371.670)</b>	<b>(7.971.239)</b>
<b>Imobilizado líquido</b>							
Saldo em 31/12/2010	590.498	525.256	2.276.204	1.192.579	388.291	236.669	5.209.496
Saldo em 30/09/2011	472.317	356.925	1.590.128	797.321	255.455	260.601	3.732.745
Taxa anual de depreciação (média)	-	10,64%	10,44%	7,06%	5,74%	12,47%	-

### Informações adicionais (valores não proporcionalizados)

De acordo com os contratos de concessão da ANATEL, todos os bens integrantes do patrimônio das controladas indiretas TMAR e da BrT, que sejam indispensáveis à prestação de serviços autorizados nos referidos contratos, são denominados reversíveis e integram o custo da concessão. Esses bens são revertidos à ANATEL ao término dos Contratos de Concessão não renovados.

Em 30 de setembro de 2011, o saldo residual dos bens reversíveis das controladas indiretas TMAR e BrT são R\$4.742.003 (31/12/2010 - R\$4.928.850) e R\$3.071.525 (31/12/2010 - R\$3.292.438), respectivamente, composto por bens e instalações em andamento, equipamentos de comutação, transmissão e terminais de uso público, equipamentos de rede externa, equipamentos de energia e equipamentos de sistemas e suporte à operação. O saldo de bens reversíveis não inclui a mais valia da BrT.

No período findo em 30 de setembro de 2011, foram capitalizados encargos financeiros e custos de transação às obras em andamento no montante de R\$42.073 (30/09/2010 - R\$68.569) no consolidado, pela taxa média de 18,98% a.a.

### Contrato de arrendamento mercantil operacional

Para os contratos de arrendamento mercantil cujos riscos e benefícios inerentes à propriedade dos ativos permanecem com o arrendador, as contraprestações mensais são apropriadas ao resultado do período no decorrer do prazo desses contratos (vide rubrica “Aluguéis e seguros” na Nota 5). No período findo em 30 de setembro de 2011 não houve apropriação no resultado (30/09/2010 - R\$740), pois os contratos foram encerrados em outubro de 2010. Todos os contratos de arrendamento mercantil operacional da Companhia e de suas controladas são canceláveis.

## 17 INTANGÍVEL

	<b>Consolidado</b>							
	<b>Ágio ("Goodwill")</b>	<b>Sistemas de processamen- to de dados</b>	<b>Licenças Regulatórias</b>	<b>Marcas e Patentes</b>	<b>Outros ativos</b>	<b>Carteira de Clientes (ii)</b>	<b>Concessão</b>	<b>Total</b>
<b>Custo do intangível</b>								
<b>Saldo em 31/12/2010</b>	<b>148.455</b>	<b>613.505</b>	<b>3.688.758</b>	<b>26.392</b>	<b>67.655</b>	<b>60.285</b>	<b>830.759</b>	<b>5.435.809</b>
Adições/ Aumento de Participação	72.174	93.451	310.505	4.054	41.991	6.295	45.058	573.527
Transferências	-	63.179	-	(60)	(13.301)	-	-	49.818
Baixas/ Perda de Participação (i)	(21.800)	(101.830)	(1.189.034)	(9.261)	(16.411)	(6.792)	(276.257)	(1.621.384)
<b>Saldo em 30/09/2011</b>	<b>198.829</b>	<b>668.303</b>	<b>2.810.229</b>	<b>21.126</b>	<b>79.935</b>	<b>59.788</b>	<b>599.560</b>	<b>4.437.770</b>

## Notas Explicativas

<b>Amortização acumulada</b>								
Saldo em 31/12/2010	(16.725)	(352.090)	(404.644)	(815)	(19.949)	(40.828)	(192.314)	1.027.364
Despesas de amortização	-	(57.052)	(132.301)	(215)	(1.604)	(13.951)	(21.068)	(226.190)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas/ Perda de Participação (i)	(138)	(37.934)	(49.649)	(92)	(2.429)	(5.010)	9.499	(85.753)
<b>Saldo em 30/09/2011</b>	<b>(16.863)</b>	<b>(447.076)</b>	<b>(586.594)</b>	<b>(1.121)</b>	<b>(23.982)</b>	<b>(59.788)</b>	<b>(203.883)</b>	<b>1.339.307</b>
<b>Intangível líquido</b>								
Saldo em 31/12/2010	131.730	261.415	3.284.115	25.578	47.706	19.457	638.445	4.408.446
Saldo em 30/09/2011	181.966	221.227	2.223.635	20.005	55.953	-	395.677	3.098.463
Taxa anual de amortização (média)	0,00%	20,00%	7,44%	0,00%	19,71%	40,00%	4,88%	

- (i) As baixas apresentadas referem-se aos efeitos provenientes da redução do percentual de participação da controlada Oi na Paggo Soluções e da controlada Jereissati Telecom na LF Tel (Nota 2.3).
- (ii) Inclui a parcela do ágio alocada na aquisição da Dedic pela controlada indireta Contax Participações (Nota 2.3).

### (i) Ágios (“Goodwill”)

#### Iguatemi

A controlada Iguatemi possui ágios na aquisição da Lasul Empresa de Shopping Centers Ltda. e SISP Participações S.A., no montante de R\$11.804 e R\$76.365, respectivamente, fundamentados na expectativa de rentabilidade futura sem prazo determinado (“goodwill”). O saldo do ágio é submetido anualmente, ou quando houver indicativo de impairment, a teste de recuperação com base no CPC nº 1 (R).

#### LF Tel (valores não proporcionalizados)

Em 24 de abril de 2008 a controlada indireta LF Tel adquiriu 176.365.295 ações da CTX de propriedade da Lexpart pelo valor de R\$12.500, registrando um ágio no montante de R\$8.505, fundamentado na expectativa de rentabilidade do negócio em dez anos, o qual foi amortizado até 31 de dezembro de 2008, apresentando valor residual de R\$8.292. O saldo remanescente do ágio é submetido anualmente, ou quando houver indicativo de impairment, a teste de recuperação com base no CPC nº 1 (R).

Em março de 2011 a controlada indireta LF Tel através do contrato de compra e venda celebrado com a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI, Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS e Fundação dos Economistas Federais – FUNCEF, a controlada indireta LF Tel adquiriu 431.999.634 ações ordinárias de emissão da CTX, correspondente ao aumento de participação de 13,9780%, por R\$100.000. Com esta aquisição a controlada indireta LF Tel, registrou um ágio no montante de R\$89.108 (R\$57.920 proporcional à participação da Companhia) conforme mencionado na Nota 2.3.

#### Grupo de Telecomunicações

A controlada indireta TNL e suas controladas possuem ágios na aquisição de investimentos fundamentados na expectativa de rentabilidade futura sem prazo determinado (“goodwill”).

## Notas Explicativas

Em setembro de 2010 foram realizadas as análises anuais do valor recuperável, teste de (“*impairment*”), baseados em projeções de fluxo de caixa descontados de dez anos, prazo pelo qual a entidade estimava recuperar os investimentos quando da aquisição dos negócios, aplicando a taxa média de crescimento de 15,1% para TV a cabo e 38,9% para Meios de pagamento e utilização de perpetuidade no último ano. Os resultados dos testes não apuraram perdas.

### **Grupo de Contact Center e Cobrança (valores não proporcionalizados)**

Em 1 de julho de 2011 a controlada indireta Contax Participações, por meio de incorporações, adquiriu o controle integral da Dedic. O valor de mercado da operação foi de R\$118.097 sendo R\$31.396 referente ao ágio fundamentado no valor econômico em função de rentabilidade futura (parcela do ágio não alocada), conforme mencionado na Nota 2.3.

Em 18 de maio de 2011 foi concluída a transferência da totalidade das ações de emissão das sociedades que compõem o Grupo Allus para as controladas indiretas Contax e Contax Colômbia, pelo montante de R\$246.261, dos quais R\$161.978, refere-se a ágio fundamentado no seu valor econômico, em função da estimativa de rentabilidade futura (parcela do ágio não alocada), conforme mencionado na Nota 2.3.

Em setembro de 2010, a controlada indireta Contax adquiriu o controle integral da Ability Comunicação Integrada Ltda. (“Contax Ability”), gerando um ágio no valor de R\$74.365, fundamentado no seu valor econômico, em função da estimativa de rentabilidade futura do negócio. Em dezembro de 2010, a controlada indireta Contax transferiu o controle da Ability para a controlada indireta Contax Participações, através de uma cisão parcial. Neste processo foi transferido para a controlada indireta Contax Participações o valor do ágio líquido do crédito tributário no valor de R\$49.081. O valor de R\$25.284 foi reconhecido na Ability como imposto de renda e contribuição social diferidos.

### **(ii) Licenças regulatórias**

<b>Concessão / Autorização</b>	<b>Assinatura do termo</b>	<b>Prazo do termo</b>	<b>Custo de aquisição</b>
Radiofrequências e SMP Oi Região 1 (2G)	13/03/2001	13/03/2016	172.698
Radiofrequências e SMP Oi Região 1 (2G)	11/07/2003	13/03/2016	10.358
Radiofrequências e SMP Oi Região 1 (2G)	22/01/2004	13/03/2016	7.086
Radiofrequências e SMP Oi Região 3 (2G)	29/04/2008	11/12/2022	20.546
Radiofrequências e SMP Oi Região 1 (3G)	29/04/2008	13/03/2016	135.872
Radiofrequências e SMP Oi Região 3 - interior (2G)	08/09/2008	07/12/2022	19.874
Radiofrequências e SMP Oi	07/12/2007	07/12/2022	1.390
Concessão TV a cabo Way TV (Uberlândia)	06/11/1998	06/11/2013	612
Concessão TV a cabo Way TV (Belo Horizonte)	08/02/1999	08/02/2014	2.612
Concessão TV a cabo Way TV (Barbacena)	08/02/1999	08/02/2014	84
Concessão TV a cabo Way TV (Poços de Caldas)	08/02/1999	08/02/2014	272
Radiofrequências e SMP BrT Celular Região 2 (2G)	18/02/2002	17/12/2017	30.011
Radiofrequências e SMP BrT Celular Região 2 (2G)	03/05/2004	22/12/2017	4.486
Radiofrequências e SMP BrT Celular Região 2 (3G)	29/04/2008	30/04/2023	76.512
Outras licenças			44.590

## Notas Explicativas

Valor justo das licenças STFC da BrT e BrT Celular	2.247.010
Radiofrequências e SMP BrT Celular Região 2 ( Banda H )	168
Valor justo das licenças SMP da Amazônia Celular	36.048
Total	<u><u>2.810.229</u></u>

### (iii) Concessão

O excesso pago em relação aos ativos líquidos das controladas indiretas LF Tel, Telemar, TNL e TMAR, anteriormente classificada como ágio (aquisições anteriores à 01/01/2009), é classificado como intangível. Durante o exercício de 2001 a controlada indireta TMAR implementou o Plano Geral de Metas de Universalização, estabelecida pela ANATEL, o que lhe assegurou, entre outros, o direito de prorrogação da concessão até dezembro de 2025. Com base nesse novo cenário a Administração decidiu adequar a amortização desse ágio até a data que expirará a concessão.

## 18 FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
<b>Fornecedores de:</b>				
Materiais de infraestrutura e rede	-	-	239.718	324.838
Repasses (interconexão e cobilling)	-	-	128.108	214.742
Manutenção de planta	-	-	32.834	69.032
Comissões de vendas	-	-	40.647	66.584
Tecnologia da informação	-	-	24.043	42.508
Estoques de aparelhos e simcards	-	-	14.906	17.888
Serviços	-	-	10.006	9.665
Call center	-	-	1.091	7.147
Aluguel de postes e direito de passagem	-	-	1.111	2.777
Aluguel de espaço físico e equipamentos	-	-	49	1.590
Outros	202	418	152.059	153.315
	<u>202</u>	<u>418</u>	<u>644.572</u>	<u>910.086</u>

## 19 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

*(inclui debêntures, ações preferenciais resgatáveis e ações em usufruto)*

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Financiamentos	293.422	276.341	4.221.794	5.611.656
Ações preferenciais resgatáveis	-	-	145.514	239.556
Atualização monetária e dividendos fixos sobre ações preferenciais	-	-	36.296	49.007
Juros provisionados e outros encargos sobre financiamentos	9.731	7.898	142.764	101.162
Usufruto de ações	-	-	51.871	-
Juros sobre usufruto de ações	-	-	2.943	-
Arrendamento mercantil	-	-	348	1.160
Notas promissórias	-	-	89.998	-
Juros sobre notas promissórias	-	-	3.397	-
Debêntures	10.908	17.346	2.000.640	2.495.630

**Notas Explicativas**

Juros provisionados sobre debêntures	3.092	34.120	162.766	291.741
Subtotal	317.153	335.705	6.858.331	8.789.912
Custo de captação	-	-	(97.608)	(145.628)
Total	317.153	335.705	6.760.723	8.644.284
Circulante	-	7.655	1.099.173	1.808.437
Não circulante	317.153	328.050	5.661.550	6.835.847

**Empréstimos e financiamentos por natureza**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>		<b>Vencimento</b>
	<b>30/09/2011</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>30/09/2011</b>	<b>31/12/2010</b>	
<b>BNDES</b>					
Ações preferenciais resgatáveis	-	-	181.810	288.563	
Moeda nacional	-	-	1.231.622	1.565.337	Jan/2011 a Dez/2018
Cesta de moedas, incluindo dólar	-	-	-	2.178	Jan/2011 a Abr/2011
<b>Instituições financeiras</b>					
Moeda nacional	303.153	284.239	1.601.833	2.314.249	Dez/2010 a Dez/2033
Moeda estrangeira	-	-	1.501.837	1.811.984	Jun/2011 a Out/2020
Debêntures	14.000	51.466	2.163.406	2.787.370	Fev/2011 a Jul/2021
Notas promissórias	-	-	93.395	-	
Usufruto de ações	-	-	54.814	-	
Empréstimos com pessoas ligadas	-	-	2.254	-	Abr//2010 a Fev/2012
Arrendamento mercantil	-	-	348	1.160	Fev//2011 a Mar/2012
Instituições não financeiras	-	-	27.010	19.071	
Subtotal	317.153	335.705	6.858.331	8.789.912	
Custo de captação	-	-	(97.608)	(145.628)	
Total	317.153	335.705	6.760.723	8.644.284	
Circulante	-	7.655	1.099.173	1.808.437	
Não circulante	317.153	328.050	5.661.550	6.835.847	

**Custos de transações por natureza**

	<b>Consolidado</b>	
	<b>30/09/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
<b>BNDES</b>		
Moeda nacional	678	2.434
Cesta de moedas, incluindo dólar	-	2
<b>Instituições financeiras</b>		
Moeda nacional	21.669	34.332
Moeda estrangeira	69.677	103.337
Usufruto de ações	372	-
Debêntures	5.212	5.523
Total	97.608	145.628

**Notas Explicativas**

Circulante	15.371	24.823
Não circulante	82.237	120.805

**Composição da dívida por moeda**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30/09/2011</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>30/09/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
Reais	317.153	335.705	5.253.031	6.933.458
Dólar Norte-Americano	-	-	1.115.785	1.176.446
Euro	-	-	302.934	360.616
Iene	-	-	-	171.587
UMBNDDES - Cesta de Moedas do BNDES	-	-	88.973	2.177
	<u>317.153</u>	<u>335.705</u>	<u>6.760.723</u>	<u>8.644.284</u>

**Composição da dívida por indexador**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30/09/2011</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>30/09/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
CDI	317.153	284.239	2.528.517	3.808.559
Pré fixado	-	-	1.535.914	1.531.675
TJLP	-	-	1.176.023	1.482.168
Libor	-	-	523.710	425.948
Libor Iene	-	-	-	171.587
IPCA	-	-	984.229	1.158.661
INPC	-	-	10.465	10.042
UMBNDDES - Cesta de Moedas do BNDES	-	-	-	2.177
IGP - DI	-	51.466	1.865	53.467
	<u>317.153</u>	<u>335.705</u>	<u>6.760.723</u>	<u>8.644.284</u>

**Cronograma de vencimento**

A dívida de longo prazo, líquidas do custo de captação, possui o seguinte cronograma de vencimento:

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
2012	-	170.805
2013	101.115	904.342
2014	101.115	933.712
2015	100.923	818.048
2016	-	840.379
2017 em diante	14.000	1.994.264
	<u>317.153</u>	<u>5.661.550</u>

**Cronograma de apropriação dos custos de transação ao resultado**

Os custos de transação serão apropriados aos resultados dos exercícios subsequentes, como segue:

	<b>Consolidado</b>
2011	15.371

## Notas Explicativas

2012	3.844
2013	14.963
2014	11.894
2015	12.654
2016	11.036
2017 em diante	27.846
	97.608

### a) Descrição das principais captações e pagamentos de empréstimos e financiamentos do período de 1 de janeiro a 30 de setembro de 2011.

#### Financiamentos em moeda nacional

##### Companhia

Em março de 2010, a Companhia celebrou com o Banco Alfa de Investimentos S.A. um contrato de abertura de crédito no valor de R\$ 7.000. Esse contrato de abertura de crédito prevê incidência de juros à taxa de 112,0% do CDI a.a., com vencimento do principal mais juros em 25 de fevereiro de 2011, tendo sido integralmente liquidado nesta data.

##### Iguatemi

Em 06 de julho de 2010, a controlada Iguatemi celebrou o BNDES contrato de abertura de crédito de R\$138.760. Com incidência de juros à taxa de TJLP + 3,45% a.a., totalizando 9,45% a.a., sobre obra civil e instalações e de 4,5% a.a., sobre equipamentos nacionais. Durante o período findo em 30 de setembro de 2011, foram amortizados R\$6.226 a título de juros. As demais condições contratuais estão divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010.

Em 25 de setembro de 2009, a controlada Iguatemi celebrou o Banco Bradesco contrato de abertura de crédito de R\$90.000. Até 30 de setembro de 2011, foram liberados R\$85.515. Com incidência de juros à taxa de 10,50% a.a. acrescido de TR. Durante o período findo em 30 de setembro de 2011, foram amortizados R\$6.155 a título de juros. As demais condições contratuais estão divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010.

Em 30 de dezembro de 2008, a controlada Iguatemi celebrou o Banco Santander contrato de abertura de crédito de R\$97.519. Até 30 de setembro de 2011, foram liberados R\$97.470. Com incidência de juros à taxa de 12% a.a. acrescido de TR. Durante o período findo em 30 de setembro de 2011, foram amortizados R\$7.594 a título de juros e R\$7.702 de principal. As demais condições contratuais estão divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010.

##### Jereissati Telecom

Em 26 de março de 2010, a controlada Jereissati Telecom assinou contrato de abertura de crédito com o Banco Alfa de Investimentos S.A., no valor de R\$40 milhões, que foi integralmente liquidado no seu vencimento em 1º de abril de 2011. O custo financeiro é de 112,0% CDI/CETIP.

##### Grupo de Telecomunicações (valores não proporcionalizados)

## Notas Explicativas

Em setembro de 2011, a controlada indireta BrT emitiu “*Senior Notes*” no valor de R\$1.100 milhões, com o objetivo de reduzir o custo da dívida da empresa, além de propósitos corporativos gerais incluindo investimentos e refinanciamento de dívidas. A operação tem juros de 9,75% a.a., com vencimento final em setembro de 2016. Os encargos financeiros têm vencimento semestral em março e setembro, desde março de 2012 até o vencimento. Os custos de transação associados a esta emissão no valor de R\$5.324 serão amortizados ao resultado do exercício conforme os prazos contratuais desta emissão pela taxa efetiva.

Em dezembro de 2009, a controlada indireta TMAR assinou uma linha crédito com o BNDES para financiamento de investimentos entre os anos de 2009 e 2011. O valor somado das duas “*tranches*” que compõem a linha de crédito é de R\$2.731 milhões. Em julho de 2011, a controlada indireta TMAR fez um desembolso adicional de R\$600 milhões da linha. A taxa de juros deste empréstimo é igual ao valor da TJLP adicionado de 3,95% a.a., pagos trimestralmente até dezembro de 2011 e mensalmente após esse período. O pagamento do valor de principal da linha será amortizado em 84 prestações mensais a partir de janeiro de 2012.

Em maio de 2008, a controlada indireta TNL captou Cédula de Crédito Bancário no montante de R\$4,3 bilhões junto ao Banco do Brasil, sendo o vencimento dos encargos financeiros semestral, de maio de 2010 até maio de 2016 e o principal vencendo em sete prestações anuais a partir de maio de 2010. A operação foi contratada ao custo de CDI + 1,30% a.a. Em maio de 2011 foi amortizada a primeira parcela de principal mais os juros atualizados no montante total de R\$839.886. Em junho de 2011, a controlada indireta TNL assinou o Segundo Aditivo de Retificação e Ratificação à Cédula de Crédito Bancário com o Banco do Brasil (“BB”) no montante de R\$3.071 milhões. O vencimento dos encargos financeiros permanecerá semestral, de maio de 2015 até maio de 2018. O principal vencerá em quatro prestações anuais a partir de maio de 2015. O novo custo da operação é de CDI + 1,0% a.a. até maio de 2015 e CDI + 1,83% a.a. entre maio de 2015 e maio de 2018.

Em abril de 2011, a controlada indireta TMAR liquidou voluntariamente a Cédula de Crédito Bancária da Caixa Econômica Federal de novembro de 2009 no valor de R\$2 bilhões com juros remunerados a 117,5% do CDI a.a.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1 de abril de 2011 e reuniões do Conselho de Administração da controlada indireta Telemar (“Emissora”) realizadas em 22 e 28 de março de 2011 foi aprovada a emissão de 30 notas promissórias comerciais da segunda emissão da Emissora, com valor nominal unitário de R\$10.000, na data da emissão, perfazendo o montante de R\$300.000, as quais foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da legislação pertinente vigente. As notas promissórias farão jus ao pagamento de juros remuneratórios, a ser efetuado na data do vencimento da emissão, que ocorrerá em 180 dias após a data da emissão, ou na data de vencimento antecipado, ou na data de resgate antecipado, o que ocorrer primeiro, incidentes sobre o seu valor unitário, equivalentes à variação percentual acumulada de 100% da CDI, acrescida de uma sobretaxa de 0,65% a.a., com base em 252 dias úteis.

Em fevereiro de 2011, a controlada indireta TNL realizou a emissão de R\$1.500 milhões em notas promissórias. Essa emissão foi coordenada pelo Banco Itaú BBA S.A. Ao todo, foram emitidas 1.500 (mil e quinhentas) notas promissórias, em série única, com valor nominal de R\$1.000.000 (um milhão de reais) cada uma. A operação foi contratada ao custo de CDI + 0,45% a.a., por um prazo de até 90 dias, cujo vencimento e o pagamento ocorreram em 16 de maio de 2011.

Durante o período findo em 30 de setembro de 2011, foram amortizadas parcelas de principal mais os juros atualizados, no montante total de R\$562.764, dos contratos de financiamento contratados pelas controladas indiretas BrT e BrT Celular junto ao BNDES, em fevereiro de 2008 e novembro

## Notas Explicativas

de 2006, no montante de R\$259 milhões e R\$2 bilhões, respectivamente. As condições contratuais estão divulgadas nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2010.

### **Grupo de Contact Center e Cobrança (valores não proporcionalizados)**

Em 25 de janeiro de 2011 a controlada indireta CTX celebrou com a Portugal Telecom o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, no qual a Portugal Telecom venderia, cederia e transferiria à controlada indireta CTX, em caráter irrevogável e irretratável, 1.012.466 ações ordinárias e 256.309 ações preferenciais de emissão da Contax Participações detidas pela Portugal Telecom. Em 30 de junho de 2011, as partes celebram o 1º aditivo do referido Contrato. O preço de aquisição acordado foi de R\$49.700, com remuneração estabelecida com base na variação do índice de correção calculado em base pro rata desde a data do fechamento até a data do efetivo pagamento da totalidade do preço de aquisição, sendo o índice de correção o maior índice entre (i) CDI mais 1,25% e (ii) o custo da dívida de longo prazo que venha a ser contratada pela controlada indireta CTX a partir de 30 de junho de 2011, sendo que, para este fim, dívida de longo prazo será qualquer dívida com prazo de pagamento superior a 12 meses. O vencimento ocorreu em 1 de setembro de 2011, tendo sido integralmente quitado no montante de R\$51.107.

Em 29 de julho de 2011, a controlada indireta Contax Participações emitiu 115 notas promissórias, aprovada pelo seu Conselho de Administração em 31 de maio de 2011, perfazendo o montante de R\$230.000. As notas promissórias foram emitidas série única com vencimento em 03 de janeiro de 2012 e serão remuneradas a 100% CDI + spread de 0,5% a.a. O objetivo desta emissão foi o reforço de capital de giro operacional da controlada indireta Contax

Em maio de 2011, a controlada indireta CTX celebrou contrato de financiamento junto ao Banco Itaú, na modalidade de capital de giro, no montante de R\$1.500. Os juros pagos são remunerados a DI + 1,256% a.a., cujo vencimento e liquidação ocorreu em agosto de 2011 no montante R\$1.550.

Durante o período findo em 30 de setembro de 2011, foram amortizadas parcelas de principal mais os juros atualizados, no montante total de R\$28.353, dos empréstimos contratados na modalidade de capital de giro, pela controlada indireta CTX junto ao Banco Itaú BBA em agosto e novembro de 2008 e março de 2010. As condições contratuais estão divulgadas nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2010.

Durante o período findo em 30 de setembro de 2011, foram amortizadas parcelas de principal mais os juros atualizados, no montante total de R\$10.460, dos empréstimos contratados na modalidade de capital de giro, pela controlada indireta CTX junto ao Banco Votorantim em maio e novembro de 2009 e maio de 2010. As condições contratuais estão divulgadas nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2010.

Em agosto de 2007, a controlada indireta Contax celebrou contrato de financiamento com o BNDES no montante de R\$216.514. As liberações desse financiamento foram realizadas em cinco parcelas, sendo a primeira parcela liberada em outubro de 2007 e finalizando com a liberação da quinta e última parcela em novembro de 2008. Sobre o montante do principal incidem juros de 2,0% a.a. acrescidos da variação da TJLP (limitado a 6%). Durante o período findo em 30 de setembro de 2011, foram amortizadas parcelas de principal mais os juros atualizados, no montante total de R\$48.499. As condições contratuais estão divulgadas nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2010.

Em março de 2010, a controlada indireta Contax firmou contrato de financiamento com o BNDES no montante de R\$323.552, dividido em dois subcréditos: Subcrédito "A", no montante de

## Notas Explicativas

R\$281.455 e Subcrédito “B”, no montante de R\$42.097. Sobre o montante do principal do subcrédito “A” incidirão juros de 1,73% a.a. acrescidos da variação da TJLP acrescida de 1% a.a., enquanto sobre o subcrédito “B” incidirão juros de 4,5% a.a. O principal da dívida será liquidado em 60 parcelas mensais e sucessivas, vencendo a primeira parcela em 15 de outubro de 2011 e a última em 15 de setembro de 2016. O vencimento dos encargos financeiros será trimestral no período de março de 2010 a setembro de 2011, passando a ser mensal a partir de outubro de 2011. Em 30 de setembro de 2011 todo valor contratado foi liberado no montante de R\$323.552, sendo R\$142.664 durante o período dos nove meses de 2011, tendo sido amortizados a título de juros, neste mesmo período, o valor de R\$14.851, sendo R\$13.759 referente a juros do subcrédito “A” e R\$1.092 referente a juros do subcrédito “B”.

Em março de 2010, a controlada indireta Contax celebrou contrato de financiamento com o BNB, no montante de R\$51.000, com o objetivo de financiar a implantação de uma nova unidade operacional em Recife (PE). O saldo devedor será atualizado por uma taxa fixa de 10% a.a., com bônus de adimplência de 15%. O vencimento dos encargos financeiros será trimestral até março de 2012, passando a ser mensal para o período de abril de 2012 até março de 2015. O principal deve ser pago em 36 parcelas mensais, de abril de 2012 até março de 2015. Durante o período findo em 30 de setembro de 2011, foram amortizadas R\$3.552 a título de juros. As condições contratuais estão divulgadas nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2010.

### **Financiamentos em moeda estrangeira (valores não proporcionalizados)**

#### **Grupo de Telecomunicações**

Em junho de 2011, a controlada indireta TMAR assinou uma linha de financiamento a exportação com a SEK – “*Swedish Export Corporation*” e “*Deutsche Bank*” através de um acordo com a SEK para desembolsos no valor total de até US\$103 milhões. Os juros dessa linha de financiamento a exportação são de 2,21% a.a., pagos semestralmente a partir de janeiro de 2012. O pagamento de principal se realizará em 17 parcelas semestrais, iniciando em fevereiro de 2012. Em julho de 2011, foi efetuado o desembolso de US\$5 milhões dessa linha.

Em junho de 2011, a controlada indireta TMAR assinou uma linha de refinanciamento de dívida com o “*China Development Bank*” com o valor de principal de até US\$500 milhões. Um desembolso de US\$380 milhões foi feito em julho de 2011, com o objetivo de refinarciar dívidas da controlada indireta TMAR. Os empréstimos dessa linha possuem uma taxa de juros de LIBOR+2,30% a.a., pagos semestralmente até o final da linha em junho de 2016. O valor de principal da operação será pago em 5 parcelas semestrais, iniciando em outubro de 2014.

Em junho de 2011 e fevereiro de 2011 foram desembolsados US\$96,5 milhões (R\$152 milhões) e US\$74 milhões (R\$123 milhões), respectivamente, do contrato de financiamento assinado pela controlada indireta TMAR junto ao “*Finnish Export Credit*” em agosto de 2009, no valor de US\$500 milhões. As condições contratuais estão divulgadas nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2010.

Em maio de 2011 e fevereiro de 2011 foram desembolsados US\$54,7 milhões (R\$89,2 milhões) e US\$31 milhões (R\$51 milhões), respectivamente, do contrato de financiamento assinado pela controlada indireta TMAR junto ao “*Credit Agricole*” tendo o ONDD – “*Office National Du Ducroire*” como “*export credit agency*” em abril de 2010, no valor de US\$220 milhões. As condições contratuais estão divulgadas nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2010.

## Notas Explicativas

Em março de 2011 a controlada indireta TMAR assinou contrato de financiamento junto à Cisco Systems Capital no valor de US\$100 milhões com o objetivo de financiar parte dos investimentos do ano corrente. A operação tem juros de 3,5% a.a. O vencimento dos encargos financeiros será semestral e o principal vencerá em 13 prestações semestrais a partir de maio de 2012. Foram desembolsados US\$46 milhões (R\$75 milhões) em maio de 2011.

Em janeiro de 2011 foram desembolsados US\$21 milhões (R\$36 milhões) do contrato de financiamento assinado pela controlada indireta TMAR junto ao “China Development Bank” em fevereiro de 2009, no valor de US\$300 milhões. As condições contratuais estão divulgadas nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2010.

Em janeiro de 2011 foram desembolsados US\$98 milhões (R\$164 milhões) do contrato de financiamento assinado pela controlada indireta TMAR junto ao “China Development Bank” em outubro de 2009, no valor de US\$500 milhões. As condições contratuais estão divulgadas nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2010.

### **Grupo de Contact Center e Cobrança**

Em Dezembro de 2008, as empresas controladas, do Grupo Allus contrataram uma série de empréstimos na modalidade de capital de giro com diversas instituições financeiras. Em 30 de setembro de 2011, o valor desses empréstimos era de R\$59.166. Durante primeiro semestre de 2011 ocorreram novas contratações no montante de R\$33.905, com amortizações de principal e juros de R\$32.947.

### **(b) Debêntures públicas e privadas**

#### **Iguatemi**

Em 1º de março de 2011, a controlada Iguatemi realizou sua segunda emissão através de oferta pública, em série única, de 33.000 debêntures nominativas, escriturais, quirografárias e não conversíveis em ações, com vencimento final em 1º de março de 2016 e com valor nominal unitário de R\$10, perfazendo o valor total de R\$330.000. A emissão das debêntures foi realizada com base nas deliberações das Reuniões do seu Conselho de Administração realizadas em 1 de fevereiro de 2011.

Os recursos obtidos pela controlada Iguatemi com a oferta serão utilizados para financiar aquisição de participações em Shoppings Centers e / ou aquisição de imóveis.

As debêntures foram objeto de distribuição pública, sob o regime de garantia firme, nos termos do Contrato de Distribuição, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, não existindo reservas antecipadas nem lotes mínimos ou máximos, tendo sido registradas para negociação no mercado secundário por meio do Sistema Nacional de Debêntures e do BOVESPA FIX.

O prazo das debêntures é de cinco anos, contados da data de emissão, com carência de quatro anos para a amortização do principal, que ocorrerá em duas parcelas anuais, iguais e sucessivas em 1º de março de 2015 e 1º de março de 2016. Sobre o saldo do valor nominal das debêntures, incidem apenas juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a 1,35% ao ano, pagos semestralmente a partir da data de emissão. O primeiro pagamento dos juros ocorreu em 1º de setembro de 2011 no montante de R\$21.751, e o

## Notas Explicativas

último ocorrerá na data de vencimento. Os custos da transação associados a esta emissão, estão sendo apropriados no resultado conforme os prazos contratuais desta emissão.

Em 1º de junho de 2007, a controlada Iguatemi fez a primeira emissão, para distribuição pública (“Oferta”), em série única, de 20.000 debêntures nominativas, escriturais, quirográficas e não conversíveis em ações, com vencimento final em 1º de junho de 2014 e com valor nominal unitário de R\$10, perfazendo o valor total de R\$200.000 em 1º de junho de 2007. A emissão das debêntures foi realizada com base nas deliberações das Reuniões do seu Conselho de Administração realizadas em 16 de maio e 15 de junho de 2007. As debêntures foram objeto de distribuição pública, sob o regime de garantia firme, nos termos do Contrato de Distribuição, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, não existindo reservas antecipadas nem lotes mínimos ou máximos, devendo a Oferta ser efetivada de acordo com o resultado do procedimento de “bookbuilding”. O prazo das debêntures é de sete anos, contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de junho de 2014, com carência de quatro anos para a amortização do principal, que ocorrerá em três parcelas anuais, iguais e sucessivas. Sobre o saldo do valor nominal das debêntures, incidem apenas juros remuneratórios correspondentes a 104,5% do CDI, pagos semestralmente a partir da data de emissão, conforme aprovado em Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 22 de abril de 2008. Em 1º de junho de 2008, data do primeiro vencimento das debêntures, os juros remuneratórios passaram a ser de 110% do CDI. Nessa mesma Assembleia Geral, foi autorizado o resgate antecipado facultativo pela controlada Iguatemi de quaisquer das debêntures, a qualquer tempo a partir de 180 dias contados da data de 1º de junho de 2008, mediante comunicação prévia de 30 dias. Em junho de 2011 houve o pagamento dos juros semestral atualizados no montante de R\$12.121. Os custos da transação associados a esta emissão, estão sendo apropriados no resultado conforme os prazos contratuais desta emissão.

### **Jereissati Telecom**

Em Assembléia Geral Extraordinária – AGE da Jereissati Telecom, realizada em 30 de setembro de 2008, foi aprovada a primeira emissão de 300 debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, no valor nominal unitário de R\$1 milhão, totalizando R\$300 milhões. Essas debêntures são nominativas e escriturais, sem a emissão de cautelas ou certificados, e foram emitidas para subscrição privada. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das debêntures é 1º de abril de 2008. A remuneração dessas debêntures é de 110% da taxa correspondente à acumulação das taxas médias diárias dos Depósitos Interbancários – DI’s. A remuneração, bem como o valor nominal de cada debênture, com vencimento em 3 parcelas, devidas em 1º de abril de 2013, 2014 e 2015.

Essas debêntures serviram para liquidar parcialmente o adiantamento para futuro aumento de capital com a Companhia, no montante de R\$217 milhões, equivalente a 204 debêntures. Em 30 de novembro 2010, a Companhia subscreveu mais 44 debêntures pelo valor nominal R\$1.344, totalizando R\$59.142 para liquidar o adiantamento para futuro aumento de capital com a controlada no montante de R\$59.142. As demais 52 debêntures que permaneceram em tesouraria foram canceladas em janeiro de 2011.

Em março de 2011 as debêntures cujos vencimentos eram em 1º de abril de 2013, 2014 e 2015, foram integralmente liquidadas.

### **LF Tel (valores não proporcionalizados)**

Em 2 de julho de 2008, em substituição à terceira emissão de debêntures, foi celebrado o Contrato de Debêntures do Instrumento Particular de Escritura da Quarta Emissão Privada de Debêntures, para a emissão de 665.000 debêntures, com garantia real, não conversíveis em ações, em série

## Notas Explicativas

única, no valor nominal de R\$ 1.000,00, totalizando R\$ 665.000. Essas debêntures são nominativas e escriturais, sem a emissão de cautelas ou certificados, e foram emitidas para subscrição privada. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das debêntures é 15 de fevereiro de 2008. As debêntures são atualizadas pela variação do Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA, acrescido de juros prefixados correspondentes a 5% a.a., base 252 dias úteis, desde a data da emissão até a data de seu efetivo pagamento. O principal possui vencimento a partir de 30 de outubro de 2011 até 30 de abril de 2020. Durante o período findo em 30 de setembro de 2011, foram amortizadas parcelas de principal mais os juros atualizados, no montante total de R\$68.955.

### **Grupo de Telecomunicações (valores não proporcionalizados)**

Em Assembleia Geral Extraordinária da controlada indireta Telemar, realizada em 15 de março de 2011, foi aprovada a nona emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em 5 séries, da espécie com garantia real, no valor principal de até R\$180.000, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos do Art. 52 e seguintes da Lei das S.A. e demais disposições legais aplicáveis, incluindo a Instrução Normativa da CVM no. 476 de 16 de janeiro de 2009. As debêntures foram emitidas em 31 de março de 2011, em 5 séries distintas, sendo a 1ª no valor de R\$41.249 com vencimento em 31 de março de 2015, a 2ª no valor de R\$38.254 com vencimento em 31 de março de 2016, a 3ª no valor de R\$35.671 com vencimento em 31 de março de 2017, a 4ª no valor de R\$33.403 com vencimento em 2 de abril de 2018 e a 5ª no valor de R\$31.422, com vencimento em 1 de abril de 2019, sendo emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados e serão escrituradas junto ao banco mandatário da emissão (Banco Votorantim S.A.). As debêntures farão jus a uma remuneração pré-fixada equivalente a 11,3568% ao ano, calculada de forma linear com base em um ano de 365 dias, incidente sobre o valor nominal unitário das debêntures, desde a data efetiva da integralização das debêntures, até a data do pagamento pela emissora.

Em Assembleia Geral Ordinária da controlada indireta Telemar, realizada em 8 de abril de 2008, foi aprovada a oitava emissão pública de 161.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, no valor nominal unitário de R\$10, totalizando R\$1.610.000. Essas debêntures foram integralmente colocadas no mercado em 4 de julho de 2008 pelo valor de R\$1.654.050. As debêntures da 1ª série, totalizando 115.000 debêntures, serão amortizadas em cinco parcelas anuais e sucessivas, cada parcela no valor de R\$2 por debênture, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de abril de 2009 e o último no vencimento, em 15 de abril de 2013. A remuneração dessa 1ª série será de 1,40% a.a. acima da taxa DI, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de outubro de 2008 e o último no seu vencimento. As debêntures da 2ª série, totalizando 46.000 debêntures serão amortizadas em duas parcelas anuais e sucessivas, cada parcela no valor de R\$5 por debênture, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de abril de 2014 e o último no vencimento, em 15 de abril de 2015. A remuneração dessa 2ª série será de 1,55% a.a. acima da taxa DI, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de outubro de 2008 e o último no seu vencimento. Em 15 de abril de 2011, houve pagamento de amortização e juros sobre a 1ª série da 8ª Emissão debêntures no valor de R\$ 272.005 e pagamento de juros sobre a 2ª série, no valor de R\$28.364.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de julho de 2011 e 28 de julho de 2011, foi aprovada a quinta emissão pública, pela controlada indireta BrT, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, no mercado local, para distribuição com esforços restritos (conforme termos da instrução CVM nº 476) no valor de R\$1.000 milhões (valor unitário de R\$10 milhões de reais), em série única. A emissão ocorreu em 8 de agosto de 2011 e a subscrição da totalidade das notas ocorreu em 10 de agosto de 2011. As 100 debêntures têm vencimento em 8 de agosto de 2017 com remuneração de CDI + 1% a.a., pagamento de juros anual e pagamento de principal no vencimento final. Os custos da transação associados a esta emissão, no

## Notas Explicativas

valor de R\$10.802, estão sendo apropriados no resultado conforme os prazos contratuais desta emissão.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 23 de maio de 2011 e Reunião do Conselho de Administração realizada em 5 de maio de 2011, foi aprovada a terceira emissão pública, pela controlada indireta TNL, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, no mercado local, para distribuição com esforços restritos (conforme termos da instrução CVM nº 476) no valor de R\$1.500.000 (valor unitário de R\$10), em série única. A data de emissão e subscrição da totalidade das notas foi 26 de maio de 2011. As 150 mil debêntures têm vencimento em 25 de maio de 2012 com remuneração de CDI + 0,65% a.a., e pagamento de juros e principal no vencimento final. Os custos de transação associados a esta emissão no valor de R\$231 estão sendo reconhecidos como despesas de captação da controlada indireta TNL, conforme os prazos contratuais desta emissão.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 16 de agosto de 2010 e Reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de julho de 2010, foi aprovada a segunda emissão pública, pela controlada indireta TMAR, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, no mercado local, para distribuição com esforços restritos (conforme termos da instrução CVM nº 476) no valor de R\$1.500 milhões (valor unitário de R\$10 milhões), em série única. A data de emissão e subscrição da totalidade das notas foi 19 de agosto de 2010. As 150 debêntures com remuneração de CDI + 1,10% a.a., e pagamento de juros e principal no vencimento final foram liquidadas em 15 de fevereiro de 2011.

Em AGO, realizada em 7 de março de 2006, foi aprovada a emissão pública, pela controlada indireta TMAR, de 216.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, no valor nominal unitário de R\$10, totalizando R\$2,2 bilhões, sendo a data de emissão 1 de março de 2006 e a data da colocação 27 de março de 2006. O prazo de vencimento das debêntures de primeira série é de cinco anos e da segunda série é de sete anos, a contar da data de emissão, remuneradas a 103% a.a. da taxa de juros do CDI e a taxa de juros do CDI acrescida de “spread” de 0,55% a.a., respectivamente. Os juros são amortizados semestralmente. A primeira serie desta emissão venceu em março de 2011, sendo amortizado o montante total de R\$1.706.750.

Em 1 de junho de 2006, a controlada indireta BrT realizou sua quarta emissão pública de 108.000 debêntures não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$10, perfazendo o total de R\$1.080 milhão. O prazo de pagamento é de sete anos, vencendo em 1 de junho de 2013. A remuneração corresponde à Taxa DI capitalizada de um “spread” de 3,5% a.a. e sua periodicidade de pagamento é semestral. A amortização, que deverá contemplar indistintamente todas as debêntures, dar-se-á anualmente a partir de 1 de junho de 2011, em três parcelas de 33,3%, 33,3% e 33,4% do valor nominal unitário, respectivamente. Em junho de 2011 foi amortizada a primeira parcela de principal mais os juros atualizados no montante total de R\$438.750.

### **Grupo de Contact Center e Cobrança**

Em Assembleia Geral Extraordinária da controlada indireta CTX, realizada em 5 de setembro de 2011, foi aprovada a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº476/09. Em 19 de setembro de 2011 as debêntures foram emitidas pelo valor nominal unitário de R\$1.000 perfazendo o montante de R\$55.000, com vencimento em 60 meses contados da data de sua emissão. As 55 debêntures serão remuneradas pelo DI + 1,25% a.a.

## Notas Explicativas

Em 02 de setembro de 2011, a controlada indireta Contax Participações emitiu 10.000 debêntures públicas, não conversíveis em ações, aprovada pelo seu Conselho de Administração em 22 de agosto de 2011, perfazendo o montante de R\$100.000. As debêntures foram emitidas série única com vencimento em 03 de janeiro de 2012 e serão remuneradas a 100% CDI + spread de 0,5% a.a. O objetivo desta emissão foi o reforço de capital de giro operacional da controlada indireta Contax.

Em 02 de agosto e em 20 de abril de 2011, a controlada indireta Contax Participações captou os montantes de R\$16.660 e R\$57.250, respectivamente, originários da emissão privada de debêntures em três séries, aprovada pelo seu Conselho de Administração em 31 de maio de 2011. As debêntures foram emitidas em três séries não conversíveis em ações. A primeira série ocorreu em 20 de abril de 2011, no total de 3.525 debêntures no valor nominal unitário de R\$10, totalizando R\$35.250. A segunda série ocorreu em 25 de abril de 2011, no total de 2.200 debêntures no valor nominal unitário R\$10, totalizando R\$22.000. A terceira série foi emitida em 02 de agosto de 2011, no valor unitário R\$10, totalizando R\$16.600. O prazo de amortização é de um ano, para as 1ª e 2ª séries e de dois anos para a 3ª série, contados a partir da data de emissão e serão remuneradas a taxa de 105% CDI a.a.

As debêntures emitidas pelas controladas diretas e indiretas da Companhia não possuem cláusulas de repactuação.

### (c) Ações preferenciais resgatáveis (valores não proporcionalizados)

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de abril de 2008 a controlada indireta Telemar aumentou o capital, mediante a emissão de 1.000.000 (um milhão) de novas ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1.239,61 (um mil, duzentos e trinta e nove reais e sessenta e um centavos) por ação, perfazendo um total de R\$1.239.616. As ações preferenciais ora emitidas foram integralmente subscritas e integralizadas pelo acionista BNDES Participações S.A. – BNDESPAR.

As ações preferenciais gozam das seguintes preferências, direitos e vantagens:

- (i) Prioridade na distribuição de dividendo fixo, cumulativo, no valor em moeda corrente equivalente a 5% (cinco por cento) ao ano sobre o preço de emissão por ação corrigido monetariamente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ou qualquer outro que venha a substituí-lo, ajustado, se for o caso, por eventuais bonificações, grupamentos e/ou desdobramentos de ações, a ser pago até o dia 30 de abril de cada exercício social, mesmo no exercício em que acontecer o resgate, sendo que, neste caso, o montante a ser distribuído calculado *pro rata die* até a data do efetivo resgate;
- (ii) Serão resgatáveis pelo valor correspondente a seu preço de emissão, reajustado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA a partir da data de integralização das ações até a data do efetivo resgate, e ajustado, se for o caso, por eventuais bonificações, grupamentos e/ou desdobramentos de ações, ou qualquer outro que venha a substituí-lo, observado as datas e as quantidades abaixo para tal resgate (“Resgate Programado”):

<u>Data Resgate</u>	<u>Quantidade</u>	<u>% do Total</u>
30/04/2011	66.666	6,66%
30/10/2011	66.666	6,66%
30/04/2012	66.666	6,66%
30/10/2012	66.666	6,66%
30/04/2013	66.666	6,66%
30/10/2013	66.667	6,67%

## Notas Explicativas

30/04/2014	66.667	6,67%
30/10/2014	66.667	6,67%
30/04/2015	66.667	6,67%
30/10/2015	66.667	6,67%
30/04/2016	66.667	6,67%
30/10/2016	66.667	6,67%
30/04/2017	66.667	6,67%
30/10/2017	66.667	6,67%
30/04/2018	66.667	6,67%
<b>Total</b>	<b>1.000.000</b>	<b>100%</b>

- (iii) O pagamento do resgate das ações preferenciais poderá, a exclusivo critério de seus titulares, ser efetuado através de pagamento em ações (“Resgate em Ações”), mediante a entrega, pela controlada indireta Telemar, ao acionista que desejar resgatar suas ações, para cada ação preferencial de emissão da controlada indireta Telemar objeto do resgate, de 12,243116 ações preferenciais classe “A” de emissão de Telemar Norte Leste S.A. (“Ações TMAR5”) de que a controlada indireta Telemar for titular, a partir do momento em que tais ações estiverem desoneradas, observado, entretanto, que a controlada indireta Telemar deverá obter a desoneração até as datas e nas quantidades mínimas previstas no cronograma constante da tabela abaixo:

<u>Data Máxima</u>	<u>Quantidade mínima a estar desonerada</u>
25/04/2011	1.224.311
25/10/2011	2.244.571
25/04/2012	3.468.882
25/10/2012	4.693.193
25/04/2013	6.121.556
25/10/2013	7.141.816
25/04/2014	8.162.076
25/10/2014	9.182.336
25/04/2015	10.202.596
25/10/2015	11.222.856
25/04/2016	12.243.116

Após o recebimento de notificação do titular das ações preferenciais, a controlada indireta Telemar deverá, no prazo de até 15 (quinze) dias, tomar todas as providências necessárias para operacionalizar o Resgate em Ações, transferindo, para o titular das ações preferenciais, as Ações TMAR5 de sua titularidade na quantidade indicada na relação de troca prevista acima, procedendo ao imediato cancelamento das ações preferenciais objeto do resgate.

- (iv) Caso as Ações TMAR5 de titularidade da controlada indireta Telemar estejam oneradas ou gravadas no momento em que o acionista detentor das ações preferenciais notificar a controlada indireta Telemar para promover o Resgate em Ações, a controlada indireta Telemar deverá cientificar tal acionista dessa circunstância, e este a seu exclusivo critério poderá (i) optar por promover o Resgate em Ações sobre a quantidade de Ações TMAR5 eventualmente disponíveis, postergando a data do Resgate em Ações do saldo remanescente até a nova data que o acionista detentor das ações preferenciais estipular ou (ii) conceder à controlada indireta Telemar um prazo de no máximo 30 (trinta) dias para disponibilizar Ações TMAR5, livres e desembaraçadas, na quantidade necessária para promover integralmente o Resgate em Ações. Nas hipóteses acima, a controlada indireta Telemar deverá transferir ao acionista detentor das ações preferenciais, ainda, quando do

## Notas Explicativas

efetivo resgate, quaisquer valores recebidos a título de dividendos ou juros sobre capital próprio atribuíveis às Ações TMAR5 cuja data de entrega tenha sido postergada pela não liberação pela controlada indireta Telemar dos gravames nos prazos previstos acima.

- (v) O pagamento do resgate das ações preferenciais poderá, a critério da controlada indireta Telemar, ser efetuado através de pagamento em ações, mediante a entrega, pela controlada indireta Telemar, ao acionista que desejar resgatar suas ações, de Ações TMAR5 de que a controlada indireta Telemar for titular, em qualquer tempo, na hipótese de (a) a média da cotação das Ações TMAR5 dos 40 pregões anteriores à data de notificação para resgate das ações preferenciais seja de, no mínimo, R\$141,75 (cento e quarenta e um reais e setenta e cinco centavos), corrigidos pelo IPCA a partir da data de emissão das ações preferenciais, e desde que nesse período as Ações TMAR5 não tenham passado a ser negociadas sem direito a dividendos (*ex-dividendos*); e (b) as Ações TMAR5 que deverão ser entregues ao detentor das ações preferenciais como pagamento do resgate estejam livres, desoneradas e sem qualquer gravame. Neste caso, para cada ação preferencial de emissão da controlada indireta Telemar que seja objeto do resgate, serão entregues 12,243116 Ações TMAR5 de que a controlada indireta Telemar for titular.
- (vi) Serão conversíveis em ações ordinárias, a qualquer tempo, à livre opção de seus titulares, reunidos em assembleia convocada para este fim, na hipótese de a controlada indireta Telemar com base na relação de 1 ação preferencial para 1.866,672409 ações ordinárias de emissão da controlada indireta Telemar, caso: (a) o Resgate Programado não tenha ocorrido, total ou parcialmente; (b) o Resgate em Ações não tenha ocorrido, total ou parcialmente; (c) o dividendo fixo das ações preferenciais não tenha sido pago; e (d) a controlada indireta Telemar descumpra a obrigação de depositar na conta vinculada a quantia destinada ao Fundo de Resgate, para o qual serão destinados os recursos financeiros recebidos a título de dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos de suas controladas. Neste caso, a relação de troca estabelecida será de 1.866,672409 ações ordinárias de emissão da controlada indireta Telemar para cada ação preferencial; e
- (vii) Não terão direito de voto nas deliberações da Assembleia Geral da controlada indireta Telemar.

A cada ação ordinária, nominativa e sem valor nominal, corresponde o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Em virtude da adoção das normas internacionais de contabilidade, a controlada indireta Telemar reclassificou o montante das ações preferenciais resgatáveis do patrimônio líquido para o passivo e reconheceu a atualização monetária e os dividendos fixos no resultado do exercício na rubrica de despesas financeiras.

No período findo em 30 de setembro de 2011, o montante da dívida é de R\$1.445.566, sendo R\$251.334 reconhecido no passivo circulante e R\$1.194.232 no passivo não circulante.

De acordo com o prazo de programação da dívida, as parcelas de curto prazo serão liquidadas nos meses novembro de 2011 e abril 2012.

Conforme previsto no Artigo 40 do Estatuto Social da controlada indireta Telemar, foi destinada à reserva de fundo de resgate o montante que considera o valor dos resgates programados para os próximos 12 meses mais os valores de dividendos fixos pagos nos exercícios 2010.

## Notas Explicativas

Em 29 de abril de 2011, foram resgatadas, pelo BNDESPAR, 66.666 ações preferenciais pelo BNDESPAR, no valor de R\$82.640, acrescida de juros no montante de R\$15.265. Nesta mesma data, foi realizado o pagamento dos dividendos fixos sobre as ações preferenciais resgatáveis referentes ao exercício de 2010, no montante de R\$71.306. As ações preferenciais resgatadas encontram-se em tesouraria.

### (d) Usufruto de ações (valores não proporcionalizados)

Em 22 de março de 2011, a controlada indireta Telemar celebrou com o Banco Votorantim S.A. (“Votorantim”) o Instrumento Particular de Constituição de Usufruto Oneroso (“Usufruto”) sobre 150.000 ações preferenciais da sua subsidiária integral Valverde, em favor do Votorantim, mediante pagamento, pelo Votorantim, no valor de R\$120.000.

Cada uma das ações, objeto do Usufruto, fará jus ao pagamento de dividendos fixos, prioritários e cumulativos, que serão equivalentes ao montante resultado da variação do CDI, acrescida da taxa efetiva de 1% a.a., *pro rata temporis*, multiplicado pelo valor de integralização de cada uma das ações, até o efetivo pagamento, nos termos do estatuto social da Valverde. Caso os dividendos fixos não sejam pagos nas datas estabelecidas no estatuto social da Valverde, a variação do CDI será acrescida de taxa equivalente de 2,5% a.a. até o seu efetivo pagamento.

O Usufruto vigorará até o dia 31 de março de 2019. Caso o Votorantim não tenha recebido durante o prazo do Usufruto pelo menos a quantia de R\$120.000, ou caso não sejam pagos os dividendos fixos cumulativos durante o prazo de vigência do usufruto, o Usufruto permanecerá válido até o pagamento do referido valor, pelo prazo máximo de 30 anos.

Em 30 de março de 2011, a controlada indireta Telemar celebrou com o Banco Itaú BBA S/A (“IBBA”) o Instrumento Particular de Constituição de Usufruto Oneroso (“Usufruto IBBA”) sobre 19.069.120 ações ordinárias nominativas (TNLP3), de sua titularidade, em favor do IBBA, mediante pagamento, pelo IBBA, no valor de R\$300.000.

O Usufruto IBBA terá o prazo de duração de 15 anos e será remunerado através da CDI mais *spread* de 1,37% a.a., caso o usufruto seja liquidado, total ou parcialmente, através (i) do pagamento de Juros Sobre Capital Próprio (“JSCP”), ou (ii) através do pagamento de penalidade de natureza compensatória, motivada por (a) mudança de controle acionário direto ou indireto; (b) quaisquer mudanças que resultem na impossibilidade de a controlada indireta Telemar atingir as metas estabelecidas no *business plan*, será aplicado um aumento de 1% a.a. na taxa interna de retorno mínimo, elevando-se, portanto, a CDI + 2,37% a.a. sobre as parcelas liquidadas nas modalidades acima.

Em 5 de maio de 2011 houve um pagamento de amortização e encargos do uso fruto no montante de R\$11.302, devido ao recebimento de dividendos da TNL.

O IBBA fará jus ao recebimento direto de todos os proventos das ações que serão pagos pela controlada indireta TNL, que serão creditados diretamente à sua conta corrente pela própria controlada indireta TNL.

### (f) Garantias

#### Companhia

## Notas Explicativas

O empréstimo contratado pela Companhia junto ao Banco Bradesco S.A. possui como garantia as ações de emissão da controlada indireta LF Tel S.A.

### Iguatemi

Os contratos de abertura de crédito com o BNDES no valor total de R\$20.000 têm como garantia, promissórias avalizadas pela Companhia.

Em conjunto com o financiamento obtido em 8 agosto de 2006 com Banco Santander foi celebrado com o Banco Santander o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças, por meio do qual a controlada Iguatemi cedeu fiduciariamente em garantia ao Banco Santander os direitos creditórios cabíveis em virtude de sua participação no PBSC, e que correspondem ao percentual de 4,718% dos valores líquidos distribuídos à controlada Iguatemi mensalmente pela administradora do Condomínio Civil do Praia de Belas.

Como garantia do empréstimo obtido com Banco Santander em 31 de agosto de 2006, a controlada Iguatemi alienou ao Banco Santander, em caráter fiduciário: (i) os imóveis, objeto do financiamento (sua participação de 20%), bem como todas as benfeitorias e cessões que venham a ser acrescidos a estes; (ii) a fração ideal de 3,1% de cada um dos imóveis descritos no contrato, integrantes do Praia de Belas; e (iii) a cessão fiduciária dos créditos de que a controlada Iguatemi é e será titular no empreendimento PBSC. A controlada Iguatemi apresentou ao credor apólice de seguros relativa à cobertura de danos físicos sobre 100% do imóvel dado em garantia, cujo valor corresponde a R\$ 118.569 com vencimento em 28 de setembro de 2009, obrigando-se a manter o seguro em vigor, no valor mínimo anteriormente mencionado, até que o financiamento seja integralmente quitado.

Em contrapartida, pelo pagamento da dívida decorrente do financiamento com Banco Santander obtido em 27 de outubro de 2006, a controlada Iguatemi celebrou com esta instituição financeira Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças, por meio do qual a controlada Iguatemi cedeu fiduciariamente em garantia ao Banco Santander os direitos creditórios cabíveis em virtude de sua participação no PBSC, e que correspondem ao percentual de 4,718% dos valores líquidos distribuídos à controlada Iguatemi mensalmente pela administradora do Condomínio Civil do Praia de Belas.

Para o empréstimo com o Banco Santander celebrado em 30 de dezembro de 2008, aditado em 25 de junho de 2009, a controlada Iguatemi apresentou como garantia o imóvel denominado MPT-I, contemplando os conjuntos 41, 51, 61, 71, 81, 91, 101, 111, 121, 131, 141 e 151, e 45% das matrículas individualizadas dos imóveis que constituem o empreendimento denominado MPSC.

Para o empréstimo com o Banco Bradesco celebrado em 25 de setembro de 2009, a controlada Iguatemi apresentou o imóvel denominado Condomínio Iguatemi Alphaville registrado na matrícula 138.678 do Registro e Imóveis de Barueri, que recai sobre o domínio útil do terreno urbano integrante do Quinhão 3 do Sítio Tamboré localizado em Barueri/SP constituídos pelos lotes 12.1,12.2,12.3 e 12.4 da quadra n.02 do arruamento denominado “Alphaville Centro Industrial e Empresarial”.

Para o financiamento celebrado com o Banco Itau S.A. em 31 de março de 2010, a controlada Iguatemi apresentou como garantia, a fração ideal de 60,66% das unidades autônomas descritas na Cédula de Crédito Bancário de Abertura de Crédito para Construção de Empreendimento imobiliário com garantia Hipotecária e Outras Avenças, imóvel denominado Condomínio Shopping Center Iguatemi Rio registrado nas matrículas 53705 a 53917 do 10º Ofício de Registro de Imóveis do Rio de Janeiro.

## Notas Explicativas

### LF Tel

As debêntures de emissão da controlada indireta LF Tel possuem garantia real representada por penhor da totalidade: (i) das ações ordinárias de emissão da Telemar Participações S.A., de sua propriedade, inclusive as que vierem a ser adquiridas; e (ii) das ações que foram adquiridas no mercado (11.409.200 ações da TNLP4), pela controlada indireta LF Tel, com os recursos provenientes da terceira emissão de debêntures.

### Grupo de Telecomunicações (valores não proporcionalizados)

As debêntures emitidas pela controlada indireta Telemar, referentes à nona emissão e o Usufruto com o Banco Votorantim, possuem garantia através de alienação fiduciária de 850.000 ações ordinárias e 150.000 ações preferenciais da Valverde, de titularidade da controlada indireta Telemar, bem como os direitos creditórios de sua titularidade decorrentes dos dividendos, JSCP e/ou quaisquer outros proventos relacionados às ações alienadas fiduciariamente, nos termos no Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia.

As debêntures emitidas pela controlada indireta Telemar, referentes à oitava emissão, possuem garantia real, na forma do disposto no Artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, estando garantidas por penhor de ações de emissão da TNL, de titularidade da emissora.

O Usufruto IBBA possui como garantia o penhor de ações representativas do capital da sua controlada TNL em valor equivalente a 100% do saldo devedor (valor principal sacado acrescido de juros).

A segunda emissão de Notas Promissórias pela controlada indireta Telemar, possui como garantia o penhor de ações representativas do capital da TNL em valor equivalente a 120% do valor da emissão.

Os financiamentos do BNDES possuem garantias em recebíveis das controladas indiretas TMAR, da Oi, da BrT e BrT Celular e aval da controlada indireta TNL e das companhias, no montante de R\$6.112.803. Os empréstimos do Banco do Nordeste do Brasil S.A. possuem garantias em recebíveis das controladas indiretas TMAR e Oi e aval das controladas indiretas TNL e TMAR, no montante de R\$397.114.

As debêntures públicas, emitidas pela controlada indireta BrT, possuem garantia fidejussória, por meio de fiança prestada pela controlada indireta TNL .

### Grupo de Contact Center e Cobrança (valores não proporcionalizados)

Os empréstimos obtidos pela controlada indireta CTX com os Bancos Itaú BBA e Votorantim estão garantidos pelo penhor das ações de emissão da Contax Participações.

A controlada indireta Contax, no financiamento celebrado com o BNDES em agosto de 2007, por opção contratual, apresentou garantias através de fianças de instituições financeiras, não sendo neste caso, aplicáveis as estruturas de recebíveis e de cláusulas restritivas (*financial covenants*) em 30 de setembro de 2011. Os custos relativos a essas fianças totalizaram R\$417 (R\$743 em 30 de setembro de 2010).

## Notas Explicativas

Em garantia ao financiamento contratado com o BNDES em março de 2010, que teve como objetivo a ampliação da capacidade instalada e modernização da controlada indireta Contax, a controlada oferece os direitos creditórios provenientes do Contrato de Prestação de Serviço firmado com a Oi Fixa, TNL PCS S/A. (“Oi Móvel”) e a Telemar Internet Ltda.

### (g) Arrendamento mercantil

As obrigações pelos contratos de arrendamento mercantil financeiro possuem prazo de pagamento que variam entre 12 e 60 meses e estão registradas pelo seu valor presente. Os encargos financeiros, que se referem, substancialmente, à variação do CDI, são registrados no resultado do período das controladas durante o prazo do arrendamento.

O valor presente dos pagamentos mínimos futuros está distribuído da seguinte maneira:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>30/09/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
Até um ano	88	1.160
Mais de um ano e até cinco anos	260	-
	<u>348</u>	<u>1.160</u>

### (h) “Covenants”

#### Companhia

O empréstimo da Companhia com o Bradesco S.A. possuem cláusulas contratuais que prevêm o vencimento antecipado do saldo devedor estão abaixo sumarizadas:

- Inadimplemento de quaisquer obrigações da Companhia e seus avalistas;
- Ocorrência, na Companhia ou seus avalistas, de protestos de títulos de valor individual ou agregado superior a 10% do valor do saldo devedor do empréstimo;
- Existência de qualquer medida judicial, extrajudicial ou administrativa, que possa afetar o imóvel oferecido como garantia;
- Não substituição de qualquer um dos avalistas que se encontrarem nas situações acima mencionadas.
- Alienação, transferência ou cessão, total ou parcial, de percentual igual ou superior a 20% de sua participação acionária na Jereissati Telecom S.A., LF Tel S.A. e Telemar Participações S.A.

Essas cláusulas contratuais foram cumpridas em 30 de setembro de 2011.

#### Iguatemi

## Notas Explicativas

Parte dos contratos de financiamentos e debêntures obtidos pela controlada Iguatemi possuem cláusulas contratuais que determinam níveis máximos de endividamento e alavancagem, bem como níveis mínimos de cobertura de parcelas a vencer e manutenção de saldos mínimos recebíveis em uma conta corrente. Essas cláusulas contratuais foram cumpridas em 30 de setembro de 2011.

### LF Tel

Até a integral liquidação das debêntures, a controlada indireta LF Tel possui obrigações e restrições de natureza societária, contábil e financeira previstas na cláusula 8 do Instrumento Particular de Escritura da Quarta Emissão Privada de Debêntures. Em 30 de setembro de 2011 todas as obrigações foram atendidas. As principais são:

- incorrer em endividamento adicional;
- prestar garantias;
- dar bens em garantia;
- vender ou dispor de ativos; e
- fazer certas aquisições, fusões e reestruturações.

### Grupo de Telecomunicações

A oitava emissão de debêntures controlada indireta Telemar, possui avaliações trimestrais de razões financeiras da controlada indireta Telemar e avaliação anual de razões financeiras de sua controlada direta TNL, que vêm sendo regularmente cumpridas.

Os contratos de financiamentos com o BNDES, com outras instituições financeiras e as emissões de Debêntures, das controladas indiretas TMAR, Oi, BrT e BrT Celular, exigem cumprimento de índices financeiros. Os índices financeiros nos contratos com o BNDES são apurados semestralmente, em junho e dezembro. Os demais são apurados trimestralmente.

Especificamente nos contratos com o BNDES, os índices financeiros são apurados com base nas informações contábeis/financeiras consolidadas da controlada indireta TNL.

No fechamento das Informações Trimestrais de 30 de setembro de 2011 todos os índices foram cumpridos.

### Grupo de Contact Center e Cobrança

De acordo com cláusulas contratuais do financiamento da controlada indireta Contax obtido com o BNDES em março de 2010, a controlada indireta Contax deverá manter, durante a vigência do presente contrato, Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“Índice”) igual ou maior que 1,65, sendo:

- a) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida calculado pela divisão do Lucro Antes de Imposto de Renda, Juros, Depreciação e Amortização (LAJIDA), também conhecido como Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization - EBITDA, pelo Serviço da Dívida, em base semestral;
- b) LAJIDA (EBITDA) equivale ao resultado operacional antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social e despesas com depreciação e amortização, no semestre;

## Notas Explicativas

c) Serviço da Dívida equivale ao montante da dívida efetivamente pago aos credores a título de amortização de principal e juros, no semestre.

Em 30 de setembro de 2011, a controlada indireta Contax revisou a cláusula restritiva referente a este contrato de financiamento, e concluiu que cumpria o referido Índice.

### (i) Linhas de crédito contratadas e não utilizadas (valores não proporcionalizados)

#### Iguatemi

Em 5 de outubro de 2010, a controlada Iguatemi contratou financiamento com o BNDES, no valor de R\$89.798, para a construção do JK Iguatemi. O financiamento tem taxa de TJLP + 3,82% a.a., totalizando 9,82% a.a., sobre obra civil e instalações e de 5,5% a.a sobre equipamentos nacionais e TJLP sobre investimentos sociais. A carência é de 24 meses após a data da assinatura com amortização de 60 meses. Até 30 de setembro de 2011 tinham sido liberados R\$46.086.

Em 6 de julho de 2010, a controlada indireta SCIALPHA contratou financiamento com o BNDES, no valor de R\$138.760, para a construção do Shopping Iguatemi Alphaville. O financiamento tem taxa de TJLP + 3,45% a.a., totalizando 9,45% a.a., sobre obra civil e instalações e de 4,5% a.a sobre equipamentos nacionais. A carência é de 24 meses após a data da assinatura com amortização de 60 meses. Até 30 de junho de 2011 tinham sido liberados R\$138.260. O Shopping Iguatemi Alphaville foi inaugurado em abril de 2011.

Com o objetivo de construir o JK Iguatemi, a controlada Iguatemi celebrou um financiamento com o Banco Itau S.A. em 31 de março de 2010, no valor total de R\$60.000. Até 30 de setembro de 2011, foram liberados R\$51.642. A amortização ocorrerá no prazo de 76 meses a partir de 10 de dezembro de 2013, através do Sistema de Amortização Constante - SAC.

Com o objetivo de construir o Shopping Iguatemi Alphaville, a controlada indireta SCIALPHA celebrou um financiamento com o Banco Bradesco S.A. em 25 de setembro de 2009, no valor total de R\$90.000. Até 30 de setembro de 2011, foram liberados R\$85.515. A amortização ocorrerá no prazo de 90 meses a partir de 25 de abril de 2012, através do Sistema de Amortização Constante - SAC.

Com o objetivo de construir o SCIBRA, a controlada Iguatemi celebrou um financiamento com o Banco Santander em 30 de dezembro de 2008, aditado em 25 de junho de 2009, no valor total de R\$97.519. Até 30 de setembro de 2011, foram liberados R\$97.470. A amortização ocorrerá no prazo de 115 meses a partir de 25 de junho de 2010, através do Sistema de Amortização Constante - SAC.

#### Grupo de Telecomunicações

Em AGE, realizada em 18 de fevereiro de 2011, foi aprovada a emissão privada, pela controlada indireta TMAR, de 446.481 debêntures conversíveis em ações preferenciais classe A (TMAR5), em série única, no valor nominal unitário de R\$1, totalizando R\$446.481. As debêntures são remuneradas pela TJLP + 1,65% a.a. e possuem prazo de até 240 meses. A emissão decorre de uma obrigatoriedade para contratação de financiamento junto ao BASA, mediante a utilização de recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia ("FDA"), para realização do plano de investimentos na região da Amazônia Legal. O projeto objetiva promover a modernização e melhoria da atual rede de comunicação da controlada indireta TMAR, atendendo a novos municípios, ampliando a capacidade nas regiões onde hoje há cobertura, assim como a evolução da

## Notas Explicativas

rede existente, permitindo oferecer novos tipos de serviços. A controlada indireta TMAR ainda não emitiu estas debêntures, não tendo, portanto, recebido os respectivos recursos.

Em setembro de 2010 a controlada indireta TMAR assinou contrato de financiamento junto ao “*Export-Import Bank of China*” no valor de US\$100 milhões com o objetivo de financiar parte dos investimentos do ano corrente. A operação tem juros de Libor+2,00% a.a. O vencimento dos encargos financeiros será semestral e o principal vencerá em 16 prestações semestrais a partir de março de 2013.

### 20 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

	<b>Consolidado</b>	
	<b>30/09/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
<b>Ativos</b>		
Contratos de "swap" - cambial	26.179	10.536
Contratos de "swap" - taxa de juros	2.310	161
Contratos de "Non Deliverable Forward" - NDF	46.747	2.859
Contratos de Opção	-	1.065
	<u>75.236</u>	<u>14.621</u>
Circulante	35.090	9.573
Não circulante	40.146	5.048

	<b>Consolidado</b>	
	<b>30/09/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
<b>Passivos</b>		
Contratos de "swap" - cambial	56.799	159.196
Contratos de "swap" - taxa de juros	4.050	3.495
Contratos de "Non Deliverable Forward" - NDF	6.430	23.286
	<u>67.279</u>	<u>185.977</u>
Circulante	34.650	123.867
Não circulante	32.629	62.110

A partir de 1 de janeiro de 2011, a controlada indireta TMAR adotou dentre suas políticas contábeis a contabilidade de “*hedge*”. Os efeitos decorrentes da referida adoção se encontram descritos na Nota 3.

### 21 AUTORIZAÇÕES E CONCESSÕES A PAGAR

	<b>Consolidado</b>	
	<b>30/09/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
SMP	277.932	429.427
Concessões do STFC	-	34.447
Outras Autorizações	-	812
	<u>277.932</u>	<u>464.686</u>

## Notas Explicativas

Circulante	59.902	116.340
Não circulante	218.030	348.346

Correspondem aos valores a pagar à ANATEL pelas outorgas de radiofrequência e autorizações de prestação de SMP e concessões de serviço STFC, obtidas através de leilões.

A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:

	<u>Consolidado</u>
2012	59.902
2013	54.116
2014	54.377
2015	54.377
2016	54.377
2017 em diante	783
Total	<u>277.932</u>

## 22 PROGRAMA DE REFINANCIAMENTO FISCAL

### PAES – REFIS II

A controlada indireta TNL e suas controladas TMAR, Oi e iG Brasil aderiram ao PAES – Parcelamento Especial (também conhecido como REFIS II – Programa de Refinanciamento Fiscal II), disciplinado pela Lei nº 10.684/2003, inscrevendo parte substancial dos débitos com a Fazenda Nacional e com o INSS vencidos até 28 de fevereiro de 2003.

Conforme previsto no art. 7º da referida Lei, as empresas são obrigadas a manter o pagamento regular das parcelas do PAES, podendo ser excluídas do programa caso atrasem esses pagamentos por três meses consecutivos ou seis meses alternados, o que primeiro ocorrer.

A RFB – Receita Federal do Brasil e a PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional incluíram indevidamente diversos débitos das controladas indiretas TNL, TMAR e da Oi no PAES, de modo que o saldo dos referidos parcelamentos foi consolidado em valor superior àquele incluído pelas empresas.

As controladas indiretas TMAR e Oi optaram pela discussão judicial das diferenças apontadas pela RFB e PGFN. No caso da Oi o parcelamento já se encontra liquidado, persistindo a discussão apenas para a controlada indireta TMAR.

As controladas indiretas BrT e iG Brasil possuíam saldos decorrentes da inclusão de débitos federais vencidos até 29 de fevereiro de 2000 em programa de refinanciamento, este regulado pela Lei nº 9.964/2000 (também conhecido como REFIS I).

Com a edição do novo parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009, os saldos de parcelamentos das controladas indiretas TNL, BrT, iG Brasil e TMAR foram migrados, conforme abaixo.

## Notas Explicativas

### Parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009

#### Iguatemi

Em 30 de novembro de 2009, a controlada Iguatemi e suas controladas aderiram ao parcelamento de débitos perante a Receita Federal e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, no montante total de R\$10.095. Após a consolidação dos débitos, que ocorreu em junho de 2011, o montante passou a ser R\$5.189. Em 30 de setembro de 2011, o valor atualizado é de R\$6.855. A controlada Iguatemi optou pelo pagamento desses débitos em 30 meses e não irá utilizar-se de créditos fiscais decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social para liquidação de juros e multas.

#### LF Tel

Em 30 de novembro de 2009, a controlada indireta LF Tel aderiu ao parcelamento de débitos perante a Receita Federal e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, no montante total de R\$1.628 (valor não proporcionalizado). Após a consolidação dos débitos, que ocorreu em junho de 2011, o montante passou a ser R\$1.376, tendo optado pelo pagamento desses débitos em 30 meses. Este montante permanece classificado como passivo circulante.

As principais teses inseridas no programa foram:

- Reparcamentos de PIS e COFINS, anteriormente existentes.
- Valores relativos ao PIS e COFINS devidos s/ receita de juros sobre o capital próprio.

#### Grupo de Telecomunicações

A controlada indireta TNL e várias de suas controladas aderiram ao Novo Parcelamento de Débitos Tributários Federais, disciplinado pela Lei nº 11.941/2009, incluindo parte dos débitos administrados pela RFB e PGFN (débitos relativos a tributos federais, inclusive previdenciários) vencidos até 30 de novembro de 2008.

Os refinanciamentos foram pactuados em 180 meses. Com a adesão, os depósitos judiciais relacionados aos processos transferidos para o novo parcelamento serão convertidos, na forma da legislação aplicável, em renda para a União.

As controladas indiretas TNL, TMAR, BrT e iG Brasil optaram por migrar os saldos dos parcelamentos especiais anteriores (REFIS e PAES) para o novo parcelamento. Para tanto, nos termos da Lei nº 11.941/2009, as empresas restabeleceram as respectivas dívidas nos montantes referentes ao momento anterior aos antigos parcelamentos e, posteriormente, aplicaram os redutores previstos na nova lei.

Os valores dos parcelamentos são compostos como segue:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>30/09/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
PAES	3.111	47.947
Parcelamento da Lei 11.941/2009	188.440	162.976
	<u>191.551</u>	<u>210.923</u>

**Notas Explicativas**

Circulante	19.756	15.952
Não circulante	171.795	194.971

Os valores do PAES e do novo parcelamento instituído pela Lei 11.941/2009 segregados em principal, multas e juros são compostos como segue:

					<b>Consolidado</b>
	<b>30/09/2011</b>				<b>31/12/2010</b>
	<b>Principal</b>	<b>Multa</b>	<b>Juros</b>	<b>Total</b>	<b>Total</b>
COFINS/PIS	61.931	9.979	50.604	122.514	116.603
Imposto de renda	15.600	1.887	12.215	29.702	31.101
CPMF	2.767	278	1.631	4.676	16.901
IOF	6.810	704	4.099	11.613	19.685
INSS - SAT	1.673	616	3.415	5.704	7.824
Contribuição social	4.326	568	2.772	7.666	9.413
Outros	4.321	715	4.640	9.676	9.396
	<u>97.428</u>	<u>14.747</u>	<u>79.376</u>	<u>191.551</u>	<u>210.923</u>

No que se refere à sua controlada indireta TMAR, como já mencionado, os débitos originariamente incluídos no PAES encontram-se refinanciados no âmbito do novo parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009. Os valores incluídos de ofício pela PGFN e RFB no PAES permanecem objeto de disputa judicial.

Em função de uma decisão judicial de primeira instância publicada ao final de março de 2011, a controlada indireta TMAR revisitou a avaliação da probabilidade de perda para essa disputa judicial, alterando-a de possível para provável. Conseqüentemente, a controlada indireta TMAR reconheceu no resultado a diferença, objeto da disputa, entre o valor incluído no PAES em 2003, com o qual a controlada indireta TMAR não concordava, e o novo programa de parcelamento. Em março de 2011 a controlada indireta TMAR reconheceu o principal em outras despesas operacionais, impactando o resultado consolidado em R\$8 milhões e registrou a atualização monetária líquida registrado em despesas financeiras, impactando o resultado consolidado em R\$34 milhões.

As controladas vêm realizando os pagamentos do REFIS e do Novo Parcelamento sem atraso, em consonância com a determinação da Instrução CVM nº 346/2000, que dispõe sobre a regularidade do pagamento como condição essencial para a manutenção das condições previstas no parcelamento.

Os valores do PAES são atualizados monetariamente pela variação da TJLP, e do Novo Parcelamento pela SELIC, R\$23.064 (30/09/2010 – R\$14.374) no consolidado como “Despesas financeiras”, no período findo em 30 de setembro de 2011 (vide Nota 7).

A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:

	<b>Consolidado</b>
2011	6.954
2012	15.957

**Notas Explicativas**

2013	15.956
2014	14.189
2015	14.190
2016 a 2018	42.218
2019 a 2021	42.218
2022 a 2024	39.869
	<u>191.551</u>

**23 PROVISÕES****(a) Composição do saldo**

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
<b>Tributárias (vide item (d) (1))</b>				
(i) ICMS	-	-	95.141	135.918
(ii) FUNTEEL	-	-	18.403	23.615
(iii) ILL	-	-	4.233	12.118
(iv) ISS	-	-	6.383	16.914
(v) INSS (responsabilidade solidária, honorários e verbas indenizatórias)	-	-	2.704	3.550
(vi) Demais ações	278	278	45.587	49.109
	<u>278</u>	<u>278</u>	<u>172.451</u>	<u>241.224</u>
<b>Trabalhistas (vide item (d) (2))</b>				
(i) Horas extras	-	-	102.424	133.913
(ii) Diferenças salariais	-	-	51.021	64.117
(iii) Adicionais diversos	-	-	35.143	45.119
(iv) Indenizações	-	-	23.556	37.613
(v) Complemento de aposentadoria	-	-	15.642	20.545
(vi) Subsidiariedade	-	-	15.181	19.392
(vii) Verbas rescisórias	-	-	15.071	24.183
(viii) Estabilidade/ Reintegração	-	-	14.608	17.468
(ix) FGTS	-	-	6.382	8.544
(x) Multas trabalhistas	-	-	3.727	5.723
(xi) Honorários advocatícios/periciais	-	-	1.929	2.586
(xii) Vínculo empregatício	-	-	861	1.424
(xiii) Demais ações	6.550	5.309	39.454	37.079
	<u>6.550</u>	<u>5.309</u>	<u>324.999</u>	<u>417.706</u>
<b>Cíveis (vide item (d) (3))</b>				
(i) Societário	-	-	377.841	528.026
(ii) Estimativas ANATEL	-	-	80.154	106.093
(iii) Multas ANATEL	-	-	64.426	76.683
(iv) Juizados Especiais Cíveis	-	-	30.328	39.774
(v) Caixa Econômica Federal	-	-	-	35.379
(vi) Corella	-	-	9.976	10.228
(vii) Demais ações	-	-	110.836	138.496
	-	-	<u>673.561</u>	<u>934.679</u>
	<u>6.828</u>	<u>5.587</u>	<u>1.171.011</u>	<u>1.593.609</u>
Circulante	-	-	285.106	369.934

**Notas Explicativas**

Não circulante	6.828	5.587	885.905	1.223.675
----------------	-------	-------	---------	-----------

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, as provisões para perdas em processos judiciais são mensalmente atualizadas monetariamente.

**(b) Detalhamento dos processos por natureza de risco (consolidado)**

	<b>30/09/2011</b>			
	<u>Tributárias</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>
Provisões	172.451	324.999	673.561	1.171.011
Passivos contingentes	2.815.640	642.531	234.508	3.692.679

	<b>31/12/2010</b>			
	<u>Tributárias</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>
Provisões	241.224	417.706	934.679	1.593.609
Passivos contingentes	3.408.562	688.448	309.214	4.406.224

**(c) Resumo das movimentações dos saldos de provisões para perdas em processos judiciais**

	<b>Consolidado</b>			
	<u>Tributárias</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31/12/2010	241.224	417.706	934.679	1.593.609
Adições, líquidas de reversões (Nota 6)	(52.385)	(68.802)	(207.802)	(328.989)
Baixas por pagamentos	(25.106)	(46.224)	(67.214)	(138.544)
Atualização monetária (Nota 7)	8.718	22.319	13.898	44.935
Saldo em 30/09/2011	<u>172.451</u>	<u>324.999</u>	<u>673.561</u>	<u>1.171.011</u>

**(d) Provisões (consolidado) (valores não proporcionalizados)****(1) Tributárias:**

- (i) ICMS - Refere-se à provisão considerada suficiente pela Administração para fazer face a autuações fiscais diversas relacionadas à: (a) exigência de tributação de determinadas receitas pelo ICMS ao invés do ISS; (b) compensação e apropriação de créditos sobre a aquisição de bens e outros insumos, inclusive necessários à manutenção da rede e (c) autuações relacionadas a descumprimento de obrigações acessórias.
- (ii) FUNTTEL - A provisão é relativa à alteração introduzida quanto à forma de cálculo do FUST pela súmula 7 da ANATEL (que deixou de permitir a exclusão das despesas relativas a EILD e interconexão da base de cálculo, inclusive retroativamente).
- (iii) ILL - A controlada indireta TMAR compensou o valor do ILL recolhido até o ano-calendário de 1992 com base em decisões do STF acerca da inconstitucionalidade do referido imposto.

## Notas Explicativas

Entretanto, embora o mérito da discussão já esteja pacificado no âmbito dos tribunais superiores, uma provisão ainda é mantida tendo em vista que não existe decisão definitiva sobre os critérios de atualização daqueles créditos.

- (iv) ISS – Representado principalmente pela seguinte provisão: as controladas indiretas TMAR e a BrT mantém provisões para autuações fiscais relacionadas a questionamentos acerca da incidência da tributação de ISS sobre diversos serviços, como alugueis de equipamentos, de valor agregado e técnicos e administrativos.
- (v) INSS – Provisão relacionada, substancialmente, a parcela de perda provável das discussões de responsabilidade solidária e verbas indenizatórias.
- (vi) Demais ações - Refere-se, substancialmente, a provisões para fazer face a autuações fiscais de IPTU, no valor de R\$10.462 (31/12/2010 – R\$10.462), e a diversas autuações fiscais relacionadas à cobrança de imposto de renda e contribuição social, no montante de R\$1.642 (31/12/2010 - R\$1.562). Na controlada Iguatemi é ré em autuações relacionadas com a falta de recolhimento das contribuições ao PIS e à COFINS sobre a receita de aluguel em períodos anteriores a 1998. Em 30 de setembro de 2011, os valores montam a R\$15.037 (31/12/2010 - R\$14.577) para a COFINS e R\$3.459 (31/12/2010 - R\$3.355) para o PIS. O processo administrativo da COFINS foi julgado na 2ª Instância da esfera administrativa e a Receita perdeu o recurso. Os processos judiciais (execuções fiscais) do PIS e da COFINS estão em fase de instrução processual na 1ª Instância. As demais autuações fiscais da controlada Iguatemi, referem-se substancialmente a imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, Pis e Cofins, cuja controlada matem provisão para fazer face à potenciais perdas. Em 30 de junho, os valores montam R\$7.446 (31/12/2010 – R\$13.665). Na controlada indireta Contax, o questionamento refere-se principalmente à dedução do custo do ISS sobre a base de cálculo para apuração de PIS/COFINS, no montante de R\$18.009 (31/12/2010 – R\$12.625) e à aplicação do multiplicador FAP – Fator Acidentário de Prevenção incidente sobre a alíquota do encargo previdenciário RAT – Risco de Acidente de Trabalho, cuja nova sistemática de cálculo passou a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2010, no montante de R\$26.922 (31/12/2010 – R\$14.711).

### (2) Trabalhistas:

- (i) Horas extras - Reclamações referentes a pedidos de recebimento de horas adicionais, trabalhadas além da jornada normal de trabalho.
- (ii) Diferenças salariais - Representadas, substancialmente, por verbas decorrentes de diferenças salariais entre empregados de equiparação salarial/reenquadramento, pleiteadas por aqueles que recebem menor remuneração a despeito da identidade de funções, associada a outros requisitos previstos na legislação aplicável.
- (iii) Adicionais diversos - Refletem, substancialmente, as expectativas de perda nas ações que dizem respeito à exigibilidade do pagamento de adicional de periculosidade para empregados que desempenham funções em um ambiente considerado perigoso, principalmente próximo às instalações de alta tensão.
- (iv) Indenizações - Correspondem a pedidos de ressarcimento ou compensação por danos ocorridos no curso do contrato de trabalho, decorrentes de razões diversas, entre as quais pode-se citar: acidente de trabalho, estabilidade provisória, danos morais, devolução de

## Notas Explicativas

- descontos em folha de pagamento, auxílio creche e produtividade previstos em acordo coletivo.
- (v) Complemento de aposentadoria - Reclamações referentes as diferenças devidas no plano de previdência privada dos ex-empregados, originadas pelo êxito na integração de outras verbas salariais devidas e não consideradas no cálculo do valor da aposentadoria.
  - (vi) Subsidiariedade - Reclamações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas, por responsabilidade subsidiária pelos créditos porventura devidos e não liquidados pelas empresas terceirizadas, normalmente em decorrência do encerramento das atividades destas empresas.
  - (vii) Verbas rescisórias - Valores devidos aos reclamantes decorrentes de verbas da rescisão do contrato de trabalho, tais como férias (proporcionais/vencidas), décimo terceiro salário, multa FGTS e outras, além do reflexo de outros pedidos que deveriam integrar o cálculo da rescisão.
  - (viii) Estabilidade/reintegração – refere-se ao pleito decorrente de suposta inobservância de condição especial do empregado, garantidora da impossibilidade de rescisão de contrato de trabalho sem justa causa;
  - (ix) FGTS - Reclamações referentes às diferenças devidas quanto ao depósito do FGTS do reclamante e, ainda, diferenças oriundas dos expurgos inflacionários nas contas de FGTS em função das perdas monetárias geradas pelos Planos Econômicos das décadas de 80 e 90, bem como a consequente diferença no pagamento da multa de 40% do FGTS prevista nas demissões sem justa causa, provenientes desses mesmos expurgos.
  - (x) Multas trabalhistas - Valores decorrentes do atraso ou não pagamento de determinadas verbas do contrato de trabalho, nos prazos previstos nas legislações vigentes e acordos e convenções coletivas.
  - (xi) Honorários advocatícios/periciais - Parcelas pagas nos processos aos advogados que patrocinam os reclamantes, bem como os peritos nomeados pelo Juízo, quando faz-se necessário, para a instrução processual, de prova técnica pericial.
  - (xii) Vínculo empregatício - Reclamações de ex-empregados de empresas terceirizadas requerendo o reconhecimento do vínculo empregatício direto com a controlada indireta TMAR e suas controladas, sob o fundamento de terceirização ilícita e/ou configuração dos elementos do vínculo, como subordinação direta.
  - (xiii) Demais ações - Refere-se a questionamentos diversos relativos a pedidos de readmissão, participação nos resultados, integração de salário, entre outros.

No primeiro trimestre de 2011, a controlada indireta BrT e suas controladas concluíram o processo de padronização da metodologia de cálculo das provisões para contingências trabalhistas, alinhando seus procedimentos aos praticados pela controlada indireta TMAR. Como consequência, a controlada indireta BrT reconheceu efeitos no resultado consolidado de R\$53.074, contabilizado como outras despesas operacionais na conta “provisões/reversões” e R\$63.566, contabilizado como despesas financeiras na conta “atualização monetária de provisões”.

### (3) Cíveis:

## Notas Explicativas

- (i) Societário - Contratos de Participação Financeira – os contratos de participação financeira surgiram, regrados pelas portarias ministeriais: nº 415/1972, nº 1.181/1974, nº 1.361/1976, nº 881/1990, nº 86/1991 e nº 1.028/1996. O assinante participava financeiramente da empresa concessionária, integralizando determinada quantia que, inicialmente, era lançada como recurso capitalizável e, posteriormente, após aprovado aumento de capital pela Assembleia Geral de Acionistas, era lançada no patrimônio líquido da empresa, gerando assim, a emissão de ações. As demandas ajuizadas contra a antiga CRT, sociedade incorporada pela controlada indireta BrT discutem a forma utilizada para realizar a retribuição acionária em virtude dos acima mencionados contratos de participação financeira.

A controlada indireta BrT provisionava o risco de perda com relação a essas ações, considerando determinadas teses jurídicas. Ao longo do primeiro semestre de 2009, foram proferidas decisões nos tribunais de justiça as quais levaram a controlada indireta BrT a rever a avaliação de valor e grau de risco atribuído aos processos que discutem a matéria. A controlada indireta BrT, respeitando, por óbvio, as peculiaridades de cada decisão e apoiada na avaliação de seus consultores jurídicos internos e externos, alterou a sua estimativa sobre a probabilidade de perda de possível para provável. Durante o exercício de 2009, a Administração da controlada indireta BrT, apoiada em seus consultores jurídicos internos e externos, revisou o processo de mensuração da provisão para contingências relativas aos contratos de participação financeira. A referida revisão contemplou considerações adicionais correspondentes às datas e às teses que nortearam o trânsito em julgado de processos existentes, bem como a utilização de critérios estatísticos, para estimar o valor da provisão para contingências referente aos processos mencionados. A controlada indireta BrT atualmente provisiona tais valores levando-se em conta, principalmente, (i) as referidas teses acima mencionadas, (ii) a quantidade de processos em aberto por tese e (iii) o valor médio das perdas históricas estratificado por cada tese (incluindo todos os custos processuais).

Ao final de 2010, foi divulgada notícia pelo site do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que o mesmo fixou critérios de indenização a ser adotado pela controlada indireta Brasil Telecom S.A, em benefício de acionistas da extinta CRT - Companhia Riograndense de Telecomunicações, na hipótese de não ser possível a emissão de ações complementares, eventualmente devidas, em razão de decisão condenatória proferida. De acordo com a referida notícia de julgamento, mas cuja decisão final ainda não se tornou definitiva, a eventual indenização (conversão da eventual obrigação em dinheiro) deve se basear: (i) na definição da quantidade de ações a que teria direito o reclamante, aferindo-se o capital investido pelo valor patrimonial da ação informado no balancete mensal da companhia na data da respectiva integralização, (ii) após apurada a referida quantidade passa-se à multiplicação do número de ações pelo valor de sua cotação na Bolsa de Valores, vigente no fechamento do pregão do dia do trânsito em julgado da decisão judicial, ocasião em que o reclamante passou a ter o direito às ações e a comercializá-las ou aliená-las e (iii) sobre o resultado obtido, deverão incidir correção monetária (IPC/INPC), a partir do pregão da Bolsa de Valores do dia do trânsito em julgado, e juros legais desde a citação. Quando houver sucessão, o valor de parâmetro será o das ações na Bolsa de Valores da companhia sucessora.

Com base nas informações atuais, a controlada indireta BrT julga que sua estimativa não seria impactada materialmente em 30 de setembro de 2011, caso tal metodologia já estivesse aprovada. Entretanto, eventuais mudanças poderão ocorrer, caso haja variação significativa nos itens acima, principalmente com relação a cotação de mercado das ações da BrT.

## Notas Explicativas

- (ii) Estimativas ANATEL – Refere-se, substancialmente, a descumprimento das obrigações de PGMU e PGMQ.
- (iii) Multas ANATEL – Refere-se, substancialmente, as provisões de PADO´s – Procedimento de Apuração por Descumprimento de Obrigações, de PGMQ – Plano Geral de Metas de Qualidade e de RIQ – Regulamento de Indicadores de Qualidade.
- (iv) Juizados Especiais Cíveis - Questionamentos realizados por clientes cujos valores individuais de indenização não ultrapassam 40 salários mínimos.
- (v) Caixa Econômica - O Condomínio Shopping Center Iguatemi ajuizou ação em face da Caixa Econômica Federal - CEF, objetivando concessão de liminar e decisão judicial definitiva para expurgar do saldo devedor do mútuo o reajuste aplicado em 16/04/90 (84,32% - IPC de março/90), proceder ao recálculo do saldo do débito com a aplicação do BTNF vigente no dia do aniversário do contrato (7,10%) e apurar o valor das prestações vencidas. O processo foi liquidado em julho de 2011, através de pagamento no montante de R\$43.208 no consolidado.
- (vi) Corella - A controlada Iguatemi é ré em ação ordinária que objetiva a aplicação de cláusula de recompra da participação do autor no SCBRI, equivalente a 3,58% desse empreendimento. Os assessores jurídicos da controlada Iguatemi classificam a probabilidade de perda como possível. A ação, que poderá elevar a participação da controlada Iguatemi no empreendimento, totaliza R\$9.976 (31.12.2010 - R\$10.228). O processo aguarda julgamento na 2ª Instância da esfera judicial.
- (vii) Demais ações - Refere-se, principalmente, a diversas ações em curso abrangendo rescisão contratual, indenização de ex-fornecedores e empreiteiras, basicamente, em virtude de ações judiciais em que empresas fornecedoras de equipamentos propuseram contra as controladas da controlada indireta TNL, a revisão de condições contratuais por superveniência de plano de estabilização econômica, bem como, litígios cujas principais naturezas referem-se a discussões de quebras contratuais, para os quais a Administração e seus consultores jurídicos atribuem prognósticos de perda provável, entre outros. Já a controlada indireta Contax é parte envolvida em 81 ações cíveis relacionadas, substancialmente, às ações de cobrança indevida. Adicionalmente, a controlada indireta Contax foi multada pela Empresa Brasileira de Correios e Telegráfos (“Correios”) por quebra de obrigações do contrato celebrado entre as partes em 13 de maio de 2002 para vigorar pelo prazo de 6 (seis) anos. As multas aplicadas totalizam R\$2.645 por alegada violação de confidencialidade de mensagens telefônicas; falha em não transferir linhas telefônicas reservadas (0800); e falha em não atender integralmente as ligações telefônicas. Apesar de a controlada indireta Contax possuir fortes fundamentos jurídicos para contestar a equidade de tais multas, a controlada indireta Contax provisionou o valor de R\$442. A controlada indireta Contax ajuizou Ação Anulatória, garantindo o valor discutido através de apólice de seguro. Em junho de 2010, os Correios efetuaram o depósito do valor de R\$ 2.645, a favor da controlada indireta Contax, em cumprimento à liminar judicial.

### (e) Passivo contingente

A Companhia e suas controladas também possuem diversos processos cujas expectativas de perda são classificadas como possíveis na opinião de seus consultores jurídicos e para as quais não foram constituídas provisões para perdas em processos judiciais.

## Notas Explicativas

Na opinião da Administração, baseado em seus consultores jurídicos, as principais contingências classificadas com expectativa de perda possível estão resumidas abaixo:

### **Tributárias:**

#### **Companhia**

A Companhia possui processos de natureza tributária, envolvendo “possível” risco de perda. Em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro 2010 os valores estimados totalizavam R\$20.958.

#### **Iguatemi**

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em outros processos tributários, cíveis e indenizatórias surgidos no curso normal dos seus negócios, envolvendo “possível” risco de perda. Em 30 de setembro de 2011 os valores estimados de perda totalizam R\$9.212, R\$ 2.603 e R\$751 respectivamente.

#### **Jereissati Telecom**

A controlada Jereissati Telecom possui processos de natureza tributária, envolvendo “possível” risco de perda, relacionados a autuações em virtude de questionamentos quanto ao recolhimento de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. Em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 os valores estimados de perda totalizam R\$13.230.

#### **LF Tel (valores não proporcionalizados)**

A controlada indireta LF Tel possui processos de natureza tributária, envolvendo “possível” risco de perda, relacionados a autuações em virtude de questionamentos quanto ao recolhimento de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. Em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 os valores estimados de perda totalizam R\$7.873.

#### **Grupo de Telecomunicações (valores não proporcionalizados)**

ICMS - Autuações fiscais que alcançam o montante aproximado de R\$5.743.945 (31/12/2010 – R\$4.645.477). Dentre essas autuações, destacam-se dois objetos principais: a cobrança de ICMS sobre determinadas receitas de serviços já tributadas pelo ISS, ou que não compõem a base de cálculo do ICMS, e o aproveitamento de créditos sobre a aquisição de bens e outros insumos necessários à manutenção da rede.

Tributos municipais – Autuações referentes a tributos lançados pelas autoridades municipais, dentre os quais se destacam aquelas pertinentes a aluguel de equipamentos, serviços despertador, entre outros serviços de comunicação. O montante total envolvido é de aproximadamente R\$2.527.512 (31/12/2010 - R\$3.047.052), sendo que não estão provisionados por serem consideradas pelos advogados responsáveis com risco de perda possível, já que essas atividades não se enquadram na lista de incidência do ISS ou já são tributadas pelo ICMS. Ademais, fortalecendo os argumentos de defesa, o STF decidiu no último trimestre de 2001 que o ISS não deve incidir sobre locação de equipamentos, sendo que parte substancial dos valores autuados refere-se a esta modalidade de receita.

INSS - Processos no montante aproximado de R\$1.559.340 (31/12/2010 – R\$1.442.202) relacionados, principalmente, à responsabilidade subsidiária, percentual aplicável de SAT - Seguro

## Notas Explicativas

de Acidente de Trabalho e verbas passíveis de incidência de contribuição previdenciária. Dentre os quais destaca-se a cobrança efetuada a controlada indireta TMAR pelas autoridades previdenciárias (NFLD's de julho de 2005) que questiona a incidência de contribuição previdenciária sobre valores pagos a título de participação nos lucros e resultados, cujo pagamento foi realizado nos termos da Lei nº 10.101 e do art. 7º da Constituição Federal de 1988, não devendo integrar a base de cálculo da referida contribuição. O valor referente a esta autuação monta a R\$427.547 (31/12/2010 – R\$393.332).

Tributos federais - As autuações de tributos federais são relativas, principalmente, a procedimentos de compensação e de denúncia espontânea realizados, bem como de glosas efetuadas na apuração dos tributos, no valor aproximado de R\$5.623.410 (31/12/2010 – R\$3.980.752). A Administração das controladas indiretas TNL, TMAR e BrT, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, considera como possíveis chances de perdas nesses processos, razão pela qual não constitui provisão para eventuais perdas.

Seguem abaixo relacionadas, demais cobranças efetuadas pelas autoridades federais:

- (i) IRPJ, CSLL, PIS e COFINS – Amortização do ágio – Autuação de julho de 2005 – Questionamento de R\$2.424.375 (31/12/2010 – R\$2.229.872), substancialmente, relacionado à operação societária realizada pela controlada indireta TNL em 1998 que proporcionou a apropriação do ágio contábil apurado no leilão de privatização do Sistema Telebrás. A amortização do ágio e correspondente dedução para fins tributários estão previstas na Lei nº 9.532/1997, que, em seu art. 7º, autoriza que o produto da amortização do ágio seja computado no lucro real da controlada resultante de fusão, cisão ou incorporação, em que uma delas detenha investimentos na outra, adquiridos com ágio fundamentado na perspectiva de rentabilidade da investida. Há, portanto, previsão expressa na legislação federal vigente quanto à possibilidade de aproveitamento do ágio pago na aquisição de investimentos. Trata-se de operação usual no mercado e que obedeceu, inclusive, às prescrições da Instrução CVM nº 319/1999. A controlada indireta TNL conta com pareceres jurídicos de quatro renomados escritórios de advocacia tributária, confirmando a licitude dos procedimentos adotados na operação em questão.

A controlada indireta TNL obteve decisão de 1ª instância parcialmente favorável, reduzindo o valor da autuação em R\$629.447 (31/12/2010 – R\$579.075) e, após apresentação do recurso cabível, aguarda decisão de 2ª instância administrativa, permanecendo como possível o montante de R\$1.794.928.

- (ii) PIS e COFINS – Glosas indevidas – Em 30 de junho de 2006, a controlada indireta TMAR foi autuada pela SRF no montante de R\$999.533 (31/12/2010 – R\$919.544), referente a diversas glosas de exclusões nas bases de cálculo da contribuição para o PIS e a COFINS; em razão da fiscalização não ter considerado as informações constantes nas obrigações acessórias retificadas pelo contribuinte (DCTF – Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais retificadoras) para a apuração dos valores devidos, e incorreções nos comparativos (PIS e COFINS apurado x DCTF's) por parte da fiscalização. A controlada indireta TMAR levantou os documentos comprobatórios para defesa da sua correta apuração e recolhimento e, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, avalia como possíveis às chances de perda nessa autuação.

Foi obtida decisão parcialmente favorável em primeira instância, ainda provisória, através da qual foi reduzido em, aproximadamente, R\$568.241 (31/12/2010 – R\$522.767) o valor autuado, tendo sido interposto recurso em face da parcela desfavorável à controlada indireta

## Notas Explicativas

TMAR. Tendo em vista que o valor reduzido é decorrente da identificação de erros cometidos, na avaliação dos advogados da controlada indireta TMAR, permanecendo possível a parcela restante de R\$431.292.

- (iii) Multa - IRRF Mútuo - Autuação de dezembro de 2007 – As autoridades fazendárias imputaram à controlada indireta TMAR multa no valor histórico de R\$250.869 (31/12/2010 – R\$230.816) pela falta de retenção do IRRF devido (nos anos-calendário de 2002 e 2003) por ocasião dos rendimentos decorrentes dos contratos de mútuo celebrados com a sua controladora TNL.

A empresa obteve decisão de 1ª instância parcialmente favorável, reduzindo o valor da autuação em R\$97.027 (31/12/2010 - R\$89.272) e, após apresentação do recurso cabível, aguarda decisão de 2ª instância administrativa, permanecendo como possível o montante de R\$153.842. Os assessores jurídicos da controlada indireta TMAR consideram que há bons argumentos para a defesa de seus interesses, uma vez que, além de parte dos valores terem sido alcançados pela decadência e serem de risco remoto de perda, a retenção de que se trata era dispensada pelo inciso II do art.77 da Lei nº 8.981/1995, que apenas veio a ser revogado pela Lei nº 10.833/2003.

### **Grupo de Contact Center e Cobrança (valores não proporcionalizados)**

Em 30 de setembro de 2011, a controlada indireta Contax possui passivos contingentes fiscais, atualizados com base na SELIC, no montante de R\$73.323 (R\$44.932 em 31 de dezembro de 2010). Este valor não está provisionado em função da controlada indireta Contax haver interposto recurso de defesa e ter se baseado na opinião de seus assessores legais externos que atribuem aos referidos processos probabilidade de perda possível ou remota.

### **Trabalhistas (valores não proporcionalizados):**

#### **Grupo de Telecomunicações**

Refere-se a questionamentos em diversos pedidos de reclamação relativos a diferenças salariais, horas extras, adicional de periculosidade e responsabilidade subsidiária, dentre outros, no valor aproximado de R\$3.233.142 (31/12/2010 – R\$2.546.580).

#### **Grupo de Contact Center e Cobrança**

Em 21 de julho de 2011, a controlada indireta Contax foi autuada pela Secretaria da Receita Federal, esfera previdenciária, no montante de R\$26.334. Foram analisados e identificados valores efetivamente devidos de R\$1.957 e quitados com desconto de 70%. Este montante foi registrado no grupo de outras despesas operacionais, na demonstração do resultado.

Os autos de infração ainda ativos compreendem o período de janeiro a dezembro de 2007, sendo que o valor de R\$24.377 referem-se à descaracterização do pagamento de alimentação ao colaborador dentro dos moldes do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT). A Administração da controlada indireta Contax impugnou administrativamente os autos de infração, por entender que não há incidência de tributação de INSS sobre o fornecimento de alimentação “in natura”. A Administração, consubstanciada na opinião de seus assessores legais externos, avalia a probabilidade de perda desta causa como possível, não sendo, portanto, no julgamento da Administração requerida a constituição de qualquer provisão para eventuais decisões desfavoráveis.

## Notas Explicativas

Em 22 de janeiro de 2010, a controlada indireta Contax foi autuada pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE) do Rio de Janeiro, no montante de R\$29.136. No auto de infração, que atinge o período de janeiro de 2001 a fevereiro de 2009, são exigidos os valores relativos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (Lei nº 8.036/90) e a Contribuição Social (Lei Complementar nº 110/01) incidentes sobre os pagamentos em dinheiro, aos seus funcionários, do valor correspondente ao benefício indireto do vale transporte. A controlada indireta Contax impugnou administrativamente o auto de infração e atualmente aguarda julgamento.

Na esfera judicial, a controlada indireta Contax e suas controladas figuram como pólo passivo de diversas ações propostas pelos sindicatos dos funcionários e pelo Ministério Público do Trabalho, sendo efetuada uma reserva que sua Administração entende ser adequada para cobrir tais demandas. Em 30 de setembro de 2011, a controlada indireta Contax e suas controladas era parte em cerca de 14.438 ações judiciais trabalhistas, (8.796 em 31 de dezembro de 2010). O valor total estimado de tais processos em 30 de setembro de 2011 é R\$567.394 (R\$530.114 em 31 de dezembro de 2010). O aumento do número de ações de 8.796 em 31 de dezembro de 2010 para 14.438 em 30 de setembro de 2011 está diretamente relacionado ao expressivo aumento do número de funcionários desde 2004 e das recentes incorporações do Grupo Allus e da Dedic-GPTI.

Adicionalmente na esfera administrativa, em 30 de setembro de 2011, 298 autos de infração, sob a alegação de violação das leis trabalhistas, encontravam-se pendentes contra a controlada indireta Contax. Os valores envolvidos nesses autos de infração dependem do tipo de violação, do número de funcionários envolvidos e do fato de a suposta infração ter sido cometida pela primeira vez. A controlada indireta Contax impetrou recursos administrativos, conforme exigência legal, ao longo do presente ano até 30 de setembro de 2011 efetuando depósitos judiciais.

### **Cíveis (valores não proporcionalizados):**

#### **Grupo de Telecomunicações**

Refere-se a ações que não possuem nenhuma decisão judicial vinculada, cujos principais objetos estão associados a questionamentos em relação aos planos de expansão da rede, indenizações por danos morais e materiais, ações de cobrança, processos de licitação, entre outras. Esses questionamentos perfazem aproximadamente, R\$1.427.957 (31/12/2010 – R\$1.371.801).

Esse valor está baseado, exclusivamente, nos montantes dos pedidos dos autores (normalmente superiores à realidade do mérito), não havendo até a presente data nenhuma decisão judicial final.

Os questionamentos acima mencionados incluem também determinadas disputas em aberto com promitentes assinantes e com cessionários de promitentes assinantes de seus serviços de telefonia fixa na Região I, que alegaram não cumprimento integral de determinados contratos de participação financeira anteriores à privatização (através das quais esses assinantes alegam ter direito a ações da controlada indireta TMAR). Tais processos envolvem, atualmente cerca de 45 mil contratos em disputa na esfera judicial e para os quais a controlada indireta TMAR não possui provisão, já que seus consultores avaliam o risco de perda como possível. Uma vez que os processos relacionados aos referidos contratos encontram-se em fase de conhecimento não é praticável mensurar valores de eventuais desembolsos para tais processos. Consequentemente, baseada no parágrafo 91 da “CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”, a Companhia não possui estimativa de valores envolvidos a ser divulgada em suas Informações Trimestrais.

## Notas Explicativas

Em setembro de 2004, o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro promoveram uma ação civil pública contra as controladas indiretas TNL, TMAR, Oi e a União, requerendo a anulação da transferência de controle acionário da controlada indireta Oi para a controlada indireta TMAR, bem como o pagamento de indenização por danos morais e materiais supostamente imputados aos acionistas minoritários e o mercado financeiro. A venda do controle acionário da Oi para a TMAR também é objeto de outras duas ações judiciais, movidas por dois acionistas minoritários, bem como de um processo administrativo instaurado pela CVM para apurar eventuais irregularidades na operação. Os três processos judiciais já foram julgados em primeira instância e todos os pedidos formulados foram julgados improcedentes pela 1ª instância da justiça brasileira. Desta forma, os consultores jurídicos reavaliaram a probabilidade de perda como remota.

Em julho de 2009, foi ajuizada uma ação civil coletiva contra controlada indireta TMAR pela União, Ministério Público Federal, Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios, órgãos de Defesa ao Consumidor e diversos Procons Estaduais a título de reparação por supostos danos morais coletivos causados em razão de descumprimento das regras para fixar normas gerais sobre Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC). A controlada indireta TMAR apresentou a sua defesa, protocolada em 16 de setembro de 2009, e aguarda a decisão judicial de primeira instância.

A controlada indireta TMAR está sujeita a procedimentos administrativos e investigações preliminares conduzidas pelo CADE referentes a potenciais violações da Lei 8.884/94 (Lei Antitruste). Essas investigações podem resultar em penalidades, incluindo multas. Até a presente data, nenhuma multa ou pena foi aplicada. A Administração considera que o risco de ocorrência de multas em um ou mais processos é possível, e assim sendo a controlada indireta TMAR não registrou qualquer provisão.

### **Grupo de Contact Center e Cobrança**

Em 30 de setembro de 2011, a controlada indireta Contax possui passivos contingentes cíveis, atualizados com base na SELIC, no montante de R\$32.455 (R\$26.473 em 31 de dezembro de 2010). Este valor não está provisionado em função da controlada indireta Contax haver interposto recurso de defesa e ter se baseado na opinião de seus assessores legais externos que atribuem aos referidos processos probabilidade de perda possível ou remota.

#### **(f) Ativo contingente (valores não proporcionalizados)**

### **Grupo de Telecomunicações**

A seguir estão apresentadas as demandas judiciais de ordem tributária, através das quais a controlada indireta BrT reivindica a recuperação de tributos pagos.

PIS/COFINS - Refere-se a questionamento judicial sobre a aplicação da Lei nº 9.718/1998, que ampliou a base de cálculo do PIS e da COFINS. O período abrangido pela Lei foi de fevereiro de 1999 a novembro de 2002 para o PIS e fevereiro de 1999 a janeiro de 2004 para a COFINS. Em novembro de 2005, o STF concluiu o julgamento de alguns processos que tratam do tema e considerou inconstitucional a majoração da base de cálculo introduzida pela referida Lei. Parte das ações da controlada indireta TMAR e das empresas concessionárias do STFC da Região II do Plano de Outorgas, incorporadas pela controlada indireta BrT em fevereiro de 2000, transitaram em julgado no decorrer de 2006, no que se refere ao alargamento da base de cálculo da COFINS. São aguardados os julgamentos dos demais processos das demais empresas incorporadas, cuja avaliação de êxito dos assessores jurídicos da controlada indireta BrT, na entrada futura de recursos, está considerada como provável. O montante atribuído a esses processos, que representam uma

## Notas Explicativas

contingência ativa consolidada não reconhecida contabilmente, é de R\$21.092 (31/12/2010 – R\$20.271).

### Grupo de Contact Center e Cobrança

A controlada indireta Contax possui seis ações envolvendo a empresa Sudeste Construções Empreendimentos Ltda. (“Sudeste”), alegando inexecução das obras previstas no contrato de prestação de serviços de empreitada firmado com a Sudeste. O objeto dessas ações visa à retenção dos valores cobrados pela Sudeste em virtude da não prestação completa dos serviços ora contratados. Em 30 de setembro de 2011, o montante envolvido não reconhecido contabilmente é de R\$12.075.

Em virtude dos títulos indevidamente protestados por parte da Sudeste, foram ajuizadas três Ações Cautelares de Sustação de Protesto, uma Ação Anulatória de Títulos e uma Ação de Indenização por danos morais e materiais. A Sudeste ajuizou Ação de execução discutindo os valores das ações cautelares de sustação de protestos e da ação anulatória de títulos.

### (g) **Garantias (valores não proporcionalizados)**

A TNL e suas controladas possuem contratos de carta de fiança bancária e seguros garantia com diversas instituições financeiras e seguradoras para garantir compromissos em processos judiciais, obrigações contratuais e licitações junto à ANATEL. O valor atualizado de fianças contratadas e vigentes na data do encerramento do período findo em 30 de setembro de 2011 corresponde a R\$8.744.093 (31/12/2010 - R\$7.769.699) no consolidado. Os encargos de comissão desses contratos refletem as taxas praticadas no mercado.

## 24 **DEMAIS OBRIGAÇÕES**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30/09/2011</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>30/09/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
Receitas a apropriar (i)	-	-	209.556	203.987
Ações bonificadas a resgatar (ii)	-	-	119.377	-
Adiantamentos de clientes	-	-	58.899	70.781
Provisão de desmobilização de ativos	-	-	32.582	44.104
Valores a pagar - Grupamento de ações	-	-	33.137	48.102
Valores consorciáveis	-	-	21.052	35.734
Contra prestação contingente (iii)	-	-	11.978	10.542
Consignação em favor de terceiros	-	-	809	-
Repasse acionistas	-	-	-	6.020
Outros	1.335	103	59.790	98.913
	<u>1.335</u>	<u>103</u>	<u>547.180</u>	<u>518.183</u>
Circulante	1.335	103	339.919	306.411
Não circulante	-	-	207.261	211.772

(i) Em telecomunicações referem-se aos serviços pré-pagos que são registrados como receitas a apropriar e são reconhecidos na receita à medida que os serviços são utilizados pelos clientes. Já na controlada Iguatemi referem-se aos recursos recebidos pela cessão de direitos (cessão de estrutura técnica dos shoppings) contabilizados como receitas a apropriar, líquidas dos impostos e das

## Notas Explicativas

contribuições incidentes considerando a forma de tributação a que a empresa detentora dos créditos está submetida, e serão reconhecidos linearmente ao resultado, com base no prazo de aluguel das respectivas lojas a que se referem, a partir da data da inauguração dos respectivos empreendimentos.

(ii) Refere-se ao registro da bonificação de ações a resgatar provenientes da reorganização societária, conforme divulgado na Nota 30 (a).

(iii) Refere-se ao valor de contraprestação contingente, nas aquisições pela Contax da Ability e o Grupo Allus, sendo o valor justo da contraprestação contingente na data de cada uma das aquisições correspondente ao valor do saldo remanescente para pagamento (preço adicional). O pagamento do preço adicional está vinculado ao atendimento de determinadas condições associadas ao crescimento e a rentabilidade da Ability pelos próximos três anos e a lucratividade do Grupo Allus. O valor da contraprestação para a Ability corresponde a R\$46.185 (31/12/2010 - R\$46.185) e R\$6.527 para o Grupo Allus, sendo R\$11.978 (31/12/2010 - R\$10.542) o valor na proporção do percentual de participação indireta da Companhia. Ambos os montantes representam a melhor estimativa do valor justo, com base na lucratividade e nas informações atualmente disponíveis.

## 25 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### (a) Capital social

O Capital Social subscrito e integralizado é de R\$784.004, representado por 963.938.751 ações sem valor nominal, sendo 385.822.906 ações ordinárias e 578.115.845 ações preferenciais.

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social em até 1.460.000.000 ações sem valor nominal, sendo 488.000.000 ações ordinárias e 972.000.000 ações preferenciais, mediante deliberação do Conselho de Administração.

### (b) Ações em tesouraria

A Companhia possui, para permanência em tesouraria, 49.476 ações ordinárias e 6.098.900 ações preferenciais de sua própria emissão, no montante de R\$3.615, o qual está apresentado na coluna de “Reservas de capital, opções outorgadas e ações em tesouraria” na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

### (c) Reservas de lucros

#### Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido do exercício e não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social.

#### Retenção de lucros e lucros a realizar

Reserva de lucros a realizar: é composta pelo montante de R\$75.323 relacionada ao ganho de capital gerado na Oferta Pública de Ações – OPA de 30% de participação no capital da controlada Iguatemi, reconhecido pela Companhia por meio de equivalência patrimonial realizada em 2007 e pelo ganho gerado na Oferta Pública de distribuição primária de 14.400.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão também da controlada Iguatemi, em Oferta Pública de Ações - OPA realizada em outubro e novembro de 2009.

## Notas Explicativas

Reserva de retenção de lucros: é composta pelo montante de R\$64.594 relacionada a retenção de lucros para investimento e reforço do capital de giro da Companhia e de suas controladas.

### Reserva de investimentos

A reserva de investimentos é constituída até 70% do lucro líquido do período após a destinação da reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios. A reserva de investimentos terá seu valor limitado a 100% (cem por cento) do capital social somado à reserva de correção monetária do capital social realizado e destina-se à aplicação em investimentos votados à consecução do objeto social da Companhia. O saldo em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 é composto pelo resultado das diferenças apuradas na adoção das novas práticas contábeis (CPC's) no montante de R\$88.903.

### Reserva de opções de ações

Representa a constituição reflexa da reserva de opções de ações originalmente constituída nas controladas direta e indireta Iguatemi, LF Tel, Telemar, TNL, TMAR e na CTX. Essa reserva foi constituída utilizando o mesmo percentual de participação no capital das controladas, aplicado nas movimentações ocorridas desde 1º de janeiro de 2009.

### (d) Dividendos

O dividendo obrigatório é equivalente a um percentual determinado do lucro líquido da Companhia, ajustado conforme a Lei das Sociedades por Ações. Nos termos do Estatuto Social atualmente em vigor, pelo menos 40% do lucro líquido realizado, apurado no exercício social, deverá ser distribuído como dividendo obrigatório.

Dividendos propostos aprovados em Assembléia Geral de Acionistas ocorrida em 01 de julho de 2011 e pagos no mês de julho de 2011.

<b>Cálculo do dividendo mínimo obrigatório</b>	<b>2010</b>
Lucro líquido do exercício	6.167
(-) Reserva legal	(308)
Base dos dividendos	5.859
Dividendos mínimos obrigatórios - 40%	2.343
<b>Dividendos propostos</b>	<b>2.343</b>
<b>- Movimentação da Reserva de Lucros a Realizar</b>	<b>2010</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2009	83.418
Total da realização da reserva por recebimento de dividendos	(10.438)
	72.980
Total da realização da reserva por recebimento de dividendos	10.438
<b>(-) Transferência para dividendos propostos a título de realização da reserva</b>	<b>(8.095)</b>
Constituição da reserva de lucros a realizar	2.343
Saldo em 31 de dezembro de 2010	75.323

## Notas Explicativas

Adicionalmente, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada em 01 de julho de 2011, foi aprovado a distribuição antecipada de dividendos no valor de R\$140 milhões. A partir de 04 de julho de 2011 as ações passaram a ser negociadas excluindo os referidos dividendos. Os devidos pagamentos foram realizados durante o mês de julho de 2011.

### (e) Outros ajustes diretamente ao patrimônio líquido

#### (e.1) Ágio em transação de capital e variações de porcentagens de participações

Nessa rubrica são reconhecidas as mudanças na participação relativa da controladora sobre controladas que não resultam em perda de controle, ou seja, transações de capital (transações com sócios, na qualidade de proprietários), conforme previsto no pronunciamento ICPC 09 - *Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial*.

Os montantes apresentados referem-se a transações das controladas indiretas, cujo reflexo foi reconhecido pela Companhia em seu patrimônio líquido.

#### (e.2) Outros resultados abrangentes

Nessa rubrica são reconhecidos itens de receita, despesa, ajustes de reclassificação e os efeitos tributários relativos a esses componentes, não reconhecidos nas demonstrações do resultado. Os montantes apresentados referem-se a transações das controladas indiretas, cujo reflexo foi reconhecido pela Companhia em seu patrimônio líquido.

O presente formulário de ITR apresenta no balanço patrimonial apenas a rubrica de “Ajuste de avaliação patrimonial” - patrimônio líquido (e não apresenta a rubrica “Ágio em transações de capital e variações de porcentagens de participações”) e a demonstração das mutações do patrimônio líquido apresenta apenas a rubrica “Outros resultados abrangentes” (não apresentando a rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial”, tampouco a rubrica “Ágio em transações de capital e variações de porcentagens de participações”). Consequentemente, os efeitos discutidos nos itens (e.1) acima são apresentados na rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial” no balanço patrimonial – patrimônio líquido e os itens (e.1) e (e.2) acima, são apresentados de forma agregada na rubrica “Outros resultados abrangentes” na demonstração das mutações do patrimônio líquido”.

### (f) Lucro por ação

#### Lucro básico:

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os períodos.

#### Lucro atribuível à Companhia

Período de três meses findo em	Período de nove meses findo em	Período de três meses findo em	Período de nove meses findo em
<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>	<u>30/09/2010</u>

## Notas Explicativas

Lucro atribuído aos acionistas da Companhia	19.421	816.310	25.362	39.885
Lucro alocado às ações ordinárias	7.822	328.789	10.215	16.065
Lucro alocado às ações preferenciais	11.599	487.521	15.147	23.820
Média ponderada das ações em circulação (em milhares de ações)				
Ações ordinárias	385.773	385.773	385.773	385.773
Ações preferenciais	572.017	572.017	572.017	572.017
Lucro por ação: (*)				
Ações ordinárias	0,0203	0,8523	0,0265	0,0416
Ações preferenciais	0,0203	0,8523	0,0265	0,0416

(\*) em centavos por ação

### Lucro resultante das operações continuadas

	Período de três meses findo em <u>30/09/2011</u>	Período de nove meses findo em <u>30/09/2011</u>	Período de três meses findo em <u>30/09/2010</u>	Período de nove meses findo em <u>30/09/2010</u>
Lucro atribuído aos acionistas da Companhia	20.377	818.238	25.362	39.885
Lucro alocado às ações ordinárias	8.207	329.565	10.215	16.065
Lucro alocado às ações preferenciais	12.170	488.673	15.147	23.820
Média ponderada das ações em circulação (em milhares de ações)				
Ações ordinárias	385.773	385.773	385.773	385.773
Ações preferenciais	572.017	572.017	572.017	572.017
Lucro por ação: (*)				
Ações ordinárias	0,0213	0,8543	0,0265	0,0416
Ações preferenciais	0,0213	0,8543	0,0265	0,0416

(\*) em centavos por ação

### Lucro Diluído

O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora ajustado pelos seguintes eventos:

- (i) após o ajuste do resultado de equivalência da controlada direta Iguatemi, considerando o seu plano de opções de ações;
- (ii) após o ajuste do resultado de equivalência da controlada indireta TNL, considerando o seu plano de opções de ações;
- (iii) diluição da participação indireta da Companhia na TMAR, através da Telemar por conta de eventual exercício de opção de conversão das ações de direito do BNDES; e
- (iv) diluição da participação indireta da Companhia na TNL, através da controlada indireta LF Tel, por conta de eventual exercício de opção de conversão das ações de direito do BNDES.

Para os períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2011, os ajustes decorrentes dos itens (iii) e (iv), acima geraram efeitos anti-dilutivos; portanto não considerados no cálculo abaixo.

### Lucro atribuível à Companhia

Período de três meses findo em	Período de nove meses findo em	Período de três meses findo em	Período de nove meses findo em
--------------------------------------	--------------------------------------	--------------------------------------	--------------------------------------

**Notas Explicativas**

	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>	<u>30/09/2010</u>
Lucro atribuído aos acionistas da Companhia	19.421	816.310	25.362	39.885
Impacto dilutivo sobre equivalência da Iguatemi - plano de opções de ações	(216)	(741)	(255)	(642)
Impacto dilutivo sobre equivalência da TNL - plano de opções de ações	(77)	(85)	(141)	(434)
Impacto dilutivo sobre equivalência da Telemar - opção de conversão das ações de direito do BNDES	-	-	(1.889)	(2.738)
Impacto dilutivo sobre equivalência da LF Tel na TNL - opção de conversão das ações de direito do BNDES	-	-	(3.747)	(2.489)
	<u>19.128</u>	<u>815.484</u>	<u>19.330</u>	<u>33.582</u>
Lucro alocado às ações ordinárias	7.704	328.456	7.786	13.526
Lucro alocado às ações preferenciais	11.424	487.028	11.544	20.056
Média ponderada das ações em circulação (em milhares de ações)				
Ações ordinárias	385.773	385.773	385.773	385.773
Ações preferenciais	572.017	572.017	572.017	572.017
Lucro por ação: (*)				
Ações ordinárias	0,0200	0,8514	0,0202	0,0351
Ações preferenciais	0,0200	0,8514	0,0202	0,0351

(\*) em centavos por ação

**Lucro resultante das operações continuadas**

	<u>Período de três meses findo em 30/09/2011</u>	<u>Período de nove meses findo em 30/09/2011</u>	<u>Período de três meses findo em 30/09/2010</u>	<u>Período de nove meses findo em 30/09/2010</u>
Lucro atribuído aos acionistas da Companhia	20.377	818.238	25.362	39.885
Impacto dilutivo sobre equivalência da Iguatemi - plano de opções de ações	(216)	(741)	(255)	(642)
Impacto dilutivo sobre equivalência da TNL - plano de opções de ações	(77)	(85)	(141)	(434)
Impacto dilutivo sobre equivalência da Telemar - opção de conversão das ações de direito do BNDES	-	-	(1.889)	(2.738)
Impacto dilutivo sobre equivalência da LF Tel na TNL - opção de conversão das ações de direito do BNDES	-	-	(3.747)	(2.489)
	<u>20.084</u>	<u>817.412</u>	<u>19.330</u>	<u>33.582</u>
Lucro alocado às ações ordinárias	8.089	329.232	7.786	13.526
Lucro alocado às ações preferenciais	11.995	488.180	11.544	20.056
Média ponderada das ações em circulação (em milhares de ações)				
Ações ordinárias	385.773	385.773	385.773	385.773
Ações preferenciais	572.017	572.017	572.017	572.017
Lucro por ação: (*)				
Ações ordinárias	0,0210	0,8534	0,0202	0,0351
Ações preferenciais	0,0210	0,8534	0,0202	0,0351

(\*) em centavos por ação

**26 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS**

A leitura desta nota explicativa deve ser realizada em conjunto com as respectivas divulgações apresentadas nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2010 na Nota 28.

**(a) Fundos de pensão**

A controlada indireta TNL e suas controladas patrocinam planos de benefícios de aposentadoria (“Fundos de Pensão”) a seus empregados, desde que estes optem pelos referidos planos, e aos

## Notas Explicativas

participantes assistidos. Segue abaixo quadro demonstrativo dos planos de benefícios existentes em 30 de setembro de 2011.

<u>Planos de benefícios</u>	<u>Empresas patrocinadoras</u>	<u>Gestor</u>
PBS-A	TNL, TMAR, e BrT	Sistel
PAMA	TNL, TMAR, e BrT	Sistel
PBS-Telemar	TNL e TMAR	FATL
TelemarPrev	TNL, TMAR, BrT, Oi e Oi Internet	FATL
PBS-TNCP	Oi	Sistel
CELPREV	Oi	Sistel
TCSPREV	BrT, BrT Celular, VANT, BrT Multimídia, BrT CS, iG e BrTI	FATL
BrTPREV	BrT, BrT Celular, BrT Multimídia, BrT CS, iG e BrTI	FATL
Fundador / Alternativo	BrT, BrT Celular, BrT Multimídia, BrT CS, iG e BrTI	FATL
PAMEC	BrT	BrT

Sistel – Fundação Sistel de Seguridade Social

FATL – Fundação Atlântico de Seguridade Social

A controlada indireta Telemar é uma das patrocinadoras do plano de benefícios TelemarPrev.

A controlada indireta TNL, para efeitos de fundos de pensão citada nesta nota, também poderá estar denominada como “Patrocinadora”.

Em 1 de janeiro de 2010 os planos de benefícios de previdência complementar, que até então estavam sob administração da Fundação 14 de Previdência Privada e Fundação BrTPREV, foram transferidos para administração da FATL.

Os estatutos sociais prevêem a aprovação da política de previdência complementar, sendo que a solidariedade atribuída aos planos de benefícios definidos vincula-se aos atos firmados junto às fundações, com a anuência da PREVIC (órgão oficial que aprova e fiscaliza os referidos planos), no que cabe aos planos específicos.

Nos planos patrocinados de benefício definido não há mais possibilidade de novas adesões por serem planos fechados. As contribuições de participantes e da patrocinadora estão definidas no Plano de Custeio.

Para os planos que apresentam situação atuarial superavitária são constituídos ativos nos casos de autorização explícita para compensação com contribuições patronais futuras.

A Administração da controlada indireta BrT encontra-se, atualmente, avaliando a possibilidade de migrar os participantes do plano Fundador/Alternativo para o plano BrTPREV, bem como os eventuais impactos dessa migração nas provisões consignadas em suas demonstrações financeiras. A controlada indireta BrT estima que o referido processo de estudo e aprovação do assunto pelos órgãos de sua Administração ocorram até o encerramento do exercício de 2011.

### Provisões para fundos de pensão

Referem-se ao reconhecimento do déficit atuarial dos planos de benefício definido, conforme demonstração a seguir:

## Notas Explicativas

	<b>Consolidado</b>	
	<b>30/09/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
Planos BrTPREV e Fundador/Alternativo	94.814	142.129
Plano PAMEC	536	654
Total	<u>95.350</u>	<u>142.783</u>
Circulante	9.815	17.034
Não circulante	85.535	125.749

### Ativo constituído para compensação de contribuições patronais futuras

Ativo reconhecido junto ao Plano TCSPREV, referente a: (i) contribuições da patrocinadora sem direito de resgate pelos participantes que se desligaram do Plano; e (ii) parte do superávit do Plano, atribuído à patrocinadora.

O ativo reconhecido se destina à compensação de contribuições patronais futuras. Sua composição está apresentada a seguir:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>30/09/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
Plano TCSPREV	15.770	20.243
Total	<u>15.770</u>	<u>20.243</u>
Não circulante	15.770	20.243

### (b) Participações dos empregados nos lucros

Refere-se ao plano de participação nos lucros instituído em 1999 como forma de incentivar os empregados a alcançar as metas individuais e corporativas, melhorando o retorno dos acionistas.

#### Companhia

A Companhia possui plano de bonificação, atrelado ao cumprimento de metas orçamentárias e operacionais aos empregados elegíveis. Os pagamentos são feitos anualmente, parte mediante depósito em conta de previdência privada.

#### Iguatemi

A controlada Iguatemi possui plano de bonificação, atrelado ao cumprimento de metas orçamentárias e operacionais aos empregados elegíveis. Os pagamentos são feitos anualmente, parte mediante depósito em conta de previdência privada.

#### Grupo de Telecomunicações

O plano entra em vigor quando são atingidas as seguintes metas:

## Notas Explicativas

- Cumprimento de metas de valor adicionado econômico (indicadores de lucro antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização, além de indicadores de valor econômico adicionado); e
- Indicadores operacionais, qualidade e mercado.

As diferenças entre os valores provisionados e os apresentados nas demonstrações de resultado, referem-se a reversões ou complementos das estimativas do ano anterior quando do pagamento efetivo.

### (c) Planos de remuneração baseada em ações

#### Plano de outorga de opções de ações da TNL

As controladas diretas e indiretas da Companhia possuem planos de remuneração baseada em ações para os quais não houve movimentações significativas no período findo em 30 de setembro de 2011.

## 27 INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Administração da Companhia utiliza as informações por segmento de negócio para a tomada de decisões. Os segmentos de negócios estão identificados através da natureza dos serviços e pela tecnologia empregada na prestação dos serviços de telecomunicações. Os segmentos divulgados estão resumidos a seguir:

- Telefonia Fixa/Dados: Oferece basicamente serviços de transmissão de voz local, de longa distância e comunicação de dados;
- Telefonia móvel: Oferece principalmente serviços de voz móvel, comunicação de dados 3G e serviços adicionais, que incluem serviços de mensagens e interatividade;
- Prestação de serviços de tele atendimento em geral (Contax, Grupo Allus e Dedic);
- Prestação de serviços de tecnologia da informação em geral e informática (TODO e GPTI);
- Prestação de serviços de agenciamento de publicidade e propaganda (Ability);
- Prestação de serviços e administração de shopping centers; e
- Outros: Os demais segmentos operacionais incluem serviços de TV por assinatura, provedor de internet, meios de pagamentos e *Call Center* e despesas e receitas relacionadas a Companhia.

O desempenho de cada segmento é extraído dos registros contábeis da Companhia e suas controladas estão segregados conforme abaixo:

## Notas Explicativas

	Setor de Telecomunicações						Setor de Contact Center e Cobrança						Setor de Shopping Center		Itens não alocados aos segmentos	
	Telefonia		Telefonia		Todos os outros		Serviços de		Serviços de TI em geral e		Serviços de agenciamento					
	Fixa / Dados		Móvel		segmentos (i)		Teletendimento em geral		Informática		de publicidade e					
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
<b>Receitas</b>	<b>2.470.621</b>	<b>3.746.768</b>	<b>1.222.798</b>	<b>1.612.210</b>	<b>121.279</b>	<b>166.819</b>	<b>524.311</b>	<b>401.635</b>	<b>26.664</b>	<b>15.733</b>	<b>19.272</b>	<b>1.594</b>	<b>234.291</b>	<b>190.626</b>	<b>1.324</b>	<b>1.324</b>
<b>Custos dos Serviços Prestados</b>	<b>(1.652.191)</b>	<b>(2.493.751)</b>	<b>(685.427)</b>	<b>(836.830)</b>	<b>(73.625)</b>	<b>(102.032)</b>	<b>(458.399)</b>	<b>(342.098)</b>	<b>(24.821)</b>	<b>(13.892)</b>	<b>(14.954)</b>	<b>(786)</b>	<b>(55.686)</b>	<b>(50.474)</b>	<b>(1.095)</b>	<b>(1.095)</b>
Interconexão	(690.121)	(1.000.863)	(269.648)	(353.795)	(1.884)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação e Amortização	(436.107)	(747.543)	(182.823)	(189.486)	(10.621)	(11.310)	-	-	-	-	-	-	(19.615)	(15.162)	-	-
Serviço de manutenção de rede	(219.092)	(311.522)	(40.174)	(43.036)	(169)	(318)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aluguéis e seguros	(170.859)	(205.215)	(73.705)	(104.031)	(5.405)	(11.238)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custos de aparelhos e acessórios	-	(111)	(22.820)	(25.873)	(1.522)	(3.488)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros custos e despesas	(136.012)	(228.497)	(96.257)	(120.609)	(54.024)	(75.678)	(458.399)	(342.098)	(24.821)	(13.892)	(14.954)	(786)	(36.071)	(35.312)	(1.095)	(1.095)
<b>Lucro bruto</b>	<b>818.430</b>	<b>1.253.017</b>	<b>537.371</b>	<b>775.380</b>	<b>47.654</b>	<b>64.787</b>	<b>65.912</b>	<b>59.537</b>	<b>1.843</b>	<b>1.841</b>	<b>4.318</b>	<b>808</b>	<b>178.605</b>	<b>140.152</b>	<b>229</b>	<b>229</b>
<b>Receitas (Despesas) operacionais</b>																
<b>Comercialização de Serviços</b>	<b>(344.741)</b>	<b>(488.238)</b>	<b>(276.186)</b>	<b>(314.344)</b>	<b>(58.069)</b>	<b>(58.396)</b>	<b>(6.231)</b>	<b>(4.349)</b>	<b>(471)</b>	<b>(57)</b>	<b>(151)</b>	<b>(22)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(65.295)	(115.648)	(33.009)	(50.797)	(5.524)	(8.768)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comissão de vendas	(47.785)	(57.426)	(111.323)	(135.798)	(7.756)	(7.599)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Postagem e cobrança	(52.137)	(80.606)	(10.647)	(17.327)	(2.565)	(2.784)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Publicidade e Propaganda	(25.120)	(37.767)	(37.273)	(42.826)	(4.877)	(6.044)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros serviços de terceiros	(19.071)	(22.667)	(7.799)	(8.501)	(1.941)	(3.999)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros custos e despesas	(135.333)	(174.124)	(76.135)	(59.095)	(35.406)	(29.202)	(6.231)	(4.349)	(471)	(57)	(151)	(22)	-	-	-	-
<b>Gerais e Administrativas</b>	<b>(245.885)</b>	<b>(280.950)</b>	<b>(77.300)</b>	<b>(96.374)</b>	<b>(24.827)</b>	<b>(35.487)</b>	<b>(34.984)</b>	<b>(13.882)</b>	<b>(3.069)</b>	<b>(982)</b>	<b>(2.532)</b>	<b>-</b>	<b>(55.464)</b>	<b>(40.034)</b>	<b>(28.299)</b>	<b>(20.532)</b>
<b>Outras receitas operacionais (despesas), líquidas</b>	<b>725</b>	<b>(108.703)</b>	<b>(7.011)</b>	<b>17.618</b>	<b>2.471</b>	<b>922</b>	<b>(9.491)</b>	<b>(4.455)</b>	<b>(109)</b>	<b>(29)</b>	<b>(10)</b>	<b>6</b>	<b>23.406</b>	<b>24.877</b>	<b>1.867.615</b>	<b>25.000</b>
Outras receitas operacionais	193.077	163.540	33.683	55.251	11.270	5.024	3.720	2.928	-	-	-	-	37.883	29.931	1.885.105	45.000
Outras despesas operacionais	(192.352)	(272.243)	(40.694)	(37.633)	(8.799)	(4.102)	(13.211)	(7.383)	(109)	(29)	(10)	6	(14.477)	(5.054)	(17.490)	(19.000)
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(432.540)</b>	<b>(395.555)</b>	<b>107.871</b>	<b>40.045</b>	<b>(36.356)</b>	<b>(39.409)</b>	<b>(8.900)</b>	<b>(1.823)</b>	<b>(196)</b>	<b>83</b>	<b>110</b>	<b>3</b>	<b>(8.477)</b>	<b>10.681</b>	<b>(14.636)</b>	<b>(52.832)</b>
Receitas financeiras	194.118	261.299	174.804	111.292	40.228	27.676	6.031	3.128	241	157	175	5	77.859	46.115	72.662	51.000
Despesas financeiras	(626.658)	(656.854)	(66.933)	(71.247)	(76.584)	(67.085)	(14.931)	(4.951)	(437)	(74)	(65)	(2)	(86.336)	(35.434)	(87.298)	(104.000)
Resultado Antes dos Tributos	(204.011)	(20.429)	284.745	422.325	(69.127)	(67.583)	6.306	35.028	(2.002)	856	1.735	795	138.070	135.676	1.824.909	(47.332)
Provisão pra IRC/SLLL	88.468	61.980	(93.577)	(118.844)	(24.121)	(355)	(735)	(10.848)	(485)	76	(579)	(36)	(32.847)	(27.846)	(32.637)	-
<b>Resultado Líquido</b>	<b>(115.543)</b>	<b>41.551</b>	<b>191.168</b>	<b>303.481</b>	<b>(93.248)</b>	<b>(67.938)</b>	<b>5.571</b>	<b>24.180</b>	<b>(2.487)</b>	<b>932</b>	<b>1.156</b>	<b>759</b>	<b>105.223</b>	<b>107.830</b>	<b>1.792.272</b>	<b>(47.332)</b>

ITR - Informações Trimestrais - 30/09/2011 - JEREISSATI PARTICIPAÇÕES S/A

Ganhos/Perdas  
Líquidas sobre  
Ativos em  
Descontinuidades

**Notas Explicativas**

	-	-	-	-	-	(2.430)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
<b>Resultado Líquido das Operações Continúas</b>	<b>(115.543)</b>	<b>41.551</b>	<b>191.168</b>	<b>303.481</b>	<b>(93.248)</b>	<b>(67.938)</b>	<b>3.141</b>	<b>24.180</b>	<b>(2.487)</b>	<b>932</b>	<b>1.156</b>	<b>759</b>	<b>105.223</b>	<b>107.830</b>	<b>1.792.272</b>	<b>(47.3)</b>

Resultado atribuído ao controlador  
Resultado atribuído aos acionistas não controladores

<b>Informações adicionais</b>																
Serviços Prestados	2.320.028	3.556.305	865.748	1.140.155	78.978	111.490	346.555	401.635	20.030	15.733	12.488	1.594	234.291	190.626	1.324	1.324
Vendas	-	-	18.254	40.011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receita de clientes externos	<b>2.320.028</b>	<b>3.556.305</b>	<b>884.002</b>	<b>1.180.166</b>	<b>78.978</b>	<b>111.490</b>	<b>346.555</b>	<b>401.635</b>	<b>20.030</b>	<b>15.733</b>	<b>12.488</b>	<b>1.594</b>	<b>234.291</b>	<b>190.626</b>	<b>1.324</b>	<b>1.324</b>
Receita entre segmentos	150.593	190.463	338.797	432.044	42.301	55.329	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Receita Total</b>	<b>2.470.621</b>	<b>3.746.768</b>	<b>1.222.799</b>	<b>1.612.210</b>	<b>121.279</b>	<b>166.819</b>	<b>346.555</b>	<b>401.635</b>	<b>20.030</b>	<b>15.733</b>	<b>12.488</b>	<b>1.594</b>	<b>234.291</b>	<b>190.626</b>	<b>1.324</b>	<b>1.324</b>
Depreciações e amortizações	469.240	771.086	188.407	227.987	14.510	21.365	16.589	20.665	959	809	598	82	19.615	15.162	-	-
Acréscimos de Imobilizado / Intangível	349.818	182.972	109.381	108.375	20.096	17.983	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Informações Patrimoniais</b>																
Ativos	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
	9.023.900	11.396.911	4.314.070	5.774.035	576.860	1.159.248	539.908	255.954	28.655	7.175	27.474	25.704	2.815.253	2.305.260	5.299.870	3.209.272

## Notas Explicativas

	Setor de Telecomunicações						Setor de Contact Center e Cobrança						Setor de Shopping Center				Períodos de três meses findos em				
	Telefonia		Telefonia		Todos os outros		Serviços de Teletendimento em geral		Serviços de TI em geral e Informática		Serviços de agenciamento de publicidade e propaganda		Itens não alocados aos segmentos		Eliminações		Total				
	Fixa / Dados	Móvel	Móvel	Móvel	segmentos (i)	segmentos (i)															
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011		
<b>Receitas</b>	<b>807.899</b>	<b>1.232.098</b>	<b>426.909</b>	<b>556.452</b>	<b>41.027</b>	<b>54.423</b>	<b>177.756</b>	<b>141.104</b>	<b>6.634</b>	<b>5.549</b>	<b>6.784</b>	<b>1.594</b>	<b>84.757</b>	<b>67.609</b>	<b>441</b>	<b>439</b>	<b>(247.208)</b>	<b>(283.671)</b>	<b>1.304.999</b>	<b>1.775.597</b>	
<b>Custos dos Serviços Prestados</b>	<b>(544.778)</b>	<b>(855.764)</b>	<b>(254.409)</b>	<b>(274.039)</b>	<b>(27.156)</b>	<b>(31.591)</b>	<b>(148.742)</b>	<b>(118.978)</b>	<b>(5.457)</b>	<b>(4.601)</b>	<b>(5.281)</b>	<b>(786)</b>	<b>(17.263)</b>	<b>(17.393)</b>	<b>(172)</b>	<b>(418)</b>	<b>164.205</b>	<b>235.273</b>	<b>(839.053)</b>	<b>(1.068.297)</b>	
Interconexão	(236.661)	(328.131)	(92.792)	(121.765)	(527)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	147.761	184.100	(182.219)	(265.796)	
Depreciação e Amortização	(116.547)	(258.133)	(78.098)	(56.366)	(6.029)	(2.867)	-	-	-	-	-	-	(6.523)	(5.211)	-	-	(5.349)	(5.710)	(212.546)	(328.287)	
Serviço de manutenção de rede	(85.268)	(101.622)	(17.315)	(17.836)	(61)	(173)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.892	3.556	(99.752)	(116.075)	
Aluguéis e seguros	(58.293)	(72.677)	(26.171)	(33.883)	(1.743)	(4.376)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	30.237	39.485	(55.970)	(71.451)	
Custos de aparelhos e acessórios	-	-	(7.185)	(8.179)	(272)	(804)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11	6.434	(7.446)	(2.549)	
Outros custos e despesas	(48.009)	(95.201)	(32.848)	(36.010)	(18.524)	(23.371)	(148.742)	(118.978)	(5.457)	(4.601)	(5.281)	(786)	(10.740)	(12.182)	(172)	(418)	(11.347)	7.408	(281.120)	(284.139)	
<b>Lucro bruto</b>	<b>263.121</b>	<b>376.334</b>	<b>172.500</b>	<b>282.413</b>	<b>13.871</b>	<b>22.832</b>	<b>29.014</b>	<b>22.126</b>	<b>1.177</b>	<b>948</b>	<b>1.503</b>	<b>808</b>	<b>67.494</b>	<b>50.216</b>	<b>269</b>	<b>21</b>	<b>(83.003)</b>	<b>(48.398)</b>	<b>465.946</b>	<b>707.300</b>	
<b>Receitas (Despesas) operacionais</b>																					
<b>Comercialização de Serviços</b>	<b>(110.070)</b>	<b>(161.804)</b>	<b>(88.359)</b>	<b>(104.759)</b>	<b>(18.767)</b>	<b>(20.887)</b>	<b>(1.703)</b>	<b>(1.534)</b>	<b>(39)</b>	<b>(42)</b>	<b>(25)</b>	<b>(22)</b>	-	-	-	-	<b>83.014</b>	<b>65.567</b>	<b>(135.949)</b>	<b>(223.481)</b>	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(14.047)	(33.006)	(10.100)	(17.919)	(1.472)	(3.616)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(25.618)	(54.541)	
Comissão de vendas	(18.903)	(17.836)	(36.096)	(45.207)	(2.627)	(2.988)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.452	1.310	(56.174)	(64.721)	
Postagem e cobrança	(16.757)	(31.041)	(3.299)	(5.875)	(916)	(1.140)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	60	211	(20.912)	(37.845)	
Publicidade e Propaganda	(6.008)	(14.000)	(10.425)	(14.239)	(1.424)	(2.310)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.548	(4.679)	(16.309)	(35.228)	
Outros serviços de terceiros	(6.336)	(8.329)	(3.252)	(2.831)	(483)	(264)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	49.792	43.200	39.721	31.776	
Outros custos e despesas	(48.019)	(57.592)	(25.187)	(18.688)	(11.845)	(10.569)	(1.703)	(1.534)	(39)	(42)	(25)	(22)	-	-	-	-	30.162	25.525	(56.656)	(62.922)	
<b>Gerais e Administrativas</b>	<b>(84.398)</b>	<b>(77.008)</b>	<b>(26.105)</b>	<b>(32.305)</b>	<b>(8.053)</b>	<b>(11.679)</b>	<b>(13.389)</b>	<b>(13.882)</b>	<b>(710)</b>	<b>(982)</b>	<b>(969)</b>	-	<b>(28.114)</b>	<b>(15.104)</b>	<b>(8.445)</b>	<b>(3.194)</b>	<b>24.388</b>	<b>7.150</b>	<b>(145.795)</b>	<b>(147.004)</b>	
<b>Outras receitas operacionais (despesas), líquidas</b>	<b>49.094</b>	<b>(16.357)</b>	<b>1.859</b>	<b>9.869</b>	<b>(4.645)</b>	<b>1.392</b>	<b>(5.107)</b>	<b>(1.493)</b>	<b>(21)</b>	<b>(9)</b>	<b>1</b>	<b>6</b>	<b>19.182</b>	<b>15.000</b>	<b>812.280</b>	<b>38.254</b>	<b>(830.715)</b>	<b>(61.811)</b>	<b>41.928</b>	<b>(15.149)</b>	
Outras receitas operacionais	110.532	53.791	11.864	24.802	(673)	294	1.257	1.574	-	-	-	-	23.221	14.837	817.447	44.508	(818.409)	(47.405)	<b>145.239</b>	<b>92.401</b>	
Outras despesas operacionais	(61.438)	(70.148)	(10.005)	(14.933)	(3.972)	1.098	(6.364)	(3.067)	(21)	(9)	1	6	(4.039)	163	(5.167)	(6.253)	(12.306)	(14.407)	<b>(103.311)</b>	<b>(107.550)</b>	
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(140.615)</b>	<b>(126.404)</b>	<b>44.569</b>	<b>21.166</b>	<b>(11.910)</b>	<b>(16.527)</b>	<b>(3.675)</b>	<b>(891)</b>	<b>74</b>	<b>15</b>	<b>35</b>	<b>3</b>	<b>(11.566)</b>	<b>4.153</b>	<b>3.517</b>	<b>(10.320)</b>	<b>1.981</b>	<b>(1.801)</b>	<b>(117.590)</b>	<b>(130.606)</b>	
Receitas financeiras	86.365	86.438	64.648	46.629	20.599	8.077	2.675	1.030	92	82	39	5	33.306	16.615	26.318	17.391	(56.647)	(41.584)	177.395	134.683	
Despesas financeiras	(226.980)	(212.842)	(20.079)	(25.463)	(32.509)	(24.604)	(6.350)	(1.921)	(18)	(67)	(4)	(2)	(44.872)	(12.462)	(22.801)	(27.711)	58.628	39.783	(294.985)	(265.289)	
<b>Resultado Antes dos Tributos</b>	<b>(22.868)</b>	<b>(5.239)</b>	<b>104.464</b>	<b>176.384</b>	<b>(29.504)</b>	<b>(24.869)</b>	<b>5.140</b>	<b>4.326</b>	<b>481</b>	<b>(70)</b>	<b>545</b>	<b>795</b>	<b>46.996</b>	<b>54.265</b>	<b>807.621</b>	<b>24.761</b>	<b>(804.335)</b>	<b>(39.293)</b>	<b>108.540</b>	<b>191.060</b>	
Provisão pra IR/CSLL	9.364	13.039	(21.672)	(49.766)	(448)	4.350	(1.736)	(4.880)	(161)	(136)	(175)	(36)	(16.261)	(11.374)	(998)	-	2.261	(8.551)	(29.826)	(57.354)	
<b>Resultado Líquido das Operações Continuadas</b>	<b>(13.504)</b>	<b>7.800</b>	<b>82.792</b>	<b>126.618</b>	<b>(29.952)</b>	<b>(20.519)</b>	<b>3.404</b>	<b>(554)</b>	<b>320</b>	<b>(206)</b>	<b>370</b>	<b>759</b>	<b>30.735</b>	<b>42.891</b>	<b>806.623</b>	<b>24.761</b>	<b>(802.074)</b>	<b>(47.844)</b>	<b>78.714</b>	<b>133.706</b>	
Ganhos/Perdas Líquidas sobre Ativos de Operações Descontinuadas	-	-	-	-	-	-	(1.207)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.206)	-
<b>Resultado Líquido das Operações Continuadas</b>	<b>(13.504)</b>	<b>7.800</b>	<b>82.792</b>	<b>126.618</b>	<b>(29.952)</b>	<b>(20.519)</b>	<b>2.197</b>	<b>(554)</b>	<b>320</b>	<b>(206)</b>	<b>370</b>	<b>759</b>	<b>30.735</b>	<b>42.891</b>	<b>806.623</b>	<b>24.761</b>	<b>(802.074)</b>	<b>(47.844)</b>	<b>77.508</b>	<b>133.706</b>	
Resultado atribuído ao controlador																				19.421	25.362
Resultado atribuído aos acionistas não controladores																				58.087	108.344
<b>Informações adicionais</b>																					
Serviços Prestados	756.923	1.165.362	299.188	389.803	26.006	36.653	177.756	141.104	6.634	5.549	6.784	1.594	84.757	67.609	441	439	(58.880)	(46.183)	1.299.609	1.761.930	
Vendas	-	-	5.390	13.667	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.390	13.667	
Receita de clientes externos	<b>756.923</b>	<b>1.165.362</b>	<b>304.578</b>	<b>403.470</b>	<b>26.006</b>	<b>36.653</b>	<b>177.756</b>	<b>141.104</b>	<b>6.634</b>	<b>5.549</b>	<b>6.784</b>	<b>1.594</b>	<b>84.757</b>	<b>67.609</b>	<b>441</b>	<b>439</b>	<b>(58.880)</b>	<b>(46.183)</b>	<b>1.304.999</b>	<b>1.775.597</b>	
Receita entre segmentos	50.976	66.737	122.330	152.982	15.021	17.771	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	188.327	237.490	
<b>Receita Total</b>	<b>807.899</b>	<b>1.232.099</b>	<b>426.908</b>	<b>556.452</b>	<b>41.027</b>	<b>54.424</b>	<b>177.756</b>	<b>141.104</b>	<b>6.634</b>	<b>5.549</b>	<b>6.784</b>	<b>1.594</b>	<b>84.757</b>	<b>67.609</b>	<b>441</b>	<b>439</b>	<b>(58.880)</b>	<b>(46.183)</b>	<b>1.493.326</b>	<b>2.013.087</b>	
Depreciações e amortizações	142.247	238.907	66.964	94.218	6.657	7.231	9.391	7.152	350	281	358	81	6.523	5.211	-	-	5.747	5.349	238.237	358.430	
Acréscimos de Capex	128.315	73.208	22.846	42.781	17.295	15.143	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	168.456	131.132	

	Internet		TV		Meios de pagamento	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
Receita de clientes externos	53.939	77.599	24.028	31.710	2.536	4.645
Receitas financeiras	2.723	3.136	210	157	1.816	425
Despesas financeiras	(535)	(415)	(259)	(1.395)	(3.663)	(2.395)
Depreciação e amortização	(2.763)	(3.203)	(2.072)	(1.808)	(1.137)	(2.576)
Prejuízo líquido	-	-	(15.841)	(14.742)	(11.997)	(23.706)
Lucro líquido	8.148	16.988	-	-	-	-
	<b>30/09/2011</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>30/09/2011</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>30/09/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
Ativos	174.573	139.838	73.134	68.079	39.247	60.081
Passivos	34.571	36.375	11.014	64.321	28.910	52.205

**Notas Explicativas**

Outros segmentos	Períodos de três meses findos					
	Internet		TV		Meios de pagamento	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
Receita de clientes externos	17.623	25.741	8.298	10.071	705	1.472
Receitas financeiras	1.032	978	58	103	564	78
Despesas financeiras	(149)	(85)	(107)	(334)	(1.135)	(738)
Depreciação e amortização	(1.097)	(1.087)	(713)	(620)	(311)	(853)
Prejuízo líquido	-	-	(5.502)	(5.177)	(10.867)	(7.030)
Lucro líquido	5.700	2.726	-	-	-	-

Os quadros a seguir apresentam os componentes das receitas dos segmentos de serviços de telefonia fixa/dados e de telefonia móvel para os períodos de 30 de setembro de 2011 e 2010.

	Períodos de nove meses findos	
	30/09/2011	30/09/2010
<b>Telefonia fixa/dados</b>		
Serviço local (ex - VC1)	1.349.326	2.105.416
Serviço ligações fixo móvel (VC1)	415.387	658.099
Longa distância (ex - VC2 e VC3)	455.584	735.550
Longa distância fixo móvel VC2 e VC3	119.084	206.221
Remuneração pelo uso da rede	167.955	229.722
Serviço de comunicação de dados	1.105.305	1.541.485
Telefones de uso público	40.133	89.807
Outros serviços	183.666	245.186
<b>Receita bruta de serviços</b>	<b>3.836.440</b>	<b>5.811.486</b>
Tributos sobre os serviços	(902.716)	(1.397.967)
Outras deduções	(463.103)	(666.751)

	<b>Períodos de três meses findos</b>	
	<b>30/09/2011</b>	<b>30/09/2010</b>
<b>Telefonia fixa/dados</b>		
Serviço local (ex - VC1)	429.930	690.535
Serviço ligações fixo móvel (VC1)	136.844	218.706
Longa distância (ex - VC2 e VC3)	142.786	233.694
Longa distância fixo móvel VC2 e VC3	38.398	65.431
Remuneração pelo uso da rede	54.022	79.620
Serviço de comunicação de dados	375.617	513.480
Telefones de uso público	8.332	20.278
Outros serviços	61.574	82.190
<b>Receita bruta de serviços</b>	<b>1.247.503</b>	<b>1.903.934</b>
Tributos sobre os serviços	(290.703)	(455.216)
Outras deduções	(148.901)	(216.620)
<b>Receita de serviços</b>	<b>807.899</b>	<b>1.232.098</b>
<b>Telefonia móvel</b>		
Serviço móvel	365.911	472.511
Remuneração pelo uso da rede	237.170	296.665
Venda de aparelhos e acessórios	5.390	13.667
<b>Receita bruta de serviços</b>	<b>608.471</b>	<b>782.843</b>
Tributos sobre os serviços	(105.858)	(139.666)
Outras deduções	(75.704)	(86.725)
<b>Receita de serviços</b>	<b>426.909</b>	<b>556.452</b>

O segmento de telefonia fixa/dados opera em países estrangeiros através de um sistema de cabos submarinos de fibra ótica, com pontos de conexão nos Estados Unidos, Ilhas Bermudas e Venezuela, permitindo o tráfego de dados através de pacotes de serviços integrados, oferecidos a clientes corporativos nacionais e internacionais.

Na apresentação com base em segmentos geográficos, a receita do segmento é baseada na localização geográfica do país onde os serviços são prestados. Os ativos não circulantes do segmento são baseados na localização geográfica dos ativos.

Por não serem relevantes, as receitas e ativos não circulantes provenientes de operações em países estrangeiros estão sendo divulgadas em conjunto.

<b>Períodos de nove meses findos</b>			
<b>Receitas de clientes externos</b>		<b>Ativos não circulantes</b>	
<b>30/09/2011</b>	<b>30/09/2010</b>	<b>30/09/2011</b>	<b>31/12/2010</b>

**Notas Explicativas**

No país sede da entidade	3.795.247	5.269.215	11.179.695	14.007.480
Em países estrangeiros	<u>39.071</u>	<u>10.660</u>	<u>132.225</u>	<u>110.914</u>
<b>Total</b>	<b><u>3.834.318</u></b>	<b><u>5.279.875</u></b>	<b><u>11.311.920</u></b>	<b><u>14.118.394</u></b>

	<b>Períodos de três meses findos</b>			
	<b>Receitas de clientes externos</b>		<b>Ativos não circulantes</b>	
	<b>30/09/2011</b>	<b>30/09/2010</b>	<b>30/09/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
No país sede da entidade	1.283.320	1.772.868	11.179.695	14.007.480
Em países estrangeiros	<u>21.679</u>	<u>2.729</u>	<u>132.225</u>	<u>110.914</u>
<b>Total</b>	<b><u>1.304.999</u></b>	<b><u>1.775.597</u></b>	<b><u>11.311.920</u></b>	<b><u>14.118.394</u></b>

**28 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS****(a) Transações da Companhia com seus investidores e suas investidas:**

	Encargos remuneratórios atuais	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
		<b>30/09/2011</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>30/09/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
Saldos					
Ativo não circulante					
Créditos com partes relacionadas					
Sociedade Fiduciária Brasileira	100% CDI CETIP a.a.	99.417	95.515	99.420	101.397
JP Sul Participações Rep. Coml	100% CDI CETIP a.a.	-	355	-	355
Itatinga Soc Coml Indl Agrícola	100% CDI CETIP a.a.	-	435	3.158	3.340
South Mall (atual razão social de Goiti Negócios e Participações Ltda)	Taxa Pré: 12% a.a.	-	-	6.050	5.552
Iguatemi x Outras		-	-	<u>24.661</u>	<u>2.921</u>
		<u>99.417</u>	<u>96.305</u>	<u>133.288</u>	<u>113.565</u>
Adiantamentos para futuro aumento de capital					
LF Tel S.A.		-	-	2.660	-
EDSP75 Part. e Emp. Imobiliários		-	-	<u>13.246</u>	-
		-	-	<u>15.906</u>	-
Debêntures a receber					
Jereissati Telecom S.A.		-	336.747	-	-
Iguatemi (Previ Banerj II e Previ Banerj II)		<u>10.908</u>	<u>40.095</u>	-	-
		<u>10.908</u>	<u>376.842</u>	-	-
		<u>110.325</u>	<u>473.147</u>	<u>149.194</u>	<u>113.565</u>
Passivo não circulante					
Exigível a longo prazo					
Adiantamentos para futuro aumento de capital					
Outras pessoas ligadas		<u>3.903</u>	<u>3.903</u>	<u>3.903</u>	<u>3.903</u>
		<u>3.903</u>	<u>3.903</u>	<u>3.903</u>	<u>3.903</u>
Débitos com partes relacionadas					
EDSP75 Part. e Emp. Imobiliários		-	-	71.203	-
		-	-	<u>71.203</u>	-
		<u>3.903</u>	<u>3.903</u>	<u>75.106</u>	<u>3.903</u>

## Notas Explicativas

	Períodos de nove meses findos em			
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
Resultado do período				
Receitas (despesas) financeiras				
Sociedade Fiduciária Brasileira	8.301	6.352	8.532	10.222
Itatinga Soc. Ind., Com. e Agrícola S.A.	29	28	282	213
JP Sul Participações Rep. Coml	23	26	23	26
Iguatemi (Previ Banerj II e Previ Banerj II)	764	2.777	-	-
South Mall (atual razão social de Goiti Negócios e Participações Ltda)	-	-	498	444
Anwold Malls Corporation	-	-	1.750	57
Debêntures a receber Jereissati Telecom S.A	1.773	19.331	-	-
	<u>10.890</u>	<u>28.514</u>	<u>11.085</u>	<u>10.962</u>

	Períodos de três meses findos em			
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
Resultado do período				
Receitas (despesas) financeiras				
Sociedade Fiduciária Brasileira	3.033	2.369	3.067	3.874
Itatinga Soc. Ind., Com. e Agrícola S.A.	5	11	97	83
JP Sul Participações Rep. Coml	3	10	3	10
Iguatemi (Previ Banerj II e Previ Banerj II)	-	885	-	-
South Mall (atual razão social de Goiti Negócios e Participações Ltda)	-	-	173	154
Anwold Malls Corporation	-	-	2.373	707
Debêntures a receber Jereissati Telecom S.A	-	7.530	-	-
	<u>3.041</u>	<u>10.805</u>	<u>5.713</u>	<u>4.828</u>

### Plano de amortização

A Sociedade Fiduciária Brasileira Serviços, Negociações e Participações Ltda. ("SFB") juntamente com a Companhia, revisou o plano ("plano") elaborado em 2005 que tratava especificamente da liquidação de valores entre as empresas do Grupo, que previa a liquidação de 77% até o final de 2008, tendo sido realizado o total de 65%.

A revisão do "plano" pelas partes deve-se fundamentalmente pela nova realidade de investimentos, principalmente decorrentes da reestruturação societária realizada na controlada indireta Telemar e da aquisição da BrT pela Oi.

Tais investimentos e as futuras amortizações dos novos compromissos financeiros irão afetar o volume de distribuição dos dividendos nos próximos anos, o que acarretará uma redução dos dividendos que a SFB irá receber. Diante dessa nova realidade, a Companhia e a SFB revisaram as condições atuais dos contratos e acordaram o prazo para amortização nos próximos oito anos.

As fontes de recursos previstas no "plano" são:

- (i) recursos próprios da SFB, que representarão cerca de 2/3 dos recursos a serem aplicados na quitação de tais obrigações;
- (ii) dividendos que a SFB irá receber da Companhia quando o fluxo retornar à sua normalidade;

## Notas Explicativas

- (iii) dividendos que outros acionistas da Companhia pertencentes ao Grupo Jereissati receberão e que aportarão à SFB.

Os dividendos referidos nos itens (ii) e (iii) acima, estão fundamentalmente baseados nas distribuições das controladas operacionais (direta ou indireta) da Companhia.

### (b) Remuneração do pessoal-chave da administração

As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, estão apresentadas a seguir:

	Períodos de três meses findos em			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
Benefícios de curto prazo	774	434	3.500	4.744
Remuneração com base em ações	-	-	459	266
	<u>774</u>	<u>434</u>	<u>3.958</u>	<u>5.009</u>

	Períodos de nove meses findos em			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
Benefícios de curto prazo	2.749	1.648	12.679	13.979
Remuneração com base em ações	-	-	1.739	1.582
	<u>2.749</u>	<u>1.648</u>	<u>14.418</u>	<u>15.561</u>

### (c) Garantias

#### Companhia

Conforme mencionado na Nota 19 (a), a Companhia é avalista das notas promissórias concedidas pela controlada Iguatemi ao BNDES.

#### Iguatemi

Em 30 de setembro de 2009, o Conselho de Administração da controlada Iguatemi aprovou a outorga de fiança em favor de sua controlada SCIAAlpha Participações Ltda., visando à garantia de financiamento a ser contraído com o Banco Bradesco S.A., no âmbito do Instrumento Particular de Abertura de Crédito com Garantia Hipotecária e Outras Avenças, no valor de R\$90.000, com taxa de juros de Taxa Referencial - TR mais 10,5% ao ano.

#### Grupo de Telecomunicações (valores não proporcionalizados)

## Notas Explicativas

A controlada indireta TNL é avalista de suas controladas TMAR, Oi, BrT e BrT Celular em financiamentos obtidos junto ao BNDES e demais empréstimos, bem como, presta garantia fidejussória por meio de fiança das debêntures públicas da quinta emissão da BrT. A controlada indireta TNL registrou no período findo em 30 de setembro de 2011, a título de comissão pelo aval concedido, receitas no montante de R\$40.660 (30/09/2010 – R\$47.211).

Além das garantias em empréstimos bancários, a controlada indireta TNL concedeu garantias em processos judiciais de sua controlada TMAR mediante autorização de bloqueio de parte de suas ações preferenciais nominativas classe “A” de emissão da própria TMAR. Pela concessão da garantia, a controlada indireta TNL recebe de sua controlada TMAR o montante equivalente a 1,5% a.a. calculado sobre o valor garantido nesses processos judiciais. A controlada indireta TNL registrou no período findo em 30 de setembro de 2011, a título de comissão pela garantia concedida, receitas no montante de R\$17.957 (30/09/2010 – R\$4.992).

### **Grupo de Contact Center e Cobrança (valores não proporcionalizados)**

Em março de 2010, a controlada indireta CTX e um dos ex-diretores da Contax Participações celebraram um contrato de empréstimo, negociado somente pelo ex-diretor, sem envolvimento da Contax Participações. O referido empréstimo, no montante de R\$15.769, tem data de vencimento no dia 30 de março de 2011, sem incidência de juros. O referido empréstimo foi liquidado na data de vencimento.

Em 30 de setembro de 2011, existem avais e fianças concedidos a outras sociedades controladas referentes aos empréstimos de terceiros e às contestações judiciais, as quais estão apresentadas a seguir:

Fianças	30/09/2011	31/12/2010
Fiança bancária (BNDES)	113.730	156.101
Fiança bancária (Contingências)	41.981	40.819
Total	155.711	196.920

## **29 SEGUROS (valores não proporcionalizados)**

### **Iguatemi**

A controlada Iguatemi tem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações (não revisado pelos auditores independentes).

As coberturas foram contratadas por montantes, descritos a seguir, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 30 de setembro de 2011, a controlada Iguatemi e seus empreendimentos apresentavam as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

#### a) Seguro de riscos nomeados

A controlada Iguatemi tem um seguro de riscos nomeados que abrange os usuais riscos que podem impactar suas atividades. Contratado com a Allianz Seguros S.A (60%) e Itaú Seguros S.A. (40%), a apólice prevê o limite máximo para a indenização de: (i) R\$205.000 relativos aos danos materiais;

## Notas Explicativas

e (ii) R\$150.806 relativos aos lucros cessantes. O período de cobertura estende-se até 28 de setembro de 2012.

Locais Segurados	Danos		Total
	Materiais	Lucros Cessantes	
Shopping Center Praia de Belas	146.607	44.403	191.090
Shopping Center Iguatemi São Paulo	165.677	150.806	316.483
Shopping Center Iguatemi São Paulo - Torre	78.734	-	78.734
Shopping Center Iguatemi São Carlos	42.868	8.010	50.878
Shopping Center Iguatemi Rio de Janeiro	118.853	25.755	144.608
Shopping Center Iguatemi Porto Alegre	138.563	76.110	214.673
Shopping Center Iguatemi Campinas	194.753	89.874	284.627
Power Center Campinas	36.313	4.523	40.836
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A.	15.080	-	15.080
Shopping Center Iguatemi Florianópolis	97.132	32.816	129.948
Market Place Shopping Center	126.451	49.113	175.564
Market Place Tower I	60.000	15.181	75.181
Market Place Tower II	60.000	12.772	72.772
Shopping Center Galeria	63.000	17.776	80.776
Shopping Center Iguatemi Brasília	194.700	45.293	239.993
Shopping Center Iguatemi Alphaville	211.000	35.858	246.858

### b) Seguro de responsabilidade civil geral

A controlada Iguatemi tem um seguro de responsabilidade civil geral que abrange os riscos usuais aplicáveis às suas atividades. Contratado com a Allianz Seguros S.A, tal apólice refere-se às quantias pelas quais a controlada Iguatemi possa vir a ser responsável civilmente, em sentença judicial transitada em julgado ou em acordo de modo expresse pela seguradora, no que diz respeito às reparações por danos involuntários, corporais e/ou materiais, causados a terceiros. O período de cobertura do seguro de responsabilidade civil geral estende-se até 28 de setembro de 2012.

A importância segurada terá o valor máximo de indenização de R\$8 milhões e pode ser dividida em: (i) shopping centers; (ii) objetos pessoais de empregados (sublimite de R\$40); (iii) responsabilidade civil do empregador; (iv) riscos contingentes de veículos; (v) danos ao conteúdo das lojas; (vi) falha profissional da área médica (sublimite de R\$800); (vii) responsabilidade civil de garagista: incêndio/roubo de veículo para locais que não possuem sistema de Valet e incêndio/roubo/colisão para os locais que possuem sistema de Valet (sublimite de R\$250); e (viii) danos morais para todas as coberturas.

### Grupo de Telecomunicações

Durante o período de concessão, compete à concessionária manter as seguintes coberturas de seguros, conforme os prazos previstos: seguro do tipo "todos os riscos" para danos materiais relativos a propriedade que cobre todos os ativos seguráveis que pertencem à concessão, seguro de preservação de condições econômicas para continuidade da exploração do serviço e seguro garantia do cumprimento das obrigações relativas à qualidade e à universalização, de acordo com as disposições constantes na Cláusula XXIV dos Contratos de Concessão.

Os ativos e responsabilidades de valores relevantes e/ou alto risco estão cobertos por seguros. A controlada indireta TNL e suas controladas mantêm seguro garantindo cobertura para danos materiais, perda de receitas decorrentes desses danos (lucros cessantes), entre outros. A Administração entende que o montante segurado é suficiente para garantir a integridade patrimonial

## Notas Explicativas

e continuidade operacional, bem como o cumprimento das regras estabelecidas nos Contratos de Concessão.

As apólices de seguros propiciam as seguintes coberturas, segundo os riscos e a natureza dos bens em 30 de setembro de 2011:

Modalidade de seguro	<b>Consolidado</b>
	<b>30/09/2011</b>
Riscos operacionais e lucros cessantes	800.000
Incêndio – estoques	100.000
Responsabilidade civil - terceiros (*)	148.352
Garantia de concessão – TMAR	64.971
Garantia de concessão - BrT	40.443
Roubo - estoques	20.000
Responsabilidade civil - geral	15.000
Responsabilidade civil - veículos	3.000

(\*) conforme cotação do câmbio do dia 30 de setembro de 2011 (ptax) - US\$ 1,8544

### **Grupo de Contact Center e Cobrança**

Possui um programa corporativo de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o porte de suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros, garantindo a integridade patrimonial e a continuidade operacional da Contax Participações. Todas as apólices de seguro do Grupo são renováveis automaticamente.

Em 30 de setembro de 2011, a Contax Participações possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros, proporcionando as seguintes coberturas, de acordo com os riscos e a natureza dos ativos:

Ramos	Importâncias	
	seguradas	Vencimento
Responsabilidade civil de diretores e administradores (i)	195.348	13.01.2012
Incêndio de bens do imobilizado	109.370	15.06.2012
Lucros cessantes	64.677	15.06.2012
Responsabilidade civil geral	10.000	15.06.2012

(i) Limite máximo de garantia estipulado em US\$ 120 milhões.

## **30 OUTRAS INFORMAÇÕES (VALORES NÃO PROPORCIONALIZADOS)**

### **Iguatemi**

Em janeiro de 2011, a controlada Iguatemi anunciou que desenvolverá um shopping center na cidade de Votoratim, no interior de São Paulo. O shopping terá 43.900 m<sup>2</sup> de área bruta locável, com expansão prevista para 2018 que adicionará mais 13.700 m<sup>2</sup> de ABL. A controlada Iguatemi terá 100% do shopping e será responsável pelo desenvolvimento, comercialização e administração do futuro shopping. O shopping tem inauguração prevista para 2013.

## Notas Explicativas

### Grupo de Telecomunicações

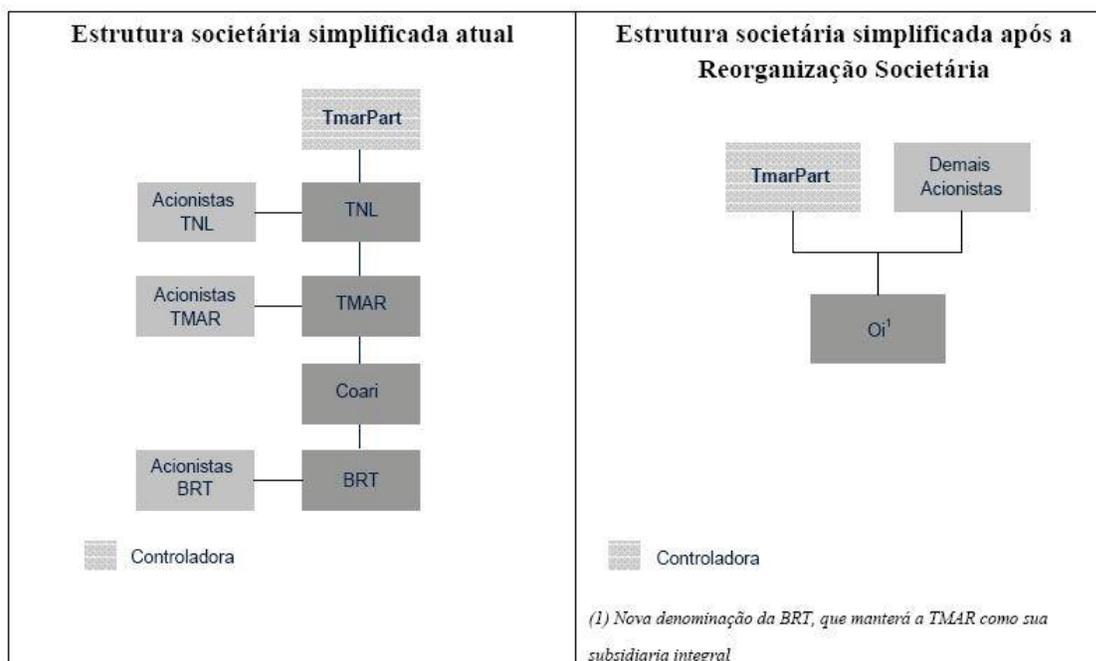
#### a) Reorganização Societária – Oi S.A.

Em 24 de maio de 2011, a TNL, TMAR, Coari Participações S.A. (“Coari”) e BrT (denominadas em conjunto “Companhias Oi”), em atendimento ao art. 157, §4º da Lei nº 6.404/76 (“Lei das S.A.”) e nos termos da Instrução CVM nº 358/02, informaram aos seus acionistas e ao mercado que, nesta data, foram comunicadas pela sua acionista controladora Telemar da divulgação de Fato Relevante nos seguintes termos:

“Telemar, em atendimento ao art. 157, §4º da Lei nº 6.404/76 (“Lei das S.A.”) e nos termos da Instrução CVM nº 358/02, vem informar que, em reunião prévia de acionistas desta data, nos termos do seu Acordo de Acionistas, foi aprovada a orientação às administrações da Telemar e de suas controladas TNL, TMAR, Coari e BrT para que conduzam os estudos e adotem os procedimentos pertinentes visando uma reorganização societária das Companhias Oi (a “Reorganização Societária”).

A Reorganização Societária pretendida compreende conjuntamente a incorporação de ações da TMAR pela Coari e as incorporações da Coari e da TNL pela BrT, companhia esta que concentrará todas as participações acionárias atuais nas Companhias Oi e será a única das Companhias Oi listada em bolsa de valores, passando a ser denominada Oi S.A.

O organograma simplificado a seguir demonstra a estrutura societária atual e a estrutura após a implementação da Reorganização Societária:



A Reorganização Societária tem por objetivo simplificar de forma definitiva a estrutura societária e a governança das Companhias Oi, eliminando custos operacionais e administrativos e aumentando a liquidez para todos os acionistas. A Reorganização Societária pressupõe a incorporação de ações da TMAR pela Coari e incorporações de ambas Coari e TNL pela BrT na mesma data, conjunta e

## Notas Explicativas

indissociada uma da outra, de modo que a implementação de cada uma dessas operações será condicionada à aprovação da outra.

A manutenção do controle acionário da Oi S.A. exclusivamente pela Telemar. é condição para a aprovação da Reorganização Societária, cumprindo, assim, suas obrigações legais e regulatórias perante a Anatel. A Telemar. e seus acionistas diretos ou indiretos implementarão as medidas necessárias para a manutenção do controle e o cumprimento de tais obrigações, incluindo, potencialmente, a permuta de ações preferenciais que detém por ações ordinárias de titularidade de seus acionistas diretos ou indiretos.

Estima-se que a Reorganização Societária resultará em criação de valor para os acionistas através de, dentre outros fatores:

- Simplificação da estrutura acionária das Companhias Oi;
- Unificação das bases acionárias das Companhias Oi atualmente divididas em 3 companhias abertas e 7 diferentes classes e espécies de ações negociadas, em uma única empresa com 2 espécies diferentes de ações negociadas;
- Aumento significativo de liquidez das ações, devido à concentração de acionistas em uma única companhia, cujas ações ordinárias e preferenciais serão negociadas na BM&F Bovespa e na NYSE, mediante programa de ADR;
- Unificação dos balanços das Companhias Oi, após a conclusão da Reorganização Societária, de forma a permitir a definição de uma política de dividendos de longo prazo; e
- Redução dos custos operacionais, administrativos e financeiros com a racionalização e unificação da administração geral dos negócios, a otimização de sua estrutura de capital, a maximização da capacidade de captação de recursos e o acesso ao mercado de capitais.

Quando da AGO da BrT que aprovar as incorporações da Coari e da TNL, será proposta a bonificação em ações resgatáveis de emissão da BrT a serem atribuídas exclusivamente aos acionistas da BrT anteriores à incorporação, as quais serão imediatamente resgatadas em dinheiro, pelo valor total de R\$1,5 bilhão, a ser pago proporcionalmente à participação de cada acionista no capital social. O valor das ações resgatadas acima será deduzido no cálculo das relações de substituição que vier a ser deliberado.

Em 29 de junho de 2011, a TNL, a TMAR e a BrT instituíram comitês especiais independentes constituídos para os fins do Parecer de Orientação CVM nº 35/08. A Coari não instalou seu próprio comitê especial independente uma vez que TMAR é sua única acionista.

Em 17 de agosto de 2011, o Conselho de Administração da TNL, TMAR e BrT aprovaram as relações de troca recomendadas pelos seus respectivos Comitês Especiais Independentes, a saber:

<u>Ação original / Ação em substituição</u>	<u>Relação de substituição</u>
TNLP3 / BrTO3	2,3122
TNLP4 / BrTO4	2,1428
TNLP4 / BrTO3	1,8581
TMAR3 / BrTO3	5,1149
TMAR5 e TMAR6 / BrTO4	4,4537
TMAR5 e TMAR6 / BrTO3	3,8620

## Notas Explicativas

Em 26 de agosto de 2011, o Conselho de Administração de TNL, TMAR, Coari e BrT aprovaram as condições gerais da Reorganização Societária.

Além das aprovações societárias pertinentes, a Reorganização Societária está sujeita à anuência da ANATEL.

Tendo em vista que as ações de BrT e da TNL possuem registro junto à SEC, a Reorganização Societária estará sujeita ao registro de ações a serem emitidas pela Oi S.A. junto à SEC.

A Reorganização Societária também será submetida à anuência de certos credores e debenturistas, nos termos dos respectivos instrumentos de dívida, não estando, contudo, condicionada à concordância destes.

Em Assembleia realizada em 17 de outubro de 2011, foi aprovada a extinção das garantias fidejussórias prestadas por meio de fiança da TNL às debêntures públicas da quarta emissão da BrT.

Nos termos do art. 137, §1º da Lei das S.A., os acionistas dissidentes terão direito de retirada, o qual será exercível em relação às ações de que sejam titulares ininterruptamente desde o encerramento do pregão do dia 23 de maio de 2011 até a data do efetivo exercício do direito de retirada. As ações adquiridas a partir do dia 24 de maio de 2011 não conferirão ao seu titular direito de retirada com relação à Reorganização Societária.

Estima-se que as assembleias gerais da BrT, da Coari, da TMAR e da TNL que deliberarão sobre as operações acima descritas sejam convocadas para se realizar em aproximadamente 180 dias contados do dia 24 de maio de 2011. Além disso, estima-se que as ações ordinárias e preferenciais da Oi S.A. passarão a ser negociadas, já sob seu novo código, em aproximadamente 40 dias após a data das assembleias que deliberarem sobre as incorporações.

Em decorrência do fato da Companhia estar compromissada com a reestruturação societária das empresas do grupo Oi, tendo parte substancial dos eventos sob seu controle, e em função da estratégia de negócio a ser adotada pela Administração as operações futuras da Companhia serão impactadas de tal forma que certas receitas serão consolidadas, haverá economia de despesas, certos ativos serão utilizados de forma integrada, bem como ocorrerão outros benefícios e efeitos provenientes da reestruturação. Portanto os fluxos de caixa serão analisados pela Administração de forma consolidada em seu processo de tomada de decisões.

Como consequência, a Companhia, com base nos pronunciamentos CPC 01 e CPC 25, considerou os fluxos de caixa futuros consolidados de suas operações para análise de indicativo de “*impairment*” de seus ativos (representando esta a unidade geradora de caixa). A referida análise não evidenciou indícios de “*impairment*” sobre os ativos de longa duração da Companhia.

Também em decorrência de estar compromissada com a reestruturação societária das empresas do grupo Oi, a Companhia procedeu aos seguintes registros: (i) na controlada indireta BrT, registro do passivo decorrente da bonificação de ações a serem resgatadas no montante de R\$1.501.984 e (ii) na controlada indireta TNL, registro da baixa de ativo fiscal diferido de prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social em função da provável extinção da controlada indireta TNL, por incorporação na controlada indireta BrT, no montante de R\$178.807.

### **b) Revisão dos Contratos de Concessão STFC**

## Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2011, a controlada indireta TMAR e sua controlada indireta BrT firmaram junto à ANATEL e ao Ministério das Comunicações, a revisão dos contratos de concessão de STFC e Termo de Compromisso com a finalidade de adesão aos objetivos do Decreto nº 7.175/2010 (Plano Nacional de Banda Larga – PNBL).

A revisão dos contratos de concessão de STFC traz, entre suas principais alterações, a eliminação de vedação a que coligadas das concessionárias de telecomunicações possam oferecer o serviço de TV a Cabo.

Acompanha também a revisão, nova versão do Plano Geral de Metas Universalização (PGMU III), que constitui anexo aos referidos Contratos. Nessa versão, a controlada indireta TMAR e sua controlada indireta BrT se comprometem com a instalação de TUPs em áreas rurais (em escolas, postos de saúde e outros locais), com a oferta de acesso individual a populações situadas em área rural e a oferta de acesso individual classe especial (AICE) a assinantes de baixa renda inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

O Decreto Presidencial que edita o novo PGMU III estabelece que as obrigações previstas tenham asseguradas a sua viabilidade técnica e econômica e limita a instalação de TUPs em áreas rurais ao saldo disponível decorrente da desoneração de TUPs urbanos, em linha com o que prevê a Lei Geral de Telecomunicações e os contratos de concessão em vigor.

A meta de densidade de TUPs em áreas urbanas foi reduzida de seis a cada 1.000 para quatro a cada 1.000 habitantes e produz efeitos imediatos. As metas de TUPs em áreas rurais e acesso individual rural são todas sob demanda e só terão início após a cobertura de rede por meio de sistema de radiocomunicação operando nas subfaixas de radiofrequências de 451 MHz a 458 MHz e de 461 MHz a 468 MHz, a ser implementada pelo vencedor de processo de licitação da radiofrequência que ocorrerá em prazo ainda não definido.

Concomitantemente com a assinatura da revisão dos contratos de concessão e com a edição do novo PGMU, a controlada indireta TMAR e sua controlada indireta BrT firmaram voluntariamente com o Ministério das Comunicações e com a ANATEL um Termo de Compromisso, aderindo ao PNBL. Por esse Termo, as empresas que integram a “Oi” comprometem-se a realizar oferta popular de banda larga (“Oferta de Varejo”) bem como uma “Oferta de Atacado”, ambas voltadas para atendimento aos objetivos do Governo Federal de expansão e disseminação da banda larga no Brasil.

### (c) Contrato de prestação de serviços e patrocínio oficial da Copa do Mundo FIFA 2014

Em junho de 2010, a controlada indireta TMAR celebrou contrato com a FIFA - “*Fédération Internationale de Football Association*” para ser o prestador oficial de todos os serviços de telecomunicações da Copa do Mundo FIFA 2014, bem como ser um dos patrocinadores oficiais do evento.

Os compromissos estabelecidos no contrato passaram a trazer efeitos apenas no exercício de 2011, tendo em vista que somente a partir de janeiro deste ano é que o referido contrato passou a vigorar.

Do contrato de prestação de serviços de telecomunicações a controlada indireta TMAR tem o compromisso de fazer os investimentos necessários em infraestrutura para prover os serviços.

### (d) Capital Circulante Líquido Negativo

## Notas Explicativas

A controlada indireta Telemar apresentou ao fim do período encerrado em 30 de setembro de 2011, Capital Circulante Líquido Negativo no montante de R\$774.066. A sua Administração está implementando ações que objetivam equacionar esta situação a curto prazo, a qual inclui a emissão, junto às instituições financeiras de 1ª linha do mercado brasileiro, de debêntures privadas com vencimento a longo prazo (Nota 19(i)). Em adição, parte dos recursos necessários ao equacionamento da deficiência de Capital Circulante será proveniente do fluxo de dividendos a receber de suas controladas.

### **Grupo de Contact Center e Cobrança**

#### **(a) Novas normas de restrição à contratação de serviços terceirizados**

Atualmente, não existe legislação específica referente à contratação de terceirizados no Brasil. O Poder Judiciário vem tratando as discussões sobre o tema por meio da Súmula nº 331, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que autoriza a terceirização de “atividade meio” das empresas.

Em 2009, o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de Minas Gerais emitiu sentença contra uma operadora de telefonia móvel, proibindo-a de terceirizar seu *contact center* e suas atividades de vendas por telefone. Ainda sobre o assunto, outra empresa de telefonia móvel apresentou reclamação no Superior Tribunal Federal (STF), demonstrando que Lei posterior à Súmula nº 331 do TST não poderia por ela ser revogada e que a terceirização nas atividades das telecomunicações está expressa em lei em razão da especialização e de interesses, inclusive de segurança nacional, tendo em vista a natureza da atividade exercida.

Em Novembro de 2010, admitindo esta tese em liminar, o Ministro do STF entendeu pela legalidade da terceirização das atividades de telecomunicações.

Diante da inexistência de lei específica sobre os contratos de serviços terceirizados e as relações de trabalho deles decorrentes, bem como da necessidade do legislador em ratificar os conceitos sobre o tema, o Poder Legislativo encontrou causa para a proposição de 4 (quatro) projetos de leis abordando o tema, sendo que 3 (três) estão em trâmite no Congresso Nacional e 1 (um) na Casa Civil. As novas propostas estabelecem limites à terceirização de serviços de vários setores, incluindo o de *contact center*, revelando um cenário restrito aos clientes da controlada indireta Contax.

As decisões provenientes dos Tribunais do Trabalho e a promulgação de uma eventual lei que estabeleça limites à terceirização configurarão um cenário mais estreito no âmbito dos serviços atualmente permitidos. Adicionalmente, outras ações do governo podem afetar o posicionamento de clientes atuais e futuros da controlada indireta Contax, no sentido de não optarem pela terceirização, exercendo, portanto, um efeito negativo sobre suas operações.

#### **(b) Integração das atividades da Contax Participações com a Portugal Telecom, SGPS**

##### **Incorporação de Ações da Dedic pela Contax Participações**

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de julho de 2011, foi aprovada a Incorporação de Ações Dedic, nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações, com a consequente transformação da Dedic em subsidiária integral da controlada indireta Contax Participações.

## Notas Explicativas

Foi celebrado Acordo de Incorporação de Ações da Dedic pela controlada indireta Contax Participações, que previa sujeito a determinadas condições, a convocação de assembleias gerais das empresas para deliberar sobre a incorporação, pela controlada indireta Contax Participações, das ações de emissão da Dedic, com o consequente aumento de capital da controlada indireta Contax Participações. O valor do aumento de capital na controlada indireta Contax Participações foi determinado com base no valor patrimonial contábil das ações de emissão da Dedic, conforme laudo de avaliação patrimonial emitido por avaliadores independentes em 7 de maio de 2011 (“Incorporação de Ações Dedic”). Como resultado da Incorporação de Ações Dedic, a controlada indireta Contax Participações emitiu novas ações ordinárias e preferenciais que foram recebidas pelos ex-acionistas da Dedic em substituição às ações da Dedic por eles então detidas.

A Administração da controlada indireta Contax Participações contratou parecer de fidedignidade (“*fairness opinion*”), elaborado de forma independente pelo Banco BTG Pactual S.A. (“BTG Pactual”). De acordo com os valores indicados no referido parecer preparado pelo BTG Pactual, foi indicada uma faixa de relação de troca entre R\$0,0342 e R\$0,0417 para as ações ordinárias e entre R\$0,0343 e R\$0,0418 para as ações preferenciais de emissão da controlada indireta Contax Participações para cada ação de emissão da Dedic.

Com base na faixa de relação de troca indicada, as Administrações da controlada indireta Contax Participações e Dedic estabeleceram uma relação de troca de R\$0,0362 ação ordinária e R\$0,0363 ação preferencial de emissão da controlada indireta Contax Participações para cada ação de emissão da Dedic. Esta relação de troca será ajustada em razão de eventual declaração de dividendos, bem como em razão da assunção de dívidas pelas respectivas companhias.

Em conformidade com o Parecer de Orientação CVM nº 35/2008, foi constituído um comitê especial e independente (“Comitê Especial”) responsável por analisar, avaliar e deliberar sobre a relação de troca objeto da Incorporação de Ações Dedic. O Comitê Especial concluiu que a relação de substituição das ações da Dedic pelas ações de emissão da controlada indireta Contax Participações era adequada e, do ponto de vista da controlada indireta Contax Participações, equitativa para a incorporação das ações de emissão da Dedic.

### (c) Capital Circulante Líquido Negativo

A controlada indireta CTX apresentou ao fim do período encerrado em 30 de setembro de 2011, Capital Circulante Líquido Negativo consolidado no montante de R\$443.059, que reflete o impacto das recentes aquisições, com o decréscimo de suas disponibilidades e consequente incremento de seu passivo circulante e não circulante em função das obrigações assumidas com as referidas aquisições. A CTX e controladas vem analisando ações para o alongamento de sua dívida e melhora nos seus indicadores de liquidez corrente.

### (d) Termo de Ajustamento de Conduta (“TAC”)

De acordo com a legislação brasileira, se uma entidade possui mais de 100 funcionários, de 2% a 5% destes devem ser beneficiários reabilitados da previdência social ou pessoas qualificadas como portadoras de deficiência. Diante da incapacidade da controlada indireta Contax em alcançar esse percentual, em setembro de 2002, foi celebrado um Termo de Ajuste de Conduta com o Procurador Geral do Trabalho, no qual a controlada indireta Contax por um prazo de três anos deveria demonstrar o cumprimento das obrigações substitutivas (publicação das vagas em jornal). Após tal prazo, o cumprimento deverá ser comprovado sempre que requerido. Mesmo tendo implementado um programa objetivando a contratação de funcionários que sejam beneficiários reabilitados da previdência social e pessoas portadoras de deficiências, os cargos disponíveis ainda não foram

## Notas Explicativas

totalmente preenchidos, devido à dificuldade de contratação destes profissionais, mas o TAC está sendo devidamente cumprido.

### 31 EVENTOS SUBSEQUENTES (VALORES NÃO PROPORCIONALIZADOS)

#### Companhia

Em 23 de março de 2012 a controladora da Companhia, Sociedade Fiduciária Brasileira Serv. Neg. e Part. S.A, realizou o pagamento antecipado da totalidade do saldo do empréstimo mantido com a Companhia, no valor de R\$89 milhões.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada em 27 de abril de 2012, foi aprovada a seguinte destinação para o lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, no valor de R\$778.636.462,74: (a) R\$38.931.823,14 para a constituição da reserva legal; (b) R\$156.539.266,74 para distribuição de dividendos, sendo R\$128.554.956,54 a conta de lucro realizado do exercício e R\$27.984.310,20 por reversão (parcial/total) da reserva de lucros realizada de exercícios anteriores. Tendo em vista a antecipação de dividendos referentes ao exercício de 2011, aprovada em Reunião de Conselho de Administração realizada em 01 de julho de 2011, no montante de R\$140.000.219,11, o saldo remanescente a complementar será de R\$16.539.047,63; c) R\$167.326.899,30 para constituição de reserva de lucros a realizar; e d) R\$443.822.783,76, para reserva de investimentos. Os dividendos ora declarados terão como base de cálculo a posição acionária da Companhia ao final do dia 27 de abril de 2012, sendo que, a partir de 30 de abril de 2012, as ações da Companhia serão negociadas “ex” dividendos.

Em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 27 de abril de 2012, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários, no valor de R\$95.000.000,00, ou seja, R\$0,099187 por ação ordinária ou preferencial à conta de reservas, podendo ser imputados ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012. Os dividendos ora declarados terão como base de cálculo a posição acionária da Companhia ao final do dia 27 de abril de 2012, sendo que, a partir de 30 de abril de 2012, as ações da Companhia serão negociadas “ex” dividendos.

#### Iguatemi

Em fevereiro de 2012, a controlada direta Iguatemi concluiu a sua terceira Emissão de Debêntures, via Instrução CVM nº 476/2009, no valor de R\$300.000. As debêntures são simples, quirografárias e não conversíveis em ação, com vencimento de 50% no 5º ano (2017) e 50% no 6º ano (2018). A remuneração é CDI + 1,0% a.a., com pagamento de juros semestrais.

Em fevereiro de 2012 a controlada direta Iguatemi anunciou a expansão do Shopping Iguatemi Campinas que atingirá 107,6 mil m3 de área comercial totalizando 390 lojas. Essa expansão irá adicionar 17.698 m3 de ABL e terá 125 lojas. A inauguração prevista será em março de 2014.

Em Assembleia Geral Ordinária da controlada direta Iguatemi, realizada em 24 de abril de 2012, foi aprovada a distribuição de dividendos, proposta pela sua Administração, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, no montante de R\$30.117 e ratificado o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$29.926 (R\$25.846, líquido de imposto de renda retido na fonte - IRRF). O pagamento dos dividendos e dos juros sobre o capital próprio ocorreu no dia 9 de maio de 2012.

## Notas Explicativas

Em abril de 2012, a controlada direta Iguatemi anunciou a expansão Shopping Iguatemi Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul. A expansão segregada em duas fases terá 73,7 mil m<sup>2</sup> de área bruta lucrável. Na primeira fase a controlada direta Iguatemi adicionará 20,3 mil m<sup>2</sup> de ABL ao shopping. Na segunda fase a controlada direta Iguatemi construirá um empreendimento corporativo com 10,7 mil m<sup>2</sup> para aluguel. A expansão do shopping e a construção da torre comercial têm inauguração prevista para 2014 e 2015 respectivamente.

### **Jereissati Telecom**

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da controlada Jereissati Telecom, foi aprovada a seguinte destinação para o lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, no valor de R\$885.827.611,38: (a) R\$44.291.380,57 para a constituição da reserva legal; (b) R\$190.000.000,00 para distribuição de dividendos, sendo R\$170.000.489,35, aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 01 de julho de 2011, em antecipação dos dividendos distribuídos, sendo o saldo remanescente, no montante de R\$19.999.510,65; c) R\$651.536.230,81 para constituição da reserva de lucros a realizar. Os dividendos ora declarados terão como base de cálculo a posição acionária da Jereissati Telecom ao final do dia 27 de abril de 2012, sendo que, a partir de 30 de abril de 2012, as ações da Jereissati Telecom serão negociadas “ex” dividendos.

### **Grupo de Telecomunicações (valores não proporcionalizados)**

#### **(a) Novas linhas de crédito, captações de empréstimos e financiamentos**

Em setembro de 2010 a controlada indireta TMAR assinou contrato de financiamento junto ao Export-Import Bank of China no valor de US\$100 milhões com o objetivo de financiar parte dos investimentos do ano corrente. A operação tem juros de Libor+2,00% a.a. O vencimento dos encargos financeiros será semestral e o principal vencerá em 16 prestações semestrais a partir de março de 2013. Até março de 2012, a controlada indireta TMAR não captou o limite contratado.

Em AGE, realizada em 18 de fevereiro de 2011, foi aprovada a emissão privada, pela controlada indireta TMAR, de 446.481 debêntures conversíveis em ações preferenciais classe A (TMAR5), em série única, no valor nominal unitário de R\$1 mil, totalizando R\$446.481 mil. As debêntures são remuneradas pela TJLP + 1,65% a.a. e possuem prazo de até 240 meses. A emissão decorre de uma obrigatoriedade para contratação de financiamento junto ao BASA, mediante a utilização de recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (“FDA”), para realização do plano de investimentos na região da Amazônia Legal. O projeto objetiva promover a modernização e melhoria da atual rede de comunicação da controlada indireta TMAR, atendendo a novos municípios, ampliando a capacidade nas regiões onde hoje há cobertura, assim como a evolução da rede existente, permitindo oferecer novos tipos de serviços.

Em 1 de novembro de 2011, a controlada indireta TMAR e suas controladas BrT, Oi e BrT Celular, contrataram uma linha de crédito rotativo (“Revolver Credit Facility”), no valor de US\$1 bilhão para um prazo de 5 anos a um custo de Libor + 0,90% ao ano, junto a um sindicato composto por 9 bancos comerciais globais, tendo como líderes os bancos Bank of America N.A Merrill Lynch, Pierce, Fenner & Smith Incorporated, HSBC Securities (USA) Inc, RBS Securities Inc e Citibank N.A. Também participaram do sindicato, em diferentes níveis, os Bancos Tokio Mitsubishi UFJ, Barclays PLC, Deutsche Bank AG, Morgan Stanley N.A e Sumitomo Mitsui.

## Notas Explicativas

A operação foi estruturada de forma que as referidas controladas indiretas possam fazer uso da linha de crédito a qualquer momento, ao longo dos cinco anos contratados.

Em 5 de abril de 2012 a controlada indireta Telemar captou o valor de R\$500.000 referente a 11ª emissão de debêntures.

No mês de maio de 2012, a controlada indireta Telemar recebeu o montante de R\$250.780, referente a dividendos mínimos e complementares pagos pela Oi, ora aprovados na AGO realizada em 30 de abril de 2012 e efetuou o pagamento de parte do usufruto de ações junto ao Banco Itaú no valor de R\$53.728.

### (b) Emissão de Debêntures públicas

Em 5 de outubro de 2011, a controlada indireta Telemar deliberou sobre a décima emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie de garantia real, no valor de R\$500.000, a qual foi objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos na IN CVM nº 476, conforme aprovada na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de setembro de 2011.

As debêntures possuem as seguintes características e condições:

- Valor nominal: valor nominal unitário de R\$10;
- Quantidade: 50.000;
- Data de emissão: 05 de outubro de 2011;
- Número de séries: série única;
- Espécie: com garantia real, conforme disposto no art. 58 da Lei das S.A.;
- Garantia: penhor das ações ordinárias normativas escriturais e sem valor nominal de emissão da TNL, correspondente a, no mínimo, 120% do valor nominal de cada debênture acrescido da remuneração. A garantia será outorgada em caráter irrevogável e irretratável pela controlada indireta Telemar e pela sua controlada Valverde;
- Pagamento do valor nominal: em 6 parcelas com os seguintes vencimentos, sendo : a 1ª no valor de R\$50.000 em 30/04/14; a 2ª no valor de R\$ 100.000 em 30/04/15; a 3ª no valor de R\$100.00 em 30/04/16; a 4ª no valor de R\$100.000 em 30/04/17; a 5ª no valor de R\$100.000 em 30/04/18; e a 6ª no valor de R\$50.000 em 05/10/18;
- Remuneração: as debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios equivalentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros DI de um dia, over extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, acrescida de um spread equivalente a 1,35% ao ano, base 252 dias úteis, e, em conjunto com a taxa DI, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias leis corridos;
- Pagamento da remuneração: a remuneração será paga em 8 parcelas nas seguintes datas: 30/04/2012; 30/04/2013; 30/04/2014; 30/04/2015; 30/04/2016; 30/04/2017; 30/04/2018 e 05/10/2018.

### (c) Resgate das notas promissórias

Em 5 de outubro de 2011, a controlada indireta Telemar realizou o resgate antecipado da totalidade das notas promissórias em circulação, no valor de R\$300.000, acrescida de juros no montante de R\$17.846, conforme anuência expressa dos titulares e autorização do Conselho de Administração. O procedimento do resgate observou as regras CETIP para as notas promissórias custodiadas eletronicamente na CETIP.

## Notas Explicativas

### **(d) Cancelamento e resgate de ações preferenciais**

Em reunião do Conselho de Administração da controlada indireta Telemar realizada em 6 de outubro de 2011 foi aprovada a extinção de 66.666 ações preferenciais nominativas resgatáveis de sua própria emissão, as quais estavam mantidas em ações em tesouraria.

Adicionalmente, em 28 de outubro de 2011, foram resgatadas 66.666 ações preferenciais pelo BNDESPAR, no valor de R\$82.640, acrescida de juros no montante de R\$17.319. As ações preferenciais resgatadas as quais estavam mantidas em ações em tesouraria foram extintas.

Em 30 de abril de 2012, foram resgatadas, pelo BNDESPAR, 66.666 ações preferenciais no valor de R\$82.640, acrescida de juros no montante de R\$20.130. Nesta mesma data, foi realizado o pagamento dos dividendos fixos sobre as ações preferenciais resgatáveis referentes ao exercício de 2011, no montante de R\$71.614. As ações preferenciais resgatadas encontram-se em tesouraria.

### **(e) Desvalorização dos investimentos disponíveis para venda**

Os investimentos classificados como disponíveis para venda, referentes a aquisição de ações da Portugal Telecom – PT, pela controlada indireta TMAR, sofreram uma desvalorização no período compreendido entre 30 de junho de 2011 e a data de autorização para reapresentação deste relatório de informações trimestrais. A Companhia estima o efeito da desvalorização das ações em aproximadamente 59,1%, perfazendo o montante de R\$807 milhões, líquido da variação cambial.

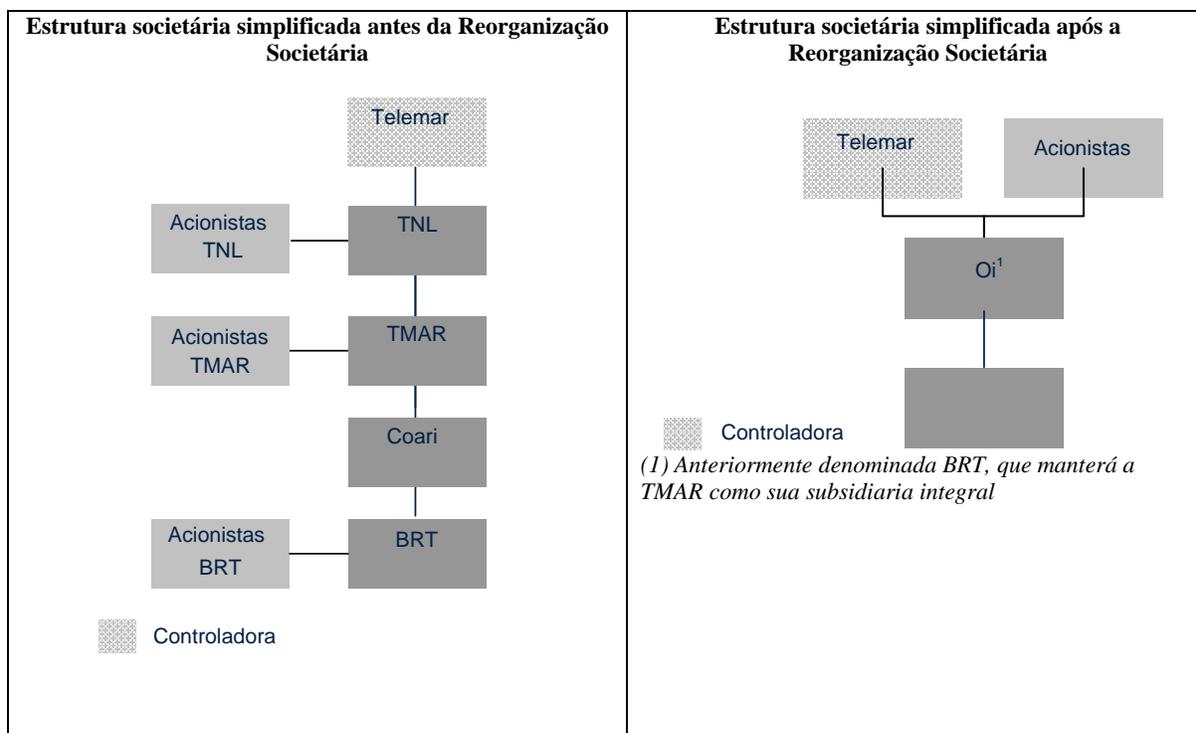
### **(f) Aprovação da Reorganização Societária – Oi S.A. (anteriormente denominada Brasil Telecom S.A.)**

Em assembleias gerais realizadas em 27 de fevereiro de 2012, os acionistas das Companhias Oi (TNL, TMAR, Coari e BrT) aprovaram a Reorganização Societária que compreendeu conjuntamente a cisão parcial da TMAR com a incorporação da parcela cindida pela Coari seguida de incorporação de ações da TMAR pela Coari e as incorporações da Coari e da TNL pela BrT, companhia esta que passa a concentrar todas as participações acionárias atuais nas Companhias Oi e passa a ser a única das Companhias Oi listada em bolsa de valores, tendo sido a sua denominação social alterada para Oi S.A. por ocasião dessas assembleias gerais.

Em consequência, serão emitidas 395.585.453 novas ações ordinárias e 798.480.405 novas ações preferenciais da Oi S.A. (anteriormente denominada Brasil Telecom S.A.), passando o seu capital subscrito, totalmente integralizado, a ser de R\$6.816.468, dividido em 599.008.629 ações ordinárias e 1.198.077.775 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

O organograma simplificado a seguir demonstra a estrutura societária antes e após a Reorganização Societária:

## Notas Explicativas



A Reorganização Societária tem por objetivo simplificar de forma definitiva a estrutura societária e a governança das Companhias Oi, resultando em criação de valor para todos os acionistas através de, dentre outros fatores:

- Simplificar a estrutura societária, anteriormente dividida em três companhias abertas e sete diferentes classes e espécies de ações, unificando as bases acionárias das Companhias Oi em uma única empresa com 2 espécies diferentes de ações negociadas em bolsas de valores no Brasil e no exterior;
- Reduzir custos operacionais, administrativos e financeiros, após a consolidação da administração das Companhias Oi, a simplificação da sua estrutura de capital e o aprimoramento da sua capacidade para atrair investimentos e acessar mercados de capitais;
- Alinhar os interesses dos acionistas da TNL, da TMAR e da BrT;
- Possibilitar o aumento da liquidez das ações da BrT; e
- Eliminar os custos decorrentes da listagem separada das ações da TNL, da TMAR e da BrT e aqueles decorrentes das obrigações de divulgação pública de informações pela TNL, pela TMAR e pela BrT, separadamente.

A manutenção do controle acionário da Oi S.A. (anteriormente denominada Brasil Telecom S.A.) exclusivamente pela Telemar é condição para a aprovação da Reorganização Societária, cumprindo, assim, suas obrigações legais e regulatórias perante a Anatel. A Telemar e seus acionistas diretos ou indiretos implementarão as medidas necessárias para a manutenção do controle e o cumprimento de tais obrigações, incluindo, potencialmente, a permuta de ações preferenciais que detém por ações ordinárias de titularidade de seus acionistas diretos ou indiretos.

## Notas Explicativas

Na AGE da BrT de 27 de fevereiro de 2012 foi aprovada, inclusive, a proposta de bonificação em ações preferenciais resgatáveis de emissão da BrT a serem atribuídas exclusivamente aos acionistas da BrT anteriores à incorporação, pelo valor total de R\$1,5 bilhão. A data base da bonificação aos acionistas cujas ações são negociadas na BM&FBOVESPA e para os acionistas cujas ações são negociadas na NYSE – “*New York Stock Exchange*” será o dia 29 de março de 2012 (data do fim do prazo para o exercício do direito de retirada), sujeito a efetivação da operação, nos termos do art. 230 da Lei das S.A. Sendo assim, a partir do dia 30 de março, inclusive, as negociações dessas ações em bolsa serão realizadas *ex-bonificação*. O valor do resgate das ações resgatáveis será pago proporcionalmente à participação de cada acionista no capital social e na mesma data em que for pago o valor do reembolso das ações de eventuais acionistas dissidentes da TNL e da TMAR, previsto para ocorrer no dia 9 de abril de 2012. O valor das ações resgatadas acima será deduzido no cálculo das relações de substituição deliberada.

Abaixo são apresentadas as relações de troca de ações decorrentes das incorporações de TNL e Coari em BrT, a saber:

<u>Ação original / Ação em substituição</u>	<u>Relação de substituição</u>
TNLP3 / BRTO3	2,3122
TNLP4 / BRTO4	2,1428
TNLP4 / BRTO3	1,8581
TMAR3 / BRTO3	5,1149
TMAR5 e TMAR6 / BRTO4	4,4537
TMAR5 e TMAR6 / BRTO3	3,8620

Nos termos do art. 137, §1º da Lei das S.A., os acionistas dissidentes terão direito de retirada, o qual será exercível em relação às ações de que sejam titulares ininterruptamente desde o encerramento do pregão do dia 23 de maio de 2011 até a data do efetivo exercício do direito de retirada. As ações adquiridas a partir do dia 24 de maio de 2011 não conferirão ao seu titular direito de retirada com relação à Reorganização Societária.

Conforme mencionado no fato relevante de 14 de novembro de 2011, caso a titularidade de ações detidas em 23 de maio de 2011 tenha sido transferida, inclusive em virtude de contrato de mútuo de ações (“aluguel de ações”), o acionista não poderá exercer o direito ao reembolso com relação às ações mutuadas, uma vez que, na forma da lei, o mútuo acarreta a efetiva transferência da titularidade das ações do mutuante ao mutuário.

Do mesmo modo, os acionistas que no encerramento do pregão de 23 de maio de 2011 fossem titulares de ações por força de contratos de mútuo vigentes naquela data, e mantenham a titularidade destas ações até o momento do exercício do direito de recesso, poderão exercê-lo, na forma da lei.

Somente terão direito de retirada aqueles titulares de ações ordinárias e preferenciais (TMAR3, TMAR5 e TMAR6) da TMAR, ações ordinárias e preferenciais da Coari (somente detidas pela TMAR e com relação às quais não se espera que o recesso seja exercido) e ações ordinárias da TNL (TNLP3). As demais ações das Companhias Oi não terão direito de retirada, nos termos da lei.

O pagamento do valor do reembolso aos acionistas legitimados dependerá da efetivação da operação, nos termos do art. 230 da Lei das S.A. e, caso efetivada, será realizado no dia 9 de abril de 2012.

## Notas Explicativas

Estima-se que as ações ordinárias e preferenciais da Oi S.A. (anteriormente denominada Brasil Telecom S.A.) passarão a ser negociadas, já sob seu novo código, em aproximadamente 40 dias após a data das assembleias que deliberaram sobre as incorporações.

Além das aprovações societárias pertinentes, a Reorganização Societária estava sujeita à anuência da ANATEL e tal anuência foi concedida em 27 de outubro de 2011. Adicionalmente, o registro das ações que serão emitidas pela Oi S.A.(anteriormente denominada Brasil Telecom S.A.) nesse contexto, foram registradas junto à SEC, assim como foi obtida a anuência dos credores das Companhias Oi para a implementação da Reorganização Societária, quando aplicável.

Em Assembleia realizada em 17 de outubro de 2011, foi aprovada a extinção das garantias fidejussórias prestadas por meio de fiança da TNL às debêntures públicas da quarta emissão da BrT.

A estratégia de negócio a ser adotada pela Administração nas operações futuras da Companhia será impactada de tal forma que certas receitas serão consolidadas, haverá economia de despesas, certos ativos serão utilizados de forma integrada, bem como ocorrerão outros benefícios e efeitos provenientes da reestruturação. Portanto os fluxos de caixa serão analisados pela Administração de forma consolidada em seu processo de tomada de decisões.

Como consequência, a TNL, com base nos pronunciamentos CPC 01 e CPC 25, considerou os fluxos de caixa futuros consolidados de suas operações para análise de indicativo de “*impairment*” de seus ativos (representando esta a unidade geradora de caixa). A referida análise não evidenciou indícios de “*impairment*” sobre os ativos de longa duração da Companhia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Administração procedeu aos seguintes registros contábeis em conexão com a Reorganização Societária: (i) na BrT, registro do passivo decorrente da bonificação de ações a serem resgatadas no montante de R\$1.501.984 e (ii) na TNL, registro da baixa de ativo fiscal diferido de prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social em função da extinção da TNL, por incorporação, no montante de R\$178.807.

Após a reestruturação, a controlada indireta LF Tel e a controlada direta Jereissati Telecom, passam a concentrar suas participações diretas atuais, TNL e TMAR e TNL respectivamente, na Oi S.A. Consequentemente, a Companhia passou a ser controladora indireta em conjunto da Oi S.A.

### Exercício do Direito de retirada em TNL e TMAR

Conforme divulgado em 05 de abril de 2012, foi concluída a apuração do exercício do direito de retirada pelos acionistas da TNL e TMAR, com relação às matérias aprovadas nas assembleias gerais extraordinárias realizadas em 27 de fevereiro de 2012, relacionadas à Reorganização Societária.

O resultado do direito de retirada segue na tabela abaixo:

Classe	Quantidade	Valor de reembolso (por ação)	Valor total desembolsado (R\$)
TNLP3	20.446.097	28,93	591.505.586,21
TMAR3	1.020.215		75.893.793,85
TMAR5	17.856.585	74,39	1.328.351.358,15
TMAR6	47.714		3.549.444,46
<b>Total</b>	<b>39.370.611</b>	<b>-</b>	<b>1.999.300.182,67</b>

## Notas Explicativas

O valor do reembolso foi pago aos acionistas dissidentes no dia 09 de abril de 2012, mesma data em que foi pago o valor do resgate das ações resgatáveis da Oi.

As ações reembolsadas serão substituídas por ações OIB3 e OIB4, de acordo com as relações de substituição aprovadas em 27 de fevereiro de 2012, e mantidas, neste momento, em tesouraria pela Oi.

### Negociação das ações OI

Conforme divulgado no Comunicado ao mercado de 29 de março de 2012, a partir de 09 de abril de 2012, inclusive, somente serão negociadas (i) na BM&FBOVESPA, as ações ordinárias e preferenciais da Oi, sob os códigos OIBR3 e OIBR4 e nome de pregão OI; e na New York Stock Exchange – NYSE, *American Depositary Shares* – ADS's representativas das ações da Oi, sob os códigos OIBR e OIBR.C.

### (g) Captações ocorridas em 2012

#### Financiamentos em moeda estrangeira

Em janeiro de 2012 foram desembolsados US\$91,9 milhões (R\$161 milhões) do contrato de financiamento assinado pela controlada indireta TMAR junto ao “*Finnish Export Credit*” em agosto de 2009, no valor de US\$500 milhões.

#### “Bonds”

Em fevereiro de 2012, a controlada indireta BrT emitiu “*Senior Notes*” no valor de US\$1.500 milhões, com o objetivo de refinanciamento de dívidas, além de propósitos corporativos gerais. A operação tem juros de 5,75% a.a., com vencimento final em fevereiro de 2022. Os encargos financeiros têm vencimento semestral em fevereiro e agosto, desde agosto de 2012 até o vencimento. Os custos de transação associados a esta emissão no valor equivalente a US\$6 milhões serão amortizados ao resultado do exercício conforme os prazos contratuais desta emissão pela taxa efetiva.

#### Emissão de debênture pública

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 6 de fevereiro de 2012, foi aprovada a nona emissão pública, pela controlada indireta BrT, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, no mercado local, para distribuição conforme termos da instrução CVM nº 400, no valor de até R\$2.000 milhões (podendo ser estendido com a aplicação de Lote Adicional e Lote Suplementar), em até duas séries. As taxas de remuneração e a alocação entre séries serão definidos em procedimento de *bookbuilding* em 5 de março de 2012. A emissão está em fase de registro na CVM.

#### 11ª Emissão de Debêntures pela controlada indireta Telemar

Em Assembleia Geral Extraordinária da controlada indireta Telemar, realizada em 27 de março de 2012 foi aprovada a décima primeira emissão de debêntures nominativa, escritural, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, no valor de R\$500.000, a qual será objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos na IN CVM nº 476.

As debêntures possuem as seguintes características e condições:

## Notas Explicativas

- Valor nominal: valor nominal unitário de R\$1.000;
- Quantidade: 500;
- Data de emissão: 05 de abril de 2012;
- Data de vencimento: 05 de abril de 2019;
- Número de séries: série única;
- Espécie: quirografária;
- Garantia: penhor de ações de Emissão de Tele Norte Leste Participações S.A. na proporção de 120% do valor da Emissão;
- Pagamento do valor nominal: em três parcelas anuais, iguais e consecutivas, sendo (a) a primeira parcela, no valor correspondente a 33,33% (trinta e três inteiros e trinta e três centésimos por cento) do Valor Total da Emissão, em 25 de abril de 2017; (b) a segunda parcela, no valor correspondente a 33,33% (trinta e três inteiros e trinta e três centésimos por cento) do Valor Total da Emissão, em 25 de abril de 2018; e (c) a terceira parcela, no valor correspondente a 33,34% (trinta e três inteiros e trinta e quatro centésimos por cento) do Valor Total da Emissão, em 5 de abril de 2019;
- Remuneração: as debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios equivalentes a 100% da taxa DI over extra grupo de um dia, base 252 dias úteis, divulgada pela CETIP, acrescida de um spread equivalente a 1,20% ao ano;
- Pagamento da remuneração: a remuneração será paga semestralmente, nas seguintes datas: (a) o primeiro pagamento ocorrerá em 25 de outubro de 2012; (b) o segundo pagamento ocorrerá em 25 de abril de 2013; (c) o terceiro pagamento ocorrerá em 25 de outubro de 2013; (d) o quarto pagamento ocorrerá em 25 de abril de 2014; (e) o quinto pagamento ocorrerá em 25 de outubro de 2014; (f) o sexto pagamento ocorrerá em 25 de abril de 2015; (g) o sétimo pagamento ocorrerá em 25 de outubro de 2015; (h) o oitavo pagamento ocorrerá em 25 de abril de 2016; (i) o nono pagamento ocorrerá em 25 de outubro de 2016; (j) o décimo pagamento ocorrerá em 25 de abril de 2017; (k) o décimo primeiro pagamento ocorrerá em 25 de outubro de 2017; (l) o décimo segundo pagamento ocorrerá em 25 de abril de 2018; (m) o décimo terceiro pagamento ocorrerá em 25 de outubro de 2018; (n) o décimo quarto pagamento ocorrerá em 5 de abril de 2019.“

A liquidação financeira desta décima primeira emissão de debêntures ocorreu em de abril de 2012.

### **(h) Aprovação da política de remuneração aos acionistas**

Em 16 de abril de 2012, o Conselho de Administração da controlada indireta Oi aprovou uma Política de Remuneração aos Acionistas para o período de 2012 a 2015 (referente aos exercícios sociais de 2011 a 2014).

A Política de Remuneração aprovada consiste no pagamento de um valor total de R\$8.000.000.000,00, com observância do seguinte cronograma: (i) R\$2.000.000.000,00 a serem declarados por ocasião da Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2011, (ii) R\$1.000.000.000,00 no mês de agosto de 2012, R\$1.000.000.000,00 no mês de agosto de 2013 e R\$1.000.000.000,00 no mês de agosto de 2014; e (iii) R\$1.000.000.000,00 por ocasião da realização de cada Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios de 2012, 2013 e 2014, em adição aos dividendos pagos nos meses de agosto de cada ano conforme item (ii).

A Política de Remuneração estará sujeita às condições de mercado, à estabilidade financeira da controlada indireta Oi e ao ambiente legal/regulatório aplicável. Poderá ser implementada através da distribuição de dividendos, do pagamento de juros sobre capital próprio, de bonificação, resgate,

## Notas Explicativas

redução de capital ou, ainda, sob outras formas que possibilitem a distribuição de recursos aos acionistas, observada para cada um dos exercícios a alavancagem máxima correspondente a 3,0 x o índice Dívida Líquida (incluindo a remuneração a ser paga no exercício) / EBITDA (apurado no exercício anterior ao pagamento da remuneração).

### **(i) Aquisição de ações da Portugal Telecom (“PT”)**

A controlada indireta TMAR, em continuidade ao processo de aquisição de 10% de participação na PT, conforme divulgado no Fato Relevante de 25 de janeiro de 2011 realizou sucessivas aquisições no decorrer de abril e maio de 2012 de 16.638.381 ações correspondentes a 1,5% do capital social da PT, tendo sido pago o valor de €53.323 mil ou de R\$131.697, que inclui os custos de transação e impostos no valor total de R\$695. Após as aquisições, a controlada indireta TMAR passou a deter 8,7% do capital social da PT.

### **Grupo de Contac Center e Cobrança (valores não proporcionalizados)**

#### **(a) Pagamento de dividendos**

Em 19 de outubro de 2011 a controlada indireta CTX efetuou o pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$6.237.

#### **(b) Cancelamento Programa de American Depositary Receipts (“ADRs”)**

Em reunião do Conselho de Administração da controlada indireta Contax Participações realizada em 26 de outubro de 2011, foi autorizado o cancelamento do seu Programa de American Depositary Receipts (“ADRs”) no mercado de balcão dos Estados Unidos da América (CTXNY), levando-se em consideração (i) que na data base 30 de setembro de 2011 as ADRs representavam 1,2% das ações preferenciais (CTAX3) e 0,75% do total das ações e do valor de mercado da controlada indireta Contax Participações; (ii) os baixos índices de liquidez e pequeno volume dos ADRs transacionados; (iii) a redução dos custos administrativos para a controlada indireta Contax Participações e seus acionistas; e (iv) que a maioria dos investidores estrangeiros investe diretamente na controlada indireta Contax Participações por meio da Bolsa de Valores de São Paulo – BM&FBovespa.

Nesse sentido, a sua Diretoria ficou autorizada a implementar as ações necessárias para efetivar o cancelamento dos ADRs.

#### **(c) Debêntures Privadas Intragruppo (Contax como captadora)**

Em 5 de janeiro de 2012, a controlada indireta Contax emitiu 40.000 debêntures privadas, em duas séries, sendo a primeira série de 36.000 debêntures, com vencimento em 27 de dezembro de 2013, no valor de R\$360.000, e a segunda série de 4.000 debêntures, com vencimento em 3 de janeiro de 2014, no valor de R\$40.000, com propósitos corporativos em razão de gestão de caixa intragrupo.

#### **(d) Debêntures com o Mercado**

O Conselho de Administração da controlada indireta Contax Participações aprovou na reunião realizada em 29 de fevereiro de 2012 a emissão de debêntures no montante aproximado de R\$255.000 em duas séries de igual valor, sendo uma vinculada ao IPCA com opção de conversão em ações e outra série vinculada a TJLP. Essa emissão faz parte da estratégia da Contax Participações de alongamento e reestruturação do perfil da dívida e está sujeita a aprovação dos

## Notas Explicativas

acionistas na próxima Assembleia.

Foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Contax Participações, realizada em 11 de abril de 2012 a emissão de debêntures no montante aproximado de R\$253.438 em duas séries de igual valor, sendo uma vinculada ao IPCA com opção de conversão em ações e outra série vinculada a TJLP. Essa emissão faz parte da estratégia da Contax Participações de alongamento e reestruturação do perfil da dívida e está sujeita a aprovação dos acionistas na próxima Assembleia.

### (e) Aprovação dos dividendos

Em Assembleia Geral Ordinária da Contax Participações realizada em 11 de abril de 2012 foi aprovado a proposta quanto à destinação do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, totalizando o valor de R\$20.920, da seguinte forma: (a) destinação de R\$1.046, para reserva legal; (b) utilização da Reserva Estatutária de R\$80.126, e (c) distribuição dos dividendos aos acionistas da Contax Participações no montante de R\$100.000. Fizeram jus ao referido dividendos os acionistas detentores de posições acionárias em 12/04/2012. A partir do dia 13/04/2012 (inclusive) as ações passaram a ser negociadas ex-dividendos.

Em 30 de abril de 2012 a controlada indireta CTX, recebeu o montante de R\$34.277 referente aos dividendos complementares deliberados pela Contax Participações.

### (f) Substituição do INSS patronal (MP563)

Em 04 de abril de 2012 foi publicada a Medida Provisória nº 563/2012 que altera os artigos 7º, 8º, 9º e 10º da Lei 12.546/2011 reduzindo os atuais 2,5% para 2,0% sobre o valor da receita bruta, excluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos. A nova alíquota entrará em vigor no quarto mês subsequente à data de sua publicação.

## 32 REAPRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS – ITR

Nas Informações Trimestrais referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2011, originalmente aprovadas pelo Conselho de Administração em 17 de novembro de 2011, a controlada indireta LF Tel havia tratado as transações mencionadas na Nota 2.3, no que tange à TMAR e CTX, como uma aquisição de participação adicional nessas controladas em conjunto.

Posterior à apresentação das referidas Informações Trimestrais, a Administração reavaliou o tratamento contábil mais apropriado a ser considerado nesta transação e concluiu que, o acréscimo de participação ocasionado pela aquisição ou diluição na participação dos demais acionistas, não é considerado em essência como aquisição adicional de participação acionária na TMAR e na CTX. Desta forma, a diferença entre os valores pagos ou aportados no capital social da Telemar, TMAR e CTX e o seu patrimônio líquido foram registrados pela Companhia no resultado do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011 no montante de R\$25.861 na Controladora e R\$32.581 no Consolidado.

A Companhia está rerepresentando, de forma espontânea, as presentes Informações Trimestrais, considerando tais ajustes, conforme demonstrado abaixo.

As principais alterações são como segue:

Balanco patrimonial:

**Notas Explicativas**

	Controladora		
	30/09/2011		30/09/2011
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Ativo circulante	358.237	-	358.237
Ativo não circulante:	1.711.380	-1.212	1.710.168
Investimento	1.594.643	-1.212	1.593.431
Outros ativos não circulantes	116.737	-	116.737
<b>Total do ativo</b>	<b>2.069.617</b>	<b>-1.212</b>	<b>2.068.405</b>
Passivo circulante	6.247	-	6.247
Passivo não circulante	331.874	-	331.874
Patrimônio líquido	1.731.496	-1.212	1.730.284
Capital social	784.004	-	784.004
Reservas de capital	2.986	-	2.986
Reservas de lucros	156.522	-	156.522
Lucros/prejuízos acumulados	790.276	25.860	816.136
Ajustes de avaliação patrimonial	12.544	-27.072	-14.528
Ajustes acumulados de conversão	619	-	619
Outros resultados abrangentes	-15.455	-	-15.455
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>2.069.617</b>	<b>-1.212</b>	<b>2.068.405</b>

## Notas Explicativas

	Consolidado			
	30/09/2011		30/09/2011	
	Originalmente apresentado	Ajustes	Outros *	Reapresentado
Ativo circulante	5.429.767	-	-	5.429.767
Ativo não circulante:	11.369.838	-57.921	3	11.311.920
Intangível	3.156.383	-57.921	1	3.098.463
Outros ativos não circulantes	8.213.455	-	2	8.213.457
<b>Total do ativo</b>	<b>16.799.605</b>	<b>-57.921</b>	<b>3</b>	<b>16.741.687</b>
Passivo circulante	3.128.787	-	-	3.128.787
Passivo não circulante:	8.152.836	-56.394	3	8.096.445
Receitas a apropriar - deságio	56.391	-56.394	3	-
Outros passivos não circulantes	8.096.445	-	-	8.096.445
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>5.517.982</b>	<b>-1.527</b>	<b>-</b>	<b>5.516.455</b>
Capital social	784.004	-	-	784.004
Reservas de capital	2.986	-	-	2.986
Reservas de lucros	156.522	-	-	156.522
Lucros/prejuízos acumulados	790.276	25.860	-	816.136
Ajustes de avaliação patrimonial	12.544	-27.072	-	-14.528
Ajustes acumulados de conversão	619	-	-	619
Outros resultados abrangentes	-15.455	-	-	-15.455
Participação dos acionistas não controladores	3.786.486	-315	-	3.786.171
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>16.799.605</b>	<b>-57.921</b>	<b>3</b>	<b>16.741.687</b>

\* Arredondamento.

Demonstração do resultado do trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2011:

	Controladora			Controladora		
	30/09/2011		30/09/2011	30/09/2011		30/09/2011
	Originalmente apresentado	Ajustes	Trimestre Reapresentado	Acumulado Originalmente apresentado	Ajustes	Acumulado Reapresentado
Receita de venda de bens e/ou serviços	441	-	441	1.324	-	1.324
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	-172	-	-172	-1.095	-	-1.095
<b>Resultado bruto</b>	<b>269</b>	<b>-</b>	<b>269</b>	<b>229</b>	<b>-</b>	<b>229</b>
Despesas gerais e administrativas	-4.371	-	-4.371	-11.538	-	-11.538
Outras receitas	160	-	160	390	-	390
Outras despesas	-53	-	-53	-1.881	-	-1.881
<b>Resultado de equivalência patrimonial</b>	<b>13.426</b>	<b>6.044</b>	<b>19.470</b>	<b>791.535</b>	<b>25.861</b>	<b>817.396</b>
<b>Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos</b>	<b>9.431</b>	<b>6.044</b>	<b>15.475</b>	<b>778.735</b>	<b>25.861</b>	<b>804.596</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>4.255</b>	<b>-</b>	<b>4.255</b>	<b>12.107</b>	<b>-</b>	<b>12.107</b>
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>	<b>13.686</b>	<b>6.044</b>	<b>19.730</b>	<b>790.842</b>	<b>25.861</b>	<b>816.703</b>
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	-309	-	-309	-393	-	-393
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>13.377</b>	<b>6.044</b>	<b>19.421</b>	<b>790.449</b>	<b>25.861</b>	<b>816.310</b>

## Notas Explicativas

	Consolidado				Consolidado			
	30/09/2011		30/09/2011		30/09/2011		30/09/2011	
	Trimestre Originalmente apresentado	Ajustes	Outros *	Trimestre Reapresentado	Acumulado Originalmente apresentado	Ajustes	Outros *	Acumulado Reapresentado
Receita de venda de bens e/ou serviços	1.304.999	-	-	1.304.999	3.834.318	-	-	3.834.318
Custo dos bens e/ou serviços prestados	-839.053	-	-	-839.053	-2.416.443	-	-	-2.416.443
Resultado bruto	465.946	-	-	465.946	1.417.875	-	-	1.417.875
Despesas com vendas	-135.949	-	-	-135.949	-443.479	-	-	-443.479
Despesas gerais e administrativas	-145.795	-	-	-145.795	-387.496	-	-	-387.496
Outras receitas	137.625	7.613	-	145.238	1.301.826	32.581	-	1.334.407
Outras despesas	-103.311	-	-	-103.311	-323.644	-	-	-323.644
Resultado de equivalência patrimonial	1	-	-	1	-7.926	-	1	-7.925
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	218.517	7.613	-	226.130	1.557.156	32.581	1	1.589.738
Resultado financeiro	-117.590	-	-	-117.590	-389.511	-	-	-389.511
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	100.927	7.613	-	108.540	1.167.645	32.581	1	1.200.227
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	-29.826	-	-	-29.826	-96.865	-	-	-96.865
Resultado líquido das operações continuadas	71.101	7.613	-	78.714	1.070.780	32.581	1	1.103.362
Resultado líquido de operações descontinuadas	-1.206	-	-	-1.206	-2.430	-	-	-2.430
Lucro líquido consolidado do período	69.895	7.613	-	77.508	1.068.350	32.581	1	1.100.932
Atribuído a sócios da empresa controladora	13.377	6.044	-	19.421	790.449	25.861	1	816.310
Atribuído a sócios não controladores	56.518	1.569	-	58.087	277.901	6.720	-	284.622

\* Arredondamento.

Os referidos ajustes não afetaram o caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais, de investimentos e de financiamento.

### 33 APROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - ITR

O Conselho de Administração da Companhia, em 29 de maio de 2012, aprovou as presentes representações das Informações Trimestrais – ITR, nas quais considerou os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem ter efeito sobre estas Informações Trimestrais – ITR.

### DIVULGAÇÕES ADICIONAIS A DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (VALORES NÃO PROPORCIONALIZADOS)

#### (a) Acordo Oi, Banco do Brasil e Cielo

Em 28 de fevereiro de 2011, a controlada indireta Paggo Acquirer alienou 50% do investimento mantido na Paggo Soluções para a CieloPar. Os valores dos ativos e dos passivos cedidos na operação estão resumidos a seguir:

#### Paggo Soluções

Caixa e equivalentes de caixa	17
Contas a receber	4.313
Imobilizado e intangível	52.216
Fornecedores	(4.888)
Outros ativos e passivos	566
Perda na alienação do investimento	(5.224)

**Notas Explicativas**

<b>Preço de venda liquidado em caixa</b>	47.000
<b>Caixa alienado da Paggo Soluções</b>	(17)
<b>Caixa recebido pela venda de 50% da Paggo Soluções, líquido do caixa alienado</b>	46.983

**(b) Outras informações**

	<b>Consolidado</b>	
	<b>30/09/2011</b>	<b>30/09/2010</b>
Varição entre investimento econômico e financeiro (ativo imobilizado e intangível)	(1.005.223)	(1.302.871)
Ações bonificadas a resgatar	761.763	
Compensação de depósitos judiciais contra provisões	263.521	296.905

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

### RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, aos Diretores e ao Conselho de Administração da  
Jereissati Participações S.A.  
São Paulo - SP

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Jereissati Participações S.A. ("Companhia") e de suas controladas, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2011, que compreendem os balanços patrimoniais em 30 de setembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

#### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações contábeis intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

#### Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

#### Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 e a norma internacional IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

#### Ênfases

##### Reorganização societária

Conforme descrito na nota explicativa nº 31, os acionistas da Tele Norte Leste Participações S.A. (controlada indireta em conjunto da Companhia e controladora da Telemar Norte Leste S.A.), da Telemar Norte Leste S.A. (controladora da Coari Participações S.A.), da Coari Participações S.A. (controladora da Brasil Telecom S.A.) e da Brasil Telecom S.A. aprovaram na assembleia geral realizada em 27 de fevereiro de 2012 a reorganização societária que compreendeu conjuntamente a cisão parcial da Telemar Norte Leste S.A. com a incorporação da parcela cindida pela Coari Participações S.A., seguida de incorporação de ações da Telemar Norte Leste S.A. pela Coari Participações S.A. e as incorporações da Coari Participações S.A. e da Tele Norte Leste Participações S.A. pela Brasil Telecom S.A., que passa a concentrar todas as participações acionárias atuais nas Companhias Oi e a ter a sua denominação social alterada para Oi S.A.. Desta forma, em 27 de fevereiro de 2012, a Companhia passou a ser controladora indireta em conjunto da Oi S.A..

##### Reapresentação das informações contábeis intermediárias

Em 17 de novembro de 2011, emitimos um relatório sobre a revisão das informações trimestrais da Companhia referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2011, sem ressalva e contendo ênfase em relação ao tema mencionado na nota explicativa nº 2.3. Conforme mencionado na nota explicativa nº 32, posterior à apresentação das referidas informações trimestrais, a Administração da

Companhia reavaliou o tratamento contábil mais apropriado a ser considerado para essa transação, concluindo pela reapresentação das informações trimestrais anteriormente referidas. O relatório sobre a revisão das informações trimestrais está sendo reemitido, para contemplar esse fato.

#### Outros assuntos

##### Informações contábeis intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações contábeis intermediárias do valor adicionado (“DVA”), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”), que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 29 de maio de 2012

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Marco Antonio Brandão Simurro  
Contador  
CRC nº 1 RJ 052000/O-0 “S” SP

**Motivos de Reapresentação**

<b>Versão</b>	<b>Descrição</b>
2	Alteração de notas explicativas.